

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PAULO BASTOS

**A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO:  
O DISCURSO E PRÁTICA RELATIVA À HABITAÇÃO POPULAR NA GESTÃO  
EDUARDO PAES NO RIO DE JANEIRO**

Setembro de 2017

PAULO BASTOS

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO:  
O DISCURSO E PRÁTICA RELATIVA À HABITAÇÃO POPULAR NA GESTÃO  
EDUARDO PAES NO RIO DE JANEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Bienenstein

Niterói, RJ

2017

Paulo Bastos

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO:  
O DISCURSO E PRÁTICA RELATIVA À HABITAÇÃO POPULAR NA GESTÃO  
EDUARDO PAES NO RIO DE JANEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Projeto, planejamento e gestão da arquitetura e da cidade.

Aprovada em .....2017

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Doutora Regina Bienenstein (orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flavia Elaine da Silva Martins  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Glauco Bienenstein  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sarah Lúcia Alves França  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr. Alex Ferreira Magalhães  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

NITERÓI

2017

*In memoriam*

Seu Nilo, Verinha e Tetê

Mais uma, viu.

Vocês já sabem, mas obrigado por tudo.

## Agradecimentos

E lá se vão quase cinco anos, a volta de Dili, meu trabalho no Morar Carioca, as partidas de minha mãe e minha madrinha, golpe de governo, desemprego, perda de direitos, luta, muita luta...é, como diz a música, “Essa Vida não tá fácil não”<sup>1</sup>. Mas em meio ao rebuliço e frenesi da vida cotidiana mais um ciclo se encerra, para tantos outros começar. Não foi fácil chegar aqui, não será fácil depois daqui mas existem pessoas que, com seus zelos e carinhos, ajudaram a cruzar estas águas (e seus turbilhões). A elas, dedico não apenas este trabalho, mas minha amizade e gratidão.

Inicialmente a Zambi, que a tudo fez, e que para todos tem um plano.

À Verinha e seu Nilo, meus velhos, meus amigos de alma, minha saudade e meus amores. Estão por aqui, felizes em ver os irmãos reunidos, felizes em me ver feliz, pois sempre foi assim, nossa alegria nunca foi individual, sempre foi coletiva, como eles tanto queriam. Nossa conexão não se encerrou neste plano material, e sempre soubemos disso. Felizes por mais essa do seu filho, que tanto os admira todos os dias da vida.

À Tetê, que tanto suou por me fazer estudar, ler, conhecer Beethoven, Bach, Neruda, Brecht e tanto mais...prometi que entraria em sua casa para mostrar a dissertação de Mestrado, mas não deu tempo de mostrar o Doutorado. Não faz mal, o que você plantou está guardado no fundo do meu coração. Obrigado Tê.

Em cada respiração Malu está comigo. Minha filha, minha amiga, minha poesia minha felicidade. Sempre me emociono só de sentir a potência deste Amor. Filhota, você que tanto sabe sobre mim, sabe que seu sorriso é a luz do Sol que alumia meu caminho. Valeu, meu Amor.

Às poesias de Patrícia e ao som de Duda. Mais que irmãos, mais do que amigos. O vínculo com vocês é, e sempre foi uma das certezas absolutas de minha jornada.

---

<sup>1</sup> Essa Vida Não está fácil. Duda Bastos. 2013

Quando a conheci, há cerca de quatro anos atrás, no NEPHU, não tinha a menor ideia de como este encontro mudaria minha vida. Desde então, tornei-me um admirador privilegiado de sua trajetória. Orientadora, chefe, pesquisadora, Professora, Mestre, amiga, guerreira, apaixonada pela vida, de uma forma tão intensa, que é impossível não se deixar contagiar por sua obsessiva vontade de mudar o mundo. Este trabalho tem muito de Regina Bienenstein, muito mais do que podem palavras expressar. Obrigado, estarei sempre por perto quando você chamar, e isto não é por retribuição, mas sim por entusiasmo a tudo que sua presença me proporciona.

Às professoras e professores desta Banca de Defesa, Flávia Elaine da Silva Martins, Glauco Bienenstein, Sarah Lúcia Alves França, Alex Ferreira Magalhães e seus suplentes Fernanda Ester Sanchez Garcia e Tatiana Cotta Gonçalves Pereira. Muito obrigado.

À Beta, por todo o carinho, amizade e paciência. Sua presença trouxe leveza, beleza, segurança, além de tantos momentos gostosos. Como é bom você estar ao meu lado neste momento da minha vida.

À Ângela, Mariza e Fernando, pela força e pelo apoio desde sempre.

Às minhas avós, avôs, primas e primos. Toda minha família que contribuiu para ser quem eu sou.

À Dan, pela amizade, pela filhota e por ter um dia me dito: “volta para sala de aula, você é Professor!” Estamos no caminho...obrigado.

Às minhas sobrinhas, Nicole, Gabi, Biele e Stéphan. Valeu pelo carinho.

Aos meus colegas de NEPHU, na figura de seu Coordenador, Enzo Belo.

Ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, seus professores, professoras, funcionários e funcionárias, na figura de sua Coordenadora Andréa da Rosa Sampaio, e seu Sub- Coordenador Jorge Baptista de Azevedo.

À Ângela Carvalho, mais do que amiga, um verdadeiro anjo da guarda deste programa.

A todas colegas e colegas da minha turma, na figura de Alex Sinner Jack. “Precisa não mano, me entrega na matrícula.” Pô camarada, esta é para a história, heim?

Aos Landers e toda a sua amizade, valeu Pri, Rafa, Tati, Pietro e Vitinho, vamos comemorar nas terras altas. E por falar nisso, obrigado Lumiar, suas estrelas, seu rio e a *casinha*, sem você não estaria aqui escrevendo.

Ao templo da Sabedoria e do Conhecimento, o Bode Cheiroso, valeu bodísticos Fragoso, Bogossian Vinicius, Bárbara, Renata, Clarissa, Climaco, Brito, Pedrinho, Bel, Leandro, Wallace, Bia “mora longe”, Joãozinho lá de Minas, Ety, Tartaglia. I’l go back...

Às companheiras e companheiros do PSOL. Terminou moçada, estou voltando, pois, a ausência de um é muito em tempo de *terras arrasadas*.

A todas as professoras e professores do Colégio Pedro II da Tijuca, na figura de seu Diretor, Jesen Baptista dos Santos Junior.

À equipe de geografia do CPII, Eduardo, Márcio, Zélia, obrigado moçada.

Ao cara que me ajudou literalmente a cruzar o mundo...Valeu Xande, por tudo mesmo.

Será que precisaremos de quantos desencontros para sempre nos encontrarmos?.... Ah...Lau, quantas e quantas heim...está aqui, no lado direito do peito, feito tatuagem.

Na hora da dureza, o amor de vocês sempre me fez um ser humano melhor, obrigado Íris Maria Bastos, Caiuã Bastos, Francisco Bastos, Pretinha Bastos, Miúcha Bastos, Joca, Harry e Mel.

Aos Telios, que sempre me tiveram como um deles, Linda, Oliva, Claudinha, Ricardo e a todas e a todos desta linda família.

À Lilian Sodre, que foi a primeira a cantar esta pedra...que responsabilidade heim?

*Às mana e aos mano,*

Daniel Mendes, Elô, Guina, Mayã, Marcos Maia, Camila Avesani, Paula Finco, Vitor Cadorin, Roberta Santos, Sabrina Campus, Jaqueline, Karla Regina, Rafael Drumond, Kadu, Rafela, Luiz Eduardo, Leandra, Mari Diniz, Marcos Reis, Mari Reis, Kaplan, Virgínia, Rubens Moreira, Mylena, Roberto Marques, Guarni, Douglas, Adão, Lu Colombo, Taty Terry, Bruno Queiroz, Rodrigo Moraes, Solange Carvalho, Ricardo Cabral, Lílian (valeu a dica do Doutorado, viu), Marcelo Detran, Pacato, Lanine, Biar, Chico Graja, Júlio Holanda, Evelin, Joana Grajaú, Aden, Gustavo Bueno, Vicente, Hugo Freitas, Godin & Godin, Vitória, Carla Hist, Mel Eli, Tessi, Manuela, Ieda, Chamegão, Ricardo, Aninha, Júlio, “*livro lido é livro livre*”, Tia Conceição, Pancinha, Simone, Daniela, Bruninha, Bruno G., Josi, Maurílio e suas *letras poéticas*, Silmara, Andressa e Pedrinho, à família do sorriso mágico, Rê, Tadeu e Manô, vocês são demais, Fabinho, Raulzito, Gustavão, meu tunhado, Roberto Leher, Fátima Tardin, Vitor Guimarães, Felipe e sua família, quero baião para comemorar, Joana CPII, Lili e família, Patrícia e Luiza, Viagem, Joana Xênia, Machado, Rita e Jorge Margarida, Hansen, Vandinho, Marcelo Jacoud, Sonia Silva, Neige Mota, Regene Brito, Luis Carlos Rosado, Bel Saíde, aos donatários das terras ainda mais altas, Marjorie, Claudinho, Cata e Miguelito, André Jorge, Valtinho, Gabriel Oss, Lapa, Glória, Chico UFRJ, Juan, Luiza Santiago, Beto Uerj, Jorgina, Isabel, Núcleo Primeiro de Maio, Núcleo Grajaú, Internúcleos.

A todas e a todos moradores de Vila Autódromo, na figura querida de Penha, obrigado pelo carinho e pelo exemplo de garra de todos vocês.

A todas e a todos os moradores de Vila União Curicica, na figura de Róbson.

À Galera do esconderijo, Julinho, Edir, Dinho, Luan, Vitinho e geral...

À galera da academia, Dudu, Bia, Thiaguinho, Danilo, Rafa, Suede, Beção, Clóvis, Paulinho (*in memorian*), Flavinho, Marcele, Vit, Danilo, Isabeu, Gaúcho, Bia, Vicente e Diego.

À Galera do Varandão, nas figuras de Rivaldo, Luquinha e toda moçada.



Às brasileiras e aos brasileiros que me ajudaram pagando a minha bolsa de estudos. Espero estar à altura do desafio de transformar todo o conhecimento apropriado em prol da melhoria deste país.

*A todas as alunas e alunos...um pedacinho de cada um de vocês está por aqui no meio dessas palavras...profunda gratidão por isso.*

## RESUMO

A reestruturação do capitalismo e a adesão ao ideário neoliberal têm impactado, nos últimos quarenta anos, de forma contundente, os territórios das cidades brasileiras, privatizando espaços e retirando direitos de suas populações. A presente Tese busca colaborar com esta discussão e, neste sentido, apresenta uma análise das contradições entre o discurso e a prática relativa à habitação popular, observadas durante a gestão Eduardo Paes (2009- 2017) no Rio de Janeiro. Estabelecido através de leituras de autores como Lefebvre, Harvey, Santos, Maricato, Vainer, Bienenstein, G., Bienenstein, R., Sánchez, Carlos, dentre outros autores, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas junto a órgãos e documentos públicos, escritórios de arquitetura, mídia, movimentos sociais, além de entrevistas com diferentes atores. A fim de aprofundar a discussão sobre o tema proposto, analisamos criticamente o programa Morar Carioca, lançado em 2009, primeiro ano do governo Paes, mas somente oficializado em 2012. O programa seria, segundo a prefeitura, a política destinada à urbanização e habitação voltada para as populações de baixa renda e tinha como objetivo final atender a todas as favelas da cidade até o ano de 2020. Ao longo deste trabalho, observamos que os investimentos e resultados desta ação foram aquém do prometido, sendo o programa federal Minha Casa Minha Vida a principal alternativa das camadas mais pobres da cidade para se adquirir moradia. Paradoxalmente, além de não conseguir cumprir nesta área o anunciado, o governo municipal produziu ainda maior contradição ao promover uma política de desapropriações e remoções em grande escala, estimulada por interesses privados e legitimada, em parte, pelas realizações de megaeventos. Pretendemos, ao final deste trabalho, demonstrar que, após este período, a cidade do Rio de Janeiro está ainda mais segregada sócio espacialmente e sua população vivencia maiores obstáculos para garantir o seu direito à cidade. Porém, a implementação deste modelo não é feita sem críticas, já que grupos e movimentos organizados a contestam através de suas práticas.

**Palavras chaves:** Habitação Popular; Morar Carioca; políticas públicas; produção do espaço urbano; luta pelo espaço.

## **ABSTRACT**

The restructuring of capitalism and adherence to the neo-liberal ideology has impacted the territories of Brazilian cities in the last forty years, privatizing spaces and withdrawing rights from their populations. The present thesis seeks to collaborate with this discussion and, in this sense, presents an analysis of the contradictions between the discourse and the practice regarding popular housing, observed during the management Eduardo Paes (2009-2017) in Rio de Janeiro. It was established through readings by authors such as Lefebvre, Harvey, Santos, Maricato, Vainer, Bienenstein, G., Bienenstein, R., Sánchez, Carlos, among others. This work was developed from research with public bodies and documents, architecture's office, media, social movements, and interviews with different actors. In order to deepen the discussion on the proposed theme, we critically analyzed the Morar Carioca program, launched in 2009, the first year of the Paes government, but only officially in 2012. The program would be, according to the city hall, the policy aimed at urbanization and housing for the low-income population and had as its final goal to serve all the favelas of the city until the year 2020. Throughout this work, we observed that the investments and results of this action fell short of what was promised, the federal program Minha Casa Minha Vida, the main alternative of the poorest layers of the city to acquire housing. Paradoxically, in addition to failing to meet the announced goals in this area, the municipal government has produced even greater contradictions in promoting a policy of large-scale expropriations and removals, stimulated by private interests and legitimized, in part, by the achievements of mega-events. We intend, at the end of this work, to demonstrate that, after this period, the city of Rio de Janeiro is even more segregated spatially and its population experiences greater obstacles to guarantee their right to the city. However, the implementation of this model is not done without criticism, since organized groups and movements challenge it through their practices.

**Keywords:** Popular Housing; Morar Carioca; public policy; Production of urban space; Fight for space.

## RESUMEN

La reestructuración del capitalismo y la adhesión al ideario neoliberal han impactado, en los últimos cuarenta años, de forma contundente, los territorios de las ciudades brasileñas, privatizando espacios y retirando derechos de sus poblaciones. La presente tesis busca colaborar con esta discusión y, en ese sentido, presenta un análisis de las contradicciones entre el discurso y la práctica relativa a la vivienda popular, observadas durante la gestión Eduardo Paes (2009-2017) en Río de Janeiro. El trabajo fue realizado a partir de investigaciones en órganos y documentos públicos, oficinas de arquitectura, medios de comunicación, movimientos sociales, además de entrevistas con diferentes actores. Con el fin de profundizar la discusión sobre el tema propuesto, analizamos críticamente el programa Morar Carioca, lanzado en 2009, primer año del gobierno Paes, pero sólo oficializado en 2012. El programa sería, según la alcaldía, la política destinada a la urbanización y la vivienda volcada Para las poblaciones de bajos ingresos y tenía como objetivo final atender a todas las favelas de la ciudad hasta el año 2020. A lo largo de este trabajo, observamos que las inversiones y resultados de esta acción fueron por debajo de lo prometido, siendo el programa federal Mi Casa Mi Vida, La principal alternativa de las capas más pobres de la ciudad para adquirir vivienda. Paradójicamente, además de no poder cumplir en esta área el anunciado, el gobierno municipal produjo aún mayor contradicción al promover una política de expropiaciones y remociones a gran escala, estimulada por intereses privados y legitimada, en parte, por las realizaciones de megaeventos. Pretendemos, al final de este trabajo, demostrar que, después de este período, la ciudad de Río de Janeiro está aún más segregada socio espacialmente y su población vive mayores obstáculos para garantizar su derecho a la ciudad. Sin embargo, la implementación de este modelo no se hace sin críticas, ya que grupos y movimientos organizados la cuestionan a través de sus prácticas.

Palabras claves: Vivienda Popular; Morar Carioca; políticas públicas; producción del espacio urbano; lucha por el espaci

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Antiga Fábrica Confiança, localizada no Bairro de Vila Isabel.....	48
Figura 2: Fotos da cidade de Barcelona durante a preparação para os jogos Olímpicos de 1992.....	58
Figura 3: Morro da Providência em 1902.....	64
Figura 4: caricatura dos cortiços cariocas no início do Século XX.....	71
Figura 5: Projeto Mutirão.....	79
Figura 6: Condomínios do BNH na cidade do Rio de Janeiro.....	87
Figura 7: Mapa de intervenções do Favela Bairro.....	96
Figura 8: Obras do Programa Favela Bairro em comunidade do Rio de Janeiro.....	99
Figura 9: Lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida.....	113
Figura 10: Museu do Amanhã.....	136
Figura 11: Museu de Arte do Rio.....	137
Figura 12: Revolta Guerra da Água em Cochabamba.....	146
Figura 13: Membros do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro.....	164
Figura 14: Comemoração da eleição do Rio de Janeiro confirmado como sede olímpica.....	177
Figura 15: Projeto do Parque Olímpico Universitário.....	181
Figura 16: Construção da vila pan-americana no bairro da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro.....	183
Figura 17: Parque Olímpico, localizado no bairro da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro.....	191
Figura 18: Mapa da Zona Oeste do Rio de Janeiro com seus respectivos IDH.....	194
Figura 19: Trajeto dos BRTs.....	196
Figura 20: Localização da área de Planejamento I no município do Rio de Janeiro.....	198
Figura 21: Mapa da área de Planejamento I da cidade do Rio de Janeiro.....	198

Figura 22: Área de intervenção do Porto Maravilha- Plano urbanístico.....	200
Figura 23: Peça publicitária da Petrobras.....	202
Figura 24: Mapa do Google Maps sem favelas.....	203
Figura 25: Mapa da área de assentamentos informais localizados na cidade do Rio de janeiro.....	206
Figura 26: Mapa de abrangência dos escritórios selecionados no concurso Morar carioca.....	213
Figura 27: Rodas de conversas do IBASE em Vila São Jorge/ Para Pedro.....	216
Figura 28: Foto da apresentação do Programa Morar Carioca aos moradores da comunidade de Vila São Jorge/ Para Pedro.....	217
Figura 29: imagens dos Projetos finais dos escritórios NAPP e Hector Viglieca.....	220
Figura 30: Área geográfica das ações de regularização informados pelo Morar Carioca.....	224
Figura 31: Quilombo das Guerreiras.....	241
Figura 32: Mapa das desapropriações ocorridas no período 2009- 2012.....	246
Figura 33: Favelas com remoções x motivações.....	250
Figura 34: Localização da área de Vila Autódromo próxima ao Parque Olímpico.....	255
Figura 35: Plano Popular da Vila Autódromo.....	257
Figura 36: Imagem de área de lazer no Plano Popular de Vila Autódromo.....	257
Figura 37: propaganda oficial do condomínio Parque Carioca.....	266
Figura 38: foto atual da área de lazer do condomínio Parque Carioca.....	266
Figura 39: Entrega das chaves aos moradores de Vila Autódromo em 2016.....	268
Figura 40: Foto da área ocupada pela Vila União Curicica, no bairro de Jacarepaguá.....	269
Figura 41:Foto da comunidade após a retirada da primeira parte dos moradores de Vila União Curicica.....	270

Figura 42: Organograma das empresas controladas à OAS.....	277
Figura 43: Setores e área geográfica de atuação da Empresa Camargo Correa.....	279
Figura 44: Organograma das áreas de atuação da Empresa Andrade Gutierrez.....	281
Figura 45: Organograma de atividades da Carioca Engenharia.....	282
Figura 46: Estrutura acionária da Concessionária Porto Novo.....	296
Figura 47: Remoções de casas da comunidade Metrô Mangueira.....	307
Figura 48: Anúncio do Evento Descarrego Literário.....	309
Figura 49: Festival de comunicação Sindical e Popular.....	310
Figura 50: Jornadas de junho de 2013.....	312

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fonte de recursos do Minha Casa Minha Vida. Fonte: MC cidades, in Andrade, 2011.....	110
Tabela 2: Matriz de recursos da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.....	188
Tabela 3: Matriz de recursos do governo do Estado do Rio de Janeiro.....	189
Tabela 4: Matriz de recursos do Governo Federal.....	187
Tabela 5: Escritórios vencedores do Concurso Morar Carioca, por bairros atendidos.....	212
Tabela 6: valores discriminados dos pagamentos realizados aos escritórios.....	222
Tabela 7: Ações de regularização fundiária no Programa Morar carioca, por regiões da cidade e bairro.....	224
Tabela 8: Recursos do Programa Morar Carioca.....	228
Tabela 9: Recursos do Programa Morar Carioca investidos no PROAP e no Minha Casa Minha Vida.....	232
Tabela 10: Recursos do Morar Carioca para pagamento de indenizações.....	233
Tabela 11: Recursos do Morar Carioca utilizados para urbanização.....	234
Tabela 12: Remoções x justificativas/ Dossiê do Comitê Popular.....	272
Tabela 13: Tabela de valores e responsáveis pelas grandes obras dos megaeventos.....	309



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução dos recursos do FGTS entre 2003 a 2008.Fonte: MC cidades, in Andrade, 2011.....	111
Gráfico 2: Evolução de recursos da Caixa Econômica Federal entre 2003 a 2008.....	111
Gráfico 3: Atendimento do MCMV por faixa salarial.....	116
Gráfico 4: Evolução das doações das empreiteiras nacionais para partidos políticos.....	287
Gráfico 5: Doações da Odebrecht para partidos políticos no período 2002-2012.....	288
Gráfico 6: Doações da Camargo Correa para partidos políticos no período 2002-2012.....	288
Gráfico 7: Doações da Andrade Gutierrez para partidos políticos no período 2002-2012.....	289
Gráfico 8: Doações da OAS para partidos políticos no período 2002-2012.....	289

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADEMI-</b> Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário	<b>FNHIS-</b> Fundo Nacional de Interesses Social
<b>AMPAVA-</b> Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo	<b>FNRU-</b> Fórum Nacional da Reforma Urbana
<b>ANPUR-</b> Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.	<b>FUNCEF-</b> Fundos de Pensão da Caixa Econômica
<b>APO-</b> Autoridade Pública Olímpica	<b>GEAP-</b> Grupo Executivo de Assentamentos Populares
<b>BID-</b> Banco Interamericano de Desenvolvimento	<b>GTR-</b> Grupo de Trabalho de Reformulação
<b>BNH-</b> Banco Nacional de Habitação	<b>JB-</b> Jornal do Brasil
<b>BNDES-</b> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<b>IAB- Rio-</b> Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Rio de Janeiro
<b>BRT-</b> Bus Rapid Transit	<b>IBASE-</b> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
<b>CEF-</b> Caixa Econômica Federal	<b>IBGE-</b> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>CEDURP-</b> Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto	<b>IPP-</b> Instituto Pereira Passos
<b>CGM-</b> Controladoria Geral do Município	<b>IPPUR-</b> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
<b>CHISAN-</b> Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro	<b>MAB-</b> Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu
<b>CIEP-</b> Centro de Integração de Educação Pública	<b>MAR-</b> Museu de Arte do Rio
<b>CODESCO-</b> Companhia de Desenvolvimento de Comunidade	<b>MC-</b> Ministério das Cidades
<b>COAHB-</b> Companhia de Habitação	<b>MIP-</b> Movimento Independente Popular
<b>COB-</b> Comitê Olímpico Brasileiro	<b>NEPHU-</b> Núcleo de Estudos e Pesquisas Habitacionais e Urbana
<b>COI-</b> Comitê Olímpico Internacional	<b>NEPLAC-</b> Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual
<b>COMLURB-</b> Companhia de Limpeza e urbanização	<b>NUTH-</b> Núcleo de Terras e Habitação
<b>EMOP-</b> Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro	<b>ONU-</b> Organização das nações Unidas
<b>ETTERN-</b> Laboratório Estado Trabalho Território Natureza	<b>PAC-</b> Programa de Aceleração do Crescimento
<b>FAFERJ-</b> Federação de Favelas do Rio de Janeiro	<b>PCB-</b> Partido Comunista do Brasil
<b>FEEMA-</b> Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente	<b>PAIHP-</b> Plano de Ação Imediata para Habitação
<b>FIFA-</b> Fédération Internationale de Football Association	<b>PDT-</b> Partido Democrático Trabalhista
<b>FINEP- GAP-</b> Financiadora de estudos e projeto - grupo de arquitetura e planejamento	<b>PLHIS-</b> Planos Locais de Habitação de Interesse Social
<b>FGTS-</b> Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	<b>PMDB-</b> Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>FMI-</b> Fundo Monetário Internacional	<b>PMVCM-</b> Programa Minha Casa Minha Vida
	<b>PNH-</b> Plano Nacional de Habitação
	<b>PROAP-</b> Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro
	<b>PT-</b> Partido dos Trabalhadores
	<b>PTB-</b> Partido Trabalhista Brasileiro

**PV-** Partido Verde  
**RA-** Região Administrativa  
**SBPE-** Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo  
**SFS-** Sistema Financeiro de Saneamento  
**SERFHAU-** Serviço Federal de habitação e Urbanismo  
**SMH-** Secretaria Municipal de Habitação  
**SNH-** Sistema Nacional de Habitação  
**SNHM-** Sistema Nacional de Habitação de Mercado

**SNHIS-** Sistema Nacional de Interesse Social  
**UFF-** Universidade Federal Fluminense  
**UFRJ-** Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**UNE-** União Nacional dos Estudantes  
**UOL-** Universo On Line  
**USAID-** United States Agency for International Development  
**VLT-** Veículo Leve sobre Trilhos

## **Sumário.**

<b>Introdução</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo I: O problema urbano brasileiro</b>	<b>43</b>
1.1- O direito à cidade na atualidade na realidade Brasileira	44
<b>Capítulo II: Os planos para a habitação popular e integração das favelas à cidade do Rio de Janeiro: da Capital do Império ao programa Morar Carioca</b>	<b>61</b>
2.1- A percepção de espaços segregados na cidade do Rio de Janeiro	63
2.2- A habitação popular na cidade do Rio de Janeiro: a insistente herança da Precariedade	69
2.2.1 - O Banco Nacional da Habitação	80
2.2.2. - O período do programa Favela Bairro	93
2.2.3 - Minha Casa Minha Vida e Programa de Aceleração do Crescimento: avanços e incongruências da gestão petista	102
<b>Capítulo III: A gestão Paes - contradições entre prática e discurso</b>	<b>123</b>
3.1- A contradição em processo	126
3.2- Discurso e prática em tempos de globalização: Paes, uma gestão de seu tempo	138
3.3- Impactos e desdobramentos dos jogos olímpicos e megaeventos: do legado à cidade negada	176
3.4- A produção habitacional e urbanística durante a gestão Paes e o programa Morar Carioca: por onde andarão?	205
3.4.1- Remoções e desapropriações: as feridas das contradições	236
3.4.2- Coisa Nossa ou <i>Cosa Nostra</i> : as relações entre as construtoras e a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	275

3.5- Verás que um filho teu não foge à luta: desafios de resistência ao modelo privatista de cidade	298
<b>Capítulo IV: Conclusões (nada) finais</b>	<b>316</b>

## **Introdução**

*No caminho para Tebas, Édipo se deparara com um ser diferente, meio leão, meio lagarto, meio gente, que ao avistá-lo lançou no ar um desafio mortal. Este é o caminho para Tebas e sou seu guardião, apenas passarás por aqui, se souberes meu enigma resolver.*

## **O espaço e sua imprescindível mutabilidade**

Este trabalho fala sobre pessoas e espaço, ou seja, sobre as pessoas em um determinado espaço e tempo. Espaço esse que vive e revive inexoravelmente em sua própria mutabilidade.

Desta forma, podemos conceber o espaço como um espelho da sociedade que ali estabelece seu modo de ser, suas idiossincrasias e seus símbolos. Corrêa (1995, p. 25) sugere que o espaço deve ser concebido como lócus das reproduções sociais, ou seja, de reprodução da própria sociedade. Abandonamos assim a ideia de um espaço vazio, buscando um conceito mais amplo que permita garantir a este trabalho comprovar as teses relacionadas à produção urbanística- habitacional popular na cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido entre os anos de 2009- 2016.

Lefebvre (1976) apresenta sua crença de que o espaço, aqui entendido como espaço social, não pode ser visto como algo absoluto:

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções, nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional”. (LEFEBVRE, *in* Corrêa, 1995, p.25).

Ao problematizar a produção do espaço, Carlos (2013, p. 165) entende que o espaço é humano, não porque o homem o habita, mas porque ele o produz.

Para Correa (1995, p.26), dentro de uma abordagem geográfica dos anos 70 sobre a geografia, que naquele momento adotava o materialismo histórico e a dialética como

paradigmas daquela ciência, o espaço seria concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, a reprodução da própria sociedade.

Já Santos (1977, p.5, *Apud*, Correa, 1995, p. 26) afirma não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço, pois, para o autor, os modos de produção, bem como as contradições originárias deste paradigma, tornam-se concretos em uma base territorial. Desta forma, o espaço aparece como um fator social e não simplesmente um reflexo social.

O espaço, portanto, servirá como estrato material para a realização histórico-espacial da condição humana e seus desdobramentos, servindo como alicerce para as análises que podem ajudar a compreender os modelos espaciais ao longo da história e em diferentes lugares, esses naturalmente estruturados à luz da produção humana que se encontra diversificada em diferentes níveis.

Supor modelos homogêneos para a compreensão da ocupação do espaço seria incorrer em um grave erro de investigação, posto que as sociedades convergiram para o presente momento através de possibilidades circunstanciais a elas próprias, bem de como a toda a humanidade. Analisar a relação de moradores de uma vila de pescadores croatas do Mar Adriático com o seu espaço e compará-la, através de modelos que podem se apresentar como homogêneos, a uma comunidade favelada de Bogotá, seria antes de tudo pobre de análise, pois não conseguiríamos reconhecer as complexidades de estruturação espacial em cada uma delas.

Observar as formas e funções interligadas em um determinado espaço pode, portanto, contribuir para um entendimento das contradições sócio-espaciais, surgidas mais intensamente nos dois últimos séculos e que contemplaram uma urbanização consolidada, efetivando as cidades como o espaço nevrálgico da organização da vida.

Lefebvre (2006, p. 75) ao comentar sobre a cidade moderna, fundada sob a emergência da Revolução Industrial, ressalta que essa nasce sem condições de oferecer soluções para as

problemáticas urbanas, a não ser através de pequenas medidas técnicas, incapazes de mudar o estado das relações presentes nessa.

No último quartel do século XX, já se observando neste momento o espraiamento das ideias liberais, construídas nos países centrais em direção ao resto do mundo, o fenômeno da urbanização se consolida de forma global, principalmente no mundo ocidental, implicando em novas e acirrando antigas contradições. Para Carlos (2002, p. 173), os problemas postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução geral da sociedade, e seu estágio atual colocará novos problemas na agenda urbana devido às novas necessidades de comunicação e de deslocamento.

Portanto, podemos compreender que derivado de diferentes contextos e intencionalidades, a cidade do Rio de Janeiro vem, a exemplo de outras metrópoles nacionais e mundiais, desde a década de 1980, constatando um proeminente avanço dos interesses privados sobre seus espaços, o que tem provocado diversas mudanças e confusões que impactam diretamente sobre o espaço e sua população.

Mais precisamente no início do século XXI, o espaço da cidade sofrerá ainda maiores impactos, desta vez, resultado do aporte de grandes fluxos de capitais, onde se destacam os megaeventos que transformaram seus espaços de forma contundente, apartando ainda mais as classes sociais presentes em sua base física. O espaço que nunca é o mesmo, pois se apresenta num corpo contínuo de permanentes inflexões, irá desempenhar um papel fecundo de observações garantindo assim, análises de como, em uma grande metrópole do mundo semiperiférico, o estágio atual da produção humana pode reorganizar as relações sócio-espaciais experimentadas neste início de século.

Partindo desta realidade, o presente trabalho aborda a produção habitacional popular na cidade do Rio de Janeiro durante a gestão municipal Eduardo Paes (2009- 2016), evidenciando as contradições presentes entre o discurso oficial e as práticas adotadas pela prefeitura durante



este ínterim. Para isto deveremos considerá-la inserida em contextos históricos, sociais e econômicos.

Enxergamos neste período um maior acirramento das dificuldades de acesso à moradia popular, obstaculizando assim, ainda mais o Direito à cidade por parte das porções mais pobres da população.

### **Breves notas da História das Lutas pela Moradia na Cidade do Rio de Janeiro: novos modelos no passado e velhas práticas na atualidade**

Mudanças nunca foram novidade para a população da cidade do Rio de Janeiro que, ao longo da história da construção deste território, observou inúmeras intervenções e conviveu com diferentes papéis que a cidade possui/possuiu. Capital nos períodos colonial, imperial e republicano, a cidade sempre serviu como uma espécie de “bastião” da expressão de setores da sociedade brasileira. Seu território poderia servir como um exemplo a ser seguido por todo o país, externalizando diferentes modos de governos e suas respectivas ideologias.

Em 1808, a população local da cidade, devido à vinda da corte portuguesa, experimentaria uma enorme transformação. A chegada em sua principal colônia acarretou um enorme esforço para garantir a adequação necessária do território para se tornar centro de um extenso império colonial. Motta (2004) destaca sobre este período que:

No pobre cenário da cidade colonial teve então lugar uma verdadeira febre de empreendimentos. Fundaram-se escolas – de medicina, de guerra, de marinha, de comércio; uma imprensa régia, que sempre fora recusada à colônia; uma livraria, que seria o núcleo da futura Biblioteca Nacional; o Jardim Botânico; a Academia de Belas Artes, o Teatro Real, o Banco do Brasil. Mas isso não bastava. A própria configuração urbanística da cidade precisava se adequar a essa função de cenário do Poder Imperial. Com a vinda da missão artística francesa a partir de 1816, fachadas neoclássicas e arcos triunfais foram projetados para dar ao Rio de Janeiro a cara de uma capital europeia (MOTTA, 2004, p. 10).

Já o rompimento com a Coroa Portuguesa demandou a criação de uma nova nacionalidade, sem que, para isso, as relações de produção fossem alteradas. Desta forma, se

fez necessário transformar o espaço da Capital, com o intuito de demonstrar a realeza de uma nação imperial tropical inserida em um mundo dito e reconhecido como civilizado.

Neste período, foram fundados o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional, suficientemente robustos para garantirem uma nova leitura do país e de sua população. Os conflitos entre a relação de proximidade do Poder Nacional e a população do Rio de Janeiro já são observados em grande escala neste período na cidade. É importante destacar que, no final do século XIX, ainda éramos uma economia baseada no grande latifúndio escravista e que a população da cidade do Rio de Janeiro era extremamente heterogênea no que se refere as suas origens, bem como aos direitos de cada indivíduo, onde, segundo Motta (2004, p. 11), o poder deveria ser unificado e hierarquizado em torno de um governo central que se mostrasse forte.

Esta ideologia da ordem e da centralização do poder na Cidade do Rio de Janeiro era uma condição de existência de um império basicamente agrícola, que tinha como identidade nacional uma enorme descontinuidade socioterritorial. Neste período, o país assemelhava-se a um “arquipélago mercantil”, pois as áreas extensas, ao sul e ao norte, tinham como principal função produzir para o exterior, deixando um enorme espaço político que deveria, agora sob a égide de um império nacional, ser superado, criando para isso condições efetivas que garantissem a “colagem” destes espaços independentes economicamente entre si.

A cidade expressaria neste período, portanto, a determinação de uma centralização política, onde qualquer distúrbio deveria ser punido exemplarmente, para que não houvesse dúvidas das intenções da Coroa Brasileira. Por ser sede do principal porto da época, com um enorme volume de insumos e recursos derivados da expansão cafeeira no Vale do Paraíba, a cidade passa a demonstrar, antes mesmo do período republicano, um forte viés cosmopolita que viria a constituir sua identidade ao longo da história. Motta (2004, p.16) descreve esta característica da seguinte maneira:

Centro redistribuidor de escravos, principal porto importador de produtos manufaturados e ponto de convergência do comércio de cabotagem, essa “hipertrofia comercial” gravaria no Rio uma marca indelével do litoralismo e cosmopolitismo, consubstanciada na aspiração de conexão com o exterior. (MOTTA, 2004, p. 16)

Com o fim da economia baseada na mão de obra escrava e, por conseguinte do ciclo imperial, surge uma República baseada em princípios positivistas, sob enorme inspiração estadunidense e novamente a cidade, ainda capital, deveria incorporar os símbolos deste novo período. Em termos econômicos, o início da República é marcado fortemente por uma concentração de poder político nos estados brasileiros. Porém, se o poder estava diluído entre diferentes estados, o centro da elite brasileira estava presente fortemente nas instituições com sede na cidade capital. A proximidade com a população e suas demandas novamente veio à tona, externalizando grandes conflitos urbanos em seu território. A exemplo do fim da monarquia portuguesa, as estruturas econômicas, salvo a abolição do trabalho escravo, foram mantidas. A estrutura agroexportadora permanecia construindo, permanentemente, uma forte desigualdade social que se materializava nos centros urbanos do país. A capital, por conta desta realidade, acostumava-se a frequentes manifestações, tais como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910).

A fim de garantir organização socioespacial, o Governo Federal concedeu poderes extraordinários para que o então Prefeito Pereira Passos (1902-1906) pusesse em prática uma remodelação da geografia da cidade. Este período, segundo Motta (2004, p.22), ficou conhecido como “ditadura do Prefeito”, e suas intervenções deveriam servir de vitrine e espelho desta nova nação. Para Rezende (2002), o Presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906), juntamente com o Prefeito, conseguiu impingir, em pouco tempo, grandes transformações no território com a finalidade de garantir um novo patamar para a cidade do Rio de Janeiro. A autora ainda destaca o apoio de investimentos externos para a realização destas obras.

As administrações de Rodrigues Alves, presidente da República, e de Francisco pereira Passos, prefeito da cidade, realizam assim, em curto espaço de tempo, um conjunto de obras cuja execução vai se caracterizar pela intensa centralização do poder de decisão, pela existência de um plano de conjunto definido e pelo apoio de empréstimos estrangeiros (REZENDE, 2002, p.258).

Estava aberto assim o espaço para a Reforma Passos a qual, segundo Abreu (2011, p.59), seria a primeira iniciativa de conferir à cidade, especialmente do ponto de vista simbólico, um espaço propício à acumulação, isto feito através de grandes projetos e/ou intervenções modernizadoras.

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais, de criação, concentração e acumulação do capital (ABREU, 2011, p.59).

Com esse objetivo, a Reforma Passos foi orientada em três direções: a abertura da Avenida Central, obras de ampliação do Porto da cidade, que englobaram a abertura das Avenidas Francisco Alves e Francisco Bicalho. Ainda conforme Motta (2004, p.30), esta era sem dúvida uma resposta às necessidades da “face urbana” das atividades agroexportadoras, em função da inserção do Rio na economia mundial, como centro exportador de produtos agrícola e importador de quaisquer que fossem os produtos manufaturados. Paralelo a este processo de “modernização” da urbe, emergia um novo padrão de “civildade” que deveria, na medida do possível, adequar a população a este novo patamar de cidade. Desta forma, a gestão municipal, através de seu “choque de ordem”, editou inúmeras medidas para garantir este fim, entre elas, a proibição de vendas de bilhetes de loteria e a ordenha de vacas, bem como a prática da medicina pública e qualquer forma de comércio ambulante nas recém-criadas avenidas. Punições estavam previstas para quem urinasse ou cuspsse nas ruas e também estavam proibidos os fogos de artifício. Além disso, demoliu uma série de cortiços os quais, aliás, já haviam sido proibidos de sofrer reparos e melhorias por determinação da Lei Municipal de 10/02/1803. Cães sem dono deveriam também ser recolhidos. O objetivo, segundo Motta (2004), era a transformação do Rio de Janeiro na “Paris” dos trópicos.

Sobre a abertura das supracitadas grandes vias e o processo de renovação urbana, Abreu (2011) faz um importante destaque sobre a privatização em marcha dos espaços públicos, evidenciando assim, uma tradição da prática de favorecimento aos interesses privados:

À abertura dessas novas vias de circulação seguiu-se uma série de obras que objetivavam o alargamento das principais artérias do Centro, ou e suas imediações. Foram assim alargadas para 17 m, as ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembléia, Uruguaiana, Carioca e Visconde do Rio Branco; para 24 m, as ruas Estreita de São Joaquim (continuação da rua Larga de São Joaquim, atual Marechal Floriano) e Visconde de Inhaúma, e, para 14 m, a rua Mariz e Barros, alargaram-se também, as ruas Treze de maio, Acre, Camerino, Sete de Setembro, São José, Ramalho Ortigão, e muitas outras. Nota-se que, na maioria dos casos, a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso a venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados) após o término das obras, ressarcindo-se assim de grande parte de seus custos (ABREU, 2011, p. 61).

Constatamos, neste ponto, práticas hoje presentes no tratamento da cidade do Rio de Janeiro, que já estavam presentes naquela época, o que ajuda a entender algumas tradições e contradições ainda em voga na cidade.

A transformação do espaço e as diferentes funções exercidas pela cidade ao longo da história conferiram uma geografia singular ao Rio de Janeiro, ou uma geografia em camadas que se superpõem em seu território. Para Abreu (2011) a Reforma Passos representa um exemplo de organização social, intervenção estatal e também de como as contradições, ao serem resolvidas de forma paliativa, podem acarretar novas contradições.

A Reforma Passos foi também importante em três aspectos. Em primeiro lugar ela representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade. Finalmente o período Passos também se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge (ABREU, 2011, p. 63)

Os efeitos destas transformações rebateram diretamente nas formas de habitação da população mais pobre da cidade. A Reforma Passos inaugurou também uma dinâmica presente na cidade até os dias de hoje, que se refere à falta de compromisso político com a habitação

popular. Ao propor seu projeto de modernização, a gestão Passos inicia uma verdadeira “patrulha” aos cortiços, habitações das porções mais pobres da cidade espalhados por sua região central, proibindo novas construções, impedindo reformas e literalmente demolindo-os. Tais práticas, aliadas à falta de um planejamento adequado às necessidades de habitação das camadas menos favorecidas da população, acabaram por impor dois caminhos à referida população: dirigir-se às encostas que se transformaram posteriormente nas favelas ou buscar moradia em bairros afastados, que se materializaram em subúrbios e/ou nas periferias.

Para Silva (2002, p.226), no começo da urbanização no início do século XX, o agravamento de habitações populares foi abordado como uma questão sanitária e de disciplinamento da mão de obra, com a construção de vilas operárias e a expansão dos subúrbios. Tais iniciativas, não só não resolveram o problema da habitação popular, como, devido ao descaso político posterior, colaboraram para gerar maiores contradições visíveis no território.

Buscamos ao longo deste trabalho abordar as implicações políticas de projetos urbanísticos, e muitas vezes de suas omissões, para a criação de um espaço urbano cada vez mais segregado, onde pode se observar diferentes formas de fragmentação espacial, marginalização de parte da população, além de gerar grandes dificuldades na obtenção de moradia de qualidade.

Para concluir, ensejamos uma oportunidade de ensaio sobre as práticas observadas ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro que nos conduzem a dois binômios oportunos para o desenvolvimento desta tese. Podemos verificar que novos modelos no passado significaram, em certos aspectos, “freios” às inúmeras possibilidades que poderíamos ter tido ao longo da história e que velhas práticas, vistas na atualidade, correspondem a um passado que talvez nunca tenha sido esquecido de fato. A dialética contida nessa afirmação poderá, se bem fundamentada, nos levar a uma conclusão de que os interesses que guiaram a construção desta

cidade e a transformaram em um grande cenário de desigualdades e contradições poucas vezes se dissiparam e, quando isso ocorreu, seu retorno foi marcado pelo acirramento da contraposição entre diferentes interesses.

### **Justificativa**

Desde os anos 1980, as cidades ao redor do mundo experimentam novos arranjos espaciais, fruto em parte do avanço do neoliberalismo no mundo e tendo como consequência o reconhecimento de novas percepções e abordagens dos territórios. De forma bastante resumida, pode-se afirmar que a partir de novos patamares socioeconômicos as metrópoles mundo afora têm constituído uma plataforma para as práticas de natureza privatista, cujos novos arranjos territoriais, bem como as novas práticas espaciais oriundas deste período têm, sobremaneira, afetado seus tecidos urbanos.

Souza (1995, p. 96) observa que, assim como o poder é onipresente em todas as práticas sociais, o território também está presente em todas elas.

Com efeito, a partir de meados dos anos 1980, avançando para os anos 1990, emergem tendências que, por um lado, têm enfraquecido a ideia de planejamento da cidade como um todo e, de outro têm priorizado o pensar o espaço da cidade em partes, impingindo uma lógica de modernização que acabou se espalhando por diferentes territórios.

Este modelo tem como paradigma de êxito a cidade Barcelona que, durante sua preparação para receber os jogos olímpicos de verão de 1992, foi consideravelmente transformada, não somente no seu arranjo físico, mas principalmente nas formas de pensá-la e de planejá-la.

As grandes intervenções ocorridas em grandes metrópoles mundiais, justificadas através de ideias associadas à renovação, estão presentes nos discursos dos planos urbanísticos desde

então, materializados em grande parte através de grandes e impactantes projetos e/ou megaeventos, os quais passam a orientar o significado e as concepções de cidade e de sociabilidade.

A cidade do Rio de Janeiro, sob a gestão Eduardo Paes, desde 2009, reuniu condições suficientes para, através de uma aliança com os governos estadual e federal e contando ainda com o apoio de setores da mídia, do empresariado e do setor financeiro, impingir um modelo de cidade que responde ao arquétipo supracitado, com singularidades locais.

Ao evocar justificativas que flutuavam entre diferentes conjunturas dadas naquele momento, tais como a emergência de um momento único, a prefeitura executou um projeto de modernização pautado em orientações globais/ nacionais de grupos capitalistas que possuíam interesses em transformar a configuração da cidade em prol de seus interesses. E para garantir a implantação deste modelo, fez-se necessária a construção de um discurso de coalizão em torno de um projeto modernizante de cidade.

Uma imagem de unidade entre a cidade e sua população passa a ser construída, pretendendo, desta forma, apresentar o município do Rio de Janeiro como um espaço de consenso.

Sobre a ideologia presente na concepção de modernização, Florestan Fernandes (2002, *In Gadotti, 2002*), ao abordar planos educacionais do país, alega que “modernizar” pode significar o reajuste das economias periféricas às estruturas e aos dinamismos das economias centrais, para que assim aumente o fluxo da expropriação do excedente econômico que alimenta o crescimento da acumulação capitalista dos países centrais. Desta forma, o ajuste necessário (a modernização) pode significar, um disfarçado atraso, ampliando ainda mais a dependência de um país.

Dentro de uma racionalidade neoliberal a concepção de modernização poderá funcionar como uma justificativa à implantação de orientações e diretrizes privadas nos lugares



alcançados por esta ideologia. Porém, como sugere Santos (1999, p. 258), os locais respondem de formas próprias a este fenômeno, algumas vezes se opondo, outras se confundindo com as diretivas globais.

Ao nos aprofundar no atual momento do capitalismo a ideia de modernização nos parece adequada, pois ao superar em certa medida a crise dos anos 1970, contando com um novo estágio da revolução industrial, que estabeleceu novos patamares de avanço nas áreas tecnológicas, principalmente informática, robótica e transportes, o capitalismo mundial se reestruturou com melhores condições para um alcance global. A partir desta conjuntura, o capitalismo opera uma mundialização de suas economias centrais a partir da supremacia do setor financeiro sobre suas bases produtivas, além de garantir adesão à sua agenda, através da exportação de símbolos e signos culturais próprios.

Ao analisar a categoria de lugar, fazendo-o através de uma perspectiva de Milton Santos, Carlos (2002, p. 171) alerta que a ideia de globalização é, em si mesma, uma metáfora, onde a racionalidade global suscita impor, em todos os lugares a sua racionalidade.

Convém não esquecer que a globalização aparece como metáfora, posto que enseja a espacialização, logo o lugar tem a dimensão de realização de um processo na articulação local / global - enquanto quadro e referência de uma referência pragmática do mundo. Nesta direção, a ordem global busca impor em todos os lugares sua racionalidade; mas este processo é profundamente desigual e contraditório, reproduzindo-se no terceiro mundo “como perversidade” (CARLOS,2002, p. 171).

O resultado desta adesão à agenda neoliberal no Brasil, uma grande economia mundial que convive com enormes patamares de desigualdades sociais, é bem conhecido: privatização, macroeconomia monetarista, desregulamentação, flexibilização das leis trabalhistas, precarização dos direitos sociais e do mundo do trabalho.

Concomitante à racionalidade político-econômica, uma racionalidade técnica referente à implantação de equipamentos de circulação e comunicação fornece uma ideia abstrata de um modelo de homogeneidade dos espaços ao redor do mundo, onde soluções apresentadas como globais e reconhecidas por diferentes governos e grandes empresas poderiam transformar as

diversas realidades do planeta, garantindo assim diminuição da desigualdade social e melhoras de qualidade de vida para seus habitantes.

A fixação destas ideias nas cidades brasileiras provocou, e ainda provoca, uma enorme retirada de direitos que gradualmente passam a ser respondidos pelo setor privado. Em especial a habitação popular, objeto deste trabalho, que durante o período Paes sofre enormes inflexões.

Este trabalho parte da premissa de que a imagem de transformação, com a qual a cidade do Rio de Janeiro e seus respectivos lugares e moradores passam a conviver, se consolida neste contexto através de um amalgama ideológico que pressupõe uma legitimidade urbanística que buscará assegurar a imposição de um modelo de cidade que tem impactado diretamente o direito à moradia, notadamente para os segmentos sociais excluídos.

A implantação deste modelo e suas repercussões sobre os grupos atingidos estão longe de ser unânimes, e muitos autores, dentre eles Harvey (2010), Santos (1999), Maricato (2000), Boltansky (2009) e Vainer (2000), oferecem outro olhar sobre a ideia de padrão único que está presente no referido modelo, o que irá impactar no paradigma atual da gestão urbana.

Todavia, este momento não é subitamente “adesivado” ao território. Percebemos no cotidiano novas formas de resistências ao padrão homogêneo pretendido através da formação de redes, manifestações e disputas política que se contrapõem à conformidade de sua ideologia.

Os desdobramentos desta opção urbanística conservadora, no que tange à permanência das estruturas sociais presentes, irão se expandir de forma desigual para diversos territórios ao redor do planeta. Nos países periféricos e semiperiféricos da economia mundial, pressionados em parte pelas orientações/exigências do Consenso de Washington<sup>2</sup>, marcado por uma forte

---

<sup>2</sup> Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin Americ Adjustment: How Much ??? has Happened?* visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes e quem cunhou a expressão "*Consenso de Washington*", cujas conclusões podem ser resumidas nas seguintes regras universais: (i) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; (ii)

crítica à promoção de políticas públicas por parte do Estado, os planejadores urbanos passarão gradualmente a abandonar a ideia de desenvolvimento das cidades, para privilegiar projetos e programas com forte apelo local e algumas vezes regionais.

Esta realidade irá impactar a forma de se realizar o urbanismo em países afastados do centro do capitalismo mundial, garantindo maiores dificuldades para suas populações.

Reside neste cenário, circunscrito por suas contradições, a análise da situação habitacional na cidade do Rio de Janeiro no período de 2009-2016, constituindo assim o paradigma central de nosso trabalho.

Porém, o modelo de cidade supracitado não se iniciou na gestão Paes. As ideias de um planejamento mercadológico de cidade em consonância com as exigências globais/locais privadas se estabelecem de forma mais contundente a partir dos anos 1990 e avançam durante todo o período de Maia (1993-1997, 2001-2005 e 2005-2009), à frente da prefeitura do Rio de Janeiro.

Já a gestão de Eduardo Paes, cuja análise deverá ser aprofundada em diferentes momentos deste trabalho, legitimada por questões circunstanciais, como os megaeventos, possuiu maiores condições para levar adiante este projeto de cidade que acentuará as desigualdades presentes no espaço da cidade, impactando assim na questão da habitação popular e no próprio Direito à cidade.

Reconhecemos assim importantes axiomas para o desenvolvimento de uma linha crítica de pesquisa em relação às cidades modernas que experimentam esta prática que, para nós, como

---

Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; (iii) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; (iv) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; (v) Taxa de câmbio competitiva; (vi) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; (vii) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; (viii) Privatização, com a venda de empresas estatais; (ix) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas e (x) Propriedade intelectual. Fonte: *Para conhecer o Neoliberalismo*, João José Negrão, pág. 41-43, Publisher Brasil, 1998

já foi citado, aprofunda as desigualdades sociais e reproduz as contradições já presentes nos seus territórios.

## **Metodologia**

Construir uma metodologia para um trabalho científico requer clareza junto ao seu objeto de estudo, principalmente porque ao observarmos um determinado fato, queremos tanto comprovar uma determinada verdade que podemos nos esquecer de olhar o todo, podendo inferir, inclusive, categorias que não correspondem à realidade. Em especial, nas áreas de ciências sociais aplicadas, onde o risco pode ser ainda maior devido à complexidade dos fatos abordados. Ao discorrer sobre o método científico na abordagem de fenômenos sociais, Mann (1983, p. 25) afirma que as situações sociais gozam de uma complexidade que pode interferir num trabalho científico como podemos ler abaixo:

A dificuldade é que qualquer situação social é tão complexa que, ao selecionar os aspectos que observamos, corremos o risco sempre de deixar de fora fatores importantes de cuja relevância não desconfiamos (MANN, 1983, p.25)

Neste sentido, é importante ter claro a finalidade e relevância da observação a ser realizada, identificando a contribuição da pesquisa ao conhecimento já acumulado. Todas as pessoas observam diariamente os diversos fenômenos que acontecem na cidade, porém, esses eventos estão fragmentados e por isso dificultam uma análise aprofundada sobre as relações que podem ter entre si. O trabalho científico inaugura-se, portanto, de um método para se buscar as respostas do que se pretende através de uma observação da realidade, assegurando para tal, instrumentos de pesquisa e corpo teórico suficientes para garantir uma aproximação do que queremos comprovar.

O presente trabalho tem o intuito de comprovar o aumento das dificuldades em se garantir a habitação popular na cidade do Rio de Janeiro, durante o período compreendido entre 2009 a 2016, através da análise de políticas públicas que, apesar de serem justificadas como

melhorias para toda a população, atenderam parcelas mínimas dessa. Para o alcance dos seus objetivos, o geral, contribuir para aprofundar o entendimento sobre o processo de fragmentação da cidade, bem como os específicos, compreender as características da reestruturação capitalista atual e suas reverberações nas grandes cidades, em especial as localizadas na periferia e na semiperiferia do mundo atual; reconhecer a cidade socioespacialmente fragmentada; distinguir contextos políticos diferenciados e seus desdobramentos na produção da habitação popular; caracterizar as intervenções propiciadas pelos megaeventos como instrumentos de adesão à agenda neoliberal e verificar o discurso da prefeitura e as práticas com relação à habitação popular; examinar a contradição entre o valor de uso e o valor de troca e sua implicação em relação ao direito à cidade pela maioria de sua população, assim se construirá uma análise crítica entre a prática e o discurso de Eduardo Paes.

Para isso, será apresentada nossa pesquisa sobre as políticas de moradias na cidade do Rio de Janeiro durante o período supracitado, vinculando este estudo ao contexto neoliberal já citado anteriormente. Assim, buscou-se fontes teóricas e práticas, além de informações junto a órgãos governamentais, que muitas vezes não deram retorno ao autor do trabalho. Essa foi uma grande dificuldade para a realização principalmente do capítulo III, onde se apresenta um panorama da gestão Paes. Tal obstáculo foi parcialmente superado com entrevistas junto a atores privilegiados, tais como os responsáveis pela implantação do programa Morar Carioca, bem como a busca em dados disponibilizados digitalmente por órgão da prefeitura, como a Secretaria Municipal de Habitação.

A premissa inicial deste trabalho, já explicitada, é de que está em marcha na cidade Rio de Janeiro um projeto de cidade que reconfigura seu espaço em prol dos interesses de agentes privados do capital, em detrimento dos anseios das populações mais pobres de seu território, por isso iremos oferecer elementos que comprovem a segregação socioespacial presente em políticas públicas habitacionais orientadas no período 2009-2016.

A fim de encontrar meios de comprovação de nossos objetivos, serão contextualizados os dois mandatos do Prefeito Eduardo Paes, alternando a pesquisa de literatura acerca das políticas urbanas implantadas em ambos os períodos, bem como a coleta de dados empíricos que possam comprovar a hipótese de que esta gestão acentuou as dificuldades de acesso à habitação popular e também do próprio acesso à cidade, através de entrevistas com diversos atores, e as colaborações teóricas absorvidas.

No campo empírico um facilitador das pesquisas aqui apresentadas, foi o fato do autor ter trabalhado no escritório *In Site*, em 2012, que foi selecionado pela prefeitura para realizar intervenções urbanísticas do Programa Morar Carioca na comunidade Para Pedro/ Vila São Jorge, localizada no bairro Colégio. O trabalho que foi realizado constituía-se na coleta de dados da região trabalhada para servir de subsídios para a equipe de arquitetos responsáveis. Essa experiência favoreceu o contato com a população atendida, coleta de material *in loco*, bem como a aproximação de documentos oficiais e diretrizes do programa. Foi este momento profissional que trouxe, inclusive, a motivação de realizar o doutoramento em arquitetura e urbanismo, e, por conseguinte esta Tese.

Com o propósito de apresentar a questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, será construído no capítulo I um quadro sobre a problemática urbana brasileira, atentando, inclusive, para a importância das favelas e áreas periféricas inseridas de forma heterogênea no território municipal e também no imaginário da população carioca e brasileira. Para isso, a partir do trabalho de Bienenstein, R. (2011) e também sobre o que representa o direito à cidade nos dias atuais, com uma base inicial de análises efetuadas a partir do trabalho de Lefebvre (2006), serão estabelecidos os pontos iniciais desta pesquisa. Os desdobramentos desses referenciais poderão nos guiar a uma compreensão da construção dos espaços de exclusão vivenciados por parte da população carioca.

Ao avançar no Capítulo II, serão discutidos diferentes planos de habitação realizados na capital fluminense a partir do início do Século XX. Para isso, será problematizada a forma como são percebidos os espaços segregados, excluídos urbanisticamente do restante da cidade por parte de sua população.

Ao longo da história estes locais participarão da construção da identidade carioca, sendo reconhecidos como soluções populares para garantir a habitação e reprodução de suas formas de subsistências, conferindo também assim uma perspectiva cultural a este fenômeno.

Posto esta etapa, será ainda trabalhado sob um prisma mais histórico, através principalmente dos trabalhos de Abreu (2011), Correa (2006) e Ferreira (2011), a precariedade presente na habitação popular da cidade do Rio de Janeiro ao longo da história. Observando as implicações referentes a grandes intervenções que a cidade já experimentou, como a gestão Passos (1902-1906).

Seguindo nesta linha investigativa sobre a memória da habitação popular na cidade, apresentaremos análises referentes às implicações no território e em sua população, acerca da atuação do Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação, discutindo os avanços e limites destas estruturas que simbolizaram durante algum tempo a centralização desta temática em nível federal, tornando-se símbolos do período da ditadura empresarial–militar.

Com a democratização brasileira nos anos 1980, a urbanização e a habitação passam a ser tratadas como questões locais, onde prefeituras e sociedade tornam-se responsáveis por gerir, de forma descentralizada, as demandas sociais da cidade.

Devido a este cenário, o trabalho analisará o programa Favela Bairro, resposta oferecida pela gestão César Maia para os problemas urbanísticos das favelas e áreas periféricas da cidade. Apesar de reconhecidos avanços, o programa sofreu críticas por sua natureza atenuante, procrastinando soluções mais contundentes para a superação de problemas relevantes, tais como a obtenção de títulos de propriedade por famílias moradoras destas localidades.

Será analisado também, por meio de leituras teóricas, o programa federal Minha Casa Minha Vida de habitação implantado durante os governos Lula e Dilma (2003- 2016), que possibilitou a construção de diversas moradias na cidade e que teve como uma de suas críticas o fato de privilegiar o setor imobiliário, apesar da grande escala alcançada durante sua trajetória. É importante destacar que o MCMV foi, durante o período estudado, uma das poucas e, com certeza, a opção de maior escala de provimento de habitação popular. Porém, também serviu para viabilizar a política de remoções efetuadas pela prefeitura municipal.

No capítulo III, serão discutidas inicialmente as contradições observadas no capitalismo mundial, em especial no período atual regido pelas orientações neoliberais nas cidades, fundando discussão teórica prioritariamente em análises de Harvey (2016 e 2015) e Carlos (2001 e 2015). A importância deste momento introdutório do referido capítulo reside na importância em conceituarmos o que estamos chamando de contradição ao longo do trabalho.

A etapa seguinte buscará evidenciar a gestão Paes como uma gestão inerente ao tempo atual, examinando a contradição presente entre o discurso e a prática desta gestão.

Paes se elege (2009) com um discurso de igualdade, onde os cidadãos seriam respeitados independentemente de suas condições. Porém, nossas pesquisas apontam para um aprofundamento da segregação socioespacial na cidade, visto que suas ações corroboram o modelo de cidade que irá privilegiar o interesse privado em detrimento dos direitos da população como um todo, em especial, suas parcelas mais pobres. Santos (1999 e 2001), Maricato (2007 e 2013), Novais (2014), Secchi (2005), Fontes (2010), Sennet (1998) e Bienenstein. G (2001) são alguns dos autores que fornecem elementos críticos à análise deste período, e que foram utilizados para confrontar a realidade da capital fluminense.

Como opção metodológica, será buscado contrapor o discurso versus a prática da prefeitura municipal, materializada através de procedimentos adotados por Paes. Desta forma, acreditamos que serão garantidas análises que evidenciam uma perspectiva antagônica



assumida pelo gestor, onde sua prática se mostrava contraditória, porém, sua atuação como agente privilegiado, demonstrava coerência com a implantação do modelo de cidade neoliberal. Para tanto serão utilizadas informações jornalísticas além de outras mídias que irão conferir uma narrativa diferente do discurso oficial.

Cidade esta que se apresentará cada vez mais como uma mercadoria em si mesma, ou como denomina Boltanski e Chiapelo (2009), uma *cidade de projetos*.

Uma das maiores circunstâncias na qual o governo Paes esteve circunscrito foi na realização dos megaeventos. Compreendendo que no caso brasileiro esses funcionaram como “alavancas” de implantação dos interesses mercadológicos locais/globais, funcionando, desta forma, como ferramentas de expropriação do patrimônio e de recursos públicos. Assim, será constituído, com leituras de Sanchez (2015), Novais (2014) e Vainer (2010) e outros autores, uma análise dos impactos decorrente destas ocorrências, bem como a verificar a legitimidade do modelo de cidade emprestada à gestão municipal por causa da organização desses eventos. Novamente aqui serão utilizados materiais coletados junto aos meios de comunicação e da web a fim de comprovarmos estas ocorrências.

Após apresentar os contextos e circunstâncias que, acreditamos, foram importantes para a implantação de um projeto de cidade privatista, será apresentada nossa pesquisa relacionada à produção habitacional municipal desenvolvida no período. Em 2009, primeiro ano de seu mandato, o prefeito anunciou o Programa Morar Carioca, um projeto que previa a urbanização de todas as favelas do Rio de Janeiro até 2020 ao custo de R\$ 8 bilhões de reais. Seu lançamento gerou expectativas no meio urbanístico e nas populações dessas áreas. Suas metas e objetivos, bem como a constituição de uma parceria junto ao IAB- Rio, que foi responsável pelas escolhas de escritórios para atuar em locais escolhidos, além de orientações de cunho democrática presentes em seu escopo, que significaram em um primeiro momento sinais de avanços, porém, durante o governo suas ações foram sistematicamente esvaziado.

Entrevistas realizadas junto aos escritórios de arquitetura escolhidos, mostraram que os esses iniciaram projetos de intervenções que posteriormente foram abandonados sem maiores justificativas por parte da prefeitura.

Ainda sobre o Morar Carioca, serão apresentadas análises sobre seus recursos, identificando suas destinações bem como comparando com os resultados oficiais disponibilizados pela atual prefeitura. Para isso foram utilizados dados da Controladoria Geral do Município<sup>3</sup>, que nos mostram que valores, utilizando a “marca” Morar Carioca, foram destinados a outras políticas públicas, tais como, Favela bairro, PAC e ao Minha Casa Minha Vida.

Contando com colaborações de Fontes (2015) e Vainer (2013), além de dados coletados junto a Azevedo e Faulhaber (2015), Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2015), NEPHU/UFF e pesquisas feitas em campo pelo autor, como um questionário aplicado junto à população de Vila Autódromo, a fim de entender o conhecimento deles em relação ao Plano Popular lá executado. Em outro subcapítulo será construído um painel sobre as remoções e desapropriações ocorridas neste período, associando estas ações aos desdobramentos e consequências da implantação deste modelo de cidade. Outro fator de destaque na elaboração deste momento foi a participação do autor enquanto pesquisador associado ao Núcleo de Estudos e Projetos habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, pois em seus trabalhos realizados neste grupo, o autor pode ter um maior contato com experiências populares de resistência à política implantada pela prefeitura naquele momento, como nos casos de Vila Autódromo e Vila União de Curicica.

Foi identificada ainda a necessidade de questionar as alianças firmadas entre o poder público e os atores privados durante este íterim, desta forma, procurando investigar as escalas, legislações e métodos utilizados a fim de asseverar as condições de combinação entre estes

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://prefeitura.rio/web/cgm>

atores, onde muitas vezes, a falta de transparência parece se constituir em regra. Contribuições de Dreiffus (1981) e Sanfelici (2015), além de material pesquisado junto às empresas e intervenções realizadas por estas apoiarão a construção desta etapa do trabalho. Atentamos para a inevitabilidade em se discutir este assunto devido ao momento onde todo o país discute as relações entre o público e a iniciativa privada.

Para encerrar o capítulo, e assim refletir sobre este modelo de cidade, especialmente desenhado no Rio de Janeiro por um momento circunstancial, foram realizadas pesquisas com atores que tiveram de alguma forma atuação contrária ao modelo estudado, tais como, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública Estadual, a Pastoral das Favelas, o Conselho Popular, movimentos sociais e de bairros que buscam, através de sua prática, garantir o Direito à Cidade. Para isso, utilizaremos autores como Carlos (2015), Bobbio (2004) e Mendes (2016). Somados a esta coleta de dados foram também realizadas entrevistas com atores sociais que têm em sua prática a disputa por um modelo de cidade mais democrática, como O Instituto Acuse e o Núcleo Piratininga de Comunicação.

O trabalho se encerra no capítulo IV, onde serão apresentadas conclusões finais que buscarão garantir coerência às análises feitas durante o trabalho oferecendo formulações adequadas ao conjunto de informações e referências levantadas ao longo da tese. É importante destacar que devido à aproximação histórica com o objeto estudado, as conclusões não têm a pretensão de oferecer uma resposta definitiva sobre as dificuldades enfrentadas pela população neste período, apresentando-se como mais um material colaborativo capaz de subsidiar produtos acadêmicos e novas pesquisas acerca dos temas apresentados.

Ao final deste trabalho, pretende-se garantir inferências suficientes para comprovar a hipótese de que a gestão Eduardo Paes, inserida em um contexto neoliberal, legitimada por parte de atores da sociedade por conta da realização dos megaeventos, promoveu uma política

privatista de cidade, acentuando as dificuldades de aquisição de habitação popular e do Direito à cidade por parte de sua população mais pobre.

## **Capítulo I – O problema urbano brasileiro**

*Decifra-me*

As cidades sempre desempenharam um papel importante na organização da sociedade mundial, em especial a moderna. Ao longo do tempo, transformaram-se demasiadamente até chegarem aos dias atuais como espaços protagonistas da concentração de pessoas e suas produções.

Seus territórios sempre foram motivos de disputas, ainda mais acentuadas depois do Século XX, onde a maioria da população mundial se consolida nos centros urbanos. Esta concentração passa a exigir gradativamente maiores esforços de planejamento para o atendimento de demandas que se estabelecem concomitantes aos seus crescimentos. Porém, junto a este fenômeno, amplificam-se as dificuldades de atendimentos a todos os seus moradores, e desigualdades passam a ser percebidas em seus cotidianos. Grande parte da população mundial nos dias atuais, moradores de grandes centros, convivem diariamente com problemas relacionados ao oferecimento de serviços básicos, tais como o acesso à saúde, educação e moradia.

Com a reestruturação do capital mundial a partir dos anos 1980, este contexto se tornará ainda mais agudo, pois as cidades passarão a responder a uma agenda neoliberal que priorizará a redefinição do papel dos Estados na economia e, conseqüentemente, de grande parte de suas funções. Como um dos desdobramentos enxergados, teremos, cada vez mais, projetos urbanos que atenderão aos anseios dos interesses privados, tornando as cidades em mercadoria.

O Brasil, Estado fortemente marcado pelo patrimonialismo e pela dependência externa, enxergará o crescimento de seus centros através desta lógica, crescimento material paralelo ao desenvolvimento de grandes níveis de desigualdades, onde grande parte de sua população irá conviver com enormes dificuldades de se garantir o Direito à cidade de forma ampla, ou seja, a maioria dos brasileiros cotidianamente sofrerão com a falta de serviços básicos de qualidade, além de observarem ao longo dos últimos trinta anos uma acentuada privatização de seus territórios.

Ao tomarmos a habitação popular na cidade do Rio de Janeiro, objeto deste trabalho, como exemplo, verificamos que apesar de contar com instrumentos legais suficientes para se atender as demandas da população, ainda convivemos com um enorme déficit, além de um expressivo número de moradias com estruturas precárias. Este quadro particular nos ajudará a evidenciar que o acesso à cidade permanece negado à grande maioria das pessoas que nela vive.

Para nos aprofundarmos nestas questões, o presente capítulo apresentará uma análise sobre o Direito à cidade nos dias atuais, abordando seu conceito e levando em conta a realidade das cidades brasileiras, nosso objetivo com isso é criar um permanente diálogo entre o contexto global e as condições locais, que expressam, assim como tantas outras, as contradições deste cenário.

Também abordaremos criticamente a racionalidade presente no ideário neoliberal, e como isso afeta a organização e planejamento destes espaços.

Finalmente, apresentaremos os instrumentos legais brasileiros, verificando as dificuldades em implantá-los e as consequências em não os executarmos.

### **1.1- O direito à cidade na realidade brasileira**

Morar em cidades deveria, em tese, ser a culminância de possibilidades de toda a humanidade, pois desde sua consolidação, no final do século XIX, as cidades tornam-se *locus*

privilegiado no oferecimento de serviços e possibilidades de sustento. Em grande parte, isso se deve à uma perspectiva de cidade relacionada à um desdobramento da revolução industrial que exigiu um novo rearranjo para garantir seus objetivos de expandir a produção, utilizando grande parte do campesinato como mão de obra assalariada, formando também um mercado consumidor para seus produtos. Pelo menos no mundo ocidental, as cidades ganham o status de *locus* de moradia de imensa parte da população ao longo do século XX.

Harvey (2013), ao problematizar as manifestações brasileiras ocorridas em 2013, destaca que a cidade tem sido até o presente momento uma experiência concreta, talvez a mais bem realizada pela humanidade para se viver e que, a partir de sua consolidação, terá que aprender a conviver com este fato e perceber que a constituição deste lugar também irá transformá-lo.

A cidade é: [...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo (HARVEY, 2013, p. 47).

Carlos (2001, p. 13), ao explorar o conceito de cidade, propõe como ponto de partida a imagem que as pessoas fazem da cidade e, ao avançar, aponta que sua paisagem tem a dimensão da história e do trabalho social materializado, porém, também expressará um modo de vida (Carlos, 2001, p. 24).

A sociedade moderna conviveu, ao longo dos séculos XIX e XX, com enormes problemas relativos às disputas que permeiam a construção do espaço urbano frente aos diversos interesses nele presentes, questões estas que acabaram por tornar a cidade um palco de contradições inerentes ao próprio habitar.

Ao discutir a problemática do urbano na planificação da cidade moderna, Lefebvre (2001) registra que a população passa a conviver com problemas e disputas que carregam consigo enormes dificuldades de solução, como podemos ler abaixo:

Sim, esta cidade que atravessa tantas vicissitudes e metamorfoses, desde seus núcleos arcaicos que seguiram de perto a aldeia, essa forma social admirável, essa obra de excelência da práxis e da civilização se desfaz e se refaz sob os nossos olhos. A questão da moradia, sua urgência nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultaram e ainda ocultam os problemas da cidade. Os táticos políticos, atentos, sobretudo ao imediato, só viram e só veem esta questão. Quando emergiram os problemas de conjunto, sob o nome de *urbanismo*, foram eles subordinados à organização geral da indústria. Atacada ao mesmo tempo por cima e por baixo, a cidade se alinha pela empresa industrial; figura na planificação como engrenagem; torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida quotidiana dos produtores e o consumo dos produtos. Rebaixada para o nível de meio, ela estende a programação para o lado dos consumidores e do consumo; serve para regulamentar, para ajustar uma sobre a outra, a produção das mercadorias e a destruição dos produtos através da atividade devoradora chamada “consumo” (LEFEBVRE, 2001, p. 78).

Ao criticar a cidade industrial da segunda metade do século XX, o autor fornece elementos que, ainda hoje, permanecem correntes, tais como o planejamento urbano subordinado a uma lógica do capital, naquele momento, um capitalismo ainda estruturalmente industrial, diferente dos dias atuais, onde sua face financeira possui mais instrumentos e possibilidades de controle sobre os territórios. É importante também destacar que as benesses prometidas pela vida nas cidades muitas vezes são obstaculizadas por razões ocultas para a grande maioria dos cidadãos. Isto não acontece ao acaso e sim por conta de uma intencionalidade em manter os cidadãos atentos ao modo de vida urbana, buscando melhores condições de vida, porém, por outro lado, compondo uma engrenagem com um objetivo claro, o de garantir condições mais favoráveis à reprodução do capital. Sobre a ocultação presente no espaço, Ferreira (2011) declara que muitas vezes o espaço produzido contribui mais para ocultar do que para revelar. Isso porque não desvela imediatamente o processo de sua produção.

Sobre a busca de um mínimo equilíbrio entre os diferentes atores e interesses presentes na construção das cidades, Lefebvre (2001) discute a parceria firmada entre Estado e empresas industriais. Segundo o autor, estas associações podem se apoderar de funções públicas, criando assim, ainda maiores dificuldades para a população, como podemos entender na explicação a seguir:

Ela (a cidade) só tinha, só tem sentido como obra, como fim, como lugar de livre fruição, como domínio do valor do uso; ora, sujeitam-na às coações, aos imperativos do “equilíbrio” em condições estreitamente limitativas; não é mais do que se consolidar ao determinar suas condições de estabilidade e de equilíbrio, organização segundo a qual necessidades repertoriadas e teleguiadas são satisfeitas aniquilando-se objetos repertoriados cuja probabilidade de duração (a obsolescência) é, ela mesma, objeto de ciência. Outrora, a Razão teve na Cidade seu lugar de nascimento, sua sede, sua casa. Face à ruralidade, à vila camponesa aprisionada na natureza, à terra sacralizada e cheia de forças obscuras, a urbanidade afirmava-se como razoável. Atualmente, a racionalidade passa (ou parece passar, ou pretende passar) longe da cidade, acima dela, na escala do território nacional ou do continente. Ela recusa a cidade como momento, como elemento, como condição; só a admite como instrumento e dispositivo. Na França e noutros lugares, o racionalismo burocrático do estado e o da organização industrial, apoiada pelas exigências da grande empresa, caminham na mesma direção (LEFEBVRE, 2001, p. 79).

É importante destacar que o autor francês se baseia na realidade das cidades europeias, ainda na década de 1970, portanto, tecendo críticas a um modelo de cidade distante da realidade do Brasil, um país de industrialização tardia que não tinha as mesmas características que aqueles sítios. Porém, podemos observar que, mesmo com importantes diferenças geográficas e históricas, suas análises ajudam a entender a construção das cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro e as contradições presentes nela, pois, como cita Abreu (1997), as cidades brasileiras foram erguidas sob um forte controle do Estado junto a entes privados como a Igreja e comerciantes. Temos por exemplo, as parcerias fundadas durante o período Passos (1902-1906), onde as intervenções no Centro do Rio, além de atenderem a uma necessidade política de afirmação da cidade, também responderam a anseios privados que lucraram com as obras e transformações realizadas no período.

Sobre o Rio de Janeiro, ainda podemos considerar que seu território foi sede de grandes indústrias, por exemplo, as têxteis, como a Confiança, localizada no bairro de Vila Isabel, e a Bangu, instalada no bairro de mesmo nome, e que, por conta disso, experimentou, ainda que tardiamente, as contradições descritas por Lefebvre. Todavia, seu rol de contribuições ultrapassa estes limites, garantindo pertinência na análise da cidade nos dias atuais, pois este



trabalho tem como um de seus principais alicerces conferir a relação público-privada estabelecida desde os tempos da colônia, que sobrevive até os dias de hoje, tatuando uma marca indissolúvel de segregações espalhadas pelo espaço da cidade, como a sua estruturação em guetos.



Figura 1: Fábrica Confiança, localizada no bairro de Vila Isabel. Fonte: <https://aviladenoelumbairromusical.wordpress.com/category/2-historia-de-vila-isabel/2-6-a-fabrica-de-tecidos-confianca/>

Como explica Lefebvre (2011) ao realizar uma análise do espaço urbano da cidade moderna, compreendendo uma situação que parece, a fim de análise, apesar da pressão de grupos que se opõem às tendências segregacionistas e mesmo onde não existe uma separação das classes, aparecem indícios de segregação.

E, no entanto, mesmo onde a separação de grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surgem, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação. O caso-limite, o último resultado é o gueto. Observemos que há vários guetos e tipos de guetos: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devido às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos da riqueza. O lazer tem seus guetos. Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou. O fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: ecológicos (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocação de

seus elementos arquitetônicos), *sociológico* (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e subculturas) (LEFEBVRE, 2011, p. 94).

Ao falarmos da cidade do Rio de Janeiro, observamos nos dias atuais uma poderosa aliança entre o Estado e setores privados que, ao buscarem seus objetivos, sejam maiores taxas de lucro, seja a manutenção de um grupo no poder, estabeleceram novos paradigmas espaciais, reconfigurando a geografia da cidade, tipificando novos lugares, adequando tantos outros e impingindo uma série de derrotas, principalmente para a população mais pobre da cidade. Como já foi dito anteriormente e será melhor aprofundado ao longo desta Tese, a cidade do Rio de Janeiro com sua especificidade de ter sido capital federal durante muitos anos, sempre reconheceu esta lógica, que conferiu uma territorialização segmentada, guetificada em diferentes níveis.

Mas como esses interesses podem transformar os espaços da cidade e como esta fragmentação permanente consegue se estabelecer ao longo do tempo e nos diferentes modos de se enxergar a cidade?

Lefebvre (2011) propõe, por exemplo, que a imbricação entre os interesses privados e do Estado podem impingir uma lógica própria, à revelia dos interesses da maioria.

Para o Poder há mais de um século, qual é a essência da cidade? Cheia de atividades suspeitas, ela fermenta delinquência; é um centro de agitação. O poder estatal e os interesses econômicos só podem então conceber apenas uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana. Nos processos em curso, existem determinismos e estratégias, espontaneidades e atos fabricados. As contradições subjetivas e ideológicas, as preocupações “humanistas” incomodam, mas não impedem essas ações estratégicas. A cidade impede os poderes de manipularem à sua vontade os cidadãos - cidadãos, indivíduos, grupos, corpos. Por conseguinte, a crise da cidade se liga não à racionalidade como tal, definível tomando-se por ponto de partida a tradição filosófica; essa crise se liga a formas determinadas da racionalidade: estatal, burocrática, econômica ou antes “economista”, uma vez que o economicismo é uma ideologia dotada de um aparelho. **Esta crise da cidade faz-se acompanhar, quase em toda parte, por uma crise de instituições urbanas (municipais)**<sup>4</sup> devido a dupla pressão do estado e da empresa industrial. Ora o Estado, ora a empresa, ora os dois (rivais, concorrentes, mas que muitas vezes se associam) tendem a se apoderar das funções, atributos, prerrogativas da sociedade urbana. Em certos países capitalistas, o que é a empresa “privada” deixa para o Estado, para as instituições, para os

---

<sup>4</sup> Grifo nosso

organismos “públicos” a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso? (LEFEBVRE, 2011, p.78-79, grifo nosso).

Se compreendermos a disputa entre os atores da sociedade como algo natural e permanente, podemos compreender que, quando o autor coloca que Estado e empresa são “rivais”, apesar de se unirem mais do que eventualmente, precisamos esclarecer e pontuar que esta associação se faz desigual em diferentes contextos. No caso brasileiro, como já apontado, um país com industrialização tardia e urbanização consolidada na segunda metade do Século XX, observaremos diferentes formas históricas de acordos entre o Estado e a iniciativa privada, alianças essas que terão características singulares impactando na formação do território nacional. Ao afirmarmos isso não estamos nos referindo somente a uma análise de conteúdo, mas também de formas diferentes em suas circunstâncias próprias.

No que tange ao cerne desta questão, podemos inferir que os arranjos que tiveram como objetivo garantir maiores possibilidades de ganhos para o setor privado desde o passado perpetuam-se no presente e, também possivelmente, no futuro. Exemplo disso é a indicação descrita no documento “Ponte para o Futuro”, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro que, ao assumir o governo federal, após a deposição da Presidenta da República Dilma Rousseff, aponta para um tipo de projeto de desenvolvimento econômico nacional baseado na iniciativa privada, como podemos ler abaixo nos trechos extraídos do referido documento:

Temos que viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário. Executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos (PONTE PARA O FUTURO, PMDB, 2015, p. 17-18)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Ponte Para o Futuro é um documento lançado pelo PMDB que se propunha a ser um conjunto de iniciativas e orientações do Partido, caso o mesmo assumisse o controle da República Brasileira. Segundo o próprio documento, em sua apresentação, o programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos.

A pergunta a ser feita é: quando isso não aconteceu na história brasileira? Sempre a aliança entre o Estado e a iniciativa privada formaram os pilares da construção do espaço nacional, implicando, no caso das cidades, em iniciativas de planejamento urbano realizadas, muitas vezes, à revelia da própria população, que passa a conviver com a ideia de modernização apregoada por esses atores.

A própria geografia das cidades, em especial a da cidade do Rio de Janeiro, é fruto desta combinação, tal como Ferreira (2011) ilustra ao problematizar a relação entre estes atores, explicitando que a expansão da cidade do Rio de Janeiro foi realizada no último quartel do século XIX e início do século XX, através de uma estratégica reunião entre diferentes atores capitalistas e o Estado e que as linhas de bonde, transporte de massa da época, parecem sugerir esta situação construindo a geografia da cidade a partir dos interesses negociados.

No último quartel do século XIX, as companhias de bondes da cidade também tiveram importante papel na produção do espaço carioca. Longe de representarem apenas companhias de transporte, participaram da conformação da espacialidade da cidade do Rio de Janeiro, pois a partir das alianças entre o capital externo, o capital imobiliário, o capital fundiário e o Estado, o espaço urbano começa a ser (con) formado (FERREIRA, 2011, p. 93).

Ao falarmos de meios de transportes podemos inaugurar uma comparação com a atual situação da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde as empresas de ônibus têm o poder de interferir nas políticas públicas, como criar uma enorme pressão para impedir a expansão do Metrô em direção à Baixada Fluminense, dando um caráter extremamente singular a uma companhia que deveria atender à região metropolitana como um todo, mas se restringe a um serviço exclusivo da cidade do Rio de Janeiro.

A exemplo de outras metrópoles mundiais, a capital fluminense experimenta neste início de século a crise mundial do capital que reverbera diretamente nas cidades. Isso ocorre, dentre outros motivos, por causa da necessidade em assegurar novas possibilidades de reprodução do capital. Este momento exacerbará um novo paradigma, o da transformação do espaço urbano em uma mercadoria, intensificando contradições, e criando novos espaços de tensões. Este é

um momento que conduz Lefebvre (2001) a afirmar que a sociedade urbana está se constituindo sob as *ruínas* da cidade e que, por isso, é tão difícil compreender suas contradições.

De fato, um espaço que supostamente deveria ser de todos e para todos, parece estar se tornando cada vez mais repartido, explicitando um mosaico de fragmentações que possui uma hierarquização de serviços, equipamentos e direitos. Por outro lado, temos uma sociedade que insiste em uma integração entre os espaços e os moradores da cidade, mas que, paradoxalmente, exercita diariamente a segregação.

Aqui se oferece uma análise entre forma e conteúdo, observados no espaço urbano. Carlos (2001), ao discutir este conceito, na medida que desvela as paisagens presentes nas cidades, observa que a forma é a aparência, o que vemos, porém, este olhar vai além da exterioridade materializada, ela também representa a essência da sociedade.

A forma é a aparência, é o mundo da manifestação do fenômeno. Permite a constatação da existência do fenômeno, ao mesmo tempo em que é a representação das relações sociais reais. Não é, apenas e tão somente, produto da história, na medida em que a aparência reproduz a história. A paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da história. Aí emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano (CARLOS, 2001, p. 24).

Além dessas duas categorias, uma outra deve ser levada em conta para tentar elucidar as contradições presentes no urbano. Trata-se da própria estrutura social a que esta realidade está associada, pois traz consigo o momento presente da sociedade, suas opções naquele instante, a forma como se insere num espaço cada vez mais globalizado e que, por conta disso, também traz consigo as fraturas próprias deste período que interferirão nas formas e nos conteúdos observados nas grandes metrópoles. É importante destacar o caráter histórico e sociológico por detrás destas opções, já que constantemente estas formas de se relacionar com o espaço estão em constante disputa internas, e sofrem com a pressão externa da própria estrutura mundial que possui interesses localizados.

O espaço apresenta, portanto, contradições que podem ser observadas em uma lógica territorial produzida com diferentes intencionalidades, por diferentes grupos, porém, alguns deles possuem mais força do que outros, assim como operam dentro de suas próprias lógicas.

A lógica, portanto, de adequar os interesses globais com os locais passa diretamente por relações entre atores privados locais e globais, além da construção de pontes estreitas com o poder público, garantindo assim, adesão ao modelo de cidade pautada por interesses privados. É importante destacar que a homogeneização global, supostamente inexorável, não possui um assentimento direto e sequer pode ser prevista de modo igual para todos os lugares, posto que cada um destes espaços irá responder de forma diferente, de acordo com o conjunto de forças presentes.

Santos (1999, p. 271) explica que o mundo é um conjunto de possibilidades para o capital global, porém, dependerá das oportunidades oferecidas pelos lugares. Desse modo, podemos prever que as respostas ao modelo de cidade capitalista, também comportará diferentes elucidações ao movimento externo. O poder político irá operar através de uma perspectiva de manutenção do poder, pois responde à urgência da eleição e por isso deve se comprometer com decisões que reverberem sob seu possível eleitorado, bem como aos atores privados e também a população, ansiosas por melhores condições de vida.

Sobre isso, Ferreira (2011), ao apresentar sua análise sobre as políticas de desenvolvimento urbano, expressa seu ponto de vista da seguinte maneira:

É possível observarmos uma tensão entre uma certa lógica capitalista do poder e uma lógica territorial do poder. Isto é importante, pois o âmbito político opera em um espaço territorializado e, ao mesmo tempo, nas democracias, em temporalidades ditadas por um ciclo eleitoral, em que precisa dar respostas a seus eleitores. Além disso, o território tem uma localização e está aprisionado a ela. Por sua vez, em se tratando da lógica capitalista, o capitalista procura aplicar seu capital onde possa obter lucro, busca acumular ainda mais capital. Nesse sentido, busca vantagens individuais e, para tanto, opera em um espaço-tempo contínuo (Ferreira 2011, p. 97).

Para aprofundar essa e outras questões referentes ao não direito à cidade por uma considerável parcela dos seus habitantes, precisamos investigar na própria história da produção

das cidades, o momento de crise que este texto busca contribuir. Para isso, devemos conceber as próprias cidades como um produto das ações humanas ao longo da história, e problematizá-las no atual momento do mundo moderno. As cidades são o local da produção, porém, também da própria vida. Todavia, no capitalismo, devemos atentar para um sistema que privilegia o valor de troca, em detrimento do valor de uso das coisas.

Dentro dos espaços das cidades, esta lógica comprometerá ainda mais e de forma estrutural, a utilização de espaços para o uso, pois todo o equipamento material urbano irá possuir um valor de troca que subjugará a necessidade dos indivíduos.

Lugares de encontro e moradia não fogem desta contradição e muitas vezes servem para aprofundar esta permanente distorção percebida nas cidades. Lefebvre (2011), que apresenta a seguinte colocação:

E, no entanto, sobre essa base abalada, a sociedade urbana e o “urbano” persistem e mesmo se intensificam. As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro, não pode desaparecer. A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação. Os habitantes (quais? Cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontra-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (**o valor de uso**) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, valor da troca. É um grande jogo que se está realizando sob os nossos olhos, com episódios diversos cujo o sentido nem sempre aparece. A satisfação de necessidades elementares não consegue matar a insatisfação dos desejos fundamentais (ou do não desejo fundamental). Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível. Este momento vai até à implosão-explosão das violências latentes sob as terríveis coações de uma racionalidade que se identifica com o absurdo. Desta situação nasce a contradição crítica: tendência para a destruição da cidade, tendência para a intensificação do urbano e da problemática urbana (LEFEBVRE, 2001, p. 79, grifo nosso).

A fim de aprofundar este paradigma circunstancial, recorreremos a Marx (*apud* Ferreira,1996) que nos explica que as mercadorias possuem seu valor de uso para quem a possui, porém, elas devem possuir valor de uso para os outros e desta forma precisam participar

do processo de valor de troca, pois assim assumem um valor, capaz de mediar as relações capitalistas.

Para se tornarem mercadorias com valor de uso elas devem ser inteiramente alienadas; devem entrar no processo de troca; a troca, contudo, é relacionada meramente com seu aspecto, como valores de troca. Assim, somente se realizando como valores de troca podem elas realizar-se como valores de uso (MARX, apud FERREIRA, 2011, p. 106).

Para compreender melhor esta questão, utilizaremos o próprio Marx (1999), a fim de elucidar a questão da produção da mercadoria e de sua valorização na sociedade capitalista.

Na medida em que só no consumo o produto se torna produto. Por exemplo: um terno só se torna um terno quando é vestido; uma casa desabitada não é realmente uma casa. Contrariamente ao simples objeto da natureza, o produto só se afirma como produto, só se torna produto, no consumo. Ao absorver o produto, o consumo dá-lhe o toque final (MARX, (1999, p. 20).

Ao analisarmos estas questões nos defrontamos com a própria base histórica, onde estão construídas as relações sociais que se traduzem no espaço urbano em diferentes contradições, tais como atração/expulsão e integração/segregação, imputando ainda maiores dificuldades para as populações, principalmente as mais pobres.

Por isso, devemos compreender as circunstâncias do momento histórico atual, denominado globalização, que através do desenvolvimento de novas tecnologias, pode se “espraiar” com maior fluidez ao redor do planeta, garantindo assim maior fluxo de capitais, ideias e pessoas. Todo este contexto está inserido em uma lógica que tem sido nomeada de pós-modernismo, que acreditamos, torna todas as questões levantadas ainda mais críticas, pois tem impactado sobremaneira a apropriação do espaço da cidade.

Observamos que mesmo dentro deste enorme espectro realizado pelas condições presentes na expansão do capital, encontramos contradições advindas do lugar, ou seja, mesmo com a enorme capacidade de se espalhar ao redor do mundo, os interesses privados ainda atingem, de forma real, o espaço, implicando em reestruturações permanentes que obstaculizam as possibilidades de se fazer valer direitos.



Naturalmente, o planejamento urbano no mundo atual é regido por uma racionalidade mercadológica e por isso deve atender demandas específicas, posto que cada grupo social possui diferentes necessidades, e para isso deverão existir diferentes respostas. Jenks (apud Harvey, 1992, p. 78) declara que a arquitetura e o planejamento urbano tendem a ser “desavergonhadamente” orientados pelo mercado, por ser esta a linguagem primária de comunicação de nossa sociedade. Sobre o papel dos arquitetos e planejadores urbanos, Harvey (1992) afirma que:

O arquiteto e o projetista urbano pós-modernos podem, em consequência, aceitar com mais facilidade o desafio de se comunicar com grupos distintos de clientes de maneira personalizada, ao mesmo tempo que talham produtos para diferentes situações, funções e “culturas de gosto”. (HARVEY 1992, p. 78)

Toda esta carga estará presente nos modelos de cidades ao redor do mundo, inspirando projetos urbanos com fórmulas que se repetem mundialmente, atentando-se ao local, ao singular, não mais observando a cidade em sua totalidade. Desta forma, o próprio planejamento urbano atual já age como uma ferramenta de exclusão, ao elencar espaços prioritários para sua execução.

Ao propor uma crítica à gestão das cidades no momento atual, Carlos (2002) destaca que a forma de gerenciamento empresarial observado tende, através de projetos “mirabolantes”, acentuar as desigualdades presentes e que tais soluções são legitimadas por um discurso de garantia de futuro em um mundo globalizado.

Na cidade o modo como as contradições da reprodução social ocorrem gera a ideia de caos urbano que os planejadores bem intencionados tentam resolver com projetos mirabolantes. A segregação na cidade alimenta a ideia de caos urbano que cria as bases para a gestão empresarial da cidade e a figura do prefeito – gerente para salvá-la. Aqui, um modelo se projeta: aquele que aparece como perfeito produto da mercantilização, não mais de parcelas do espaço, mas de toda a cidade “bem governada” em busca de um lugar no futuro globalizado. Aqui, o que se vende é a cidade e um tipo de gerir a cidade (como uma empresa). A construção da sociedade se move, assim, em direção à construção de uma morfologia que exclui, segrega, a uma estética que degenera a rua, onde toda a preocupação lúdica se esvai no universo onde o lazer, cada vez mais submetido ao universo da mercadoria, exacerba a segregação. Na contrapartida a “reforma urbana” aparece sob a forma fragmentar de renovação de parcelas da cidade, com aberturas de novas vias

de trânsito, construção de ponte e viadutos, grandes edifícios, ou mesmo de bairros fechados, contribui para a constituição das periferias implodidas, como produto indiscutível do progresso onde tudo é imposto por uma “chantagem de utilidade”, que permite forjar o “consentimento” da população para projetos espetaculosos como o único caminho possível da cidade esvazia o sentido do habitar esvaziando-o do lúdico e toda a poesia (CARLOS, 2002, p. 174-175)

Este modelo de cidade privada, ao atentar para a reprodução de capitais presentes e cada vez mais segregada do ponto de vista do planejamento urbano, será exportada para todo o mundo e terá como um modelo expressivo a requalificação urbana da cidade Barcelona, capital da região da Catalunha, a fim de sediar os Jogos Olímpicos realizados em 1992 e que lançou ao mundo do planejamento a ideia de que a recuperação de determinadas áreas da cidade poderiam espriar este desenvolvimento para todo o território, desde que a população “comprasse” esta ideia e que todos juntos pudessem efetivamente fazer parte dela. Ferreira (2011), ao apresentar o “o modelo Barcelona”, enfatiza:

Barcelona, sem dúvida não foi a primeira cidade a fazer uma grande transformação em sua zona portuária, contudo talvez tenha sido a primeira a produzir um discurso de mudança que tenha contagiado boa parte da população e da mídia de forma tão contundente (FERREIRA, 2011, p. 170).

Ao analisar a resistência dos lugares frente à expansão da cidade capitalista, Makhlof (2013) expressa que os Jogos Olímpicos de Barcelona 1992 funcionaram como um pretexto perfeito para a reestruturação econômica e territorial da cidade, condições necessárias para um novo modelo global de cidades (Figura 2).

La reestructuración capitalista se expresó en la ciudad en muy diversos ámbitos, pero sin duda el mayor proceso de transformación en su historia reciente sería marcado precisamente por su designación para ser la sede de los Juegos Olímpicos, el pretexto perfecto para el impulso definitivo de la reestructuración económica y territorial necesaria para el nuevo modelo capitalista global. Se hicieron gastos multimillonarios en las obras públicas de remodelación del espacio urbano y en infraestructura de transporte y telecomunicaciones, a fin de satisfacer los requisitos de funcionalidad necesarios para el capital (MAKHLOUF, 2013, p. 4).

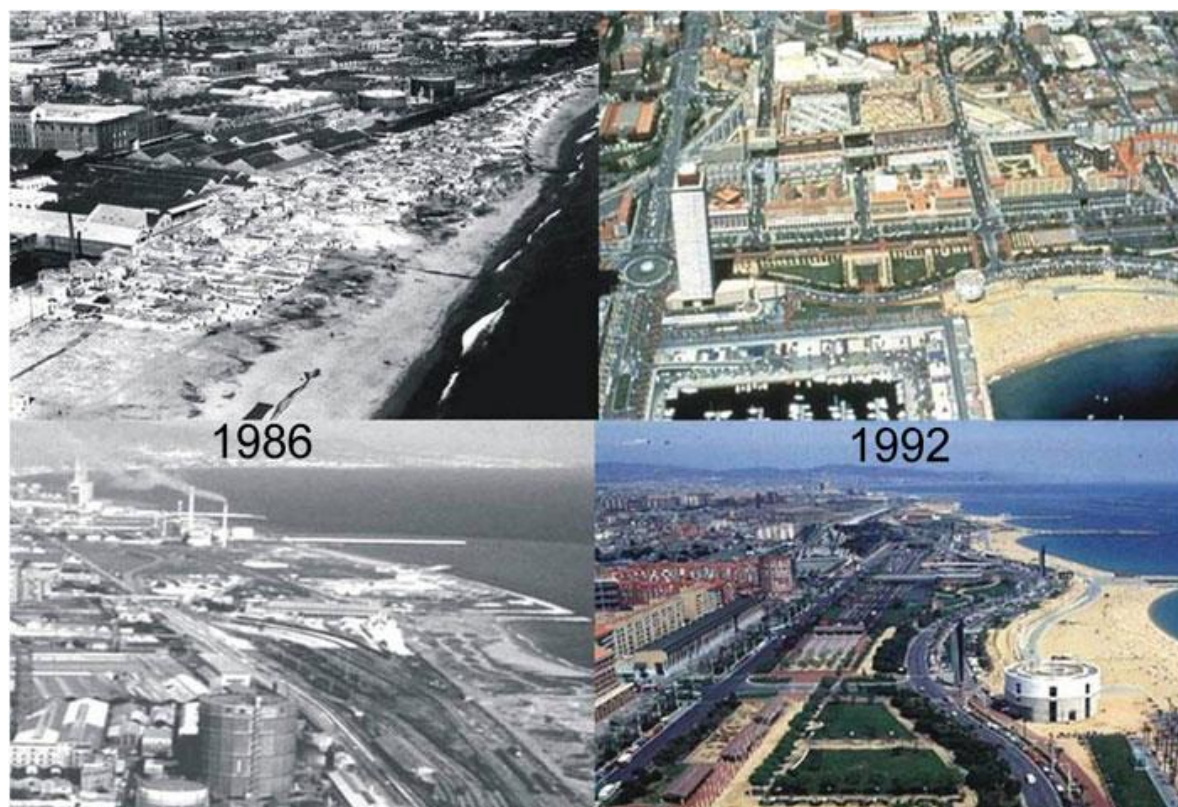


Figura 2: Porto de Barcelona, antes depois dos investimentos feitos para os Jogos Olímpicos de 1992. Fonte: <http://www.dicascariocas.rio/rio-2016-o-legado-e-os-negocios-em-torno-do-maior-evento-esportivo-do-mundo/>.

Naturalmente, o processo ocorrido em Barcelona possui críticas e elogios, porém, antes de tudo é necessário contextualizar o fenômeno.

Barcelona foi talvez a mais resistente província espanhola contra a ditadura de Franco (1963-1975) e por conta disso, sua população sofreu privações durante boa parte do século XX. Naturalmente, o discurso de uma pátria catalã realizando um evento de grande porte produziu enorme comoção e serviu em grande parte para unir a população em seu entorno.

Ao longo deste trabalho, serão apresentadas as propostas de cidade no período Paes, onde serão encontradas enormes possibilidades de associar e também de diferenciar os projetos olímpicos entre as cidades do Rio de Janeiro e Barcelona. Se na cidade espanhola, a população “comprou” o projeto, no Rio de Janeiro globalizado, pós-moderno, metrópole de um país semiperiférico do capitalismo mundial, onde as contradições sobrepõem o discurso simplista, observa-se a criação de estratégias de legitimação vinculadas à “urgência do momento”, dentre outras, tão necessárias à realização dos jogos, posto que seus efeitos impactaram ainda mais as

relações sociais da cidade, sofrendo assim grande contestação de parte de diversos setores da sociedade.

Este modelo pautado na gestão empresarial transborda sua ideologia para o cotidiano das cidades, dificultando a garantia de direitos por parte da população mais pobre. Ao explorar o impacto do pós-modernismo nas cidades, Harvey (1992) percebe que o desejo do mercado de buscar um público exclusivo colabora com a temática da segregação, apontando para uma tendência que está consolidada no arranjo atual das metrópoles mundiais.

O populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos *shoppings* e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação (HARVEY, 1992, p. 79).

Para a Rolnik as facilidades relacionadas ao consumo podem, inclusive, incrementar a dualidade integração/segregação.

Entretanto, não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela versus asfalto, legal versus ilegal, permanente versus provisório) (ROLNIK, 2013, p. 13).

A gradual implantação deste modelo nas cidades brasileiras, aliadas às desigualdades sempre presentes nessas, acentuou ao longo século XX, contradições e tensões urbanas, estimulando de forma constante, movimentos de lutas pela democratização das cidades.

Fruto de lutas populares, que se fizeram presentes durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade (2001), expressava maiores possibilidades de intervir no urbano brasileiro. Para isso, previa uma série de orientações, normas e instrumentos para o pleno viver nas cidades brasileiras tais como a garantia de participação da população em projetos urbanísticos municipais, restrições à especulação, garantia do direito à terra, entre outros.

Evidentemente, suas diretrizes são amplas e necessárias para pensar e planejar cidades mais adequadas para toda a população, corrigindo distorções históricas injustas e exclusivistas. Porém, como sua implementação dependeria muitas vezes dos acordos políticos locais, muitas de suas diretrizes não foram implantadas e, até hoje, as cidades expressam uma prática de exclusão, onde o espaço ainda é transformado à revelia da maior parte da população, expressando o peso assimétrico entre os diferentes atores que compõem a produção do urbano. Porém, isto não diminui os avanços presentes no documento, apenas destacamos que sua instituição é parte de uma disputa política.

Ao comentar a omissão da Constituição Federal em relação à política urbana, Souza (2006) destaca:

Coube ao Estatuto das Cidades (cf. LEI 10257/2001), que regulamenta o capítulo sobre a política urbana da Constituição e tramitou durante mais de dez anos no Congresso, dispor sobre a obrigatoriedade e as condições da participação popular direta no planejamento e na gestão das cidades. Fê-lo de maneira insistente, reiterando o princípio da participação várias vezes ao longo do corpo da lei - e essa é uma das virtudes do Estatuto (SOUZA, 2006, p. 218).

Apesar de demonstrar otimismo com os avanços na legislação brasileira, Souza (2006, p. 221) acredita que a participação popular poderia estar mais bem amarrada no documento, evitando postergar, por exemplo, a aplicação da função social da propriedade e da gestão participativa, colocando-a na dependência do poder municipal.

Apesar de instrumentos legais adequados, o direito à cidade no Brasil continua sendo uma esperança, pois o arranjo das cidades, consequência da atual fase do capitalismo mundial, continua refletindo uma distopia arrebatadora, onde o valor de troca ganha ainda mais escala frente ao valor de uso, imputando enormes dificuldades para garantir direito a toda população.

No capítulo seguinte, a fim de aprofundar essa realidade, investigaremos os planos de habitação popular e integração de áreas precárias na cidade do Rio de Janeiro. Esta opção buscará demonstrar a dificuldade de acesso à serviços básicos na cidade ao longo do Século XX, contribuindo para a coerência deste texto e garantindo a continuidade das ideias presentes.

## **Capítulo II- Os planos para a habitação popular e integração das favelas à cidade do Rio de Janeiro: da Capital do Império ao programa Morar Carioca: O permanente moto contínuo do “mais do mesmo”.**

*Ou te devoro*

A questão fundiária no Brasil foi, ao longo da história, um dos principais motivos do tensionamento social no país. Um território originalmente caracterizado por uma sociedade agrária e escravista, onde a posse da terra significava riqueza, poder político e status social.

Na segunda metade do Século XX, o Brasil completa sua transição demográfica tornando-se majoritariamente urbano. O processo de industrialização em marcha desde o final do Século XIX, e consolidado na década de 1960, além das condições precárias no campo brasileiro foram, em parte, responsáveis pela migração de milhares de brasileiros que buscavam nos grandes centros melhores possibilidades de vida.

Porém ao chegar nas cidades, os imigrantes eram adicionados a uma realidade vivenciada pelos setores mais pobres, que anteriormente já conviviam com condições inadequadas de vida, como por exemplo, o difícil acesso à moradia adequada.

A mudança do perfil da população brasileira de agrário para urbano não alterou a dificuldade de acesso à terra, apenas a deslocou para os emergentes centros urbanos, que continuaram a observar o favorecimento das classes mais abastadas. Obstaculizando assim, desde seu início, a possibilidade de aquisição de habitação por parte das populações mais pobres, negando-lhes o Direito à cidade, transformando esta realidade em uma das marcas mais presente em seu espaço.

Por ser capital do país desde o império até a segunda metade do Século XX, a cidade do Rio de Janeiro já recebia grande contingente populacional desde o final do Século XIX, o que provocava necessidade de organização do seu espaço para atender a esta demanda. Porém, após

a proclamação da República, seu território passa a experimentar diversas intervenções que visavam garantir uma mudança de imagem em relação ao período imperial.

A cidade e sua população convivem, desde então, com inúmeros planos de modernização que impactaram diretamente em sua porção mais pobre. As gestões Barata Ribeiro (1892- 1893) e Pereira Passos (1902- 1906) são exemplos de governos que, ao pretenderem modificar o espaço urbano, acabaram por criar maiores impedimentos para as populações mais carentes, portanto, não é coincidência o surgimento das primeiras favelas neste período.

Com o passar dos anos a responsabilidade para atender esta agenda desloca-se de acordo com o período, na década de 1930 consolidam-se os subúrbios, na década de 1960 o autoritarismo do período concentra as decisões sobre habitação popular no Governo Federal, e, finalmente, após a Constituição Federal de 1988, estas soluções para esses problemas passam a ser discutidas localmente obedecendo as diretrizes descentralizadoras presentes na Carta Magna.

Governos se sucedem com planos e ações, porém, por conta de diferentes fatores, as condições estruturais verificadas nestas áreas periféricas permanecem inalteradas. Podemos reconhecer avanços no Mutirão Popular do Governo Brizola, o reconhecimento destes territórios pela prefeitura durante o Favela Bairro de César Maia e a escala de oferta de habitação, presente no Programa Minha Casa Minha Vida dos Governos Lula e Dilma, porém, as favelas ao longo dos anos permanecem estigmatizadas, sendo ainda enxergadas como problemas por grande parte da população.

O presente capítulo pretende abordar estes momentos, investigando suas formas de atuar e buscando entender como, apesar dessas ações, ainda convivemos com espaços e pessoas segregadas.

## 2.1 A percepção de espaços segregados na cidade do Rio de Janeiro.

*Gostosa  
Quentinha  
Tapioca  
O pregão abre o dia  
Hoje tem baile funk  
Tem samba no Flamengo  
O reverendo  
No palanque lendo  
O Apocalipse  
O homem da Gávea criou asas  
Vadia  
Gaivota  
Sobrevoa a tardinha  
E a neblina da ganja  
O povaréu sonâmbulo  
Ambulando  
Que nem muamba  
Nas ondas do mar  
Cidade maravilhosa  
És minha  
O poente na espinha  
Das tuas montanhas  
Quase arromba a retina  
De quem vê  
De noite  
Meninas  
Peitinhos de pitomba  
Vendendo por Copacabana  
As suas bugigangas  
Suas bugigangas  
Carioca  
Chico Buarque de Holanda*

De posse de sua sensibilidade, Chico Buarque aponta com precisão a dispersão de espaços com diferentes construções e perfis no território da cidade do Rio de Janeiro, demonstrando, de forma lúdica a própria concepção do espaço da cidade, tão introjetado na psique da população, que qualquer um de seus moradores pode reconhecer as diferenças espaciais que fazem parte do mosaico que compõem sua paisagem. “*Para mal ou para bem*”.

Desde sua construção, os espaços segregados do território da cidade compõem a geografia do Rio de Janeiro. De fato, podemos afirmar que a cidade não se desenvolveu como uma única cidade, mas em muitas. Sua construção e ocupação histórica permitiram, desde seu



início, um olhar próximo de sua população em relação a este fenômeno. Vários fatores contribuíram para isso, como a concentração da população na região Central até o final do século XIX. Durante o século XX e XXI, o que pode ser observado é que, muitas vezes, políticas públicas acentuaram um apartado perfil geográfico de diferentes setores da população residentes na cidade.

As favelas da cidade exemplificam de forma contundente como esta partição foi construída ao longo da história, constituindo um paradoxo para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, sejam eles moradores, ou não, destas áreas que, ao longo do tempo despertaram interesse, perplexidade e sentimentos de repulsa.

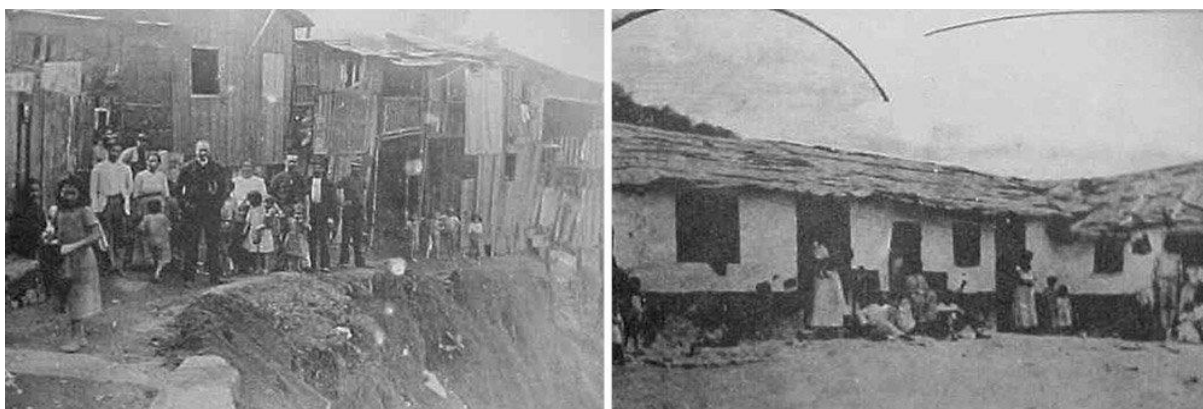


Figura 3: Morro da Providência, 1902.

Fonte: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/166421/Morro-da-Provid%C3%Aancia-a-primeira-favela-do-Rio.htm>

Nascidas, elas próprias, de uma intervenção urbana conservadora, alavancada por uma gestão municipal que, na ânsia de vender uma imagem de uma cidade limpa e ordenada, se esforçou em retirar de sua expansão Centro-Norte, Centro-Sul, as moradias das populações mais pobres, obrigando, desta forma, novas formas de ocupação dessas populações que, no início do século XX, ganhavam amplitude demográfica e espalhavam-se em torno dos morros do centro da cidade.

O período Pereira Passos (1902- 1906), ao extinguir os cortiços (residências das populações mais pobres que se localizavam na região central da cidade) e não proporcionar

espaços adequados para sua realocação, permitiu abrir espaços para ocupações das encostas, àquela altura, os locais menos valorizados da urbe e seus arredores. Tal política atingiu parte da população que entre 1896-1897 se engajou no exército brasileiro no conflito de Canudos e ao retornar para capital não tinha acesso a moradias de qualidade.

A necessidade de ter por perto a mão de obra necessária para atender à crescente classe média habitante de bairros integrados ao recém-extendido tecido formal da cidade, uniu o útil ao (des) agradável. Milhares de pessoas sem opções tiveram que recriar seu espaço de moradia, vida e sociabilidade, em paralelo à cidade “formal”. Ao longo da história, estes territórios flexíveis, ordenados à revelia do Estado, cumpriram diferentes funções sociais na complexa engenharia da sociedade carioca. Desde áreas de provento de mão de obra barata, até a constituição de *currais eleitorais* que, somadas às condições inadequadas e a falta de direitos, possibilitaram a constituição de espaços marginalizados, aptos a receber e reproduzir formas ilícitas de trabalho, como o tráfico de drogas.

De fato, as favelas se consolidaram ao longo do Século XX como o principal espaço das moradias de trabalhadores mal remunerados, que viriam a compor o exército de mão de obra de reserva, uma condição para a reprodução do capital. Por isso tudo, essas áreas acabaram por constituir uma imagem cruel do estabelecimento de relações de classe no território.

Observamos um amálgama de conceitos sobre os territórios de favelas, buscando conceituar estes espaços e suas transformações ao longo do tempo. Muitas destas definições carregam um forte simbolismo pejorativo, onde as prerrogativas de uma cidade ordenada não estariam presentes nesses. Desta forma, para compreender tais espaços devemos evitar simplismos e reducionismos e buscar entender que estes territórios estão inseridos em uma lógica histórica e que, bem como a sociedade, não estão à margem das transformações do modelo político-econômico.

Haesbaert (1995, p.196), ao apresentar seu conceito de aglomerados de exclusão, o que para nós é uma definição pertinente, afirma que tratam-se muitas vezes de espaços arrasados e padronizados à feição do modelo dominante, ou seja, sua geografia se relaciona diametralmente com o estabelecimento de uma ordenamento socioespacial que privilegiará determinados espaços em prol de outros, preconizando assim uma exclusão que se materializará também através de preconceitos, que originarão, por exemplo, uma falsa ideia de territórios sem história ou identidade.

Ao nos aproximar deste conceito, *aglomerados de exclusão*, percebemos uma possibilidade para a explicação sobre estes espaços que muitas vezes são relacionados a questão da exclusão. Tal denominação se deve ao fato de reunirem uma grande quantidade de pessoas que se apropriaram do território através de dinâmicas locais próprias, fato este que pode se constituir, inclusive, em um elemento para se compreender a heterogeneidade entre estes espaços, compreendendo, assim, que sua construção não acontece de forma igual em todos os espaços ocupados hoje por favelas e áreas periféricas. Cada agrupamento de pessoas de posse de suas singularidades e potencialidades humanas e espaciais irá historicamente conferir uma identidade própria ao seu lugar de moradia.

Ao trabalhar com representações e significados em favelas, Sila e Huguenin (2014, p.264) afirmam que as áreas de favelas são parte integrante da dinâmica das cidades, no entanto, no que se refere a questões legais, elas ficaram à margem do direito oficial, não possuindo os moradores qualquer segurança jurídica. Já Zaluar e Alvito (1988), ao discutirem a presença das favelas na cidade do Rio de Janeiro, explicam que se trata, desde o início, de áreas de habitações irregulares que inspiraram, ao longo da história, um imaginário perigoso acerca destes espaços, marginalizando muitas vezes suas populações, mas que também expressam uma dualidade que pode ser observada no cotidiano da cidade e em seus moradores.

Mas a favela ficou também registrada oficialmente como área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem água,

sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as **imagens** que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, “o outro”, distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve. Lugar do lodo e da flor que nele nasce, lugar das mais belas vistas e do maior acúmulo de sujeira, lugar da finura e elegância de tantos sambistas, desde sempre, e da violência dos mais famosos bandidos que a cidade conheceu ultimamente, a favela sempre inspirou e continua a inspirar tanto o imaginário preconceituoso dos que dela querem se distinguir quanto o dos poetas e escritores que cantaram, suas várias formas de marcar a vida urbana no Rio de Janeiro (ZALUAR e ALVITO, 1998, pp.7-8, grifo nosso).

A complexidade presente em constituir definições acerca destes espaços demonstra o desafio assumido em perceber as minúcias envolvidas em sua caracterização e as diferenças entre esses e o restante da cidade.

Naturalmente, salta aos olhos o ordenamento espacial existente nestes territórios e como eles são constituídos. Não se trata aqui somente da ausência de determinados equipamentos, mas de uma lógica que obedece às condições dispensadas a esses e conseqüentemente aos seus moradores. Harvey (1992), sobre os espaços das cidades, aponta que suas organizações estão condicionadas à organização dos grupos presentes nesses:

“O domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais a fim de exercerem um maior grau de controle” (HARVEY, 1992, p.202).

A organização e o ordenamento territorial destes espaços periféricos dentro das grandes cidades passam, portanto, por lógicas próprias apesar de estarem inseridas em uma dinâmica da cidade capitalista. O que devemos entender é a relação que se dá sobre esta perspectiva, onde estes espaços são construídos de forma diferenciada e como isso se reflete em seus moradores, pois se tratam de espaços onde os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança material e simbólica (HAESBAERT, 1995, p.193).

Há de se inferir, e esta é uma oportunidade para se discutir o preconceito presente, que muitas vezes estes espaços não significaram somente problemas, muito pelo contrário, proveu,

ao longo do tempo, mão de obra barata, trabalhadores e trabalhadoras com menos qualificação para atender postos de trabalho de menor status. Mesmo durante períodos agudos de enfrentamento destas questões e mesmo durante períodos marcados por políticas de remoção, as favelas permaneceram como um “depósito” de empregadas domésticas, porteiros, garçons, trabalhadores da construção civil, dentre tantos outros.

Mesmo a cultura dos morros foi apropriada por setores abastados da sociedade que, muitas vezes enxergaram de forma míope, o trabalho de compositores populares, criando uma áurea de ingenuidade em torno de sua arte, conferindo um olhar singelo, muitas vezes paternalista em torno do diferente.

Músicas de Cartola, Zé Ketti, Martinho da Vila, Néelson Sargento, Néelson Cavaquinho, Zé Catimba, Dona Ivone Lara, dentre tantos outros, nada têm de ingênuas e muito pelo contrário, são muitas vezes canções de resistência e demonstrações da luta dessas populações que, apesar do descaso e do preconceito resistem, criando suas idiossincrasias e construindo suas identidades.

A pergunta é: quando as favelas se tornam um problema a ser “resolvido”? É fato que sempre, de uma forma ou de outra, as favelas foram “palco” de planos e projetos que se multiplicaram para estancar o “mal” que habitava os morros cariocas. Governantes, como Lacerda (1960-1965), Chagas Freitas (1971- 1975) e programas como CODESCO<sup>6</sup>, CHISAM<sup>7</sup>,

---

<sup>6</sup> O governo de Negrão Lima (1965-1970), último governador eleito durante a Ditadura Militar no Rio de Janeiro, trouxe propostas populares, em oposição às ações de Carlos Lacerda (Governador antecessor cuja gestão foi atravessada por ações higienistas, como erradicação de algumas favelas cariocas). É criada nesta gestão a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), que desenvolve um Grupo de Trabalho em conjunto com a QUADRA (neste momento, os arquitetos remanescentes da equipe inicial -Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sylvia Wanderley e Sueli de Azevedo- haviam se associado em torno de um escritório). Tal associação ocorre pois a CODESCO fica ciente do trabalho que o escritório de Carlos Nelson Ferreira dos Santos havia iniciado com a comunidade de moradores da favela do Brás de Pina. Assim, a urbanização da favela passa a ser financiada e sistematizada pelo Estado. A realização do plano de urbanização ocorre através de uma aproximação com os moradores, considerando os saberes e vontades da população, assim como os conflitos entre os agentes envolvidos (como as ações especulativas que começam a surgir por parte dos moradores, duramente criticada pelos funcionários da CODESCO). Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

<sup>7</sup> A partir de 1968 o programa remocionista do governo militar ganhou ímpeto com a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana) através do Decreto Federal n.º 62. 654, em 03/05/1968, vinculada ao Ministério do Interior, juntamente com o BNH, com a autarquia assumindo o controle direto de vários órgãos do governo do estado da Guanabara1. Fonte: Mario Sergio Brum. *Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as 'utilidades' para os favelados (1968-1973)*. 2010

Favela–Bairro, Morar Carioca, dentre tantos, propuseram ações que foram desde a política de remoções até garantias de integração, sempre enfatizando o espaço diferente e não integrado à cidade.

Programas, projetos e ações, que serão examinados mais profundamente ao longo deste trabalho, trataram as “FAVELAS” muitas vezes sob a égide de um conceito monolítico. Foram incapazes de compreender as diferentes realidades, singularidades e características físicas e sociais de seus territórios, bem como dos diferentes grupos que habitavam estes lugares. Com isto, acabaram por garantir em suas agendas políticas, soluções muitas vezes equivocadas que atendiam a interesses que não eram dos moradores desta área.

Conjuntos habitacionais, planos de urbanização e habitação, ofertados ao longo da história, apresentaram fragilidades e descontinuidades que mantiveram as condições de pobreza intactas, criando sempre dificuldades para as populações que ali habitavam e, desta forma, ao longo da história permanecemos a observar as contradições presentes neste processo.

## **2.2- A habitação popular na cidade do Rio de Janeiro: a insistente herança da precariedade**

Como indicação anterior, o espaço da cidade do Rio de Janeiro sempre foi marcado por transformações orientadas por diferentes contextos políticos e sociais. Sua singularidade maior, ter sido Capital de uma colônia depois de um império ultramarino e durante maior parte do período Republicano, resultou em diferentes propostas de moradias para grande parte de sua população.

Se até o final do século XIX, a grande parte de sua população habitava o Centro e seu entorno, a partir do início do século XX, essa mesma parcela observou um movimento de

expansão originalmente no eixo sul e norte da cidade, qualificando e hierarquizando novos espaços para moradias.

É importante destacar que toda esta transformação bem como a própria reconfiguração do Centro foi possível devido a uma aliança entre atores privados e o Estado, como bem colocam Abreu (2011), Ferreira (2011) e Correa (2006). Decorrente de toda esta reorganização do espaço da cidade, novas necessidades de mão de obra se faziam presentes em novas subcentralidades longe do Centro da cidade. Aliada a esta expansão, uma política de modernização do Centro fez com que formas de habitação de baixa renda desaparecessem, tornando mister a busca de outras alternativas para garantir a habitação da porção mais pobre da cidade.

Legitimado através de um discurso científico e higienista, a reforma Passos (1902-1906), pretendia oferecer um espaço mais agradável ao Centro e seu entorno através de um pacto entre as elites e uma aliança junto aos agentes comerciais. Com o objetivo de alargar ruas e agir sobre focos de insalubridade, a intervenção, em termos habitacionais, significou a derrubada das moradias das populações mais pobres conhecidas como cortiços<sup>8</sup>. Tal período, conhecido como *bota abaixo*, caracterizou-se como uma intervenção direta do Estado no espaço central da cidade. Para ser realizado, contou com grande aparato das forças coercitivas do Estado, além de uma intensa propaganda dos meios de comunicação da época, que associava e vendia a ideia de marginalidade e sujeira às habitações populares. É importante considerar que a perseguição a este tipo de habitação não começou com Pereira Passos. Antecessores, como Barata Ribeiro (1892- 1893), já haviam empenhado grande esforço para sua eliminação. Porém, devido aos poderes atribuídos a Passos e levando em conta a legitimidade adquirida com seu discurso higienista e modernizante que garantiu grande anuência da população média e abastada da cidade.

---

<sup>8</sup> Outras denominações de cunho jocoso também se referiam a estas habitações como pardieiro e cabeças de porco, denominações estas incorporadas ao imaginário da população.



Figura 4: Caricatura das moradias populares no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, denominadas *cabeças de porco*. Fonte:

[https://www.google.com.br/search?q=destrui%C3%A7%C3%A3o+da+cabe%C3%A7a+de+porco+pelo+Pr+feito+Barata+Ribeiro&biw=1366&bih=643&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiLnvzYx5HMAhVFkZAKHS4JDwUQ\\_AUIBygC#imgrc=12d1I9KFTTQ89M%3A](https://www.google.com.br/search?q=destrui%C3%A7%C3%A3o+da+cabe%C3%A7a+de+porco+pelo+Pr+feito+Barata+Ribeiro&biw=1366&bih=643&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiLnvzYx5HMAhVFkZAKHS4JDwUQ_AUIBygC#imgrc=12d1I9KFTTQ89M%3A)

O que se viu como resultado da Reforma Passos foi uma grande remoção da população mais pobre do Centro da cidade que, não tendo mais onde morar, passa, gradualmente a ocupar as encostas dos morros da cidade, ou buscar habitação em lugares longínquos que,



posteriormente, junto da expansão das linhas ferroviárias, passam a ser conhecidos como *subúrbios*<sup>9</sup>. Em comum, a falta de estrutura mínima e a inadequação de moradias de qualidade para a população. Então se não dava para varrer a “sujeira” para de baixo do tapete, poderia ao menos espalhá-la, ou esconder nos planos mais altos da cidade.

Sobre este momento, Abreu (2011) comenta:

Finalmente, o período Passos também se constituiu em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge. É a partir daí que morros situados no Centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros) até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século - na favela. O Morro da Providência, por sinal, já era conhecido como morro da Favela desde 1897, quando passou a ser habitado por familiares de baixa hierarquia retornados de Canudos. A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego (ABREU, 2011, p.67)

Já no primeiro quartel do século XX, o impulsionado “trabalhismo” do período Vargas, que resultou numa forte industrialização do espaço da cidade, irá consolidar novos locais de habitação da população de baixa renda, os subúrbios. As favelas só entrariam de novo na agenda do governo em 1937 a partir do Código de Obras da Cidade, que previa, dentre outros aspectos, a remoção desta população para parques proletários, a fim de conter a “aberração” social nos morros da capital. Correa (2006) coloca da seguinte forma esta nova visão do Estado sobre as habitações populares localizadas nos morros cariocas:

Os anos 1930 foram marcados pelo ideal do “trabalhismo”. Vargas valorizou o modelo urbanístico higienista de rejeição da cidade real, enfatizando o embelezamento e a monumentalidade. O tema favela só entrou propriamente na agenda oficial em 1937 com o Código de Obras da Cidade, prevendo a demolição destas áreas – que eram consideradas aberrações – e a remoção de seus habitantes para os parques proletários, numa atitude normalizadora e disciplinante do poder político. Pode-se perceber que a inserção do tema favela no planejamento da cidade não

---

<sup>9</sup> Para Nobrega Fernandes, razões especificamente cariocas explicam o depreciado ponto de vista que o subúrbio recebeu na geografia histórica do Rio de Janeiro. Foi a Geografia que explicitou o singular conceito carioca de subúrbio; mas foi Nelson Fernandes que chamou a atenção para o seu significado ideológico: menosprezar o povo trabalhador e seu espaço de vivência na cidade do Rio de Janeiro. Desprestígio social e desprezo praticado cotidianamente pelo poder de Estado que, segundo a sua dissertação, *O Rapto ideológico da Categoria Subúrbio, Rio de Janeiro, 1858-1945*, Apicuri, RJ, 2011, permanecem no interior desse conceito desde as reformas urbanas do engenheiro e prefeito Pereira Passos.

se inicia pela preocupação com a condição de vida deste segmento da população, mas sim pelo desejo de liquidar o que era percebido como um incômodo (CORREA, 2006, p.32).

Quanto aos subúrbios, que gradualmente passaram a sentir as mesmas mazelas das habitações populares próximas ao Centro, esses foram se expandindo próximos às linhas de trem que se expandiam no sentido Centro-Zona Norte. Porém, os subúrbios, diga-se de passagem, não foram locais destinados a esta população pobre *a priori*.

Sobre o conceito de subúrbio na cidade do Rio de Janeiro, Ferreira (2011, p. 96-97) explica que se trata de uma representação que sintetiza um discurso ideológico sobre o lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro, e, se a classe média ocupava áreas próximas do centro, nas zonas sul e norte, a classe trabalhadora ocupava essas áreas longínquas, demonstrando a desigualdade socioeconômica que se refletia na espacialidade da cidade.

Contudo, com o surto migratório de pessoas de outras regiões do país, tais como o Norte e o Nordeste, que, durante anos de 1940 e 1950, vinham buscar emprego nos grandes centros do Sudeste, local de concentração industrial, a questão da moradia popular ganharia novas cores, tão dramáticas quanto antes. É neste período que começam a brotar embrionários movimentos de organização das favelas. Apoiadas por setores da sociedade, dentre eles, o Partido Comunista e associações de moradores, que passam a lutar por melhores condições de vida e de habitação.

Neste momento, com receio do “perigo comunista”, setores da Igreja Católica passam a realizar através de uma aliança com o Estado, não sem constrangimentos, uma política assistencialista que se desdobrará na constituição de instituições, tais como a Fundação Leão XIII, além de subsidiar projetos de habitação popular como a emblemática construção da Cruzada São Sebastião em 1955. Neste período surgem críticas à atuação da Igreja Católica, como podemos ler em Correa (2006):

As primeiras críticas à atuação assistencialista da Igreja começaram a aparecer no final da década de 1950; é o momento em que à cena política chegam

diversas associações de moradores demonstrando um grau de organização autônoma, facilitada, em muitos casos, pelo Partido Comunista. O discurso catequizador / conformista da Igreja Católica já não mais conseguia controlar estes atores sociais (CORREA, p.33).

O desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, especialmente a partir da década de 1960, acarretou em novos problemas urbanos, associados em parte à massiva urbanização do país à época. Surge, como resposta a este contexto, uma série de movimentos associados às reformas de base, dentre elas a reforma urbana que teve na declaração<sup>10</sup> do Hotel Quitandinha (julho de 1963) um marco deste período.

Decorrente desta realidade, já a partir da década de 1960, o Estado passa a retomar seus investimentos em habitação popular, por intermédio, por exemplo, da COHAB-Companhia de Habitação, que contava com recursos para investimentos em conjuntos habitacionais que passam a fazer parte do cenário carioca. Em 1966, ano de criação da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – CODESCO, passa-se a ter um reconhecimento dos direitos da população favelada e de baixa renda, e a direção da CODESCO busca integrá-las à cidade formal. Ressaltando a importância da regulamentação da posse da terra, o programa desenvolvido pela CODESCO partia do desenho dos próprios moradores para, posteriormente, os arquitetos redesenharem as plantas das casas (CORREA, 2006, p.34). Neste ponto, podemos sugerir que o tempo de vida e a própria existência da CODESCO se inserem em uma política de “apaziguamento de classes” em um momento tenso da história.

---

<sup>10</sup> O seminário de Habitação e Reforma Urbana teve duas etapas: a primeira no Rio de Janeiro, no Hotel Quitandinha, nos dias 24, 25, 26 e julho de 1963, e a segunda em São Paulo, na sede do IAB, nos dias 29, 30 e 31 de julho deste mesmo ano. Durante o seminário, foram discutidos quatro temas centrais em grupos de trabalho distintos, abordando importantes temáticas referentes aos problemas contemporâneos da arquitetura e do urbanismo brasileiro:

a situação habitacional do País: exposição e análise das condições; a habitação e o aglomerado humano; a reforma urbana: medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>. Acessado em abril de 2017.

Ao final do encontro, na cidade de Petrópolis, foi elaborado um conjunto de propostas de política habitacional e urbana, incluindo iniciativas legislativas e políticas, dentre os quais se destaca uma nova Estrutura institucional para a política habitacional; a constituição de um Fundo Nacional de Habitação; a construção de Instrumentos de reforma urbana; novas perspectivas de Planejamento territorial e habitacional, além da Criação de um sistema de informações para o planejamento urbano e habitacional. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>. Acessado em abril de 2017.

A partir de 1968, sua função vai se esvaziando, principalmente, a partir da criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro – CHISAM, pelo governo federal. Sua principal missão restabelecer o “*remocionismo*”, tantas vezes utilizado como política para as áreas mais pobres da população. Utilizada em grande escala por Carlo Lacerda, de 1960 a 1965, a política de remoção garantiu a construção da Zona Sul carioca em uma área aprazível para atender os interesses turísticos e da classe média, entendendo que, para isso, não poderia contar com espaços favelados nestes locais.

O resultado disso foi um enorme êxodo de populações que ali moravam em direção a áreas distantes do Centro, em localidades que logo se deterioraram por causa da má qualidade das construções, bem como o descaso posterior do Estado. Esta mesma tendência foi seguida pelo seu sucessor governador Negrão de Lima (1965-1971). No final deste período contava-se 114 favelas afetadas.

Percebe-se, neste momento, uma mudança de enfoque onde se destacam dois paradigmas de urbanização distintos, o CODESCO e o CHISAM. Enquanto a CODESCO defendia a capacidade organizativa e participativa dos moradores das favelas, a CHISAM reconhecia as favelas como um espaço urbano deformado, habitado por uma população à margem da sociedade que não tem acesso aos benefícios oriundos dos bens e serviços públicos, porque não paga os impostos (cf. CORREA, 2006, p.34). O modelo que ganha espaço enquanto alternativa de política pública é justamente o do CHISAM, que estabelece uma dicotomia, ainda hoje remanescente, onde o mundo da ordem seria representado pelo “asfalto”, enquanto o da favela seria o espaço da desordem, e que a organização popular não era necessária, já que o Estado, representando as virtudes da sociedade, poderia se encarregar de oferecer as soluções para os problemas ali observados.

Uma etapa de tutela será observada com o Estado Ditatorial posterior – a partir do golpe civil-militar de 1964 – e agravará ainda mais esta marca. Durante os governos militares o que

se viu no espaço da cidade foi um esvaziamento das iniciativas populares, duramente reprimidas, e um agravamento das questões de moradias, seja pela incapacidade, seja pela falta de motivação, porém, por outro lado, houve uma reorientação dos espaços destinados à classe média, que, através de investimentos públicos em infraestrutura, passam a destinar-se à zona Oeste da cidade, mais especificamente à Barra da Tijuca e a Jacarepaguá, como Ferreira (2011) atesta:

No final dos anos 1960, sob a ditadura militar, há uma reorientação da dinâmica urbana, que se movia em direção à Baixada Fluminense, para os territórios da Guanabara, como a zona oeste e as baixadas de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca. A intensificação do processo de concentração de renda em curso culminou com a expansão da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca. Para tanto o Estado, que se associou ao capital imobiliário, teve importante papel, pois incorreu em um enorme investimento para a construção da Autoestrada Lagoa-Barra. Essa obra foi extremamente custosa, pois incluiu, para sua realização, a perfuração de vários túneis e a construção de pistas sobrepostas encravadas na rocha. Nesse período, essas novas áreas da cidade, apesar de esparsamente habitadas, tiveram no Estado importante agente para a produção no espaço. A partir da associação com o capital privado, seja na abertura de estradas e ruas, seja na pavimentação e instalação de infraestrutura, o Estado investiu grandes somas de dinheiro na preparação desse novo eixo de expansão da cidade. Em um período de aproximadamente 40 anos - 1955 a 1999 - a Barra da Tijuca apresentou um crescimento surpreendente, principalmente nos últimos 15 anos (FERREIRA, 2011, p.98).

Com o fim da ditadura militar, novos canais de participação democrática surgem em diferentes campos da sociedade. Já em 1981, acontece o primeiro Encontro Estadual de Favelas organizado pela FAFERJ - Federação de Favelas do Rio de Janeiro, onde se pontuou questões de extrema relevância que iriam, muitos deles, estar presentes, nos escopos de programas futuros como o Favela-Bairro e o Morar Carioca, tais como instalação de infraestrutura, pavimentação, construção de moradias adequadas, regularização da propriedade, entre outros.

O encontro ocorreu em 29 de março de 1981, na sede dos metalúrgicos, e contou com a participação de vários movimentos espalhados pelo Brasil, além de ter tido apoio de várias entidades, tais como os sindicatos dos metalúrgicos, dos médicos, dos rodoviários e dos professores, da União Nacional dos Estudantes (UNE), do MAB (Movimento Amigos de Bairro

de Nova Iguaçu), da Pastoral de Favelas, assim como de partidos políticos (PMDB, PDT, PTB, PT). Várias foram as tentativas de entregar sua carta de reivindicações ao então Governador Chagas Freitas (1979-1983), porém, este nunca as recebeu, pelo menos pessoalmente.

No ano de 1983, toma posse, como Governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola (1983-1987), (1991- 1994), então fundador do Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Primeiro Governador eleito do Estado do Rio de Janeiro depois do período militar, Brizola encarnava, devido a sua história, uma real possibilidade de construção de um governo mais progressista, contando com espaços de participação popular. Reconhecido como uma das figuras mais críticas do golpe militar de 1964 e uma das maiores lideranças do país na resistência do golpe, Brizola ficou exilado durante todo o período militar no exterior, e, com a Lei da Anistia (1979) promovida no final do Governo Figueiredo (1979-1985), retorna ao país com a ambição de retomar o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, para assim tornar possível, pelo menos no discurso, uma retomada do trabalhismo varguista, garantindo maiores espaços para as organizações de trabalhadores.

Derrotado Por Ivete Vargas que fica com a sigla PTB, Brizola funda, junto com outros ex-exilados e antigos militantes simpatizantes do trabalhismo, o PDT. De uma forma geral, seu primeiro governo (seria governador posteriormente no período 1991- 1994), foi reconhecido como de centro-esquerda, e garantiu expressivas vitórias sociais, como a construção dos Centros de Integração de Educação Pública, o *CIEP*, mesmo que esta iniciativa fosse passível de críticas por parte do professorado, que via a opção como uma obra monumentalista e desagregadora da rede pública. Porém, de uma forma geral, a relação com os grupos populares alcançou durante seu governo um novo patamar, garantindo espaço para iniciativas que dialogassem com suas demandas.

No campo habitacional, o governo Brizola rompe com a prática “remocionista” e garante a retomada de questões importante para a solução da problemática da habitação popular, tais como a regularização fundiária, melhorias urbanas, participação da comunidade na elaboração e realização de projetos em suas próprias comunidades. Correa (2006), ao analisar o referido período aponta que:

Desde 1982, a questão habitacional ganhou novo destaque com a eleição de Leonel Brizola para o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Demonstrando interesse primordial para as áreas carentes, pode se destacar na política de Brizola três metas principais: regularização fundiária, infraestrutura e incentivo à autoconstrução. Sua principal conquista foi o *Programa Cada Família, um Lote* pelo qual pretendia regularizar 400 mil lotes clandestinos, dotando a área a ser afetada de significativa urbanização. Neste esforço, firmou convênios principalmente com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA –, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a COMLURB (CORREA, 2006, p.36).

Brizola teve, portanto, uma atuação importante na questão fundiária na cidade do Rio de Janeiro, criando a Secretaria de estado de Trabalho e Habitação (1982), o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos (1983), porém, apesar da condução da política habitacional, a dificuldade de reunião destes órgãos, bem como a disputa de espaço dentro do governo por diferentes grupos, dificultaram a execução das metas como um todo, e a participação popular, que era o pressuposto da política habitacional, foi alcançada em uma escala muito menor que a desejável através de iniciativas como o *Projeto Mutirão* (1982) (figura 5). Tal projeto se constituía a partir do trabalho voluntário (apesar de ter sido remunerado durante um período) da população durante os fins de semana. Os moradores recebiam material da Prefeitura, e também assistência técnica para a realização de obras públicas nas favelas. Apesar da inovação do projeto, as obras eram de pequeno porte e pontuais, segundo dados do site *Rio On Watch*<sup>11</sup>, cerca de 17 comunidades foram atendidas.

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://riononwatch.org.br/?p=4676>. Acessado em 18 de abril de 2015.



Figura 5: imagem do Projeto Mutirão. Fonte: <http://tribunadoporfirio.blogspot.com.br/2008/01/sou-pr-candidato-prefeito-do-rio-de.html>. Acessado em maio de 2017

Devido a uma combinação de críticas por motivo, em grande parte, de esvaziamento de entidades como a FAFERJ, que alegava que as lideranças haviam sido cooptadas para garantir a execução das políticas públicas (é importante notar que esta também é uma crítica feita pelo Sindicato de Educação da época), e uma crescente violência associada ao tráfico localizado nas favelas (o que serviu como discurso para que setores da classe média afirmassem que o governo era complacente com a *marginalidade*), as políticas, bem como o Governo Brizola, foram aos poucos perdendo fôlego, alcançando, desta forma, êxitos espaçados e de pouca escala.

O período que o sucedeu, o Governo Moreira Franco (1987- 1991), esvaziou as iniciativas inauguradas durante a gestão anterior, e mesmo Brizola, durante seu segundo mandato (1991- 1994), conseguiu retomar sua agenda, devido em parte à falta de apoio político e também pela situação econômica do Estado. Não existem ações relevantes nesta área



relacionada aos seus sucessores e somente na gestão de César Maia, em 1993, este assunto volta à agenda do poder público.

O que se observou na cidade do Rio de Janeiro, mesmo com suas singularidades histórico geográficas, foi uma enorme semelhança com a realidade fundiária-habitacional do restante do país, onde sua população vivenciou as contradições inerentes das cidades com ausência de políticas no que tange ao direito à moradia.

### **2.2.1- O Banco Nacional da Habitação**

A instalação do Governo Militar- Civil inaugura uma nova etapa na questão da habitação popular no território e em sua população como um todo.

A crise habitacional era neste momento um legado de gestões anteriores que deram pouca importância ou, por causa de fatores internos e externos, não puderam avançar em políticas que alcançassem soluções duradouras. É importante destacar que o período que antecedeu o período militar, a gestão Jango, apesar de ter buscado novas formas de abordagem para esta problemática, foi permanentemente abalada pelos acontecimentos sociais que antecederam o golpe de Estado, possuindo assim pouca margem para desenvolver projetos que contassem, por exemplo, com a participação popular. O fato é que, por causa de uma enorme pressão de grupos externos e internos, o Brasil entra o ano de 1964 em uma grave crise social, onde o clima de lutas por reformas de base (em especial a reforma agrária, mas também a urbana), as reivindicações operárias e camponesas são substituídas por um governo autoritário e centralizador que irá optar, ao longo de todo o período, por um modelo voltado à internacionalização da economia, concentração de renda e aceleração da urbanização. Bienenstein, R. (2001, p.29) destaca que nos primeiros três anos o governo concentrou esforços no controle das taxas de inflação e na retomada do crescimento econômico. No campo político isso significou uma série de supressões aos direitos civis, inclusive com a constituição de um

forte aparato repressivo, que pode ser lido em (ANDRADE e AZEVEDO, 1982; *apud* BIENENSTEIN, R. 2001):

Em termos políticos, observou-se a desestruturação do regime populista, sendo montado um aparato repressivo que coibiu a organização popular e sindical, fechou o Congresso Nacional através do AI-5, instituiu a eleição indireta para Presidente da República, Governadores dos Estados, e prefeitos das cidades consideradas de segurança nacional, bloqueou pressões e proibiu o debate social e a luta até então (ANDRADE e AZEVEDO, 1982; *apud* BIENENSTEIN, 2001, p.29).

O então governo, encabeçado pelas Forças Armadas e por diversos setores civis, precisava num primeiro momento dar conta da economia turbulenta de descontentamentos e pressões de setores das classe médias e pobres, além de lidar com outro problema convergente naquele período, o da consolidação da urbanização brasileira, que traduziu-se em uma enorme diáspora de populações vindas das regiões Nordeste e Norte, necessitando desta forma de soluções imediatas para sua absorção, mesmo que de forma precária, nos tecidos urbanos das grandes metrópoles nacionais.

A solução encontrada para dar conta da crise estrutural presente naquele momento foi eleger a construção civil como condição para a superação de um quadro tão urgente e amplo, que demandava grandes esforços a fim de conter a insatisfação de setores da sociedade. Garantir condições mínimas de empregabilidade para uma enorme quantidade de indivíduos à margem da sociedade, além de possibilitar ganhos à iniciativa privada, ansiosa por novas possibilidades de reprodução de seu capital, e que enxergava no governo militar-civil uma possibilidade de estreitar ainda mais seus laços com os fundos públicos. Naturalmente o enorme déficit habitacional do país garantiria legitimidade para um enorme esforço nacional para a superação deste quadro.

É importante lembrar que a relação entre as grandes empreiteiras nacionais e o Estado ganha uma enorme força neste período, inaugurando uma prática, que, nos dias de hoje, desemboca em uma grande crise política e moral. O que nos faz indagar sobre a promiscuidade administrativa e financeira que a envolve. Em 10 de abril de 1969, o então Presidente da

República, Arthur da Costa e Silva, sancionou um decreto presidencial, o de N.º 64.345, que restringia a participação das empreiteiras internacionais, garantindo o monopólio das empresas nacionais na construção civil. Este decreto, apesar de ter sido derrubado em 1991 durante o Governo Collor, se mostrou resistente suficiente para garantir a exclusividade das empresas nacionais, pelo menos, até os desdobramentos da Operação Lava-Jato, que investiga, dentre outros, a relação empreiteiras e governos.

Para Pedro Campos, Professor de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o império das construtoras é iniciado durante o Governo JK, precisamente por causa das oportunidades surgidas pela construção de Brasília. Porém, seu alcance ainda era local ou regional. É com a instalação do regime militar, conforme também sugerido por outros autores, como militar-empresarial, que estas vão encontrar terreno para crescer.

Em entrevista a Fernando Rodrigues em seu blog<sup>12</sup>, divulgado pelo Universo On Line e a Folha de São Paulo, o autor do livro *'Estranhas Catedrais – As Empreiteiras Brasileiras e a Ditadura Civil-Militar'* (Editora da UFF, 2014)<sup>13</sup> chega a afirmar que as empreiteiras *“eram sócias da ditadura”*. Em outro artigo, para Adriano Belisário<sup>14</sup>, intitulado *“Um jogo para poucos”*, onde o repórter analisa as relações das empresas junto dos governos até a construção do Parque Olímpico, Campos afirma que estas atuavam de forma cartelizada, dividindo obras e combinando os preços, a fim de garantir maior rentabilidade. Para o autor, essa era uma atuação às claras, já que as relações entre estas instituições e o Regime Militar eram muito estreitas. A OAS, por exemplo, uma empresa baiana que mantinha boas relações com o Partido ARENA, conseguia bons contratos, principalmente devido a sua proximidade com o então Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, sua expansão para o Sudeste na década de

---

<sup>12</sup> <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/tag/pedro-campos/>. Acessado em março de 2017.

<sup>13</sup> “Estranhas Catedrais- As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil- militar”. Editora da UFF, 444 Pág., 2014, resultante da pesquisa de Doutorado “A Ditadura dos Empreiteiros”, concluída em 2012 pelo professor Pedro Henrique Pedreira campos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Fonte: <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/>. Acessado em março de 2017.

90 está associada a essa relação. Já em relação à Construtora Odebrecht, Campos afirma que também esta era uma empresa de porte local, apenas uma empresa local baiana, e que durante o período militar experimentou um enorme crescimento, vindo tornar-se uma das maiores do mundo. As vitórias nas licitações da construção de usina nuclear de Angra dos Reis e a construção do aeroporto do Galeão, sediado no Rio de Janeiro, dão uma mostra desta relação.

Já Sebastião Camargo, fundador da Camargo Corrêa em 1936, no Estado de São Paulo, foi contemplado pelo título de Doutor Honoris pela Escola Superior de Guerra em 1965, mesmo tendo o primário inconcluso.

Outras empresas, como Andrade Gutierrez e Mendes Júnior, são também exemplos para subsidiar esta amostra. A simbiose, no período, era ainda mais estrutural com militares de alta patente assumindo lugares em cargos de direções ou participação em conselhos de grandes corporações.

Destacamos que o presente trabalho pretende abordar as contradições verificadas durante o período Paes no que tange à habitação durante sua gestão, e, por isso, no capítulo 3 aprofundaremos esta discussão sobre o papel das empreiteiras na execução de obras públicas, pois todas as instituições supracitadas estão envolvidas com as obras voltadas para a realização dos Jogos da Copa do Mundo - FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, onde esta relação ganhará novos capítulos, os quais nos ajudarão a aprofundar a problemática desenvolvida ao longo deste trabalho.

Para o alcance de seus resultados em relação à questão habitacional, foram criados o Banco Nacional de Habitação - BNH<sup>15</sup>, órgão central do Sistema Financeiro da Habitação-

---

<sup>15</sup> Sua criação se deve pela Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964, de autoria da Deputada Federal Sandra Cavalcanti, que depois seria nomeada sua primeira presidente. Inicialmente uma autarquia federal, transforma-se em empresa pública, de personalidade jurídica de direito privado, unida ao Ministério do Interior, através da Lei 5762 de 14 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.resimob.com.br/a-historia-do-bnh-banco-nacional-de-habitacao/>. Acessado em abril de 2017.

SFH<sup>16</sup>, e de saneamento-SFS, e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo- SERFHAU<sup>17</sup>. Segundo Andrade (2011, p.2), a criação do SFH/BNH visava, ao mesmo tempo, conquistar o apoio das massas populares e criar uma fonte estável de financiamento para a construção civil, priorizando, em termos de política urbana, a questão da moradia.

Para a sustentação financeira deste projeto foram utilizados recursos públicos vindo da sociedade, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, criado em 1966 pelo governo militar-civil, a poupança compulsória e também do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo-SBPE, que englobava as carteiras de poupanças e letras imobiliárias, ou seja, a poupança voluntária da população.

Conforme apontam autores como Bolaffi (1977) e Azevedo e Andrade (1982), o modelo adotado deveria ser controlado por uma série de orientações e dispositivos que oferecessem soluções para a crise financeira social que o país enfrentava naquele momento, como podemos ler a seguir:

O sistema habitacional instalado tinha por objetivo coordenar a política habitacional e o financiamento para saneamento, difundir a propriedade residencial, especialmente entre as classes menos favorecidas; melhorar o padrão habitacional e do ambiente, bem como eliminar as favelas; reduzir o preço da habitação pelo aumento da oferta; da economia de escala na produção, do aumento da produtividade na construção civil e redução de intermediários; melhorar condições sanitárias da população; promover a redistribuição regional dos investimentos; estimular a poupança privada e, conseqüentemente, o investimento; aumentar a eficiência da aplicação dos recursos estaduais e municipais; gerar empregos de modo a absorver a mão de obra não especializada; aumentar investimentos nas indústrias de construção civil, material de construção e bens de consumo duráveis, escritórios de engenharia, planejamento, projetos e arquitetura para atenuar a crise econômica e sanar crises localizadas de moradia; assim como criar polos de desenvolvimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas

---

<sup>16</sup> O Sistema Financeiro de Habitação foi criado pelo governo federal através da lei no 4.380, de 21 de agosto de 1964, para facilitar a aquisição da casa própria. O objetivo, em tese, era favorecer as classes de baixa renda. Segundo as regras, a casa obtida pelo mutuário será de uso próprio, não podendo ser revendida, alugada, ou usada com fim comercial e por outra pessoa que não o financiado. A lei prevê a rescisão do contrato de financiamento em caso de locação ou inadimplência do mutuário. Fonte: <https://bernardocesarcoura.jusbrasil.com.br/noticias/194861188/o-que-e-o-sistema-financeiro-da-habitacao-sfh>

<sup>17</sup> O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), entidade autárquica criada pela Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, é a entidade elaboradora e coordenadora da política nacional no campo de planejamento local integrado, estabelecida dentro das diretrizes da política de desenvolvimento regional, em articulação com o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais. Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59917-30-dezembro-1966-400520-publicacaooriginal-1-pe.html>

rurais e promover a construção e a aquisição da casa própria. (BOLLAFI, 1977, p.48, *Apud* BIENENSTEIN, R. 2001, p.31)

Como podemos conferir, diferentes interesses foram contemplados: a aquisição de recursos advindos da população, o fortalecimento da indústria de construção civil, as demandas habitacionais, bem como a consolidação de uma nova ideologia, a da casa própria, tão importante para a reprodução do capital construtor e imobiliário, e também como uma espécie de amortecimento das pressões sociais, que galgavam melhores condições de vida.

Em relação a enorme quantidade de migrantes espalhados pelas metrópoles brasileiras, “encarcerados” entre as favelas, guetos e espaços degradados, a política oferecida atuava em duas frentes, por um lado oferecia finalmente uma proposta para famílias com renda de até três salários mínimos e a oferta de empregos oriundos da construção civil, que poderiam, conforme cita Bienenstein, R. (2001, p.31) absorver uma significativa parcela da mão de obra sem qualificação profissional, sendo encarada também como um estágio intermediário de formação e preparação para uma possível inserção dos migrantes rurais na indústria.

Bienenstein, R. (2001) também apresenta um panorama sobre a constituição deste novo órgão a fim de demonstrar uma face mais sensível às demandas da população, servindo assim como fonte de escape das pressões que existiam à época, como podemos observar:

Os argumentos para a criação de um órgão específico para lidar com a questão da moradia popular apareceriam, portanto, centrados novamente na necessidade do novo governo demonstrar sua sensibilidade frente aos problemas do povo que, no entender dos donos do poder, estava órfão, e assim, neutralizar a massa de trabalhadores e moradores de favelas, vista como uma ameaça à ordem geral (BIENENSTEIN, R. 2001, p.31).

A política do BNH estava voltada para três faixas do mercado, a popular, que inicialmente compreendia famílias de 1 a 3 salários mínimos, que foi ampliada posteriormente para 1 a 5, o econômico, voltado para famílias de 3 a 6 salários mínimos e, o médio, atendendo a famílias com 6 salários mínimos.

Foram produzidas, segundo o Ministério das Cidades (2008), durante o período do BNH (23 anos), 4,4 milhões de moradias, sendo 2,4 milhões através do FGTS. No entanto, dados

também do Ministério apontam que somente cerca de 30% atenderam às populações de renda mais baixa. Uma das explicações para este fato foi de que grande parte das operações eram decididas pela iniciativa privada, que ao galgar maiores margens de lucro buscava áreas afastadas dos centros das cidades, além de utilizar material de pior qualidade.

Para o BNH, ou seja, para o setor público, sobrou a função de captadora dos recursos junto ao FGTS, associações de empréstimo, sociedades de crédito, além de mediar condições políticas para as execuções das obras. O que importa destacar é que, alijadas das condições propostas pelo SFH, as populações passam a recorrer à autoconstrução em localidades precárias para poder garantir moradias. É importante destacar também que este período observa uma mudança na matriz de transporte das grandes cidades, onde os ônibus se afirmam muitas vezes como a única via de transporte. A capilaridade da rede de ônibus oferece condições de espraiamento da população, mesmo que em detrimento de maiores investimentos do Estado em um mínimo de estrutura, oferece finalmente condições para que as populações mais pobres possam ir morar bem longe dos grandes centros.

Os conjuntos habitacionais (figura 6), exemplos de construção do período para as classes mais populares, ilustram o papel da iniciativa privada apresentada aqui por Azevedo e Andrade (*Apud*, Bienenstein R. 2001)

No que se refere à produção de moradias, a construção dos conjuntos habitacionais ficou sob domínio exclusivo do setor privado, enquanto ficaram sob a responsabilidade do Estado estabelecer as regras para a sua consecução, ou seja definir as condições de renda familiar, prazos, juros e sistema de amortização; regular o mercado, credenciando instituições para atuar como agentes e determinando os índices da remuneração da poupança voluntária e prover e avaliar os recursos para os empreendimentos (AZEVEDO E ANDRADE, 1982, pp.64-65, *Apud* BIENENSTEIN, 2001, p.32).



Figura 6: Condomínios habitacionais na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.resimob.com.br/a-historia-do-bnh-banco-nacional-de-habitacao/> acessado em abril de 2017.

A partir dos anos de 1970, o sistema habitacional construído pelo governo entra em crise, motivada por diferentes condições que exigiriam novas respostas do Estado. Para Andrade (2011, p. 5), o BNH não atravessava uma crise, ele simbolizava a própria crise, envolvendo vários atores econômicos e sociais em graves conflitos de interesse.

Dentre estas condições que impactavam na operação do órgão, podemos citar a própria relação Estado-iniciativa privada, que, muitas vezes, era identificada por desvio de recursos públicos. A crise internacional dos anos 70 provocou grandes dificuldades na economia nacional, colocando em xeque a centralização e rigidez do órgão, e a preferência pela moradia privada em prol de outras formas de habitação que não foram levadas em conta dentro da política habitacional do SFH. Nos anos de 1970, havia uma ideia de que grande parte dos recursos estavam dirigidos às parcelas com mais condições de buscar moradia, acentuando-se assim a precariedade e a inacessibilidade das moradias pela porção mais pobre da sociedade. Maricato (2008, pp.20-21, *Apud* ANDRADE, 2011, p.3) argumenta que neste período que se



ampliou a verticalização dos edifícios, o mercado fundiário tornou-se mais inacessível aos pobres e a construção de moradias para a baixa renda concentrou-se em conjuntos habitacionais nas periferias, deixando grandes vazios urbanos nas cidades. Santos (2009) critica a opção realizada para contemplar a parcela mais pobre da cidade:

Existe um círculo vicioso, os vazios urbanos geram especulação e a especulação acentua a dificuldade de acesso à terra e a habitação e juntamente com o déficit de moradias, acentua-se a tendência de periferização da população. Além disso, o mercado por atacado, gera expectativas que paralelamente à expansão da classe média e à migração de pobres para as cidades, contribui para a especulação da terra e para a ampliação do perímetro urbanos que prioriza a “cidade econômica” em detrimento de uma “cidade social” (SANTOS, 2009, p.106, *Apud* ANDRADE, 2011, p.3).

Extinto em 1986, o BNH deixou um legado ambíguo de análise. Se por um lado, ele concentrou recursos na iniciativa privada e ofereceu moradias com qualidade inferior, que logo se encontraram em condições deterioradas. Por outro lado, sua extinção não foi seguida por nenhuma outra iniciativa, deixando um imenso vazio na questão habitacional. Maricato (2008, p. 85, *Apud* ANDRADE 2011, p.6) salienta sua importância, destacando que foi o único momento em que o país teve, de fato, uma política nacional de habitação.

Diversos autores apontam estas críticas, entre eles a própria Maricato (2008), Bollafi (1975), Azevedo e Andrade (1982), Botelho (2007) e Bienenstein, R. (2001), de que ocorrera uma gradual privatização da habitação no país durante esse período e que as ações centralizadoras, além de gerarem ações de eficiência duvidosa, desobrigavam municípios e Estados a investirem em habitação, o que só viria a acontecer a partir dos anos 1980. No entanto, os autores reconhecem que, pelo menos, havia um órgão com a função de pensar e agir com relação à habitação.

Desde sua extinção até a criação do Ministério das Cidades (2003), um grande hiato se formou. A política habitacional foi transferida para uma série de órgãos em diferentes ministérios, onde ações pontuais com pouca ou nenhuma continuidade foram praticadas, além de um apoio à construção com recursos do FGTS que são adquiridos pela Caixa Econômica

Federal-CEF, que passa a transferi-los diretamente para as construtoras. Finalmente, Bienenstein, R. (2001, p.37) define o período em questão da seguinte forma:

Sumarizando, este foi um modelo marcado pela expansão urbana propiciada pela introdução do ônibus como meio de transporte coletivo que possibilitou a ampliação do mercado de terras e a oferta de lotes na periferia. A produção popular de moradia ampliou-se através da autoconstrução nos loteamentos periféricos e do crescimento de favelas. O Estado passou a equacionar o problema da habitação popular. Interferiu diretamente nas favelas inicialmente no sentido da sua erradicação e mais tarde de sua recuperação e urbanização. Criou também organismos (IAPs, FCP e BNH/ SFH) voltados para a produção e financiamento da casa própria, modelo que se firmou a partir daí e, através do SFH, garantiu a expansão da forma empresarial de produção de moradia (BIENENSTEIN, R. 2001, p.37)

### **2.2.1.1- Os resultados do BNH/ SFH na cidade do Rio de Janeiro**

Em âmbito estadual e municipal as ações do BNH/SFH também se fizeram presentes. De fato, autores consideram que em um primeiro momento a linha de atuação do Banco era condizente com a política de remoções levadas a cabo pela então gestão municipal, iniciada em 1962, que consistia, segundo Bienenstein, R. (2001, p.36), em erradicar as favelas e oferecer moradia em vilas populares na periferia, distante da cidade, para abrigar a população favelada. Tal posição estava adequada ao caráter centralizador e autoritário que o banco exibia, perfil naturalmente alinhado com a política governamental presente na época como um todo.

No Rio de Janeiro, a gestão do Governador Carlos Lacerda (1960- 1965) colocava em prática um projeto urbano que consistia em remoções de favelas, que cresciam com a chegada de migrantes, além de promover a zona sul da cidade em uma área aprazível para os setores abastados, favorecendo, inclusive, a atividade turística.

Para executar tal planejamento, foi criado, em 1962, a Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara-COHAB. Seus recursos iniciais vieram de fundos internacionais como a USAID, a Agência de Desenvolvimento Internacional, instituição ligada ao Senado Americano, e o Acordo do Fundo do Trigo Estados Unidos – Brasil.

Após 1965, já durante o governo de Francisco Negrão de Lima (1965- 1971), o governador “biônico”, indicado pelo regime para governar o Estado da Guanabara, a COHAB passa a receber recursos do SFH. O período marca uma nova etapa de construções de conjuntos habitacionais que passam a receber moradores reassentados de outras comunidades removidas. É deste período a ocupação da Cidade Deus, uma antiga sesmaria localizada nas áreas próximas as lagoas e mananciais da região e Jacarepaguá.

É representativa deste período a fala do personagem Buscapé, interpretado pelo ator Alexandre Rodrigues, no filme Cidade de Deus (2002), de Fernando Meirelles e Katia Lund, quando apresenta o lugar onde vive: *“O governo não brinca em serviço, não tem onde morar, manda pra a cidade de Deus”*. A frase ilustra o momento de remoções vivenciado pelas populações mais pobres da cidade neste momento. Longe do Centro em áreas precárias que, muitas vezes, receberam um quantitativo acima do planejado para se instalar, potencializando problemas de infraestrutura e logística presentes desde o início da sua ocupação. Utilizando, além disso, muitas vezes, material de má qualidade, deteriorando as condições originais, abrindo espaço para a informalidade e atração para grupos criminosos, que se beneficiaram com a ausência do Estado nestes lugares. Outros conjuntos foram criados além da Cidade Deus, e, mesmo com características diferentes, a maioria possuía um padrão relativamente coincidente, afastados do Centro, localizados em área de expansão que poderiam vir a beneficiar os grandes empreiteiros que se beneficiavam com as obras que o Estado deveria executar, valorizando as áreas intermediárias à estes conjuntos, construídos sem a participação da população e sem um planejamento bem estruturado do governo local.

Compans (2012) informa, como podemos observar abaixo, que até 1965, ano de criação do BNH, a COHAB havia construído mais de 8.000 unidades distribuídas em conjuntos habitacionais, que muitas vezes recebiam reassentados de outras áreas:

Até 1965, quando se inicia o aporte de recursos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), a COHAB- GB construiu 8.869 unidades distribuídas dez

conjuntos habitacionais - três deles- Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança - destinaram-se a reassentar moradores de 32 favelas parcial ou totalmente erradicadas, enquanto os demais tiveram em sua maioria unidades comercializadas para servidores estaduais (COMPANS, 2012, p.17).

Segundo dados do IPLANRIO (1988), durante o período entre 1965 a 1985, foram financiadas pelo BNH/SFH cerca de 137 mil unidades habitacionais de interesse social no município, sendo a Zona Oeste da cidade a área mais privilegiada com estes aportes, muito semelhante ao padrão seguido pelo programa Minha Casa Minha Vida, que também contemplou esta área que possui terrenos mais baratos, além de serem parte da área de expansão da cidade, o que é extremamente valioso para o capital imobiliário como um todo. Ainda neste capítulo iremos apresentar comparações entre as ações desenvolvidas neste período com as do programa de habitação durante a gestão federal petista, concomitante com a de Eduardo Paes no plano municipal.

Em 1968, foi criada a CHISAN-Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro. É importante destacar que dentre os objetivos desse órgão, que assim como o BNH era subordinado ao Ministério do Interior, estava o de criar um mercado de trabalho na periferia das cidades a fim de absorver a mão de obra menos qualificada.

Por esses motivos apresentados, entre outros, este período acirrou a agenda de remoções na cidade. Ainda segundo Compans (2012, p.18), somente na capital, durante seus oito anos de existência (1968-1975), a CHISAN foi responsável pela eliminação de 49 favelas, onde a Zona Sul seria destinada à moradia da elite da cidade, enquanto as Zonas Norte e Oeste seriam responsáveis por abrigar a mão de obra trabalhadora. Ainda cabe lembrar que os investimentos concentrados na Zona Oeste provocaram um grande aumento imobiliário, mesmo depois da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o que consolidou a produção da CEHAB nesta região do Rio de Janeiro como podemos ler em Compans (2010):

A valorização fundiária provocada por aumento da procura por terrenos conduziu ao deslocamento da produção habitacional da CEHAB - como passou a se chamar após a fusão, em 1974, dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro - rumo a Zona Oeste. Nada menos que 69% das unidades

produzidas pela companhia estadual entre os anos 1976 e 1984 se localizaram nesta região, a mais distante e mais desprovida de infraestrutura urbana (COMPANS, 2012, p.18).

Também sobre este período e a atuação do referido órgão, Bienenstein, R. (2001) apresenta uma análise feita a partir de dados coletados no FINEP-GAP, onde percebe o acirramento da política de remoção vivenciada pelas parcelas mais pobres da sociedade durante este interim:

Exemplos típicos da política de erradicação das favelas no Rio de Janeiro podem ser observados na ação da Coordenação de Habitação de Interesse Social na área metropolitana do Rio de Janeiro - CHISAN, órgão do Ministério do Interior ligado diretamente ao BNH, criado em 1968 e que marcou um dos períodos mais intensos de remoção de favelas (BIENENSTEIN, R., 2001, p.36).

A autora ainda aponta para uma mudança de posição do órgão em meados dos anos 1970, que passa a investir em programas de autoconstrução e de recuperação de sub-habitações, política que passa a ser adotada por prefeituras e estados que, mesmo sem receber aportes do BNH, passam a investir em políticas de interesse social, estas que irão contribuir para a discussão e convergir em avanços do tema percebidos durante a elaboração da Constituição de 1988.

Sobre o período do regime militar e a atuação BNH/SFH no território da cidade do Rio de Janeiro, podemos considerar que seguiu a mesma lógica do restante do país, onde, de forma centralizada e autoritária, agiu para garantir investimentos em áreas periféricas, garantindo postos de trabalho para a mão de obra menos qualificada, em especial a de migrantes, servindo como áreas aptas a receber a porção mais nobre da cidade.

Os investimentos a partir desta perspectiva construíram um cenário desalentador para seus moradores devido às precárias condições de construção aliada a falta de infraestrutura. Porém, por outro lado, serviu como uma fonte de reprodução do capital imobiliário, já que muitas vezes exigiu do Estado obras para garantir sua localização, o que facilitaria a valorização de terras baratas ao seu redor que poderiam servir para a especulação imobiliária.

Sobre a distribuição dos investimentos do referido sistema habitacional, que concentrou grande parte de seus recursos na Zona Oeste da cidade, utilizamos Compans (2010) que nos apresenta um quadro abrangente da situação dos investimentos feitos na cidade do Rio de Janeiro:

Se considerarmos toda a produção habitacional da companhia durante a ditadura, somados às 724 unidades construídas pelo CODESCO durante o governo Negrão de Lima- 605 em Brás de Pina e 119 em Coelho Neto -, chega-se ao total de 83.771 moradias. A Zona Oeste (AP 5) foi o principal destino dos requerentes com renda familiar de zero a cinco salários mínimos, “beneficiados” pela política habitacional do regime militar, contando 49.679 unidades habitacionais – equivalente a 59% do total – seguida pelos subúrbios da Zona Norte (AP 3), com 26.043 unidades, correspondente a 31%. Já a região de Jacarepaguá (AP4) ficou em terceiro com 6.927 unidades. Residual foi a participação da Zona Sul e Grande Tijuca (AP2), e pela Zona Central (AP1) com, respectivamente 897 e 243 unidades habitacionais (COMPANS, 2012, p.18).

### **2.2.2- O período do Programa Favela Bairro**

A Constituição Federal de 1988 marcou, como discorrido ao longo deste trabalho uma série de avanços e conseguiu responder, ao menos parcialmente, às demandas que já vinham se construindo ao longo do século XX. No que toca ao papel dos municípios, podemos observar que uma maior autonomia lhes foi conferida e que novas responsabilidades foram acrescentadas, como no trato das favelas e assentamentos precários. É importante destacar também que, durante o início da década de 1980, eleições para o executivo estadual e municipal ocorreram, garantindo neste momento uma maior aproximação da população com seus novos representantes que deixam de ser indicados pelo governo federal. Sobre esta nova atuação dos municípios, podemos destacar a presença do Plano Diretor como um instrumento que objetivava garantir maior democracia ao planejamento das cidades. Sobre as atribuições das prefeituras no período pós-regime militar e também depois da Constituição de 1988, Burgos (1988)<sup>18</sup> apresenta a seguinte análise:

---

<sup>18</sup> Apesar das análises de Burgos ultrapassarem à data de 1988, na ficha catalográfica do livro *Um Século de Favelas*, ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs.), só existe menção à 1ª edição, que é de 1988.

O quadro se modificou um pouco em 1985, com as eleições para prefeito das capitais do país. É que desde então os prefeitos das grandes cidades passaram a encarnar os anseios mais imediatos da população. A maior proximidade com os problemas e a maior capacidade para dar respostas rápidas e adequadas passam a ser consideradas vantagens indiscutíveis relativamente ao modelo centralizador de recursos e responsabilidades vigente durante o regime militar. Essa leitura é consagrada pela Constituição de 1988, que dota de autonomia financeira os municípios, ao mesmo tempo em que lhes atribui uma ampla gama de responsabilidades (BURGOS, 1988, p.47).

No caso do Rio de Janeiro, a primeira eleição direta para prefeito inaugurou a gestão de Saturnino Braga (1986-1988), político claramente identificado com ideias e movimentos progressistas que, apesar de enfatizar a necessidade de integrar as favelas às cidades, traduzida na propaganda de governo “*transformar as favelas em bairros populares*”, obteve resultados aquém do esperado. Segundo Rodrigues (1988, p.48 *Apud* BURGOS, 1988, p.48), Braga não pode realizar grandes feitos neste sentido, em grande parte devido às dificuldades financeiras que sua gestão teve. Desta forma, somente com o Plano Diretor da Cidade, Lei nº 16/1992, sancionada pelo então Prefeito Marcelo Alencar (1983-1986) (1989- 1993), se abrem possibilidades políticas para garantir um atendimento às áreas periféricas, principalmente se compararmos com o Código de Obras de 1937, que considerava essas áreas como habitações ilegais que deveriam ser erradicadas do mapa.

O Art. 138 do Plano Diretor, que define a política habitacional a ser adotada no município, aponta a necessidade de implantação de lotes urbanizados e moradias populares e também prevê a urbanização e regularização fundiária de favelas e loteamentos de baixa renda (BURGOS 1988, p.48). Já no Art. 147, o documento apresenta uma conceituação de favela enquanto nos Arts. 148 a 151 são previstos importantes parâmetros e diretrizes, tais como a inclusão destas áreas em mapas oficiais, recomendações para a preservação da tipicidade local, além de apontar a necessidade de integração destas áreas ao tecido formal da cidade.

Em 1993, César Maia assume a prefeitura. Trata-se de um político com passado em partidos de esquerda (fez parte do PCB e do PDT) que, após divergências com Leonel Brizola, líder do Partido Democrático Trabalhista-PDT, migra para o PMDB e ganha, de forma apertada,

uma eleição para prefeito contra Benedita da Silva, candidata do Partido dos Trabalhadores, muito identificada com movimentos populares de favela.

Logo no início de seu governo, Maia constituiu o Grupo Executivo de Assentamentos Populares-GEAP, que propõe soluções específicas para a área. Uma dessas ideias viria a ser o Programa Favela-Bairro. Apesar de não ter sido a única iniciativa, foi de longe a que mais ganhou visibilidade e que teve os resultados mais expressivos, tornando-se, inclusive, um paradigma nos estudos posteriores sobre esta temática.

Já em 1994, a recém-criada Secretaria Extraordinária de Habitação dá início aos estudos para a realização do Favela-Bairro, que passa a incorporar as diretrizes gerais constantes no Plano Diretor. Originalmente destinado às favelas de porte médio, de quinhentos a 2,5 mil domicílios, o Programa desdobrou-se em dois: Bairrinho, para favelas de cem a quinhentos domicílios, e Grandes Favelas, para aquelas com mais de 2,5 mil domicílios. Segundo Burgos (1988, pp.49-50), o critério para essas escolhas foram o alto custo para as favelas maiores e a dispersão das ações em favelas menores, além disso, as favelas de porte médio correspondiam a um terço do total de favelas e a algo próximo de 40% do universo do total de moradores.

Outra inovação foi a parceria entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, materializada através de um concurso público entre a prefeitura e o Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro-IAB/RJ, a fim de selecionar propostas urbanísticas de escritórios de arquitetura interessados em participar do projeto. Para Burgos (1988, p.50), esta autonomia dada aos projetos elaborados pelos escritórios constituiu uma das grandes novidades do Programa.





Figura 7: Mapa de intervenções associadas ao Favela Bairro. Fonte: <http://theinformalcity.blogspot.com.br/2011/06/favela-bairro.html>. Acessado em maio de 2015.

Os recursos das obras vinham do então criado Programa de Urbanização de Assentamentos Populares: PROAP- Rio que, por meio de empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, somados uma contrapartida dos governos municipal e estadual, subsidiava estas intervenções.

No primeiro contrato, o montante de recursos foi da ordem de US\$300 milhões, incluindo uma contrapartida local de US\$120 milhões. Com este montante de recursos, quinze anos depois da assinatura do primeiro contrato (foram três, ao longo do período), o PROAP havia investido em obras de urbanização, construção de creches, centros comunitários, áreas de esporte e lazer, projetos de atenção social, geração de trabalho, regularização urbanística, beneficiando cerca de 130 favelas médias e trinta loteamentos populares (CAVALLIERI, OLIVEIRA, SALES, SANTOS, TAVARES, 2016, p.427).

Sobre a metodologia do Programa, bem como a sua concepção, Kleiman (1996), coordenador do grupo de avaliação do impacto das redes de infraestrutura no Programa<sup>19</sup>, enfatiza o caráter escolhido para o atendimento às comunidades selecionadas, relacionado principalmente através de capacidade de integração das obras de infraestrutura realizadas, pois para o autor do estudo, esta seria a grande diferenciação entre a cidade formal e as favelas, a presença (ou a ausência) de redes de infraestrutura. Desta forma, partindo desta problemática, seria possível construir uma metodologia para a elaboração de indicadores que pudessem balizar o programa:

Dessa maneira entendemos como marca característica das favelas, como aspecto que dá uma nítida visibilidade às diferenciações entre estas e os bairros, a inexistência e/ou precariedade de redes de infraestrutura e dos seus consequentes serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário etc. neste sentido acreditamos que, partindo da problemática das redes e serviços, poderemos esperar definir critérios metodológicos para a elaboração de indicadores que sirvam e instrumentos de avaliação de um programa que pretende integrar a favela ao bairro (KLEIMAN, 1996, p.6).

Posteriormente, o autor justifica a opção deste método de avaliação, analisando o que, para ele, significa a partição entre a favela e os bairros:

Será exatamente na passagem dos anos 30 para 40, como assinalamos, que a favela se impõe no espaço urbano, quando identificamos, através de nossos estudos, o limiar de uma “ruptura” na conformação da cidade do Rio de Janeiro. No período que se inicia em 1938, a cidade apresenta uma intensa e importante transformação, que se desenvolve numa primeira etapa até 1965, e numa segunda fase que prossegue até nossos dias, onde podemos apontar o papel fundamental da construção das redes de infraestrutura urbana na criação de uma partição entre FAVELA e BAIRRO. A transformação da cidade nesta fase será “brutal”, tendo a construção de modernas redes de infraestrutura como motor deste processo. A cidade tinha antes redes apenas parciais, estanques servindo a partes da cidade no tocante a água e esgoto, de funcionamento precário e inconstante. A rede viária, que era mais completa servia, no entanto, de maneira superposta a diversas modalidades de transporte (sendo suporte privilegiado de rede de bondes); seu traçado era sinuoso, a caixa de rolamento bastante estreita, com base para tráfego leve, plena de cruzamentos de nível e sem eixos transversais importantes. A ruptura que caracteriza este momento decorre de obras de infraestrutura que vão configurar redes completas, com maior grau de conexão e homogeneidade, com novas tecnologias, articulando diferentes zonas da cidade, incorporando

---

<sup>19</sup> O trabalho se refere à Constituição de uma metodologia de avaliação do impacto das redes de infraestrutura no âmbito do Programa “Favela-Bairro” através da construção de indicadores qualitativos. Grupo Redes e organização Territorial-REORT/IPPUR-UFRJ. Coordenação: Mauro Kleiman; Colaboração, Ana Lúcia Britto; Equipe: Ana Cristina R. da Costa, João Marcelo Ramos Pires, Cristiane Ferreira Magalhães.

às redes zonas antes não abarcadas ou com ligações muito precárias e ampliando significativamente o acesso aos serviços. A novidade, portanto, será uma ruptura entre a cidade que crescia sem redes, ou com redes servindo alguns de seus pedaços e precariamente, para uma cidade-das-redes, caracterizada por ligações mais eficientes entre um número de âmbitos espaciais diferenciados, organizados hierarquicamente e interligados por uma multiplicidade de redes e diferentes setores (KLEIMAN, 1996, p. 11).

Para Kleiman (1996, p.13), a partição da cidade poderia ser compreendida através de um paradigma que teria se construído historicamente, que constituiria uma *cidade-das-redes* e outra, que seria uma *cidade-fora-das-redes*. Desta forma, o marco principal para a partição da cidade seria a diferenciação entre a disponibilidade de infraestrutura em diferentes espaços da cidade, constituindo-se assim na chave temática do Programa Favela-Bairro.

Ao ser criado, o Programa Favela-Bairro tinha como objetivo nevrálgico recuperar urbanisticamente áreas degradadas da cidade, atendendo-as através de uma perspectiva técnica de soluções. Porém, não podemos deixar de atentar que outras variáveis sociais e históricas estavam, e ainda estão presentes, na constituição destas áreas, entendendo que a solução através de somente uma varável pode inculir em uma análise rasa, que suprime outros aspectos envolvidos.

Davidovich (1997, p. 1473), ao analisar tendências de reestruturação da metrópole fluminense, realiza uma análise sobre o Programa, avaliando que faz sentido considerar que o eixo de tal planejamento deriva de uma política urbana calçada no binômio urbanismo (melhoria físico-ambientais) / questão social (medidas específicas para assentamentos carentes), sendo a cidade, deste modo, concebida como uma mediação que assegurava uma interpretação modeladora do comportamento destas áreas, sob o manto “unificador” dos recursos urbanísticos.



Figura 8: Obras do programa Favela Bairro em comunidade do Rio de Janeiro. Fonte: <https://democratasporciuncularj.wordpress.com/2012/04/29/voce-sabia-que-o-favela-bairro-foi-considerado-pelo-bid-o-maior-programa-de-inclusao-social-do-mundo/>. Acessado em maio de 2017.

De fato, uma das críticas ao programa, e em geral aos projetos urbanísticos para estas áreas, foi de se pensar a favela de forma “monolítica”, ou seja, como se todas as áreas contempladas pelo Programa tivessem problemas com a mesma origem e que demandassem assim de uma única solução. Não nos cabe neste trabalho realizar uma crítica mais aprofundada a respeito da concepção do programa ou da construção de seus instrumentos de avaliação. Pretendemos somente atentar para o fato de que cada um destes locais possui uma história própria, e que seus problemas diferem em muito de umas para outras, inclusive, a marginalização promovida pela ausência de equipamentos de infraestrutura.

Porém, além disso, temos outros elementos que podem colaborar em uma análise de diferenciação de cada sítio atendido. Davidovich (1997, p. 1478) aponta também em seu trabalho que esta homogeneidade de diagnóstico e de soluções pôde provocar erros de concepção ao longo do desenvolvimento do referido Programa, salienta ainda, que a ideia de

“homogeneidade” da favela rebate, também, na concepção da população – alvo, pois não foram levadas em conta as diferenças sociais e econômicas entre as favelas selecionadas e seus espaços internos. A autora também critica a diferenciação dada ao atendimento a localidades dentro de uma mesma favela, dando como exemplo as partes mais altas, onde estão muitas vezes a população mais pobre daquele lugar. Outra crítica vai em direção à participação dos moradores que, de uma forma geral, foi muito aquém do previsto inicialmente pelo Programa:

Os exemplos de diferenciação apresentados colocam em questão propósitos de uma “unificação” das condições de vida da população favelada, promovida pela intervenção urbanística. Permitem, também considerar criticamente objetivos do Favela-Bairro que visam a participação de moradores nas ações do projeto. Dificuldades decorrem de uma jornada de trabalho penosa, quase sempre associada a atividades informais e a biscates, a descontinuidade na ocupação e o grande desgaste físico. Como se sabe, o exercício da participação envolve um processo árduo e prolongado de aprendizagem: cabe, portanto, levar em conta a falta de preparo de moradores para uma prática de natureza política, o que de um lado, favorece cooptações, e de outro conflita com possibilidade efetivas de aferir opiniões a respeito de impactos das medidas urbanísticas sobre a organização do espaço e sobre as relações sociais (DAVIDOVICH, 1997, p. 1478).

Ao fazer uma análise preliminar<sup>20</sup> do Programa, Burgos (1998) já apontava para uma direção técnica que o programa estava tomando no início de suas atividades, ponderando que haveria necessidade de adaptações ao longo caminho:

Uma das características do Favela-Bairro é que, talvez por ter sido elaborado com pouca exposição aos atores políticos, sem partidos e sem organizações sociais, o Programa saiu quase em linha reta das pranchetas dos técnicos da prefeitura e dos escritórios de arquitetura para as favelas, abrindo –se apenas, como já se viu, à mediação política do prefeito e de seus subprefeitos, e mesmo assim na parte final da seleção das favelas contempladas, em sua primeira etapa. Talvez, por isso, ao longo da sua execução, o Favela-Bairro tenha de sofrer adaptações, sendo de especial importância a ampliação de seus objetivos, inicialmente circunscritos à urbanização e ao suprimento de bens de infraestrutura (BURGOS, 1988, p. 51).

Um dos principais objetivos e também inovação do Programa seria, justamente, a garantia de participação popular nos projetos e no planejamento das ações nas comunidades, o que também sofreu críticas de moradores, como Deley de Acari, diretor da programação

---

<sup>20</sup> O autor confirma ao longo do trabalho que seu estudo foi realizado com material coletado até 1996.

cultural de uma escola pública, militante em movimentos de direitos humanos e morador de Acari há 20 anos. Deley aponta, em entrevista ao site Rio Onwacht<sup>21</sup>, que não se lembra da participação da população durante a execução do Programa em sua comunidade. Além disso, ele também se queixa da qualidade do material utilizado, o que para ele serviu para a deterioração rápida de algumas obras realizadas durante o período.

Davidovich (1997, p. 1474) ainda argumenta a respeito do programa, que ele poderia estar inserido em uma lógica de aparelhamento da cidade do Rio de Janeiro, esta entendida como um polo de atração de negócios, como força produtiva em si mesma, promovendo reformas sociais a fim de atender um planejamento empresarial do território. Também aponta que a ideia de integração não pode ser dissociada da vigência de políticas macroeconômicas, nas quais o trato da pobreza tem quase sempre respondido a uma forma de preservação de um “status quo” de dominação (DAVIDOVICH, 1997, p. 1478).

Abrangente em sua escala, o Programa Favela-Bairro teve, como vimos, avanços. A incorporação de diretrizes do Plano Diretor, a participação de entidades da sociedade civil, bem como a descentralização das operações e planejamento podem ser vistos como uma evolução no atendimento às populações mais pobres da cidade, assim como o território que ocupavam, pois, ao receber obras importantes de infraestrutura, puderam fornecer melhor qualidade de vida aos seus moradores.

Para nós, o grande mérito do Programa foi proporcionar visibilidade e tratar as favelas como algo que fazia parte da cidade, e não que estava escondido embaixo de algum tapete, nem no alto de um morro. Eram e são territórios da cidade, e compreendê-los de forma fragmentada, confirma a própria partição da cidade, que não se resume somente a aspectos técnicos, apesar deles fazerem parte desta análise.

---

<sup>21</sup> Rioonwatch. 07 de março de 2013. Acessado em janeiro de 2015.

O Programa, ao privilegiar somente alguns aspectos desta “integração”, deixou de abordar questões que nos parecem valiosas para a superação da condição histórica de precariedade. A participação popular, por exemplo, não se configura em uma etapa de um planejamento, mas em condição *si ne qua non* da própria política urbana<sup>22</sup>. Ao privilegiar uma abordagem técnica, a gestão municipal terminou por centralizar as decisões, desviando das próprias bases do início do Programa. Críticas à qualidade das obras também são importantes de serem verificadas, pois, em outros momentos da história, outras intervenções tiveram suas ações desqualificadas por tratarem a população mais pobre como uma população que poderia aceitar “qualquer coisa” por sua condição de classe. Soluções de baixa qualidade e uniformes, podem abrir dúvidas acerca de seus interesses políticos, já que suas atividades se apresentam homogêneas, identificadas como um pacote de obras que não leva em consideração às singularidades de cada território e suas populações, investindo mais em uma marca, do que propriamente na superação das condições que fizeram aquela área possuir o estigma de apartada do restante da cidade.

### **2.2.3 - Minha Casa Minha Vida e Programa de Aceleração do Crescimento: avanços e incongruências da gestão petista**

Os anos 80 foram marcados por uma enorme agitação social no país. O distencionamento político, alcançado com o afastamento da “linha dura” das forças armadas da cúpula do poder federal, oferecia ao país uma possibilidade de respirar novos ares democráticos, concretizados, em parte, com a volta dos exilados através da Lei de Anistia<sup>23</sup> 6.683 de 1979, e a possibilidade

---

<sup>22</sup> Durante três anos o autor deste trabalho participou como pesquisador associado do Núcleo de Estudo e Pesquisa Habitacional e Urbano (NEPHU/UFF), colaborando com projetos de regularização fundiária em assentamentos precários em São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro. Durante este período pode observar a necessidade de se estimular e criar condições de participação da população na tomada de decisões urbanísticas realizadas no território trabalhado. Promover esta participação nunca é fácil, a vida das pessoas é atribulada e seus horários diferentes, porém sem ela não é possível levar adiante nenhuma possibilidade de intervenção verdadeiramente adequada àquele território.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://acervo.oglobo.com/fatos-historicos/exilados-voltam-ao-brasil-9222652#ixzz4pnk3Dcls>. Acessado em junho de 2017

de eleição dos governos estaduais. A convergência dos interesses dos movimentos sociais culminara na Constituinte de 1988, onde avanços sociais foram observados.

Para Bienenstein, R. (2001), o período tornou o Estado mais permeável às crescentes reivindicações populares como podemos ler a seguir:

O final da década de 80 foi marcado, em termos políticos pela redemocratização do país, onde a Constituição de 1988 representa verdadeiro marco do período. A descentralização político-administrativa instaurada tornou o Estado mais permeável aos interesses e às reivindicações populares. Ao mesmo tempo, observou-se a retomada do processo de mobilização política e a revalorização do jogo eleitoral como fortalecimento das organizações populares (BIENENSTEIN, R., 2001, p.38).

No que tange a habitação, o BNH/SFH, como foi dito anteriormente, estava em crise e por conta disso, um Grupo de Trabalho de Reformulação-GTR, foi criado a fim de promover a reestruturação das ações do banco, e assim possibilitar a busca de soluções para os motivos que o levaram a esta crise financeira-política.

Extremamente associado ao Regime Militar, o BNH buscou, a partir desse período, dialogar mais com a sociedade e com setores classistas como o IAB, por exemplo.

De seu grupo de trabalho saíram dois relatórios principais que mostravam avanços progressistas quanto à racionalização da produção habitacional e ao o atendimento das reivindicações populares. Sobre o material produzido pelo GTR, Andrade (2011) aponta que ambos os documentos surpreenderam por seu teor progressista e por sua proximidade às demandas sociais, como podemos ler no trecho a seguir:

Os dois documentos surpreenderam em seus diagnósticos e propostas, pois conseguiram ao mesmo tempo resgatar antigos ideais, adormecidos por 15 ou 20 anos, que vieram do movimento pela Reforma Urbana, anterior ao regime militar, e apresentar propostas que nortearam, com suas ideias que permaneceram latente ao longo dos anos, importantes marcos legais, balizadores do processo de planejamento urbano e habitacional no nível nacional, com rebatimento no nível local. Suas proposições avançaram sobre um conceito mais abrangente de moradia, que passa a ser entendido como um direito social, inserido no direito à cidade. Indicaram outras formas de acesso à moradia, que não apenas a casa nova e pronta, através da propriedade privada. Definiram a prioridade de atendimento, voltada às famílias de menor renda, mediante à concessão de subsídios. Inverteram à lógica do crédito, dos agentes promotores para os beneficiários. Apresentaram mecanismos facilitadores de acesso ao solo urbano e ocioso. Sugeriram mudança no



enfoque dos programas habitacionais, entendendo a habitação como um processo. Indicaram a necessidade de articulação do setor urbano e habitacional às demais políticas setoriais. Quanto à organização institucional, apregoaram princípios de descentralização e participação democrática nas políticas urbanas e habitacionais, com criação de conselhos representativos da sociedade. (ANDRADE, 2011, p.9)

Porém, mesmo demonstrando toda essa nova possibilidade de se pensar a questão habitacional, o BNH foi extinto em 1986, durante o Governo José Sarney, que transferiu todo o seu patrimônio para a Caixa Econômica Federal, um órgão financeiro, que, apesar de possuir objetivos sociais, é uma instituição comercial.

Porém toda a discussão acumulada durante o GTR não foi abandonada, servindo para influenciar a Constituição de 1988 e também a criação do Ministério das Cidades (2003), bem como seus objetivos e metas.

Apesar de ter absorvido o patrimônio do BNH, o SFH continuou como a base do financiamento habitacional até os anos 1990, quando a Caixa assume de vez a produção de habitações, com indícios de novamente privilegiar a iniciativa privada.

De uma forma geral, as políticas relacionadas à habitação foram sendo incorporadas a outros órgãos e diferentes ministérios, e ações que previam o atendimento habitacional foram ficando cada vez mais pontuais e descontínuas.

Durante o governo Collor (1990-1993), foi lançado o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), destinado a famílias com renda de até três salários mínimos, que utilizava as construtoras como agentes promotores desta política, e as enfraquecidas COHABs como assessoras para o planejamento e execução das ações. Tal iniciativa ia ao encontro de uma tendência de privatização do sistema habitacional já observada durante o Governo Sarney, que, ao extinguir e não reformar o BNH, acabou por dificultar ainda mais o acesso à moradia.

Porém logo se observou a fragilidade do PAIH, que acabou por destinar a grande maioria de seus recursos para a iniciativa privada, em detrimento dos agentes públicos

envolvidos. Suspeitas de desvio e má gerência de recursos geraram uma paralização do referido plano.

Já no Governo Itamar Franco, experimentou-se alguns avanços modestos, como aponta Andrade (2011, p.7), como a instituição do financiamento direto à pessoa física e ao produtor e a implantação de conselhos de participação comunitária. Também foi lançado neste período o Programa Habitar- Brasil, voltado para cidades de médio e grande porte, além do Morar Município, para municípios menores. Segundo Botelho (2007, p 122, *Apud* ANDRADE, 2007, p.8), esses programas serviriam como base para formulação da política habitacional do governo seguinte.

Realmente, durante o governo FHC (1995- 2003), o Programa Habitar-Brasil foi aperfeiçoado do ponto de vista técnico, passando a contar com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e, também por conta disso, propôs cada vez mais mecanismos racionais de implantação, bem como dispositivos de transparência das suas atividades.

Em relação ao financiamento para moradia, o governo inovou, voltando a concessão do crédito direto para o cidadão. Esperava-se que assim o preço do imóvel caísse por causa da possibilidade de opção, o que daria ao consumidor força suficiente para barganhar o preço do imóvel que estava adquirindo. Porém, o que aconteceu na prática foi o contrário, com a injeção de dinheiro no mercado, os preços controlados pelas empreiteiras subiram, inviabilizando e trazendo ainda mais dificuldades para se garantir o desejo da casa própria. O fim dos subsídios governamentais, encerrados junto com o BNH, bem como a enorme recessão registrada no período, comprometeram ainda mais a aquisição de moradias, que passou, cada vez mais, a depender dos próprios recursos da população.

Como já foi dito antes, um hiato se deu após o fim do BNH em 1986. Ao invés de reformar o Banco com as sugestões apresentadas pelo GT, suas ações foram encerradas, ou seja,

quando poderíamos supor uma nova frente de oportunidade, o Governo Sarney preferiu recuar e entregá-las a uma instituição do sistema financeiro.

Em 1987, foi fundado o Fórum Nacional da Reforma Urbana- FNRU, que substanciou uma série de reivindicações acerca desta temática e também organizou uma emenda popular com cerca de 150.000 assinaturas encaminhadas à Assembleia Constituinte. Apesar de angariar um número bem superior ao necessário para ser recepcionada no texto, seu número ficou bem abaixo, por exemplo, da emenda popular da reforma agrária, que angariou cerca de um milhão de assinaturas.

Vários motivos podem ser apresentados para se entender este resultado. O movimento da reforma agrária, por exemplo, estava organizado com lideranças legitimadas já neste período, enquanto a questão urbana ainda não era clara para a maioria da sociedade. Talvez apenas algumas de suas bandeiras, como a moradia, fossem uma preocupação da população, mas sua articulação com algo que vai além, indo ao encontro ao direito à cidade, não fosse algo palpável de ser compreendido naquele momento. De qualquer forma, o documento foi protocolado e discutido pelos constituintes. Infelizmente seus resultados foram aquém do desejado pelos movimentos, pois, forças conservadoras e econômicas também representadas na confecção da Constituição conseguiram vitórias importantes, deixando pouco espaço para as demandas populares apresentadas. Souza (2006), ao comentar esta “derrota”, expressa que, apesar da força do documento, ele poderia ser alterado:

Mais grave (**do que o número de assinaturas aquém do pretendido**) foi o fato de que, após ser entregue ao Congresso, a emenda foi descaracterizada- visto que, se o Congresso Nacional se obrigava *a receber* as emendas populares, ele *não* estava obrigado *a acatá-las sem alterações*....No que se concerne à reforma urbana, o que restou de uma emenda popular bastante abrangente, foram dois magros artigos, o 182 (o qual, após mencionar fórmulas vagas como “funções sociais da cidade” e “função social da propriedade”, esta última ideologicamente muito ardilosa, arrola alguns instrumentos, como o IPTU progressivo no tempo, que empregados no âmbito dos planos diretores municipais poderiam assegurar o cumprimento daquelas funções sociais) e o 183 (que se restringe à usucapião) (SOUZA, 2006, pp. 217-218, explicação e grifo nosso).

A participação popular era uma das bandeiras mais importantes da pauta de reivindicações, já que no período pós-ditadura havia um enorme anseio da população para que as soluções para o país fossem discutidas pelo maior número de pessoas.

Mesmo propondo novas ferramentas para garantir esta participação, Souza (2006), apesar de ver a Constituição como um importante marco formal para o país, avalia que ela foi omissa quanto à participação popular, nos capítulos 182 e 183:

A Constituição Federal é omissa, no capítulo sobre a política urbana (que compreende os capítulos 182 e 183), quanto à participação popular direta no planejamento e na gestão urbanos. Com apenas uma exceção, são mencionados, na Constituição, elementos de democracia direta somente em um contexto genérico, a começar pelo Art. 1º, parágrafo único: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou *diretamente*, nos termos desta Constituição”. Mais adiante, no Art. 14º, são mencionados, também, enquanto vagamente, *o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular*. Além disso, o Art. 18º, em seus parágrafos 3º e 4º, estabelece a obrigatoriedade de consulta popular, por meio de plebiscito quando da criação de novos estados e municípios. A exceção a que o autor se referiu há pouco fica por conta do Art. 29º, em seu inciso XIII, que prevê a possibilidade de “iniciativa popular de projetos de lei específico do Município, da cidade ou de bairros, através da manifestação de pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado” É essa, porém, uma exceção apenas parcial, uma vez se trata somente de uma rápida menção, situada fora do capítulo sobre a política urbana (Capítulo II do Título VII) (SOUZA, 2006, p. 219)

Apesar de pouco espaço na *Carta Magna*, a reforma urbana tinha sido citada e abria possibilidades para novas discussões, além de um aprofundamento teórico que subsidiaria novas formas de pensar as cidades que ainda estavam por vir.

E uma delas foi o Estatuto da Cidade<sup>24</sup>, instituído pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamentava o Capítulo Política Urbana da Constituição Brasileira, e estabeleceu como seus princípios básicos o planejamento participativo e a regulamentação da função social da propriedade. Com objetivos já apresentados neste trabalho, o Estatuto significou um grande avanço para a discussão da reforma urbana, possibilitando novos arranjos que seriam postos em prática durante o Ministério das Cidades.

---

<sup>24</sup> O Estatuto da Cidade surgiu como Projeto de Lei em 1988, proposto pelo Senador da República Pompeu de Sousa. Apresentado no Plenário em junho de 1989, aprovado e remetido à Câmara Federal, ficou engavetado durante 12 anos, tendo sido aprovada em 2001, e sancionada no mesmo ano.

Em janeiro de 2003, toma posse no Governo da República, Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2007), (2007- 2010), com uma grande responsabilidade de atender a inúmeros anseios da população, que tinha grande esperança em avanços mais democráticos para o país, como um maior espaço para a participação popular como um todo.

Em relação à política urbana seu início foi bastante animador. Logo em sua posse, Lula cria o Ministério das Cidades (2003), com a função de dar espaço para as demandas que haviam se somado nos períodos passados, e colocar em prática as diretrizes do Estatuto das Cidades. Para chefiá-lo, foi conduzido ao então recém-criado Ministério, Olívio Dutra (2003- 2005), experiente político do Partido dos Trabalhadores. O novo Ministério, junto do Congresso Nacional, resgatava antigas reivindicações dos movimentos sociais, como o Sistema Nacional de Habitação-SNH, criado em 2005, e o Conselho Nacional das Cidades, instituído em 2004.

Segundo Azevedo (2007, p. 10 *Apud* ANDRADE, 2011, p.10), no primeiro ano do Governo Lula, buscou-se o entrelaçamento entre a política urbana, habitacional, de transporte e de saneamento nas três esferas de governo, tendo havido importantes avanços no marco ministerial. Rolnik (2009, p.6 *Apud* ANDRADE, 2011, p.10) considerou a política nacional de habitação um avanço sobre outros pontos centrais da agenda de reforma urbana – como o direito à moradia.

Neste momento, observamos uma evolução em relação as outras políticas anteriores, pois a compreensão de habitação finalmente superava a ideia de moradia apenas como fim, indo além e percebendo a necessidade de garantir condições adequadas, fornecimento de infraestrutura, disponibilidade de transportes, ou seja, pensar a habitação como um processo social, onde a moradia está inserida, mas não é uma questão fim, sendo necessário pensar nela em um contexto muito mais amplo que é o de Direito à Cidade.

Andrade (2011, p.10), sobre esse contexto, afirma que:

A habitação como política de Estado buscou universalizar o acesso à moradia; promover a urbanização e a regularização de favelas; fortalecer o papel do

Estado na gestão e na regulação dos agentes privados; democratizar o acesso à terra urbanizada; ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional e incentivar a geração de emprego e renda na economia, seguindo princípios preconizados no movimento pela reforma urbana e apontados nos dois relatórios que precederam a extinção do BNH (ANDRADE, 2011, p. 10).

Quanto ao Sistema Nacional de Habitação, este foi dividido em dois, o Sistema Nacional de Habitação de Mercado-SNHM, e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social-SNHIS, demonstrando claramente que havia uma preocupação com as demandas das populações mais pobres, tanto no que se refere à aquisição de imóveis, quanto da própria habitabilidade dessas moradias. A Lei Nº 11.124/2005 também criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesses Social (FNHIS), que tinha como objetivo gerenciar os recursos do programa para auxiliar o controle de suas aplicações.

A regulamentação do SNHIS, ocorrida em 2006, permitiu um novo horizonte de possibilidades para a questão da habitação, estabelecendo um novo modelo de gestão. Incorporou-se finalmente a participação popular no planejamento das ações e, a partir dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social-PLHIS, novos atores foram estimulados a tomar parte na execução desses.

Autores como Bonduki (2010) e Maricato (2017) apontam que a Lei do SNHIS foi uma etapa histórica que incorporou importantes reivindicações dos movimentos sociais. Para Azevedo (2007, p.15 *Apud* ANDRADE, 2011, p.11), neste momento, foi permitido acreditar na possibilidade de um incremento quantitativo e qualitativo das políticas municipais de habitação popular.

Soma-se a este cenário profícuo de ações, o grande montante de recursos destinados à questão habitacional, seja através de investimentos diretos ou indiretos. Com isto, o Governo Lula voltou a estimular a produção habitacional no Brasil que, desde o fim do BNH, assistia a um cenário desanimador.

No quadro abaixo podemos observar a evolução dos recursos destinados à habitação no período de 2003 a 2008.

Ano/ Recursos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
FGTS	2.104.706.622	2.227.322.702	3.935.258.094	5.217.328.412	5.346.817.831	10.342.144.979	29.173.578.640
FAR	773.821.662	608.551.554	870.351.742	986.877.491	561.947.777	437.883.669	4.239.433.895
FDS			18.887.696	57.721.186	84.384.382	183.632.807	344.626.071
OGU	269.341.848	534.157.661	406.924.568	1.162.038.548	144.639.467	422.942.482	2.940.044.574
CAIXA	533.786.490	838.788.624	1.582.826.581	3.789.562.001	5.550.022.654	9.028.362.999	21.323.349.349
FAT	114.266.242	50.716.295	54.731.300	40.563.730	7.810.893	2.453.519	270.541.979
<b>TOTAL</b>	<b>3.795.922.864</b>	<b>4.259.536.836</b>	<b>6.868.979.981</b>	<b>11.254.093.374</b>	<b>11.695.623.004</b>	<b>20.417.420.455</b>	<b>58.291.576.514</b>

Tabela 1: Fonte de recursos do programa Minha Casa Minha Vida. Fonte: MC cidades, in Andrade, 2011

Podemos observar na tabela acima que o incremento de recursos realmente foi significativo no período. Comparando os valores finais de todas as fontes de recursos destinados, ano a ano, podemos visualizar um grande esforço financeiro para o alcance de suas metas. No início das atividades do Ministério das Cidades, 2003 para 2004, há um acréscimo de cerca de R\$464.000.000,00. Já de 2005 para 2006, o valor quase dobra, o mesmo acontecendo de 2007 para 2008.

Comparando somente os valores das principais fontes de recursos, o FGTS e a CEF, também se observa a elevação dos recursos (Gráficos 1 e 2).

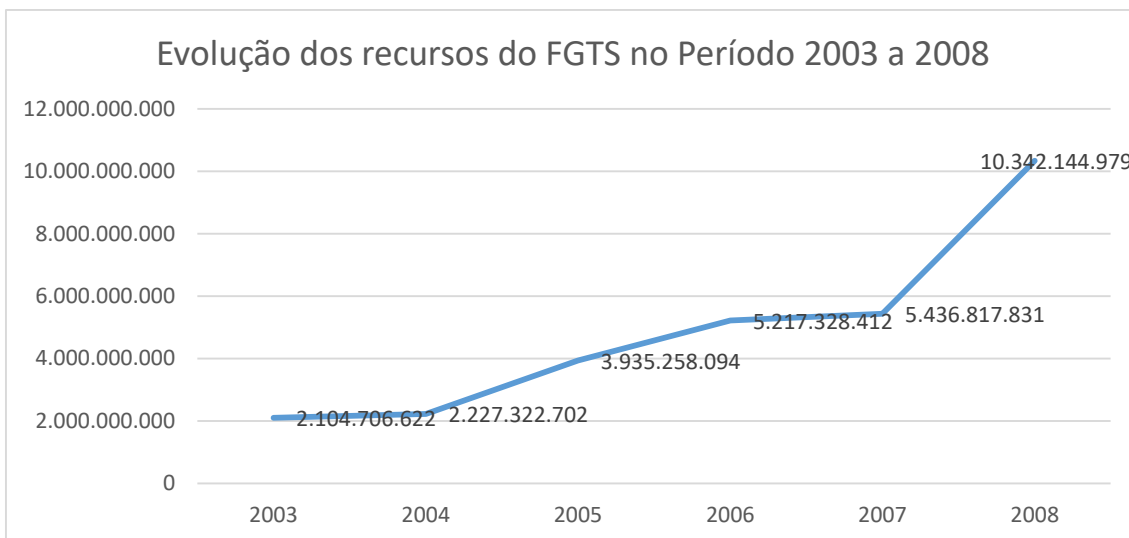


Gráfico 1: Evolução dos recursos do FGTS no período 2003-2008. Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados do MC cidades, in Andrade, 2011.

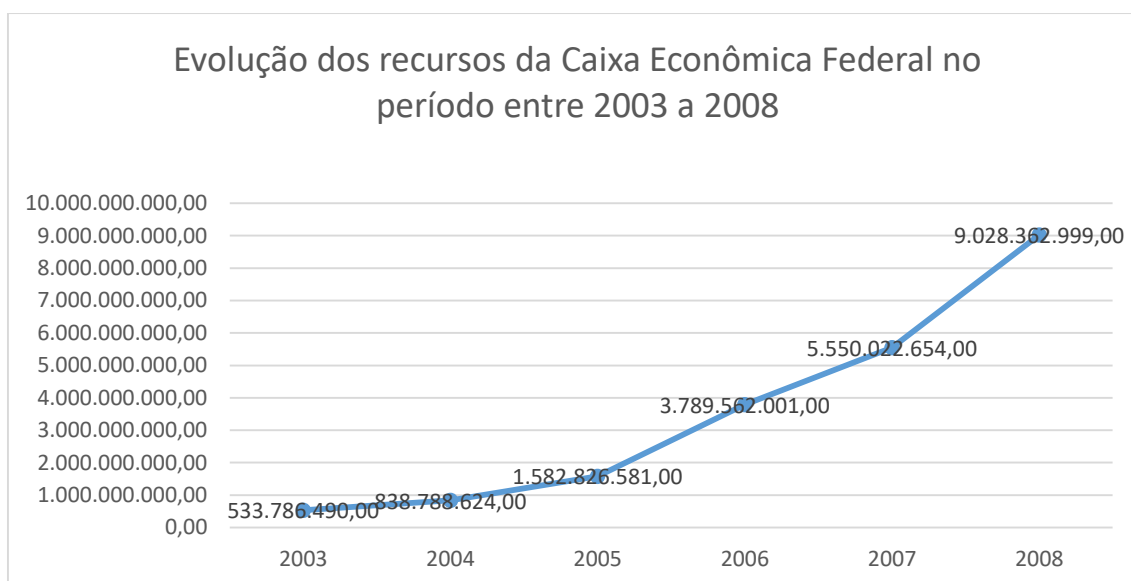


Gráfico 2: Evolução dos recursos da CEF no período 2003-2008. Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados do MC cidades, in Andrade, 2011.

Em relação aos recursos do FGTS, podemos observar que eles praticamente dobram entre 2007 e 2008, quase a mesma média que os recursos da Caixa Econômica Federal no mesmo período.

Apesar de todo o volume despendido no período, autores como Andrade (2011), Rolnik (2010) e Bonduki (2010) já apontavam críticas, apesar de reconhecerem os avanços e investimentos destinados ao setor.



Andrade (2011) aponta que, apesar de conseguir resgatar importantes reivindicações dos movimentos em prol da reforma urbana, já neste período, foram relegadas outras importantes demandas, como podemos ler a seguir:

Se por um lado a nova política habitacional conseguiu “emplacar” conceitos há muito reivindicados pelo movimento pela reforma urbana, e dar prioridades a investimentos e subsídios ao setor habitacional, por outro foram esquecidas questões voltadas ao apoio à capacitação para a gestão do setor público, à democratização da terra urbanizada e à qualidade da produção habitacional (ANDRADE, 2011, p.12).

Em 2008, o mundo acompanhou mais uma etapa da crise do capitalismo mundial, desta vez associada, em parte, ao excesso de crédito fornecido por grandes instituições estadunidenses acompanhado por um grande número de inadimplência por parte dos tomadores de crédito, tal fenômeno levou economias dos países centrais a investir pesadamente nos seus respectivos sistemas financeiros a fim de conter seus desdobramentos. De fato, as quebras de empresas de crédito estadunidenses afetaram fortemente as bolsas dos países centrais que, a fim de garantirem o lucro dos seus respectivos sistemas, fizeram um esforço político - financeiro contundente, o que representou grandes perdas de direitos para as populações desses países que passaram a conviver com enormes reajustes.

No Brasil, a fim de se proteger dos desdobramentos desta crise, o governo adota uma política de incentivo à construção civil, capaz de injetar recursos no mercado e proteger postos de trabalho. Se por um lado temos a injeção de recursos em uma área estratégica para a manutenção de empregos, por outro também temos uma intencionalidade de não perder o capital político ganho até este momento.

Como já foi dito acima, a política habitacional, do então governo, tinha conseguido avançar em muitas demandas exigidas pelos movimentos sociais. Diante disto, um recuo poderia ser perigoso do ponto de vista político, já que o governo, a esta altura, gozava de grande aceitação pública. Desta forma, a manutenção dos avanços sociais seria muito importante, em especial para a habitação.

Neste momento, o governo lança o Programa Minha Casa Minha Vida –PMCMV (2009), com o objetivo ousado de construir um milhão de moradias no país, dois anos antes, já fora lançado o PAC-Programa de Aceleração do Crescimento (2007), que garantia vultosos recursos para obras de infraestrutura em todo o território nacional.

Segundo Andrade (2011, p.14), o programa foi concebido como uma forma de impulsionar a economia brasileira neste momento de crise internacional. Voltado para o financiamento da moradia pronta através do mercado imobiliário em parceria com o setor público, no caso de habitações populares, as ações envolveram na primeira fase, recursos na ordem de 34 bilhões de reais de 2009 a 2011 e tinha por finalidade incentivar a produção e aquisição de unidades habitacionais por famílias até 10 salários mínimos.



Figura 9: Lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Fonte: <http://rionwatch.org.br/?p=11696>. Acessado em fevereiro de 2017.

A fim de obtermos mais subsídios para compreendermos o referido programa, bem como seus objetivos, apresentaremos uma análise de Arantes e Fix (2009), identificando as razões pelas quais o Governo Lula criou essa estratégia:

O pacote habitacional lançado em abril de 2009, com a meta de construção de um milhão de moradias, tem sido apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional – ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção –, e também como uma política social em grande escala. O volume de subsídios que mobiliza, 34 bilhões de reais (o equivalente a três anos de Bolsa-Família), para atender a população de 0 a 10 salários mínimos de rendimento familiar, é, de fato, inédito na história do país – nem mesmo o antigo BNH dirigiu tantos recursos à baixa renda em uma única operação. Por isso, o governo Lula tem destacado que o investimento, apesar de focado na geração de empregos e no efeito econômico anticíclico, tem um perfil distributivista, ao contrário do que faria a oposição – que provavelmente executaria obras diretamente de interesse do capital. O objetivo declarado do governo federal é dirigir o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança. Ou seja, é fazer o mercado habitacional finalmente incorporar setores que até então não tiveram como adquirir a mercadoria moradia de modo regular e formal. Se as “classes C e D” foram descobertas como “mercado” por quase todas as empresas nos últimos anos, ainda havia limites, numa sociedade desigual e de baixos salários, para a expansão no acesso a mercadorias caras e complexas, como a moradia e a terra urbanizada. Com o pacote habitacional e o novo padrão de financiamento que ele pretende instaurar, esses 2 limites pretendem ser, se não superados, alargados por meio do apoio decisivo dos fundos públicos e semi-públicos, de modo que a imensa demanda por moradia comece a ser regularmente atendida pelo mercado (ARANTES e FIX, 2009, p.1).

De acordo com os autores, o subsídio para os mais pobres era alto (entre 60% a 90%), e no caso de inadimplência, os moradores só tinham o risco de não receber o título de moradia. Para as outras faixas, apesar de entrar em financiamentos convencionais, o governo também garantiria com fundos públicos e semipúblicos subsídios para garantir a aquisição das moradias. Já para as construtoras, havia a garantia de que muitas, independentemente do tamanho, poderiam participar.

A nota de desânimo era de que somente 14% dos recursos estariam voltados para os sem teto, mas mesmo assim os autores demonstram otimismo quando observam que, no caso de “sucesso” desse novo sistema produtor da mercadoria-habitação colocado em marcha, o programa poderia deixar de ser conjuntural para se tornar estrutural e prolongado no tempo (Arantes e Fix, 2009, p.2).

Em uma comparação feita por Arantes (2011, p.14), podemos observar a diferença de escala entre as ações do BNH e o MCMV, enquanto o Sistema Nacional de Interesse Social

precisou de 13 anos para ser aprovado no Congresso, e seus recursos montavam cerca de um bilhão de reais, o MCMV havia sido lançado muito mais rapidamente com um montante de recursos muito superior.

Se as intenções presentes eram positivas e a operação bem construída do ponto de vista político e financeiro, atendendo a uma antiga reivindicação dos movimentos sociais, com um grande aporte financeiro destinado à habitação, por outro lado, uma série de críticas surgiu, evidenciando os pontos fracos desta estratégia.

Na época do lançamento do MCMV, o Ministro das Cidades não era mais Olívio Dutra, e sim Márcio Fortes (2005- 2010), do Partido Progressista, que já tinha experiências no Governo Collor, Itamar, FHC e representava os partidos ideologicamente de direita, que à época faziam parte do Governo Lula.

Sua participação estava associada a uma aliança entre o Partido dos Trabalhadores e setores mais conservadores da política nacional, reconhecida como “governabilidade”, disposta a viabilizar as propostas e reformas do governo.

Sua atuação à frente do MC favoreceu a relação com as empresas da construção civil, que tinham com o atual ministro um diálogo bem mais pragmático do que com Olívio Dutra, um representante muito mais próximo aos movimentos sociais.

O fato é que, a partir do seu lançamento, o MCMV, como apresentam Arantes e Fix (2009), passa a sofrer críticas que se referiam justamente ao protagonismo das empresas de construção civil, que passaram a controlar a operação dos investimentos imobiliários, “escolhendo as melhores áreas e muitas vezes utilizando material inapropriado para construção de habitações dos setores mais pobres”, Arantes e Fix (2009, p.13). Além disso, grande parte dos recursos foram direcionadas às faixas que mais interessavam a este setor, negligenciando a enorme precariedade e urgência das famílias de 1 a três salários mínimos como podemos ver no gráfico abaixo.

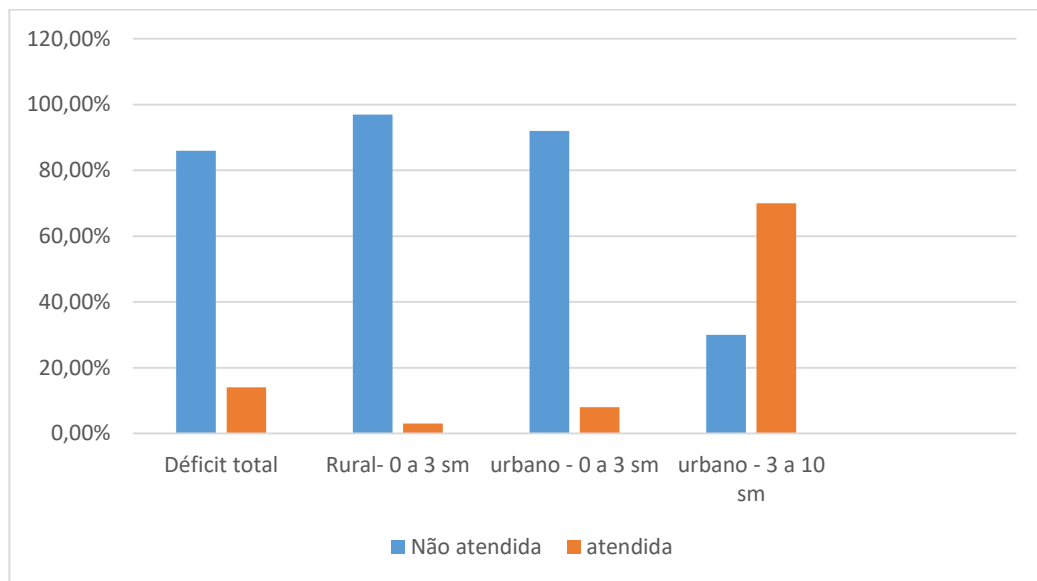


Gráfico 3: Atendimento do MCMV por faixa salarial. Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de Arantes e Fix (2009)

No que tange às prefeituras municipais, muitas se viram numa posição confortável, sem precisar investir em habitação, servindo somente como mediadoras do processo e outras vezes, como facilitadoras, utilizando diferentes estratégias, como propaganda, remoções e desapropriações, a fim de garantir a realização dos investimentos escolhidos pelo mercado imobiliário.

Ao estudar a produção imobiliária como elemento central na reconfiguração das cidades brasileiras, Rufino (2013) analisa que, buscando ampliar suas margens de lucro na produção imobiliária, as empresas de construção civil, alavancadas pelos subsídios e vantagens oferecidas pelo governo federal, passaram a desenvolver importantes mudanças no sentido da racionalização, da produção e da padronização dos empreendimentos imobiliários, que resultarão na produção de enormes condomínios em áreas menos valorizadas.

Para a autora, a relação construída entre a iniciativa privada e o governo, neste momento, acaba por desvirtuar alguns objetivos caros ao programa, como o de alcançar um maior número de famílias de 1 a 3 salários mínimos, justamente a parcela mais frágil da população com menor capacidade de proteção frente ao mercado imobiliário.

O programa tem seu desenho articulado aos grandes interesses do setor (**construção civil**) favorecendo principalmente as empresas que haviam expandido sua atuação aos “segmentos econômicos de baixa renda”. E embora prevaleça o discurso de sua finalidade social. A distribuição dos recursos entre as faixas de renda tende a privilegiar os produtos direcionados a faixas de renda nas quais a atuação das grandes empresas nacionais de incorporação era mais dominante, pois se estabelecem relações de mercado. Embora o déficit para as faixas de renda de 3 a 6 salários mínimos e de 6 a 10 salários mínimos correspondessem juntos a 9% do total acumulado (IBGE/PNAD, 2007), a primeira fase do programa destinou 60% de um milhão de casas previstas para essas faixas (RUFINO, 2013, p.12, grifo nosso).

Volochko (2015) chega a afirmar que a periferação/metropolização da produção imobiliária foi levada à frente, acirrando a continuidade da “privatização” da política urbana, através do lançamento do MCMV.

Através do Programa MCMV, o Estado viabiliza a reprodução imobiliária e financeira facilitando a valorização e produção de fragmentos espaciais de áreas metropolitanas periféricas e assegurando a continuidade das estratégias privadas. A condição de pobreza e em parte de déficit habitacional é então amarrada pelo estado à acumulação capitalista, que fica assim cada vez mais encarregada da produção da urbanização. Com o Programa MCMV, o estado canaliza os recursos públicos para aquela produção/acumulação capitalista ocupada com a satisfação de parte das necessidades da reprodução da força de trabalho: a moradia, mas sobretudo para reproduzir os capitais presentes na sua realização como mercadoria (VOLOCHKO, 2015 p. 113).

Outra crítica presente na opção feita através do Programa era de que ele poderia, assim como na época do SFH, estar estimulando novamente a ideologia da casa própria, não levando em consideração outras formas de acesso ao direito à habitação e, mesmo quando as fez, continuou a privilegiar a concentração de recursos para as camadas que menos precisavam de seus recursos. Arantes e Fix (2009) garantem que esta opção reforçou, assim como no tempo do regime militar, esta opção:

O pacote habitacional e sua imensa operação de marketing retomam a “ideologia da casa própria” que foi estrategicamente difundida no Brasil durante o regime militar, como compensação em relação à perda de direitos políticos e ao arrocho salarial. Em diversas pesquisas de desejo de consumo dos brasileiros, em todas as faixas de rendimento, a casa própria aparece em primeiro lugar. Ao mesmo tempo, a casa própria, sobretudo para os trabalhadores que não tem como adquiri-la pelo salário, ao ser entregue pelo governo aparece como uma dádiva (ou um fetiche), um benefício que promove dividendos para todos os seus intermediários, dos empresários aos políticos (ARANTES e FIX, 2009, p.6).

Além disso, os autores apontam que este sentimento não é somente ideológico, pois se trata de uma estabilidade que o trabalhador pretende possuir, o que é facilmente explicável em um país onde as classes menos privilegiadas sempre tiveram seus direitos cerceados ou pela metade. A casa própria pode significar, portanto, uma velhice mais segura, uma certeza de poder ter uma vida “com teto”, além de enxergar nessa ação uma reserva de valor para seus descendentes, uma “poupança” que poderia ajudar em um determinado futuro. Porém esse desejo contém uma verdadeira “joia” política, já que os governantes percebem que a facilidade para se adquirir a casa própria poderá render resultados políticos valiosos.

Evidentemente que não se trata apenas de um fenômeno ideológico. A casa própria é percebida e vivida pelas camadas populares como verdadeiro bastião da sobrevivência familiar, ainda mais em tempos de crise e de instabilidade crescente no mundo do trabalho. A casa própria, no Brasil, representa a garantia de uma velhice “com-teto”, na ausência ou insuficiência da previdência social, ou seja, é vista como a única garantia para um fim de vida com o mínimo de segurança e dignidade. Para os jovens casais com filhos ou mães chefes-de-família, a casa própria é a garantia de uma estabilidade em vários níveis, em relação à escola dos filhos, aos laços de solidariedade de bairro, à segurança real e simbólica de não ser ameaçados ou vitimados pelo despejo em caso de desemprego. Nesse sentido, a casa própria cumpre um papel de amortecedor diante da incompletude dos sistemas de proteção social e da ausência de uma industrialização com pleno emprego e é, por isso, o “sonho número um dos brasileiros”. Para os políticos, a operação de marketing se faz necessária para amplificar os dividendos eleitorais, pois grande parte do pacote ocorre no plano do imaginário, dada a disparidade entre a promessa e o atendimento previsto, como indicamos anteriormente. Para o capital imobiliário, que ganha a parcela substantiva dos dividendos econômicos da operação, a mobilização do imaginário e da expectativa popular é um excelente negócio, pois ela colabora ativamente para garantir a continuidade do pacote, independente de quem esteja no governo, e dos valores que reafirma, entre eles o da propriedade privada individual. Como ressalva o dono de uma incorporadora: “impossível acabar com um pacote como o ‘Minha Casa, Minha Vida’. Tal como o ‘Bolsa-Família’, um presidente que fizer isso será derrubado” (ARANTES e FIX, 2009, pp.6-7).

Sobre o papel dos municípios na participação dos investimentos do programa, realizando uma comparação entre o MCMV com o BNH, Compans (2012) os adjetiva de facilitadores do mercado:

Os municípios são transformados em meros “facilitadores” do mercado. As empresas construtoras é que livremente determinam onde querem realizar os empreendimentos, e a Caixa aprova ou não o financiamento com base em critérios estritamente burocráticos: documentação exigida; enquadramento de custos e especificações; garantias oferecidas etc.... (COMPANS, 2012, p.12).

Na cidade do Rio de Janeiro, observaremos as mesmas diretrizes que regeram o programa à nível nacional. A aliança junto ao setor da construção civil serviu para que esses escolhessem as áreas que desejavam investir, de modo a garantirem melhores condições para a reprodução de seu capital. Compans (2012, p.13), ao fazer uma comparação entre as ações BNH e o MCMV na cidade do Rio de Janeiro, afirma que o segundo mantém uma tendência à concentração de imóveis populares (na faixa de 0 a 3 salários mínimos) na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em bairros afastados do Centro, disponibilizando dados que demonstram que, das 15.656 unidades oferecidas por esse, 69% se encontravam em algum bairro dessa região, sendo o bairro de Santa Cruz, o de maior concentração desta faixa de renda, com 42% das unidades contratadas.

Azevedo e Faulhaber (2015, p.67), ao apresentarem estudos sobre os empreendimentos enquadrados no Programa MCMV, ratificam a posição encontrada em Compans (2012), quando colocam que o programa, que tinha uma promessa de inclusão social por meio da moradia adequada, se transformou em mais uma contradição na questão da habitação da população mais pobre da cidade do Rio de Janeiro, pois sua implantação, ao concentrar famílias de até três salários mínimos na Zona Oeste da cidade, efetivou-se como um instrumento de exclusão. Além disso, os autores fazem um importante adendo, o de que a prefeitura não só estava de acordo com a alocação das famílias de rendas mais baixas em áreas periféricas, em especial a Zona Oeste, como agiu para garantir a efetivação desta estratégia.

Ademais, destacam a antiga estratégia utilizada em expansões de territórios da cidade sob a organização privada, que, ao utilizar locais mais distantes, obriga o poder público a garantir a cobertura de infraestrutura mínima, propiciando assim novas possibilidades de ganhos imobiliários:

No caso do Rio de Janeiro, a prefeitura, em consonância com os interesses do setor imobiliário, demarcou a área prioritária para a realização dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida em zonas da cidade mais



desassistidas de serviços, que, portanto, ainda teriam uma margem de crescimento muito alto para o valor da terra no momento em que se venha promover investimentos públicos. No entanto, não contente com a demarcação periférica da prefeitura, as empreiteiras buscam os maiores terrenos nas bordas dessa área prioritária, provocando ao mesmo tempo o esgarçamento da malha urbana e um custo mais oneroso para a realização de obras de infraestrutura, valorizando ainda mais os terrenos nas áreas intermediárias (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p.70).

Sobre a qualidade dos imóveis localizados na região estudada, os autores corroboram com críticas feitas à nível nacional acerca da qualidade dos empreendimentos e reforçam o que Arantes e Fix (2009, p.8) apontam, de que não se encontra no pacote qualquer preocupação com a qualidade do produto e seu impacto ambiental, a não ser a que é posta pelo próprio capital da construção e suas certificações de qualidade, que garantem, na verdade, sua viabilidade como mercadoria, ou seja, a ratificação da prevalência do valor de troca sobre o valor de uso.

De fato, por muitas vezes, as novas residências apresentam melhores condições de salubridade do que a residência anterior. De toda forma, já não são poucas as queixas e relatos de moradores de condomínios do Minha Casa minha Vida no Rio de Janeiro e em outras cidades quanto a qualidade desses empreendimentos. Em pouco tempo de uso, muitas edificações já sofreram alagamento, apresentaram rachaduras e outras patologias da construção decorrentes do descaso e da busca pelo lucro máximo por parte das empreiteiras na execução destas obras (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p.67).

Entre avanços, críticas e percepções variadas, temos para nós que não devemos incorrer numa comparação simplista entre as ações do BNH/SFH e as políticas de habitação durante os governos Lula e Dilma. Primeiramente porque contextos tão diferenciados podem levar a conclusões equivocadas e apontamentos ideológicos que não cabem neste trabalho, cujo objeto central é verificar as contradições durante a gestão Paes à frente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em especial o seu trato com as habitações.

Porém, a fim de colaborarmos com esta discussão, acreditamos que se tratam de fenômenos políticos diferentes. O BNH/SFH esteve, durante a maior parte de seu tempo, sob o guarda-chuva do Regime Militar, um regime de exceção, onde a centralidade e o autoritarismo

eram regras para a implantação de projetos nacionais, evitando qualquer tipo de críticas vindas de movimentos e da sociedade como um todo.

Já a política habitacional dos governos petistas, não só incorporou diretrizes do Estatuto da Cidade (2001), como avançou na oferta de recursos e na disponibilidade de espaços para discussão, além de aprofundar instrumentos de atendimento às famílias mais pobres como o FNHIS e o Minha Casa Minha Vida-Entidades. Neste ponto destacamos a fala de Vitor de Lima Guimarães<sup>25</sup>, membro da Coordenação Nacional do Movimento do Trabalhadores Sem Teto, que, em entrevista ao autor, declarou que uma das opções do movimento para alcançar seus objetivos é, através de políticas públicas, “arranjar flancos” para conquistas emancipatórias, como dentro do MCMV- entidades.

Ou seja, a política habitacional analisada abriu espaço para importantes reivindicações sociais, onde movimentos organizados, como o MTST, buscam condições para efetivar seu projeto social.

Porém, uma guinada ainda durante o governo Lula, com uma política anticíclica voltada para salvaguardar a indústria da construção civil, seus postos de trabalhos e garantir a governabilidade do Estado junto a setores do capital, acabaram por entregar o protagonismo da execução das obras para a iniciativa privada, frustrando grande parte dos movimentos sociais que demandavam outro tipo de orientação

O resultado disso foi uma grande quantidade de obras realizadas em prol da reprodução do capital imobiliário e conseqüentemente uma metrópole com espaços ainda mais segregados, com construções de qualidade duvidosas, localizadas em áreas distantes, convenientes com os interesses privados.

---

<sup>25</sup> Vitor Lima Guimarães tem 26 anos, e desde 2011 atua no MTST, neste momento ocupa cargo na coordenação nacional e estadual do movimento. Seu depoimento foi dado ao autor em entrevista realizada no dia 7 de junho de 2017.

Para Santos (2009, p.15 *Apud* ANDRADE, 2011, p.15), os problemas urbanos não podem ser resolvidos sem uma solução para os problemas sociais, o que necessita de um planejamento sócio-político preocupado com a distribuição dos recursos e com a aplicação de instrumentos regulamentários.

Para Bonduki (2010 *Apud* ANDRADE, 2011, p.17), o PMCMV não deve ser visto nem com entusiasmos nem como desastre. Por um lado, o programa corre o risco de produzir moradias precárias, por outro, aumentou muito o patamar dos recursos orçamentários em habitação, como há muitos anos os que lutam por moradia digna reivindicavam.

Ao longo deste capítulo, buscamos, através de alguns exemplos, demonstrar a complexidade em discutir a temática de habitação no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, buscamos exemplos que demonstrassem as ambiguidades encontradas em todo o processo verificado. Não existem fórmulas mágicas e, a nosso ver, estamos ainda no caminho para garantir o acesso ao Direito à Moradia e amplamente ao Direito à Cidade, mas é certo de que o caminho se faz durante o caminho, e que a sociedade deve estar sempre em busca de seus direitos, atenta às armadilhas que a todo o momento colocam em prova a sua capacidade de resiliência.

No capítulo seguinte, abordaremos a produção habitacional e urbanística voltadas para as porções populares da cidade do Rio de Janeiro durante a gestão Paes (2009- 2017). Período esse percebido através de ações e práticas díspares da prefeitura municipal em relação a estas camadas da população.

Esta será a ocasião profícua de se apresentar as pesquisas relacionadas ao modelo de cidade pretendido pelo governo local durante este período, e o programa Morar Carioca, plano habitacional e urbanístico para os assentamentos precários, que prometia em seu lançamento urbanizar todas as favelas da cidade até o ano de 2020, e que, como veremos obteve resultados muito abaixo do esperado.

### **Capítulo III - A GESTÃO PAES: CONTRADIÇÕES ENTRE PRÁTICA E DISCURSO**

*O homem, respondeu Édipo*

Nos últimos oito anos, a cidade do Rio de Janeiro e sua população vivenciaram diferentes contradições surgidas entre o discurso e a prática da prefeitura municipal. A gestão de Eduardo Paes, baseada em um discurso modernizante e democrático, mostrava-se como um “mais do mesmo” conservador, que atuou privilegiando projetos e grandes eventos, transformado assim, a cidade do Rio de Janeiro. A presente realidade oferece novas possibilidades de analisar o atual papel das cidades que, inseridas em uma lógica global de mercantilização, recebem novos arranjos territoriais que, como já apontado, privilegiam especialmente os interesses privados.

Eduardo Paes, 52º prefeito da cidade do Rio de Janeiro, eleito aos 39 anos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), teve uma carreira meteórica e “infidel”, do ponto de vista partidário, na política fluminense. Foi filiado a quatro partidos até a sua chegada à prefeitura em 2009: Partido Verde, entre 1994 e 1995, Partido da Frente Liberal, em dois momentos, 1996 a 1999 e 2001 a 2003, Partido Trabalhista do Brasil, entre 1999 a 2000, Partido da Social Democracia Brasileira, entre 2003 a 2007 e, finalmente em 2007, por conta de uma manobra política do então Governador do Estado Sérgio Cabral, Paes entra para o PMDB, sendo lançado candidato pelo partido ao cargo de prefeito, em 2008.

Eleito, após uma disputa acirrada com Fernando Gabeira do Partido Verde (ganha com uma margem de cerca de 1,60 % dos votos), Paes inicia seu mandato primeiramente com medidas de impacto, como a revogação da aprovação automática nas escolas do município e a implantação do chamado “choque de ordem”, um conjunto de medidas que, de acordo com o discurso oficial, visava organizar a cidade, utilizando medidas repressivas contra ambulantes e moradores de rua, dentre outras. Porém, a vitória da candidatura da cidade do Rio de Janeiro

para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 fez com que grande parte de seus mandatos estivessem orientados para a organização da cidade, a fim de receber este evento e alguns jogos da Copa do Mundo de 2014, inclusive a final do mundial, que viria a ser disputada no estádio do Maracanã.

Em relação às moradias das porções mais pobres da sociedade, Paes lança em 2009, o Programa Morar Carioca, que tinha como meta a urbanização de todas as favelas do Rio de Janeiro até o ano de 2020. Porém, paradoxalmente, esta vai ser uma gestão associada a um grande número de remoções de populações.

Desde sua posse em 2009, milhares de famílias foram retiradas de seus locais de moradias, Azevedo e Faulhaber (2016), informam que entre 2009 e 2013 mais de 20 mil famílias (cerca de 60 mil pessoas) haviam sido removidas por motivos diversos, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas- Rio, em sua edição de novembro de 2015 estima um número de 22.059. A própria prefeitura admite ter removido mais de 19.000<sup>26</sup> famílias.

Esta realidade vai de encontro ao discurso de uma “cidade para todos”, presente durante a campanha do atual Prefeito e reiterado em seu discurso de posse.

Esta é uma das contradições que serão exploradas ao longo deste capítulo, onde buscaremos identificar as bases que proporcionaram a transformação do espaço da cidade através de um projeto que acentuou graves inflexões do território, principalmente em áreas de habitação, mobilidade, abastecimento e saneamento, dentre outros, expondo as desigualdades percebidas na sociedade brasileira e negando de forma incisiva o direito à cidade, especialmente para suas parcelas mais pobres.

A Prefeitura Municipal, na figura de seu Prefeito Eduardo Paes, utilizou como “motor” para a execução deste projeto uma retórica calcada na modernização e na emergência de se

---

<sup>26</sup> Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-19/paes-admite-a-anistia-remocoes-realizadas-com-pouco-dialogo.html>. Acessado em 22 de abril de 2014.

aproveitar o contexto nacional e global, como as vantagens e possibilidades relacionadas aos megaeventos recebidos pelo Brasil, em especial o Rio de Janeiro, sede de jogos e da final da Copa do Mundo da Fifa, edição 2014, e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. É importante destacar que esta condição de cidade com vocação para receber grandes eventos internacionais está atrelada a uma nova configuração do capitalismo mundial, onde países emergentes (leia-se, com economia robusta, porém ainda com defasagem social) são alçados à centralidade econômica mundial.

Para alcançarmos, durante esta etapa, nossos objetivos este capítulo está estruturado em cinco partes. Ofereceremos inicialmente o nosso conceito de contradição, por ser esse um dos temas centrais de nosso trabalho. Para isso, utilizaremos a ideia de oposição classista presente em Marx e Engels (1999), por entender o modelo de cidade proposto por Paes como resultado da lógica de reestruturação do capitalismo mundial no momento histórico atual.

Mas também entendemos que sua gestão está inserida em duas perspectivas, uma estrutural e outra circunstancial.

Desde os anos 1980, o capitalismo experimenta novas formas de espraiamento de suas concepções e diretrizes, provocando impactos em todas as localidades no planeta. A cidade do Rio de Janeiro, a exemplo de tantas outras, observa, neste contexto, uma gradativa privatização de seus espaços. Para nos aprofundarmos neste assunto, elaboramos o subcapítulo 3.2 para demonstrarmos que, apesar da oposição percebida entre a ação e a prática da prefeitura, Paes demonstra ser um personagem coerente, e seu modelo de cidade adequado aos interesses neoliberais.

Sua gestão ainda recebe a incumbência de realizar megaeventos, como o Jogos Olímpicos. Tal cenário garantiu ainda maior legitimidade à implantação deste modelo. A fim de nos aprofundarmos, durante o subcapítulo 3.3, discutiremos os impactos destes acontecimentos mundiais na cidade.

No subcapítulo 3.4 apresentaremos nossas pesquisas sobre o programa Morar Carioca, projeto habitacional e urbanístico que, em seu lançamento, prometia alcançar a totalidade das favelas da cidade, relacionado ao legado dos jogos. Através de entrevistas com escritórios selecionados para realizá-lo localmente, valores levantados junto à Controladoria Geral do Município, além de fontes teóricas e informais, pretendemos apresentar que seus resultados foram muito aquém de suas expectativas.

Esta subetapa se subdividirá em mais duas, a primeira oferecendo um painel dos impactos deste contexto sobre as populações atingidas, e a outra que apresentará uma análise das relações público-privadas, através da investigação da proximidade da prefeitura junto às empresas de construção civil.

Finalmente, no subcapítulo 3.5, proporcionaremos um quadro de atores que demonstram em suas práticas uma resistência ao modelo que se pretende homogêneo.

### **3.1- A contradição em processo.**

A cidade, que deveria ser para todos, é somente para alguns. Durante oito anos os moradores da cidade do Rio de Janeiro conviveram com promessas de modernização, avanço econômico, melhorias na qualidade de viver de seus cidadãos. O *legado* desta gestão seria, portanto, uma cidade melhor, acessível para todos. Porém, obras inconclusas, mudança de políticas e o favorecimento de empreendimentos privados sugerem ao final deste período, uma cidade *negada* para a maioria de sua população.

Tais contradições invocam a disputa classista estabelecida no ventre das sociedades capitalistas ao longo da história e que reverberam sobre as cidades e suas populações. Ao distinguir burgueses e proletários no início do Século XX, no Manifesto Comunista, Marx e Engels (1999) afirmam que a história da luta de classes constituiu a história das sociedades.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor

e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que termina sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta (MARX e ENGELS, 1999, p. 7)

Neste trabalho, portanto, não trataremos da concepção aristotélica de contradição, onde no caso de duas situações opostas, uma não poderá ser verdadeira. Neste caso, trata-se da ideia de contradição dialética, onde está presente um debate de ideias diferentes, onde um posicionamento é defendido e contradito logo depois, um fenômeno onde duas forças aparentemente opostas estão presentes em uma determinada situação ou realidade.

Bobbio (2002, p. 31), ao apresentar o uso do termo dialética em Gramsci, identifica dois significados centrais nas obras do escritor italiano, um relacionado à ação recíproca e outro relacionado ao processo de tese, antítese e síntese. Em nosso trabalho, o adjetivo “dialético” vem unido ao significado de “relação”, “conexão”, posto que discorreremos sobre uma construção entre os fatos observados ao longo de um recorte temporal que estabelecem nexos entre si.

Acreditamos não existir nenhuma surpresa metodológica nesta opção e, apesar de não nos aprofundarmos em uma discussão conceitual, cremos que um trabalho de urbanismo, arquitetura e geografia, além de outras colaborações, dialoga com formas espaciais presentes no espaço. Um espaço construído à imagem e semelhança de seu criador, o sistema capitalista e o seu, como explica Harvey (2016, p.20), “motor”, o capital.

Na tradução, que será expressa ao longo desta etapa do trabalho, serão observadas inúmeras tensões criadas ao longo da história contemporânea, onde diferentes interesses irão convergir a fim de se tornarem protagonistas na produção do espaço, neste caso, especificamente o urbano.

Ao interpretar o conceito de território, Carlos (2001) expressa que o uso do solo sempre instigará e fomentará tensões, posto que sempre o será feito através de diferentes interesses.

O uso do solo não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a



sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena (CARLOS, 2001, p.41).

Porém, muitas vezes, as contradições surgem sem que as pessoas as percebam, este trabalho está permeado por situações onde a necessidade de análise é fundamental, a fim de desvelar engenharias que estão por detrás de promessas, obras e garantia de melhorias.

A contradição, na maior parte das vezes, passa ao longo da vida humana que constrói diariamente a materialidade do espaço. Desta forma, as contradições são absorvidas, muitas vezes, como verdades, ou mesmo como inexoráveis, traduzindo-se em um discurso comum de que, “as coisas sempre foram assim”, ou, “nada muda nunca”. Argumentamos, portanto, que a vida humana não espera as análises para perpetuarem a construção do espaço, que, consciente ou não das inúmeras tensões, permanece vivendo e produzindo.

Ao expor ideias referentes às exigências de reprodução do capital conflitante com a vida cotidiana, Harvey (2016) também expressa a possibilidade presente de tensão nesta relação.

Tensões entre exigências conflitantes da produção organizada e das necessidades de reprodução da vida cotidiana sempre existiram, mas na maioria das vezes são latentes, e não evidentes. Como tais, passam despercebidas, enquanto vivemos nossas vidas. Além do mais, as oposições nem sempre são claramente definidas. Podem ser permeáveis e intercambiáveis (HARVEY, 2016, p. 16).

As contradições estarão presentes o tempo inteiro na construção material e social do espaço como um todo, não sendo, portanto, exclusivas ao capitalismo e não significando, necessariamente, um pressuposto negativo. A partir de grandes crises, podem ser criadas novas possibilidades de adequação. Em situações de falta, surgem ideias. E de um trabalho atrasado, aparecem novas percepções de força. Ao defender esta posição, Harvey (2016) explica:

Contradições não são todas ruins... elas podem ser uma fonte de mudanças pessoais e sociais, das quais saímos muito melhores. Nem sempre sucumbimos a elas, nos perdemos nelas. Podemos usá-las de forma criativa. Inovar é uma das maneiras de sair de uma contradição. Podemos adaptar nossas ideias e práticas às novas circunstâncias e aprender, com a experiência, a ser pessoas melhores e mais tolerantes. (HARVEY, 2016, p. 16- 17)

Devemos atentar para o fato de que, ao solucionarmos uma determinada contradição, podemos estar criando outras, ainda mais quando condições estruturais não foram resolvidas. No Brasil, especificamente, muitas vezes temos a suspeita de que momentos de superação de crises são especialmente profícuos para novas formas de reprodução do capital.

Vejamos o caso das moradias das populações pobres no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. Ao solucionar de modo repressivo os cortiços, o poder público construiu, em parte, condições para as habitações nas encostas, determinando assim em última análise o surgimento das favelas. Outro exemplo, agora atual, é o caso da remoção das famílias residentes na Vila Autódromo e reassentadas no Conjunto Parque Carioca. Ao saírem do local de origem e se instalarem em outra localidade, as pessoas passam a conviver com novos paradigmas de tensão, desde a falta de manutenção dos equipamentos, até mesmo as novas obrigações contratuais. Santos (1999, p. 263) explica que quando um homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

Isto aconteceu, em parte, porque as contradições inerentes à qualidade de moradia dessas pessoas não foram resolvidas, elas foram simplesmente deslocadas. Ao analisar as contradições dentro da realidade do capital no atual momento, Harvey (2016) analisa:

É raro que as contradições sejam totalmente resolvidas. Crises são momentos de transformação em que o capital tipicamente se reinventa e se transforma em outra coisa. E essa “outra coisa” pode ser melhor ou pior para as pessoas, mesmo que estabilize a reprodução do capital. Mas crises são momentos de perigo quando a reprodução do capital é ameaçada por contradições subjacentes (HARVEY, 2016, p. 17).

Em uma realidade permeada pelo fetichismo de sinais, signos e aparências, as tensões tendem a se proliferar. O consumo imediato, viabilizado por novas possibilidades tecnológicas transforma, tudo e todos em mercadoria, gerando movimentos subsequentes de difícil previsão. Desta forma, verifica-se nas grandes cidades, uma anarquia necessária ao capital, que precisará de toda a sua enorme mobilidade de redes presentes em seus espaços, expropriando recursos

que julgar necessário, tornando assim, cada vez mais as relações sociais inquietas, angustiadas e aflitas.

São as cidades que expressarão de forma contundente a tensão surgida entre o valor de uso e o valor de troca. Todas as mercadorias que compramos numa sociedade capitalista têm um valor de uso e um valor de troca. A diferença entre essas duas formas de valor é significativa. Como costumam estar em conflito uma com a outra, elas constituem uma contradição que, às vezes, pode provocar uma crise (Harvey, 2016, p. 27).

Apesar do papel acentuado da mercadoria na elaboração da distinção entre os valores de uso e o de troca, é importante destacar que a expropriação dos recursos destinados à sobrevivência das classes mais pobres não está associada à relação entre pessoas e coisas, e que tal diferenciação se reflete em uma relação social. Fontes (2010), ao investigar as origens da expropriação, alerta para o seguinte fato:

A expropriação capitalista não é uma relação entre coisas, ainda que incida sobre “coisas” (como a terra), nem uma relação entre pessoas e coisas (ainda que as envolva), mas numa relação social, entre classes, através de quais grupos crescentes de trabalhadores são incapacitados de assegurar sua plena existência (FONTES, 2010, p. 83).

Por uma opção metodológica, nos deteremos na análise das contradições entre o valor de uso e o de troca especificamente presentes no espaço urbano e na habitação, categorias que possibilitam o aprofundamento do objeto deste estudo.

Ao discutir o papel da metrópole moderna na atual engenharia de reprodução do capital, Carlos (2015) explica que o mundo da mercadoria se desenvolve através de diferentes práticas, sendo uma delas a própria mercantilização do espaço.

O mundo-mercadoria se desenvolve sob novas formas, dentre elas, a mercadoria-espaço. O que interfere significativamente na prática socioespacial, devido à contradição gerada pela dupla determinação do trabalho social que produz o espaço no capitalismo. O espaço como mercadoria transforma-se, assim, em valor de troca, ao mesmo tempo e dialeticamente, que valor de uso, conforme o vivido, orienta as apropriações, hierarquiza os indivíduos na metrópole, já que esses estão diferenciados pela sociedade de classes. A produção do espaço como mercadoria efetua-se em dois níveis: através da produção da habitação, uma mercadoria intercambiável

no mercado imobiliário, sem o qual a função de moradia não se realiza; e através da própria cidade pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história (CARLOS, 2015, p. 50).

As habitações irão corresponder, neste espaço mercadoria, como uma fonte ininterrupta de tensões. Sua construção exige um grande volume de capitais e, diferente de outras mercadorias, necessitará de maior tempo para poder ser consumida, o que garante a atores privilegiados o monopólio de sua execução. Seu valor será edificado a partir dos custos durante a sua realização, mais o lucro do construtor, ou seja, para garantir um valor de uso de acordo com as suas necessidades, as pessoas deverão necessariamente pagar além dos custos de construção para efetivamente morar. Mesmo que as pessoas não comprem o imóvel, elas terão de realizar esta função de moradia, a fim de existir, ou seja, terão de buscar alternativas que também irão ao encontro dos lucros dos donos dos imóveis.

Ao analisar a contradição entre o valor de uso e o valor de troca presente nas habitações no atual momento, Harvey (2015, p. 29) constata que a moradia, em grande parte do mundo capitalista, é construída especulativamente como uma mercadoria que será vendida no mercado a quem puder pagar por ela, e que há muito tempo esse tipo de provisão habitacional está evidente nessas sociedades. Além disso, o autor avança na construção do valor de troca presente neste tipo de mercadoria.

O valor de troca é determinado pelos custos básicos de produção da casa (trabalho e matéria-prima), mas nesse caso são agregados dois outros valores: a margem de lucro do construtor, que disponibiliza o capital necessário e paga os juros de qualquer empréstimo envolvido; e o custo da aquisição, aluguel ou arrendamento da terra. O valor de troca é estabelecido pelos custos reais de produção mais lucro, juros sobre empréstimos e aluguel capitalizado (preço da terra). O objetivo do produtor é obter valor de troca, não valor de uso... o valor de troca assume o comando da produção habitacional (HARVEY, 2015, p. 29).

Porém, por se constituir em um direito universal, o acesso à moradia irá constituir, ao longo da história, um enorme ponto de tensão, posto que, o Estado deveria suprir essa necessidade ou, pelo menos, criar estratégias para garantir o acesso de populações sem condições a habitações de qualidade. No Brasil, na Constituição Federal de 1988, o direito à

moradia aparece explícito no Artigo 6º<sup>27</sup> e no 7º, inciso IV, ao prever que o salário mínimo garanta o direito à moradia, bem como no artigo 23º, encontra-se descrito o papel do Estado, nos níveis federal, estadual e municipal que devem promover programas de moradia e saneamento.

No entanto, observamos a exacerbação de um modelo neoliberal, cada vez mais concentrador e ávido por recursos públicos. O resultado, em escala global, é o intenso ataque promovido contra as funções sociais que o Estado, pelo menos em tese, deveria oferecer. Setores como a educação, saúde e moradia, dentre outros, desde o final dos anos 1970, vem sendo paulatinamente entregues à regulamentação do mercado.

Assistimos, neste momento no Brasil, à retirada de uma série de direitos sociais, que provavelmente implicará em uma pior qualidade de vida para a maioria da população, em especial para os seus extratos mais pobres. A greve geral do dia 28 de abril de 2017, não foi, portanto, um fenômeno pontual, conforme insistiam as declarações do Governo Federal, inclusive em nota especial do Presidente da República<sup>28</sup> e de setores da grande mídia que buscaram, apesar de milhares de pessoas nas ruas exigindo seus direitos e de manifestações em pelo menos 25 estados mais o Distrito Federal, desqualificar e minimizar a greve como um todo. Manifestações contra esse avanço do capital em direção a esses setores também

---

<sup>27</sup> O direito à moradia só foi expressamente incluído no rol dos direitos constitucionais como direito social fundamental em 14 de fevereiro de 2000, através da emenda constitucional n. 26 que modificou a redação do art. 6º, passando a expressar o seguinte: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm)

<sup>28</sup> As manifestações políticas convocadas para esta sexta-feira ocorreram livremente em todo país. Houve a mais ampla garantia ao direito de expressão, mesmo nas menores aglomerações. Infelizmente, pequenos grupos bloquearam rodovias e avenidas para impedir o direito de ir e vir do cidadão, que acabou impossibilitado de chegar ao seu local de trabalho ou de transitar livremente. Fatos isolados de violência também foram registrados, como os lamentáveis e graves incidentes ocorridos no Rio de Janeiro. O governo federal reafirma seu compromisso com a democracia e com as instituições brasileiras. O trabalho em prol da modernização da legislação nacional continuará, com debate amplo e franco, realizado na arena adequada para essa discussão, que é o Congresso Nacional. De forma ordeira e obstinada, o trabalhador brasileiro luta intensamente nos últimos meses para superar a maior recessão econômica que o país já enfrentou em sua história. A esse esforço se somam todas as ações do governo, que acredita na força da unidade de nosso país para vencer a crise que herdamos e trazer o Brasil de volta aos trilhos do desenvolvimento social e do crescimento econômico. Michel Temer, Presidente da República. Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2017/04/temer-fala-das-manifestacoes-pelo-brasil-em-nota-oficial-9782846.html>

acontecem em vários países do mundo, como a França, Argentina, Espanha, Grécia, Portugal, entre outros.

Harvey (2016), ao analisar as condições que levaram o Estado a prover e garantir o acesso público a esses setores, principalmente após a segunda guerra mundial, discorre sobre um “consenso neoliberal” que vem se consolidando, ameaçando garantias sociais e gerando ainda maiores tensões ao redor do mundo.

Por detrás disso está o terreno movediço da opinião pública e das políticas públicas sobre o papel que o Estado deve desempenhar na provisão pública de valores de uso adequados para satisfazer as necessidades básicas da população. Na década de 1970, começou a surgir (ou se impor) um “consenso neoliberal” de que o estado deveria eximir-se da obrigação de provisão pública em áreas tão diversas como habitação, saúde, educação transporte e abastecimento (água, energia e até mesmo infraestrutura). O objetivo era abrir essas áreas à acumulação de capital privado e à primazia do valor de troca (HARVEY, 2016, p.33).

Harvey (2016, p. 32) ainda afirma que a contradição presente entre o valor de uso e valor de troca presente nas habitações ilustra, de forma exemplar, a crise atual do capital mundial, pois a oposição e antagonismo presente nela pode, inclusive, extrapolar o próprio sistema de habitações, como na crise de 2008<sup>29</sup> nos Estados Unidos que, por conta da rede globalizada do mercado financeiro, acabou por afetar instituições em todo o mundo.

É bem provável que estejamos passando por um momento singular da história das relações humanas pós-revolução industrial, inaugurando novos paradigmas de acumulação e de reestruturação das funções exercidas pelo Estado. Porém, a energia desprendida a fim de se garantir melhores condições de reprodução do capital agrava ainda mais as desigualdades presentes, seja em escala global ou em microescala.

---

<sup>29</sup> Nos anos 1990, com o objetivo de aquecer a economia, o FED, espécie de Banco Central Estadunidense, passa a baixar os juros, proporcionando grande expansão do crédito no país, o que levou a um maior oferecimento de hipoteca de imóveis para parte da população mais pobre do país, aquecendo o mercado imobiliário. Apesar dos riscos, a manutenção da taxa de juros baixa, aliada à crença de uma ideologia estadunidense acerca da garantia da casa própria, fez com que os bancos investissem inclusive de forma especulativa, sobre este mercado. Por volta de 2007, o FED, por causa dos rombos nos cofres americano, e também, depois do 11 de setembro, passa a subir as taxas de juros até 5,25 por cento, provocando uma enorme onda de inadimplência, tragando o mercado financeiro para uma grave crise econômica.

Maricato (2019) afirma que em um país como o Brasil, com estruturas sociais fortemente marcadas pelo patrimonialismo, assim como em países periféricos, estas tensões tendem a ser ainda mais conflituosas. A autora adverte ainda que em países da América do Sul, as alternativas de habitação que incluem infraestrutura e serviços urbanos demandados pela maior parte da população não são encontráveis, nem no mercado e nem nas políticas públicas (Maricato, 2009, p. 10). Além disso, continua Maricato, a cobertura do mercado privado que nos países capitalistas centrais atende à 80% da população, nos países latino-americanos alcança módicos 30% e nem mesmo setores da classe média brasileira têm acesso à moradia através do mercado privado.

O mercado residencial privado, tal como se apresenta na América Latina, contribui para a carência generalizada de moradias. Se nos PCCs o mercado privado atende 80% da população, em média, sendo que 20% dependem do subsídio público, nos PCPs o mercado privado tem alcance restrito, é socialmente excludente e altamente especulativo. No Brasil, assim como em muitos países da América Latina, estima-se que 30% apenas da população tenham acesso à moradia no mercado privado. Nem mesmo aquilo que poderia ser classificado como classe média (5 a 10 salários mínimos) tem acesso à moradia por meio do mercado privado (MARICATO, 2009, p. 10).

Este cenário contribuiu para fomentar novas e agudizar antigas tensões que, pressionadas pelas condições políticas e financeiras presentes, recrudescem ainda mais o antagonismo e a oposição presente entre o valor de troca e o valor de uso. Ainda mais em um momento que, segundo Harvey (2016, p.29), observa-se a capacidade do Estado colocada à prova pela necessidade de subsidiar moradias acessíveis, apesar dos cofres públicos cada vez mais escassos.

No caso das cidades brasileiras, por motivo da realização dos megaeventos, o acelerado tensionamento, ocasionado pela valorização e necessidade de incorporação de várias áreas e recursos para suas realizações, terminou por criar um enorme fluxo de contradições no território. Em especial na cidade do Rio de Janeiro, onde, ao fim desses eventos, seus governantes enfrentam uma grave crise social decorrente de uma aguda crise econômica. Crise essa que, se não foi criada somente por esses acontecimentos, foi por eles potencializada, tanto

sob uma análise do aspecto financeiro-fiscal, quanto de uma lógica simbólica, posto que, ultrapassada suas realizações, o Estado brasileiro submergiu numa grave crise de consequências ainda não previsíveis em sua totalidade.

A gestão Paes expressa de forma acentuada as contradições presentes nas metrópoles. Sua legitimação se deu em grande parte com base em um discurso pautado na igualdade entre os munícipes cariocas, a *Cidade para todos*, que se mostrou mais exclusiva do que parecia. Soma-se a isso o momento da economia e da política nacional, aliado à expectativa da realização dos megaeventos, com forte apoio de setores da grande mídia que se esforçaram para transmitir a ideia de coalização em torno principalmente do “Projeto Olímpico”. Esse cenário positivo antagonizou com um período marcado pela remoção de milhares de pessoas, a repressão dos agentes do Estado, bem como a transferência de uma enorme quantidade de recursos públicos para iniciativas que, ao contrário do que prometiam oficialmente, eram destinadas especialmente aos interesses de agentes do mercado.

Um exemplo desta opção poderia ser a confirmação de desvio de recursos destinados à Região Portuária durante a gestão Paes. Segundo a edição<sup>30</sup> do Jornal do Brasil de 26 de abril deste ano, uma auditoria, realizada pela atual gestão da prefeitura, fez a acusação de desvios de recursos que, segundo a matéria, estariam destinados ao Morro do Pinto, no bairro de Santo Cristo, e que foram reorientados para a construção do Museu do Amanhã, localizado na mesma região, além da alocação de cerca de  $\frac{3}{4}$  do total investido em cultura na região estarem vinculados somente a duas instituições, o próprio Museu do Amanhã<sup>31</sup> (Figura 10) e o Museu

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/04/26/gestao-de-eduardo-paes-desviou-dinheiro-de-obra-em-favela-para-museu-do-amanha/>

<sup>31</sup> O Museu do Amanhã é uma iniciativa da Prefeitura do Rio, concebido e realizado em conjunto com a Fundação Roberto Marinho, instituição ligada ao Grupo Globo, tendo o Banco Santander como Patrocinador Master e a Shell como mantenedora. Conta ainda com a Engie, IBM e IRB Brasil Resseguros como Patrocinadores, Grupo Globo como parceiro estratégico e o apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente, e do Governo Federal, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Lei Federal de Incentivo à Cultura. A instituição faz parte da rede de museus da Secretaria Municipal de Cultura. O Instituto de Desenvolvimento de Gestão (IDG) é responsável pela gestão do Museu. Disponível em: <http://www.museudoamanha.org.br/>



de Arte do Rio (MAR)<sup>32</sup> (Figura 11), ambos, apesar de terem sido construídos com recursos públicos, são geridos por duas empresas privadas, respectivamente, o Instituto de Desenvolvimento de Gestão e o Instituto Odeon.

Ambas as instituições, segundo seus sites de apresentação<sup>33</sup>, apresentam, em sua estrutura de operação, apoios de algumas empresas estatais como o BNDES e de Ministérios e Secretarias. Porém, eles têm como protagonistas de seu funcionamento as instituições privadas, como o Banco Santander (patrocinador master do Museu do Amanhã), a Companhia de petróleo Shell, IBM, Banco Votorantim, SESC e, principalmente, aparece em ambas as Organizações Globo, como realizadoras do Museu do Amanhã e as principais mantenedoras do Museu de Arte do Rio- MAR.



Figura 10: Museu do Amanhã.

Fonte: <http://www.viajnaviagem.com/2016/01/museu-do-amanha-dicas-para-visitar>

---

<sup>32</sup> MAR é gerido pelo Instituto Odeon, uma organização social da Cultura, selecionada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro por edital público. O museu tem o Grupo Globo como mantenedor, o BNDES como patrocinador da Reserva Técnica, e a Repsol como apoiadora de exposição. O Consulado Geral da França apoia a exposição Lugares do Delírio. A Escola do Olhar tem o Sistema Fecomercio RJ, por meio do Sesc, como parceiro institucional, e conta com o Banco Votorantim e a Prodiel como apoiadores. A Brookfield apoia as visitas educativas. O programa MAR na Academia tem apoio da Dataprev e da Amil One Health via Lei Municipal de Incentivo à Cultura, e da Aliansce via Lei Rouanet. A Souza Cruz é copatrocinadora do Domingo no MAR. O MAR conta também com o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e realização do Ministério da Cultura e do Governo Federal do Brasil por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Disponível em: <http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/>

<sup>33</sup> Disponíveis em: <http://www.museudoamanha.org.br/>; <http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/>



Figura 11: Museu de Artes do Rio- MAR.

Fonte: <http://escritosdoocio.com.br/2016/02/o-rio-de-janeiro-escondido-ii-mais-25-dicas/>

O que está por detrás deste exemplo e o que interessa a este trabalho são as motivações presentes na escolha das prioridades de uma gestão municipal. Harvey (2016, p. 34) aponta que as considerações de valor de troca cada vez mais predominam sobre aspectos do valor de uso na vida social e que a “escolha política é entre um sistema mercantilizado, que serve muito bem aos ricos, e um sistema voltado para a produção e a provisão democrática de valores de uso para todos, sem querer qualquer mediação do mercado”. Mattos (2009, p. 70) atenta para o fato de que as dificuldades encontradas pelas porções mais pobres da sociedade em conseguir moradia, transporte, nutrição, cultura, saúde e educação adequadas constituem uma experiência classista que reproduzirá, portanto, a divisão social do trabalho em uma determinada sociedade.

Infelizmente, parece que esta é uma luta desigual, onde forças assimétricas percebidas entre os interesses privados em geral sobrepõem os interesses sociais, fomentando ainda maiores pressões sobre o caldo de desigualdades presentes nas metrópoles nacionais e contribuindo para temas que serão discutidos ao longo deste capítulo, tais como a criação de uma liderança, jovem e carismática que, empunhando um discurso “democrático”, efetuou transformações na paisagem da cidade acentuando os contrastes socioespaciais, além de

acrescentar maiores dificuldades aos trabalhadores que passaram a conviver com uma cidade ainda mais socialmente esgarçada e economicamente fragmentada.

Toda esta realidade, em parte, deve-se à necessidade de atender às enormes demandas de reprodução dos agentes envolvidos nesta organicidade, como as empresas que atuam nos setores de construção e de habitação, mas principalmente o mercado financeiro que nos últimos anos vem consolidando o seu protagonismo no “motor” do capitalismo, como aponta Harvey (2016).

Se por um lado, este movimento moto contínuo de apropriação-concentração provocará ainda maiores fissuras na teia social da sociedade, por outro, tenderá a estimular novas formas de resistências de movimentos variados que, apesar da discrepância de forças, permanecem se organizando.

Como já foi dito neste texto, as contradições, expressas na cidade do Rio de Janeiro durante a gestão Paes, respondem a um contexto estrutural, relacionado ao momento atual do capitalismo mundial, denominado *globalização*, associando ao modelo de cidade proposto pela gestão municipal, coerente com suas orientações e diretrizes.

### **3.2- Discurso e prática em tempos de globalização: Paes, uma gestão de seu tempo.**

Ao final dos anos 1970, a população e o espaço mundial passam a conviver com uma nova etapa do capitalismo mundial, denominada de *globalização*, resultante dos avanços experimentados pela tecnologia e de novos rearranjos político-territoriais em escala global.

O planeta assistirá assim, novas condições para a garantia de reprodução do capital que alcançará, como nunca, uma escala global de fenômenos referentes a sua consolidação. É a era do mundo “sem fronteiras”, onde os estados passarão gradualmente a responder de forma cada vez mais contundente aos desígnios do “Mercado Mundial” que, através de suas instituições

como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organizações das Nações Unidas e alianças locais, impactarão nas relações sociais e espaciais em todo o planeta, porém, não de forma homogênea, mas a partir da realidade de cada lugar.

Sustentados por “motores” e “suportes” diferenciados de outros períodos do capitalismo (SANTOS, 2001, p. 34), o período compreende a invasão de ideias e de novas possibilidades de consumo, através de aparelhos tecnológicos avançados como os satélites, computadores e elementos de robótica. Tais princípios admitirão novas possibilidades de penetração em diversas camadas da sociedade, alterando padrões e criando novos paradigmas referentes à reprodução do capital mundial. O império do consumo em escala mundial adotará, de forma incisiva, novos arranjos socioespaciais, estabelecendo um novo paradigma entre a concentração de capitais e novas vias de dominação.

Com a finalidade de garantir legitimação suficiente para esta aderência, setores associados à sua implementação oferecerão diferentes visões destas novas oportunidades, presentes neste momento, onde o mundo a partir daquele instante seria acessível à maioria, criando uma espécie de um mundo para todos, onde responsabilidades e direitos seriam experimentados em escala global. Em *Por Uma Outra Globalização*<sup>34</sup>, Santos, no início de seu trabalho, ao interpretar o sentido atribuído a globalização até aquele momento, expressa um sentimento de angústia, argumentando que a velocidade presente, acaba por criar um “mundo confuso e confusamente percebido”.

Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. E a maneira como, sobre essa base material, se produz

---

<sup>34</sup> 2001, 6ª edição.

a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada (SANTOS, 2001, p.1).

Ao se referir a uma apropriação imprecisa da realidade causada por este período do capitalismo mundial, Santos (2001) sugere que elementos surgidos neste período podem proporcionar diferentes percepções e que poderão alterar substantivamente padrões, sistemas e parâmetros anteriormente percebidos, suscitando novas lógicas que permearão novas visões de realidade por parte de diferentes parcelas da população mundial.

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação (Maria da Conceição Tavares, *Destrução não criadora*, 1999). A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias — para aqueles que realmente podem viajar — também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 18- 19).

Porém, o mundo não se tornaria ao alcance de todos. Os interesses do mercado mundial ganhariam condições mais adequadas de se estabelecerem em quase todos os lugares do planeta. O novo patamar técnico alcançado pela humanidade irá proporcionar novas perspectivas às grandes empresas globais que monopolizam a produção, a mídia e todo o setor financeiro.

Neste ponto é necessário perceber que o domínio das estruturas técnicas e a garantia de novos patamares de aliança entre os Estados Nacionais, na figura de suas lideranças políticas, e os agentes do capitalismo garantiriam uma posição nunca antes vista em outros períodos da história do capitalismo, como sustenta Santos (2001), ao categorizar uma nova especificidade, que confere singularidade ao momento vivenciado, o fato do mesmo ser período e crise ao mesmo tempo.

A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem. Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo, até recentemente. O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações. Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem. Este período e esta crise são diferentes daqueles do passado, porque os dados motores e os respectivos suportes, que constituem fatores de mudança, não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são o privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se concomitantemente e se realizam com muita força em toda parte (SANTOS, 2001, p. 33-34).

E com muita força impactam a vida das pessoas. As mudanças anunciadas irão proporcionar um conhecimento de mundo nunca antes alcançado (SANTOS, 2001, p. 31), mas ao mesmo tempo, proporcionarão novas capacidades de exploração das populações mais pobres, intensificando, portanto, as contradições permanentes ao sistema de classes construído à sombra da evolução do capitalismo. Estas condições irão garantir novos impactos junto ao espaço e ao modo de viver das pessoas.

Ao analisar a vida cotidiana e sua prática social no espaço inseridas nesta perspectiva, Carlos (2002) sugere que estas se realizam num espaço/tempo passível de ser vivido, sentido e representado. Portanto, se faz necessário compreender o processo de produção/reprodução do espaço em um determinado momento.

Do meu ponto de vista, parece-me fundamental o fato de que o processo de produção/reprodução do espaço se realiza de modo ininterrupto, apresentando em cada momento da história, características específicas – um processo que envolve vários níveis; o político que produz o espaço de dominação (posto que o poder político se realiza no espaço); o econômico que produz o espaço como condição e meio da realização da acumulação e, finalmente, o social, isto é, a realização da vida cotidiana enquanto prática socioespacial. Esses três

pontos justapostos revelam a dinâmica espacial iluminando os conflitos e contradições em torno desta produção (CARLOS, 2002, p.170).

Maricato (2007) irá se referir a este momento como o de reestruturação da produção capitalista no final do século XX. A autora argumenta que tal momento irá se contrapor ao anterior, demonstrando uma nova capacidade de se reproduzir e mostrando, por exemplo, uma nova aparência pautada na flexibilização da estrutura produtiva no território, onde a velocidade irá designar um novo patamar para isso.

Flexibilização é uma das marcas da mudança que se inicia nos anos 70 visando acelerar o tempo de giro do capital: flexibilização da estrutura produtiva em relação ao território, flexibilização da organização da unidade de produção (que se fragmenta), flexibilização nas relações de trabalho, flexibilização e diversificação dos produtos, flexibilização dos mercados. A informação, o conhecimento, a marca, a mídia, ganham mais importância em um mundo impactado pela velocidade, pelo efêmero, pelo espetáculo, tudo isso alimentado por significativos avanços tecnológicos (MARICATO, 2007, p. 5).

A autora ainda pondera que esta ideia de flexibilização inaugura uma reformulação do estado contemporâneo, onde as ideias liberais renascem com enorme força. Exemplos disso são os governos de Reagan (1981- 1989) nos Estados Unidos e Thatcher (1979- 1990) no Reino Unido. O resultado é que, ao não ter mais meios ou interesse de garantir um contraponto à expansão desta reestruturação, o estado passará a diminuir seu papel de provedor de serviços públicos, deixando a primazia para o mercado, sustenta Maricato (2007, p. 5).

Os estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro, enfraquecendo-se apenas em relação às políticas sociais. Naquilo que interessa às grandes corporações e ao capital financeiro, os estados foram fortalecidos, inclusive com a anuência de setores da população.

Para Santos (1999, p. 17), a despeito de sua pretensa hegemonização espacial, a globalização incorrerá diferentemente em cada lugar, isso se dá por conta das condições existentes em cada um deles e, por isso, o processo de globalização em sua fase atual revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma

tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do “meio associado” asseguram a impossibilidade deste desígnio.

Grande parte dessa ofensiva se deve à progressão do sistema financeiro que é beneficiada por um novo patamar de velocidade em suas transações e de níveis de autonomia cada vez mais ampliados.

Santos (2001) avalia que as bases materiais e políticas do mundo atual têm permitido um novo patamar para a circulação de dinheiro, implicando assim, em novos modos de acumulação.

As bases materiais e políticas do mundo atual têm permitido uma revolução nas formas de circulação de dinheiro, criando novos modos de acumulação. De um lado, os progressos nas telecomunicações, na eletrônica e na informática autorizaram a interligação, em tempo real, das bolsas, dos bancos e das praças financeiras, possibilitando uma circulação verdadeiramente frenética de diferentes tipos de dinheiro. De outro lado, as condições políticas, instauradas com a chamada desregulação, facilitam os fluxos de dinheiro além das fronteiras nacionais e, com eles, impõem normas mundiais aos territórios nacionais (SANTOS, 2001, p. 185).

Fontes (2010, p. 46) argumenta que a concentração do capital sob a forma monetária não é a única forma relevante para se perceber a expansão do capital na escala contemporânea observada.

A concentração do capital sob a forma monetária, configurando a generalização do capital portador de juros, e a intensificação das expropriações impulsionadas pelo capital não são as únicas manifestações relevantes para identificar a expansão contemporânea brutal do capitalismo. Como se trata de uma totalidade social em constante ampliação, é fundamental compreender as formas específicas de extração de mais valor diretamente ligadas ao predomínio de determinadas frações do capital sobre as demais, as modalidades políticas que, possibilitam maneiras de extração de sobretrabalho diversificadas, ainda que, acopladas ao predomínio do capital, formas culturais e ideológicas das quais esse tipo de dominação se recobre, resultantes de lutas sociais específicas, os combates intestinos entre frações do capital e, sobretudo, as desesperadas lutas de classes que se travam neste terreno (FONTES, 2010, p. 46).

Apesar da força demonstrada pela iniciativa e perseverança, tal estágio se depara com condições antagônicas aos seus interesses, como por exemplo, focos de resistência a este ideário



em volta do mundo que, farão com que este “motor” tenha, de quando em vez, recuar para depois voltar a buscar as condições mais adequadas de aderência ao território.

Em um processo dialético, esses movimentos promoverão, em diferentes níveis, concentração *versus* fraturas/segregações, imposições em contraposição ao direito democrático das pessoas, mercantilização em prol da função social do Estado, suscitando, portanto, novas contradições e paradigmas que desestruturarão os estados, de forma diferente, dependendo do nível socioeconômico experimentado por cada um desses.

Maricato (2007, p. 5), ao refletir sobre os impactos da globalização nos países periféricos, deixa claro que, ao confrontarmos a percepção de impacto sentida entre os países centrais e periféricos do capitalismo, a diferença será atroz. Evidente está que populações que conviveram com níveis de *estado de bem estar* mais desenvolvidos perceberão uma espécie de fratura exposta em seu contrato societário junto ao Estado, porém, adverte a autora, nos países periféricos, esta nova etapa poderá se traduzir em novos patamares de dominação e exploração.

Na América Latina, crises políticas após o período militarizado junto a uma forte crise econômica sequente do endividamento desses estados, permitirá que a maioria dos países latinos elejam governos especialmente sintonizados com as ideias advindas do Consenso de Washington<sup>35</sup> que irá propalar uma série de ajustes aos estados latino-americanos, implicando em transformações do papel do estado junto às suas respectivas populações. Privatizações de

---

<sup>35</sup> No final dos anos 80, considerada a “década perdida” para o desenvolvimento, a situação não só do Brasil como de toda a América Latina afigurava-se muito difícil e sombria. Solução viável não se percebia para o problema da dívida externa, com o qual os desinvestimentos conjugavam-se, devido à crescente fuga de capitais tanto estrangeiros quanto nacionais, carregando a estagnação econômica, em meio de incontrolável processo inflacionário. Essa crise, que começava a afetar seriamente os interesses dos Estados Unidos ao reduzir na América Latina a capacidade de importar e atender ao serviço da dívida externa levou o Institute for International Economics a promover uma conferência, para a qual foram convidados economistas de oito países latino-americanos – Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para sua superação. Naquela oportunidade, o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento que continha dez propostas de reforma econômica, sobre as quais havia amplo consenso em Washington, tanto entre os membros do Congresso e da Administração, quanto entre os tecnocratas das instituições financeiras internacionais, agências econômicas do Governo norte-americano, Federal Reserve Board. As propostas visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade (BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Rev. Bras. Polít. Int. 45 (2): 135-146 [2002].

empresas estatais, liberação do comércio e taxas de câmbio de acordo com o mercado, dentre outros, irão garantir uma maior aderência aos desígnios do mercado mundial em relação a esses territórios. Ao analisar as políticas neoliberais presentes no “pacote globalizante”, Bandeira (2009 p. 136) explica que o receituário celebrizado como o Consenso de Washington, resumia-se à recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário, quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado.

Os resultados desta convergência de interesses dos atores privados promoveram abundantes impactos em todo o tecido sócio-político-econômico, presente no território subcontinental. Ações ensejadas por grupos econômico-financeiros mundiais, muito incisivas, ávidas por garantir as condições que tanto desejavam, irão criar enormes impactos junto às populações destes países, especialmente, às suas porções mais necessitadas.

A miséria avança sobre suas populações no início dos anos 1990, período em que as dívidas destas economias encontravam-se em patamares muito elevados, justificando desta forma um receituário “amargo”, capaz de recuperar o crédito junto ao mercado.

Exemplos não faltam para descrever esta realidade, capaz de privatizar, aconselhada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, os recursos hídricos da região de Cochabamba, na Bolívia, em 2000, dolarizar a economia do Equador, levando milhares de pessoas à miséria e derrubar três presidentes na Argentina neste período.



Figura 12: Imagem da revolta Guerra da Água em Cochabamba/ Bolívia. Fonte: <http://operamundi.uol.com.br/media/images/010>. Acessado em maio de 2017.

No Brasil, a consolidação desta realidade acontecerá de forma mais incisiva a partir do governo Collor (1990- 1992) que no início de seu mandato confisca os valores depositados na poupança nacional para sinalizar, assim, garantias para o investimento internacional, além de estabelecer uma política de abertura aos produtos estrangeiros, provocando fortes desdobramentos no setor empresarial e, por conseguinte, no mercado de trabalho nacional.

A fim de aprofundar este trabalho devemos atentar para o papel de setores da elite local que, aliados aos interesses internacionais, permitiram assentimento para o escopo presente na globalização, disponibilizando capitais, reestruturando o papel do Estado e agindo de forma coercitiva junto aos movimentos sociais e setores mais progressistas da sociedade. É mister confirmar a dependência e o alinhamento histórico das elites sul-americanas ao *status quo* mundial, além da perpetuação de uma tradição patrimonialista nos territórios onde a esfera pública é tratada como coisa privada e pessoal.

Maricato (2007, p. 8), ao explorar as dificuldades para realizar o planejamento urbano no Brasil, identifica o legado do patrimonialismo no país como uma das condições impeditivas para sua realização plena, presente também no subcontinente latino.

Na América Latina a desigualdade social é resultado de uma herança de cinco séculos de dominação externa que se combina, internamente, a elites que têm forte acento patrimonialista. As características do patrimonialismo poderiam ser sucintamente descritas como as seguintes: a) a relação de favor ou de troca é central no exercício do poder; b) a esfera pública é tratada como coisa privada e pessoal; c) existe correspondência entre detenção de patrimônio e poder político e econômico. Clientelismo, coronelismo, oligarquia ou caudilhismo são os conceitos estreitamente ligados ao patrimonialismo (MARICATO, 2007, p. 8).

Sobre os impactos advindos da globalização nas cidades brasileiras, Maricato (2013) também irá criticar a herança do patrimonialismo.

A vida nas cidades brasileiras piorou muito a partir dos últimos anos da década passada. Considerando que a herança histórica já não era leve, o que aconteceu para torná-la pior? Como integrantes de um país da periferia do capitalismo, em que pesem as novas nomenclaturas definidas pelo mainstream, as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da “política do favor” (MARICATO, 2013, p. 34).

Em outro trabalho, a autora também expressa a imprevisibilidade jurídica, quando se trata de contrariar os interesses das classes dominantes, além de apresentar mais uma condição que, para este trabalho é fundamental: a contradição entre a retórica de agentes do governo e sua prática.

Outras características das forças do atraso a serem lembradas são o papel do discurso ou da retórica para o exercício do mando e a distância que separa a retórica (representada por uma lei, um plano, um projeto) da prática (MARICATO, 2007, p.8).

As grandes cidades brasileiras constituirão, a exemplo de outras tantas metrópoles dos países periféricos, um palco privilegiado para o discernimento da adesão deste modelo que, ao longo do século XXI, implicará em maiores dificuldades para a população, ao promover condições de segregação socioespacial, desvelando acentuadamente a desigualdade vivida e potencializada por esta etapa de reestruturação do capitalismo.

Para Secchi (2005, p. 60), a formação de espaços distintos entre os moradores da cidade não é exclusiva do século XX. O autor argumenta que a divisão espacial com a formação de enclaves e guetos, respectivamente pobres e ricos, não é um fenômeno que pertença somente ao século XX, o que pode surpreender é o impetuoso crescimento e a escala do fenômeno na segunda metade deste Século.

Apesar de ter sido desde sempre imaginada como lugar da mistura e integração, a cidade já foi também, e muitas vezes, potente máquina de distinção e separação, marginalização e exclusão de grupos (SECCHI, 2005, p. 61).

Sobre os impactos vivenciados pelas cidades após a globalização, Bienenstein, G. (2001, p. 8) aponta que o receituário moldado pela globalização e coordenado por agentes do interesse privados, muitas vezes em conluio com agentes governamentais, buscará impor uma engenharia apta a criar condições mais favoráveis aos seus interesses.

Tem [a **globalização**] moldado um receituário que propugna crenças, ações e decisões a serem tomadas pelas demais nações, considerando sua inserção na considerada inexorável dinâmica da globalização. Desse receituário, a questão da competitividade alcança proeminência, passando a ditar as políticas desregulacionistas e/ou flexibilizadoras que, como instrumento privilegiado na captação de recursos, permeiam tanto a geografia política mundial quanto as diversas nações e suas respectivas regiões e espaços de importância econômica, tais como as metrópoles (BIENENSTEIN, 2008, P.8, grifo nosso).

Essa dinâmica impactará diretamente as cidades, propondo novos rearranjos espaciais que a transformarão de acordo com os interesses do mercado presente, desregulando e flexibilizando novas formas de aquisição do espaço, ainda, conforme Bienenstein (2001, p.9), estes rearranjos verificados para favorecer o empresariado urbano acirrarão os conflitos sociais presentes na cidade:

(...) na medida que as dificuldades enfrentadas pelas cidades a partir das mudanças na economia tem redundado no acirramento de problemas diversos na vida cotidiana (miséria, violência, degradação espacial), tanto as expectativas sociais, quanto a sociabilidade urbana acabam sendo afetadas (BIENENSTEIN, 2001, p. 9).

Para Maricato (2013), a qualidade de vida nas cidades brasileiras se deteriora com a crescente adesão ao ideário neoliberal e tal fato irá construir resistências de diferentes atores da

sociedade que, organizados, passarão a disputar o planejamento urbano. Porém, esta disputa sempre constituirá um foco de tensão, posto que do lado oposto interesses privados em arranjo com o poder público manterão uma postura belicista, rearranjando o espaço urbano em prol de seus interesses.

Com a globalização, o território brasileiro passa por notável transformação. Mudam as dinâmicas demográfica, urbana e ambiental, além de social e econômica. A exportação de commodities – grãos, carnes, celulose, etanol, minérios – ganha o centro da política econômica e sua produção reorienta os processos demográficos. A urbanização se interioriza. O tsunami dos capitais globais e nacionais passou antes pelo campo, subordinando o que encontrou pela frente: terras indígenas ou de quilombolas, florestas amplamente derrubadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criminalizado, e lideranças, inclusive religiosas – que defendem comunidades locais e o meio ambiente, além de mudanças na legislação a respeito do uso de agrotóxicos, dos transgênicos, e da mudança do Código Florestal –, assassinadas. Contraditoriamente, foi nesse período que floresceu uma nova política urbana, em torno da qual organizaram-se movimentos sociais, pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros, assistentes sociais, parlamentares, prefeitos, ONGs etc. Construiu-se a Plataforma de Reforma Urbana, e muitas prefeituras de “novo tipo” (ou democrático-populares) implementaram novas práticas urbanas. Além de incluir a participação social – orçamento participativo, por exemplo – priorizou-se a urbanização da cidade ilegal ou informal, que era invisível até então para o urbanismo e as administrações públicas. Esse movimento logrou criar um novo quadro jurídico e institucional ligado às cidades – política fundiária, habitação, saneamento, mobilidade, resíduos sólidos – além de novas instituições, como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007). O Estatuto da Cidade, Lei nº. 10.257, festejado no mundo todo como exemplar, foi aprovado no Congresso Nacional após treze anos de luta popular, em 2001. Por mais paradoxal que possa parecer, apesar de todo esse avanço institucional, quando o governo Lula retomou em 2009 os investimentos em habitação e saneamento numa escala significativa, após quase trinta anos de estagnação nesse sentido, as cidades se orientaram em uma direção desastrosa (MARICATO, 2013, p. 37).

Neste momento, as cidades brasileiras e seus espaços passam a participar do mercado mundial através de um novo arranjo.

A fim de obter maior relevância no cenário mercadológico, impingido pelos cânones da globalização, as cidades e seus ativos passarão a ser vistos como uma mercadoria, devendo

disputar com outras cidades os recursos que existem no mercado mundial e que, para isso, disponibilizarão uma série de engenharias político-econômicas que estabelecerão novos paradigmas em seus territórios. Vainer (2010) aponta que, se antes as cidades eram o *locus* da mercadoria, agora, neste contexto, elas são a própria mercadoria.

Neste cenário, o planejamento urbano sofrerá mudanças consideráveis, e uma delas será justamente uma redução do aspecto público que, em detrimento aos desígnios do mercado, experimentará um esvaziamento do atendimento das demandas da população. Vainer (2010) explicita que os interesses presentes nesta etapa implicarão em um conjunto de exigências que alterarão a própria política do poder público.

Este projeto de cidade (mercadoria) implica direta e imediata apropriação da cidade por interesses globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício de cidadania (VAINER, 2010, p. 78).

Toda esta guinada na direção de conferir mais vantagens aos atores privados exigirá uma resposta permanente do *status quo* local que deverá garantir condições adequadas para a permanente primazia dos interesses globalizados presentes na aliança confeccionada entre atores globais e locais. Afinal, uma das condições para garantir a adesão à agenda neoliberal é manter os territórios em controle, utilizando para isso qualquer instrumento que exista ou tenha de vir a existir.

Neste ponto nos deparamos com outros reflexos da globalização no tecido dos territórios das cidades. Ao pensar os desdobramentos do século XX nas cidades, Sennett (1998) aponta para mais obstáculos vivenciados pela população das cidades, em especial, no trato com a política e, em último caso, com a própria gestão de seu território. Isto acontece devido uma hipervalorização da impessoalidade, fenômeno associado à difusão do consumo e da necessidade de diferenciar os indivíduos que contribuíram para o velamento do caráter público da cidade. O autor argumenta que, com a ascensão dos interesses mercadológicos sobre o tecido das cidades, a perda da concepção de sociedade estará ameaçada por um culto à personalidade

que passará a ter *per se* o mais distinto princípio social, estimulando uma cultura narcísica que terá prevalência sobre as organizações sociais.

A implantação deste modelo de cidade, onde interesses privados tendem a ser protagonista da articulação do espaço urbano, chega ao Brasil com mais ênfase nos anos 1990 e na cidade do Rio de Janeiro, encontrará em César Maia (períodos 1993-1997), 2001-2005) e 2005-2009), uma gestão “antenada” com essas novas visões de cidade.

Durante seus três mandatos, Maia passa, através de projetos e programas, a atender sistematicamente aos interesses do mercado, apesar de manter um discurso de atendimento às populações mais pobres, enfatizando contradições presentes em seus mandatos. A gestão gradualmente abandonará ou colocará em segundo plano o Plano diretor e passará a atuar por uma lógica de projetos. No âmbito do Rio Cidade foram desenvolvidos projetos de desenho urbano, para recortes da cidade. A ideia era que as melhorias “contaminassem” /ultrapassassem os limites do projeto e das obras realizadas.

Porém Maia, apesar de seus três mandatos, não conseguiu plenamente alcançar seus objetivos. Resistências de setores da sociedade e dificuldades políticas, como a oposição de governadores do Estado do Rio de Janeiro no período, como Leonel Brizola, do PDT (segundo mandato, 1991- 1994), Nilo Batista, PDT (1994- 1995), Marcelo Allencar, PSDB ( 1995- 1999), Anthony Garotinho, PDT e depois PSB (1995- 2002), Benedita da Silva, PT (2002- 2003) e Rosinha Garotinho, PSB depois PMDB (2003- 2007), impediram a execução de alguns projetos de sua gestão, tais como, a implantação do Museu Guggenheim na área do Porto da cidade. Como já foi dito acima, o movimento de aderência do território à agenda neoliberal não acontece de uma só vez, experimentando em seu desenvolvimento avanços e recuos.

Em 2009, com a eleição de Eduardo Paes, um antigo colaborador da primeira gestão Maia, tendo sido inclusive subprefeito da Barra e de Jacarepaguá (1993-1997), novas



possibilidades de implementação do modelo neoliberal de gestão do território podem ser observadas.

Jovem, carismático, com um discurso pautado na democratização da cidade e sua modernização, Paes contaria com uma aliança estratégica entre os três níveis de governo para garantir a consolidação de um projeto neoliberal de cidade. Sua gestão irá inaugurar um período marcado por grandes contradições, decorrentes em grande parte, da necessidade de ajustar o território da cidade do Rio de Janeiro e garantir a consolidação do projeto de cidade global<sup>36</sup>, tornando-a apta a receber grandes investimentos. Porém, tal concepção e suas implicações terão que ser legitimadas junto à população. Para isso, a cidade deverá ser apresentada como um projeto exequível que, corroborada por setores da mídia, proporcionará novos níveis de modernização e desenvolvimento.

Neste ponto, destacamos a centralidade da ideologia presente no aspecto de coesão, marca observada na apresentação dos projetos. Esta proposta de trabalho, calcada em uma metodologia projetual e centrada em uma concepção racional de planejamento garantiria uma nova forma de gerir o espaço urbano.

O protagonismo que a ideia de projeto passa a gozar na solução dos problemas das cidades contemporâneas, inclusive, as brasileiras, é destacado por Boltanski e Chiapelo (2009, p. 135), que ao analisarem o conceito de rede presente na nova configuração de mundo, destacam que o papel dos projetos, inseridos nesta nova conjuntura, significa uma forte

---

<sup>36</sup> A origem do conceito de cidade global está diretamente relacionada aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70. As transformações na economia mundial teriam conduzido a uma crise da centralidade econômica daquelas metrópoles que perderam o controle sobre as atividades industriais, porque as empresas por elas responsáveis, favorecidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a dispor de maior flexibilidade para escolher os lugares de menor custo para suas sedes. A crise fiscal consequente, o aumento do desemprego, a ausência de solução para os problemas urbanos agora acrescidos, somaram-se aos demais como ingredientes preocupantes que colocavam em xeque o futuro das metrópoles. Paralelamente ao diagnóstico da crise, identificava-se uma mudança no perfil das metrópoles que, em substituição às atividades industriais, passavam a sediar empresas de prestação de serviços altamente especializados, ligados em sua maioria ao setor financeiro e da informação e de origem quase sempre transnacional. Se, por um lado, as metrópoles pareciam caminhar para um futuro incerto, por outro, readquiriam importância estratégica como locais destinados ao setor terciário, acompanhando a mudança de direção da economia mundial. No que se tratava, portanto, da perda de sua centralidade econômica, mas de sua resignificação, no interior do sistema produtivo internacional. Essas metrópoles assim resignificadas se passou a chamar de cidade global (Sassen, 1998; Levy, 1997; Marques e Torres, 1997). Fonte: Mônica Carvalho, 2000.

possibilidade de conexões, necessárias a esta nova realidade que, apesar de se apresentar fluida, não pode se estabelecer sem uma base material, pois desta forma não poderia ganhar forma concreta.

Os projetos possibilitam a produção e a acumulação num mundo que, se fosse puramente *conexionista*, *conheceria apenas fluxos*, sem que coisa alguma pudesse estabilizar-se, acumular-se ou ganhar forma: tudo seria carregado pela corrente incessante dos contatos estabelecidos, que, em vista de sua capacidade de comunicar com tudo, distribuem e dissolvem incessantemente tudo aquilo que cai em suas malhas. O projeto é precisamente um amontoado de conexões ativas capazes de dar origem a forma, ou seja, de dar existência a projetos e a sujeitos, estabilizando e tornando irreversíveis os laços. Portanto, é um bolsão de acumulação temporário que, sendo criado de valor, dá fundamento à exigência de ampliar a rede, favorecendo novas conexões (BOLTANSKI E CHIAPELO, 2009, p. 135).

Prosseguindo em sua reflexão, os autores, agora trabalhando sob uma perspectiva que abarca as cidades e sua realidade contemporânea, apresentam o conceito de “*cidade por projetos*”<sup>37</sup>.

Optamos por dar ao novo aparato justificativo que nos parece atualmente em formação a denominação “*cidade por projetos*” por algumas razões que convém explicitar, pois a expressão pode parecer difícil de manejar e pouco clara. Na verdade, foi calcada numa denominação frequente em literatura de gestão empresarial. A *organisation par projet* (organização matricial). Esta alude a uma empresa cuja estrutura é constituída por grande número de projetos que associam pessoas variadas, algumas das quais participam de vários projetos. Como é da própria natureza desse tipo de projeto a existência de um início e de um fim, os projetos se sucedem e se substituem, recompondo ao sabor das prioridades e das necessidades, os grupos ou equipes de trabalho. Por analogia, poderemos falar da estrutura social por projetos, ou da organização social da sociedade por projetos (BOLTANSKI E CHIAPELO, 2009, p. 136).

Ao manifestar-se sobre a presença do gerenciamento empresarial sob as cidades no período neoliberal, Vainer (2013) coloca que a presença do Estado poderia significar um obstáculo para a reprodução do capital e, portanto, a fim de galgar novos degraus na hierarquia de mercadoria global a cidade deveria submeter-se a um planejamento do mercado, sendo este último observado como uma presença amistosa a fim de subtrair resistências e dissolver tensões.

---

<sup>37</sup> Para dar relevo a essa nova forma e depreender seu caráter sistemático, os autores, utilizaram a gramática das cidades, apresentada em *De la justificacion* (Boltanski, Thévenot, 1991).

O que caracteriza essa nova concepção neoliberal de cidade e de governo urbano? Em primeiro lugar, fiel à inspiração neoliberal, o novo modelo levará ao banco dos réus a pretensão estatista e dirigista do planejamento moderno e seus planos diretores, com sua ideia de estabelecer modos, ritmos e direções do crescimento urbano. Na cidade, como na sociedade de modo geral, a intervenção do Estado é vista como algo nefasto, que inibe o livre jogo das forças de mercado, que pelos cânones do liberalismo econômico, asseguraria a alocação ótima dos recursos. Mutatis mutandis, trata-se de abandonar a pretensão compreensiva e dirigista dos planejadores racionalistas e submeter a intervenção do Estado às lógicas, dinâmicas e tendências de mercado. Trata-se, portanto, de adotar, seguindo a fórmula do Banco Mundial, o “planejamento amigável ao mercado” (market-friendly planning), ou o “planejamento orientado para/pelo mercado” (market-oriented planning) (VAINER, 2013, p. 66).

A gestão Paes a fim de concluir adaptações para melhor garantia da adesão neoliberal, apresentará uma profunda contradição em relação ao seu discurso modernizador e democrático que merece ser analisada.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, este movimento ganhou maior possibilidade de concretização devido ao momento socioeconômico do país, que conseguiu garantir a candidatura da cidade para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, acentuando as contradições que provocariam diferentes formas de tensões e respostas.

Este momento fez com que diferentes setores da sociedade se esforçassem para criar uma imagem de cidade apta a receber grandes investimentos gerados a partir dos megaeventos. Sendo assim, observamos diversas ações que convergiram para garantir este projeto de cidade e que impactaram diretamente na vida e na geografia de seus espaços e de seus moradores. Este modelo de cidade unificada em torno de um projeto (Vainer, 2012) foi também condição *si ne qua non* para a legitimação de diversas medidas pela gestão municipal. Por exemplo, para Sánchez e Gutterman (2014), os espaços de favelas cariocas foram transformados em cenários da cidade pacificada, controlada e segura, constituindo ainda, fator de valorização imobiliária. Esta visão é corroborada por Novais (2014) que entende a substituição do termo favela por “comunidade” como uma estratégia de valorização imobiliária, posto que a primeira designação remete à violência, enquanto a segunda procura passar uma ideia de harmonia. É importante

destacar que esta nomenclatura também passa a ser utilizada por moradores, que preferem se distanciar da carga negativa presente no termo favela.

Com o papel de “guiar” a cidade e estabelecer parâmetros necessários para a consolidação de seu projeto, Paes que, ao longo de sua vida pública, procurou transmitir uma ideia de juventude, aliada à de perseverança, bem como a de um líder carismático, conhecido por sua capacidade de se lançar como um “novo ator” da política brasileira, vai, com a anuência de setores da grande mídia, de outras esferas de governo e da sociedade, buscar ascender a um papel de “mediação” entre os diferentes grupos da sociedade. Em seu discurso de posse do segundo mandato (2013-2016), Eduardo Paes cita o que seria o “Norte” de sua gestão, descrevendo-o como uma era de entendimento (ausência do conflito) e de integração, o que, segundo ele, estava sendo vivenciado pela população desde o seu primeiro mandato.

“O Rio vive uma era de **entendimento e de integração** e essa maneira de governar foi, mais uma vez, submetida ao voto popular e venceu! A maior votação da história dessa cidade representa o reconhecimento de que estamos no caminho certo. Representa uma vitória dos cariocas, de uma cidade maravilhosa que mostra sua força e capacidade de se reinventar. A voz expressiva das urnas significou o apoio forte às mudanças que estamos fazendo no Rio. A cidade disse bem alto, mais alto do que nunca, que deseja ser um **Rio de paz**, de trabalho, de esperança, de inovação. E continuaremos trabalhando para unir cada vez mais a cidade. Não queremos mais viver no passado, nem no futuro utópico. É necessário ousar e conquistar, sem perder a alma, sem perder o sonho. Sonhando alto faremos mudanças. Passo-a-passo, as implementaremos. **Nossa vitória representou a vitória de todos os cariocas, de todos os cantos da cidade. Queremos integrar, conciliar, reconhecer e valorizar as diferenças.** Queremos consolidar a posição de uma cidade que não condena ninguém pelo lugar onde nasceu, onde vive. Ele mora no morro, ela na zona sul, mas **são iguais!** Ele é negro, ela é branca, mas são iguais! Ele é evangélico, ela é gay, mas são iguais! Quanto mais certos estivermos dessa nossa virtude e vocação, mais o mundo nos verá como referência. Uma mistura tão diversa e harmônica em função de um sentimento comum: o amor pela Cidade Maravilhosa. O Rio hoje olha para seu futuro com sorriso no rosto e confiança em sua capacidade. Faremos mais nos próximos quatro anos. Vivemos um tempo de oportunidades e mudanças. Tenho a convicção de que muitas dessas oportunidades e mudanças foram conquistas do nosso primeiro mandato. Mas faço questão de registrar aqui que elas também são fruto das circunstâncias e de homens e mulheres dos mais variados segmentos que permitiram ao Brasil e ao Rio viverem um momento tão especial. Daqui para frente nosso mantra deve ser sempre – como de certa forma já foi em nosso primeiro mandato – mais com muito mais intensidade: essa é a hora da virada do Rio. Não podemos perder essa chance, essa oportunidade. Temos que tirar o máximo de proveito de tudo que se passa

aqui. As oportunidades devem ser traduzidas em melhorias para as pessoas. Os eventos, as obras, os programas, as políticas pública. “Todas elas devem ter um foco só: como mudar para melhor a vida de todos os Cariocas” (Paes, 2013, grifos nossos).<sup>38</sup>

Neste trecho de discurso podemos observar que as temáticas da igualdade, de superação de conflitos e da emergência de oportunidades estão presentes e que o discurso apaziguador e unitário tem o propósito de apresentar uma liderança capaz de oferecer um caminho de tranquilidade, em busca de prosperidade e superação das contradições presentes na cidade. Fica claro, mais uma vez, a necessidade de evidenciar a importância da superação do conflito, como uma ideia condicionante para demonstrar as possibilidades de alcançar o êxito da implantação do projeto neoliberal, na direção do que Vainer (2012) expressa, isto é, de que a superação dos conflitos é uma condição para a “venda” da cidade como mercadoria.

Seu discurso modernizante foi plenamente incorporado pela grande mídia como uma imagem de planejador eficiente. Não por acaso, o jornal O Globo<sup>39</sup>, em 09 de julho de 2012, noticiou que Eduardo Paes em sua campanha para reeleição buscava vincular sua imagem à de Pereira Passos, pretendendo construir uma imagem de um planejador à frente de seu tempo, carismático e que passava ao largo da prática de antigos grupos políticos do Estado, reforçando o pilar pragmático da sua gestão. Tais características vão ao encontro das condições que Vainer (1992) explicita como as qualidades necessárias para uma gestão que deveria conduzir a cidade a um novo patamar de competitividade.

“Um governo forte, personalizado, estável, apolítico, carismático, expressando a vontade unitária de toda uma cidade de manter a trégua e a coesão interna, a fim de afrontar, com base num projeto competitivo e no patriotismo cívico, as outras cidades (VAINER, 1992, p.97).

---

<sup>38</sup> Disponível em <http://www.eduardopaes.com.br/noticia/confira-o-discurso-de-posse-do-prefeito-eduardo-paes/> Acessado em 22 de julho de 2014.

<sup>39</sup> Disponível em [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br). Acessado em 21 de junho de 2014.

O carisma supracitado passa por uma questão de necessidade do homem público contemporâneo, uma criação advinda desde o século XIX onde as características de um indivíduo serão mais importantes do que a sua capacidade de gestão. Sennet (1998, p. 330), analisando a história do carisma e o diferenciando de sua origem religiosa, sugere que o carisma é uma força de estabilização da vida política comum e que o líder carismático é um agente através do qual a política pode entrar em um campo regular, o que coaduna com a análise de Vainer (1992), quando afirma ser necessária para a mediação dos conflitos de uma determinada sociedade uma liderança que passe ao largo da política tradicional e que seja, portanto, uma figura acima de antigas práticas políticas, capaz de direcionar a massa da população em um caminho confortável e seguro.

Dessa forma, é fundamental que o ator político se apresente diferente e com qualidades afáveis, além de tentar ser um igual, demonstrando estar próximo aos problemas que tem como obrigação tratar. Sobre isso Sennet (1998) afirma que:

“... pode ser caloroso [o líder], familiar e doce; pode ser sofisticado e afável. Mas ele aglutinará e cegará as pessoas de modo tão seguro quanto uma figura demoníaca, se puder centralizar a atenção delas na questão de seus interesses” (SENNET, 1998 p. 330).

Weber (in SENNET, 1998, p. 333) identifica que as pessoas precisam acreditar em uma figura carismática mais do que nos elementos da própria personalidade do líder, pois esse é uma figura central para deter momentos de crise da sociedade. Para Freud, também citado por Sennet (1998, p. 334), os líderes carismáticos sempre estarão presentes na sociedade, pois sem eles, a mesma, em algum momento mergulhará no caos.

Percebemos aqui uma proximidade de ideias entre os distintos autores, pois ambos sugerem que a iminência ou a necessidade de se afastar das crises passa pela ideia de que um líder seja necessário para guiar as massas em tempos de crise. Boltanski e Chiapello (2009, p.146), ao analisarem os atores protagonistas da reestruturação do capital no território das cidades, admitem a capacidade dos mesmos em se apresentarem de modo casual, mostrando-se

parecer sempre solícito, hábil em engajar pessoas ao seu projeto e competente ao se apresentar como tolerante e respeitador das diferenças entre todos.

Cabe destacar que as novas possibilidades da tecnologia poderão ocasionar novos paradigmas para a exaltação de figuras públicas, bem como possibilidades de “venda” de suas ideias, ações e de sua própria figura ou pelo menos do personagem criado para desempenhar um determinado papel na sociedade.

Ao tomarmos a internet, como exemplo, especialmente por intermédio das redes sociais que têm reformulado o perfil da formação de opinião, observamos novas formas de comunicação que expressam uma nova cultura instalada em parte da sociedade brasileira que tem acesso a estes bens.

Tais mudanças proporcionam novas alternativas para as pessoas públicas, inclusive, os políticos que podem se vender como uma espécie de “paredro<sup>40</sup>”, capaz de ter e oferecer respostas para todos os problemas que existem na sociedade.

Por outro lado, a mídia tradicional tem sido capaz de criar uma condição negativa para a participação política de parte significativa da sociedade na medida em que tem criado um paradoxo distância- proximidade da população com a coisa pública, atribuindo ao estado e sua condução tradicional, uma imagem desgastada o suficiente para construir cenários negativos, onde a participação política e a organização social podem ser vistas neste contexto como desnecessárias.

A mídia, desta forma pode servir, quando a interessa, como uma espécie de espetáculo capaz de afastar ainda mais a população da participação política como antecipara Sennet (1998):

“a ‘mídia’ elevou infinitamente o conhecimento que as pessoas tinham daquilo que transpira na sociedade, e inibiu infinitamente a capacidade de as pessoas converterem esse conhecimento em ação política. Não se pode responder ao aparelho de TV, apenas desligá-lo” (SENNET, 1998, p. 345).

---

<sup>40</sup> Espécie de mentor que indica, de forma sugestiva, o caminho a seguir. Fonte: <https://www.dicio.com.br/paredro/>

A citação acima nos leva a refletir sobre uma importante análise, o papel das mídias e das novas tecnologias na capacidade de perpetuação ou não de lideranças e grupos políticos que passam a se adequar aos novos paradigmas tecnológicos. É importante atentar que Sennet (1998, p.345) está analisando a comunicação no ano de 1998, antes, portanto da universalização da internet e do desenvolvimento de novas tecnologias associadas à comunicação. Na atualidade, temos diversos outros equipamentos e dispositivos eletrônicos os quais, além da televisão, possibilitam novas formas e possibilidades de comunicação e de organização da informação.

Se por um lado temos setores da grande mídia que trabalham através de veículos tradicionais, de outro teremos a criação de novas formas de interação que pode interessar a grandes grupos detentores do capital que detém recursos suficientes para transformar esta tecnologia em prol de seus interesses, criando assim, um monopólio que apresentará novos obstáculos para a compreensão da realidade para os cidadãos em geral.

Porém, após a consolidação de novas tecnologias, podemos enxergar que movimentos sociais, bem como parcelas mais progressistas da sociedade com acesso a estes instrumentos podem garantir novas formas de reivindicações, bem como a criação de redes que podem influenciar e mudar cenários de eleições e convocar protestos, expressando assim a opinião de seus usuários.

Podemos, portanto, admitir as redes sociais como ferramentas democráticas, já que podem ser acessadas por muitos sem, a princípio, uma censura oficial. Porém, não devemos considerar isso como uma condição douradora, nem sequer uma ferramenta de mobilização *per se*, já que novos contextos políticos podem sugerir mudanças destas “liberdades”.

Boltanski e Chiapello (2009), ao explorar o conceito de rede presente no mundo cada vez mais identificado com a gramática neoliberal, sugerem que o termo fora mobilizado pelo capitalismo a fim de garantir uma substancial conceituação para sua expansão.



A recuperação do termo rede foi favorecida por uma conjunção histórica especial, marcada notadamente pelo desenvolvimento das redes informáticas que abriram possibilidades de trabalho e colaboração a distância, mas em tempo real, e pela busca nas ciências sociais de conceitos capazes de identificar estruturas pouco ou nada hierárquicas, flexíveis não limitadas por fronteiras traçadas *a priori*. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 134)

Destacamos que o Brasil aparece como um dos países com o maior número de usuários de redes sociais no mundo. O site UOL, por exemplo, em sua página de tecnologia aponta que em 2014, o país tinha 61.200 milhões de usuários<sup>41</sup> do Facebook, o que corresponderia a cerca de 32% de sua população total. Já a revista Exame.com<sup>42</sup>, no mesmo ano, em sua edição de 26 de junho, informava que 58% da população brasileira, ou seja, 85.900 milhões eram usuários de internet.

Esta realidade demonstra que estas redes se tornaram importantes instrumentos comunicação e podem, de acordo com a orientação de cada usuário, possibilitar novas formas de participação política, como as observadas nas convocações das grandes marchas ocorridas nas cidades brasileiras em 2013 e nas eleições majoritárias realizadas no ano de 2016. Tal acontecimento (a convocação, via redes sociais) gerou comentários ao redor do mundo sobre os impactos destas novas tecnologias no Brasil. Em 15 de março de 2014, a revista inglesa *The Economist*<sup>43</sup> publicou um artigo que destacava o poder das novas tecnologias no cenário político brasileiro e como estas impactavam nos rumos das eleições presidenciais daquele ano, como podemos ler abaixo:

[...] IN JUNE Brazil's elites received a rude introduction to the power of social media. Protests, many convened via Facebook, saw millions take to the streets to air disaffection with politicians. Those same politicians now want to harness social networks for their election campaigns. Just before Dilma Rousseff was elected president in 2010, six millions Brazilians used Facebook at least once a month. As they gear up for a presidential poll in October, eight three millions (???) do. Only the United States and India have bigger Facebook populations. One Brazilian in ten tweets; one in five uses Whatsapp — part messaging service, part social network. Cyberspace is seen as a crucial

---

<sup>41</sup> <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/afp/2014/02/03/facebook-em-numeros.htm>. Acessado em 30 de janeiro de 2015.

<sup>42</sup> <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/mais-da-metade-dos-brasileiros-sao-usuarios-da-internet>. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

<sup>43</sup> <http://www.economist.com/news/americas/21598975-social-media-will-play-big-part-years-campaign-winning-hearts-and-likes>. Acessado em 30 de janeiro de 2015.

battleground for the election, even before campaigning officially starts on July 6th. In September, shortly after the protests petered out, Ms. Rousseff reactivated her Twitter account, dormant since the 2010 election. She has also joined Instagram and Vime, two image-sharing sites, and revamped her Facebook profile. Last month Ms. Rousseff's Workers' Party (PT) held its first workshop for activists on how best to use social networks. It plans 13 more in the coming months. The opposition is pinning even more hope on social media, in large part because the president is likely to dominate the traditional sort. During the campaign free television time is divvied up using a complex formula which takes into account the size of electoral alliances—and tends to favor the incumbent. Despite threats by the PT's junior partner to dump Ms. Rousseff—and take its airtime with it—most pundits predict the coalition will pull through. That would leave the president with around half of the 25-minute television slots; the other candidates would split the rest<sup>44</sup> (THE ECONOMIST, 15 de março de 2014).

Santos (2001) pondera que, apesar da perspectiva inovadora presente da técnica no momento atual, o que lhe confere singularidades e que a diferencia de outros períodos históricos é a possibilidade de integração de informações que, mesmo sendo monopolizadas em poucos pontos, podem atingir diferentes escalas do espaço em tempo real, e que isto é de fato um fenômeno novo na configuração dos territórios.

Porém, Santos (2001) explica, que a técnica não pode ser compreendida somente por sua estrutura imaterial, como um dado absoluto, pois a mesma está monopolizada na mão de alguns atores capazes de utilizá-la de acordo com sua conveniência.

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm uma influência marcante sobre o resto do país,

---

<sup>44</sup> As elites brasileiras receberam em junho (2013) uma forte sinalização do poder dos meios de comunicação social. Protestos, muitos convocados via Facebook, fizeram que milhões saíssem às ruas para demonstrar seu descontentamento com os políticos. Esses mesmos políticos agora querem aproveitar as redes sociais para suas campanhas eleitorais. Pouco antes de Dilma Rousseff ser eleita presidente em 2010, seis milhões de brasileiros usaram o Facebook, pelo menos uma vez por mês. À medida que se preparavam para uma eleição presidencial em outubro, 83 milhões pelo menos fizeram isso. Apenas os Estados Unidos e a Índia têm maiores populações no Facebook; um em cada cinco usa WhatsApp - parte serviço de mensagens, outra parte como rede social. O ciberespaço é visto como um campo de batalha crucial para a eleição, mesmo antes de a campanha começar oficialmente no dia 06 de julho. Em setembro, logo depois dos protestos se esgotarem, Dilma reativou sua conta no Twitter, adormecido desde a eleição de 2010. Ela também se juntou ao Instagram e Vime, dois sites de compartilhamento de imagens, e renovou seu perfil no Facebook. No mês passado, o Partido dos Trabalhadores de Rousseff (PT) realizou seu primeiro workshop para ativistas sobre a melhor forma de usar as redes sociais. Ele planeja mais 13 nos próximos meses. A oposição está depositando ainda mais esperança em mídias sociais, em grande parte porque a presidenta se aproxima mais do tipo tradicional. Durante o tempo da campanha política na televisão, o tempo livre é dividido, usando uma fórmula complexa que leva em conta o tamanho das alianças eleitorais - e tende a favorecer o candidato que se encontra no cargo. Apesar das ameaças dos aliados minoritários do PT de abandonar Rousseff, retirando seu respectivo tempo - a maioria dos especialistas previu que a coligação iria sobreviver. Isso deixaria a presidenta com cerca da metade do tempo de 25 minutos, de inserção na televisão; os outros candidatos dividiriam o restante do tempo [Tradução nossa].

o que é bem diferente das situações anteriores. Por exemplo, a estrada de ferro instalada em regiões selecionadas, escolhidas estrategicamente, alcançava uma parte do país, mas não tinha uma influência direta determinante sobre o resto do território. Agora não. A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. O princípio de seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os outros lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas. Esse é um fenômeno novo na história das técnicas e na história dos territórios. Antes havia técnicas hegemônicas e não hegemônicas; hoje, as técnicas não hegemônicas são hegemônicas. Na verdade, porém, a técnica não pode ser vista como um dado absoluto, mas como técnica já relativizada, isto é, tal como usada pelo homem. As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação **da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente.** (SANTOS, 2001, p. 25-26, grifos nossos).

Caberá, portanto, ao ator político garantir meios suficientes de assegurar que esta técnica, associada à comunicação, possa lhe trazer benefícios. A reciprocidade junto aos aparelhos da grande mídia é, portanto, uma condição para a instalação de seu projeto e da garantia em alcançar seus resultados esperados. Ainda de acordo com Sennet (1998), este político deverá se apresentar perante a população em qualquer veículo de comunicação, novo ou antigo, como um homem de bem, com família e valores transparentes capazes de garantir uma possível liderança idealizada. Mais do que isso, é necessário que seja capaz de tratar todos os seus potenciais eleitores como iguais, demonstrando estar apto para lidar com as diferenças e contradições presentes em uma cidade capitalista.

Sendo assim e também como uma consequência da pressão exercida pelas telecomunicações, o ator político deve, a fim de buscar aceitação do eleitorado, criar uma plataforma de igualdade, embalada em uma roupagem democrática, onde a ordem aparece como condição.

A fim de garantir a participação da “sociedade” em seu governo, Paes convida em 2013, 150, “ilustres” cidadãos de diversas áreas para compor o Conselho da Cidade, que tinha como objetivo a revisão do Plano Estratégico da Cidade no período 2013- 2016, além de, segundo o

site da Prefeitura da Cidade<sup>45</sup>, definir o Rio que o carioca almejava, com projetos e metas ambiciosas. O Prefeito afirmou na cerimônia de apresentação do referido Conselho, realizada no Palácio da Cidade, que contou com a participação de secretários municipais, jornalistas, artistas, entre outras autoridades, que:

O objetivo é ter cariocas que formem opiniões, que possam consolidar posições. Saber aonde a gente quer chegar e ter clareza disso é fundamental para qualquer cidade. A ideia é dividir conhecimento, a articulação, para que a gente possa acertar nas decisões. Fizemos o primeiro plano estratégico em 2009. O trabalho foi mais interno, com as pessoas da própria prefeitura e agora chegou a hora de fazer a revisão. Estamos vivendo uma realidade completamente diferente daquela. O tempo passou e acho que a cidade melhorou. As coisas estão melhores e agora é um momento de reflexão para que a cidade possa ser mais **democrática, mais abertas com as pessoas** (PAES, 15 de dezembro de 2011, grifo nosso).

A lista de conselheiros, representantes da sociedade, possui nomes como Regina Cazé (apresentadora de tv da Rede Globo), Luciano Huck (apresentador da tv da Rede Globo), Marcelo Madureira (artista do sistema Globo de televisão), Wanda Engel (ex- ministra de Fernando Henrique Cardoso e articuladora de ONGs), Carlos Carvalho da construtora Carvalho Hosken (maior doadora da campanha do segundo mandato de Eduardo Paes e também a empreiteira responsável pela maior obra dos Jogos Olímpicos, o Parque Olímpico), Guilherme Laager, consultor da Delta Engenharia (uma das construtoras citadas como integrante do esquema do contraventor Carlinhos Cachoeira), Rogério Chor (construtora CHL), Armínio Fraga (ex-diretor do Banco Central no Governo FHC), Nelma Tavares (Invepar, grupo que constrói a BRT Transolímpica), Carlos Arthur Nuzman (Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro), Rodrigo Baggio (Diretor do Centro de Democratização da Informática, Organização governamental com projetos de informática junto ao governo estadual e municipal), Celso Barros (ex-presidente da Unimed/Rio), Flávia Guerra Barbieri (consultora do SEBRAE e membro da coordenação do Consórcio Porto Maravilha), dentre outros

---

<sup>45</sup> [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br) de 15 de dezembro de 2011. Texto de Anna Beatriz Cunha.



Figura13: Membros do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.conselhodacidade.com/v2/galeria.php>. Acessado em junho de 2017.

A contradição expressa nesta constituição do Conselho, sequer é a pouca ou nenhuma participação de lideranças comunitárias expressivas, mas o fato de que muitos destes conselheiros possuíam interesses em áreas públicas, o que poderia caracterizar uma estreita relação entre o público e o privado.

Garantido o apoio de setores da mídia, a liderança de Paes terá também de conseguir convencer os estratos mais pobres da população, bem como setores críticos ao seu projeto de cidade. Para isso, deverá ser construído um ideário de superação dos conflitos para garantir um avanço para todos sem distinção. Para isso problemas estruturais presentes na sociedade deveriam ser reduzidos à conflitos pontuais, capazes de serem resolvidos por uma eficiente gestão municipal.

Nos últimos anos percebemos que o discurso de eliminação dos conflitos está associado a um pacto, preferencialmente pacífico, onde sua adesão está relacionada a uma liderança mediadora que seja capaz de fazê-lo. É importante perceber que a superação do ideário de conflito, nestes termos, torna a luta dos movimentos sociais e da sociedade como um todo ainda

mais difícil, pois ao pretender um acordo social com condições de governança e união da sociedade em torno de um projeto, busca-se retirar o protagonismo das lutas por uma cidade/sociedade mais democrática para, em troca disso, oferecer um patamar seguro de superação das dificuldades através da conciliação entre os diferentes setores da sociedade.

A busca por consenso deve sempre guardar uma apreciação de escala. Se por um lado, a sociedade como um todo deve ser convencida de que um projeto a representa, por outro lado, outras formas de “convencimento” podem surgir, a fim de garantir a aderência de outros estratos populacionais, principalmente quando se trata de negociações locais onde os interesses dos indivíduos estão mais a “flor da pele”, já que são estes que sofrem toda a sorte e dor dos impactos diretos de uma determinada política ou ação. Ou seja, em uma escala menor, de uma comunidade ou um bairro, outras formas para garantir a adesão aos projetos urbanos poderão surgir, contando, para isso, com ferramentas alternativas adequadas a realidade de cada lugar.

Se numa escala nacional, estadual e até mesmo municipal, os atores interessados podem contar com as novas ferramentas de comunicação, redes sociais, setores da grande mídia, grandes peças publicitárias, argumentos técnicos e também, algumas vezes acadêmicos para garantir à aquiescência de parcelas da população, em uma escala menor, diretamente com as pessoas atingidas, pode-se optar por práticas muitas vezes consideradas abusivas ou mesmo obscuras. Não é segredo para ninguém, e podemos confirmar isso através de depoimentos de moradores, pesquisas e publicações, que, para se garantir a saída de moradores da Vila Autódromo, por exemplo, foram utilizados desde recursos coercitivos (marcações na parede, assédio de funcionários, dentre outros) a negociações individuais quando valores acima dos geralmente praticados nesses processos eram oferecidos para convencer os moradores a saírem de suas moradias.

Em outras localidades podemos inferir que a presença do poder público pode se estabelecer através de uma rede com atores locais.

Neste momento, nos deparamos com uma hipótese, difícil de ser comprovada, já que muitas vezes esta prática se apresenta de forma velada e até mesma “obscura”, porém, no cotidiano de muitas comunidades pode ser observado a cooptação de associações de moradores que, ao invés de representar os interesses de seus afiliados, passam a sustentar ideias vindas de outros setores da sociedade e também do poder público. Para isso, são usadas estratégias diversas, como oferecimento de vantagens, que assim podem garantir áreas de interesse eleitoral que jocosamente são denominadas de “*currais eleitorais*”.

Outra vertente de “parcerias locais”, pode sugerir uma forma de associação com grupos criminosos, como as milícias, que de acordo com seus interesses podem apoiar um grupo, ou mesmo um determinado político. Em entrevista<sup>46</sup> à Marsílea Gombata, na Carta Capital de 30 de setembro de 2014, o deputado estadual Marcelo Freixo afirmava que se tratava de “uma organização criminosa que misturava o seu poder territorial com o poder eleitoral, coisa que o tráfico nunca conseguiu no Rio de Janeiro”.

É importante destacar que, majoritariamente, as áreas dominadas por esses grupos estão localizadas na Zona Oeste da cidade, onde foi instalado um grande número de moradias contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida e também grande parte dos equipamentos olímpicos

Concomitante a esta condição de substituição do conflito por um pacto capaz de superar as contradições estruturais presentes está a permanente ideia de igualdade, necessária para consumir uma determinada visão de cidade. “Queremos consolidar a posição de uma cidade que não condena ninguém pelo lugar onde nasceu, onde vive. Ele mora no morro, ela na zona sul, mas **são iguais!**”<sup>47</sup> (grifo nosso), expressão esta que possui uma forte carga ideológica

---

<sup>46</sup> Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-poder-da-milicia-nas-eleicoes-do-rio-de-janeiro-1597.html>

<sup>47</sup> Discurso de Eduardo Paes, supracitado.

como destaca Sennet (1988) ao analisar a presença do conceito de igualdade em um discurso político:

“A igualdade, nesses termos, encoraja o político a não ser concreto e específico quanto ao seu programa, encorajamento esse que ele está sempre pronto para receber. Tratar a sua plateia como se fosse toda igual torna-se um meio de evitar as questões ideológicas e leva a um foco de atenção na pessoa do político, sendo que a percepção de seus motivos é algo que todos podem julgar e de que todos podem compartilhar” (SENNET, 1988, p. 347).

A fim de compreendermos Sennet (1988), devemos nos atentar que nenhum estado capitalista pode, somente através de suas intenções garantir o controle de toda a sociedade, necessitando para isso de um conjunto de instituições capazes de efetivar seu projeto de poder, por isso, devem necessariamente criar condições para efetivar sua dominação, necessitando, portanto, de instrumentos que possam disseminar e consolidar sua ideologia.

A fim de garantir um melhor entendimento ao longo do trabalho devemos compreender a perspectiva de estado capitalista com o qual estamos trabalhando nesta tese, em especial neste capítulo. Para nós, o estado capitalista opera com objetivos que perpassam os interesses dos trabalhadores, criando para isso condições materiais de controle de boa parte da população com o objetivo de favorecer interesses privados, possibilitando garantias de condições para a reprodução do seu capital.

Althusser (1996, p.111), ao apresentar sua tese sobre os aparelhos ideológicos do Estado, elucida que este tem por motivação a construção de uma rede de controle da sociedade a fim de obstaculizar as lutas sociais, favorecendo assim, primeiramente o seu controle, mas também e não menos importante, garantir melhores condições para as negociações entre o estado e os atores do capital privado. Para o autor, o estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes assegurar sua dominação sobre a classe trabalhadora, submetendo-a à exploração capitalista.

Percebemos, em um momento de agudização das formas de dominação, a necessidade de criar um discurso que amortize os conflitos inerentes ao sistema capitalista frutos de sua



própria condição de concentração e controle, despejando para isso um caldo ideológico de igualdade que cria somente um ideário teórico que, no entanto, não é vivenciado na prática.

Ao analisar as contradições presentes na realidade, observamos que este ideário tem somente como objetivo anestesiar as reivindicações e demandas sociais. De fato, as disparidades entre os interesses de diferentes setores não conseguem, por serem muito diferentes, estabelecer pontos em comuns suficientes para uma pseudo conciliação, mantendo permanentemente o estado de tensão entre eles.

Neste momento, o da exaustão da tentativa de minimização das lutas sociais e de tentativa de diálogo, o Estado age com o objetivo de garantir os interesses dos atores capitalistas. Sobre isso, Lênin (2007, p. 25) afirma:

“O estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes. O estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E reciprocamente, a existência do estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis” (LÊNIN, 2007, p. 25).

Ao lermos Lênin podemos avaliar, portanto, que as ações do Estado em uma sociedade capitalista deverão garantir um rol de opções para a reprodução do capital. Portanto, é necessário construir outras formas de controle a fim de evitar um maior tensionamento o que em última instância pode, em um movimento de ruptura do tecido social, causar danos às condições propícias para o capital.

A permanente insistência em se garantir uma ideia de igualdade para toda a sociedade, ensejando uma idealização de um padrão que não corresponde à realidade, está associada as garantias de condições para a expansão do capital pelo território da cidade.

Essa igualdade que em um mosaico antagônico de discursos e práticas se contradiz, criou condições para afirmarmos que esteve em marcha, durante a gestão Paes, um longo processo contraditório em sua estrutura, mas adequada aos interesses que ela preconizava.

Tal condição implicou em maiores dificuldades para que a maioria da população conseguisse garantir seus direitos, criando espaços ainda mais segmentados em seu território.

As contradições estudadas neste trabalho estão associadas, especialmente, ao direito à moradia onde a gestão Paes impingiu uma série de derrotas aos movimentos de moradores e sociais, seja por sua omissão, seja pela ação direta, jurídica e econômica, e também pelo uso, muitas vezes abusivo, de seus aparelhos coercitivos. É importante considerar que as contradições são aqui percebidas pela prática dissonante entre as promessas e o discurso oficial da gestão, não se referindo ao gestor Eduardo Paes, este coerente em sua atuação política.

Se o discurso da igualdade e da superação de conflitos é uma condição de governabilidade neste momento histórico, e está presente no projeto de cidade da gestão Paes, as ações que o questionam podem ser consideradas demonstrações de força que serão nomeadas de vandalismo, barbárie e bagunça, adjetivos suficientes para buscar garantir o tom ordeiro desejável para a consolidação do projeto de cidade.

São inúmeros os exemplos de como o diálogo entre os iguais pode ser facilmente substituído pelo uso da força quando necessário. Um caso exemplar que ilustra esta afirmativa, dentre outros que serão abordados ao longo deste trabalho, foi a remoção da “Favela da Oi” ou “Favela da Telerj”, uma área da antiga estatal de telefonia, com aproximadamente 50.000 m<sup>2</sup>, localizada no bairro do Engenho Novo, Zona Norte do Rio de Janeiro, que chegou a ser ocupada por cerca de 5 mil pessoas segundo o site G1<sup>48</sup>, evidenciando a problemática habitacional brasileira.

Em 1989, a antiga estatal foi comprada pela empresa Oi que alegando dificuldades financeiras não ocupou o local, deixando-o vazio, possibilitando, portanto, que fosse ocupado (e aqui nos cabe lembrar, que, segundo o Estatuto da Cidade<sup>49</sup>, a terra possui e deve cumprir uma função social).

---

<sup>48</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/policia-militar-retira-invasores-de-terreno-da-oi-no-rio.html>

<sup>49</sup> Lei Federal nº 10.257/2001.

Tais moradores, no dia 11 de abril de 2014<sup>50</sup>, foram violentamente retirados deste local, após a concessão de uma liminar de reintegração de posse em favor da empresa. Antes desta data, em 07 de abril, o jornal O Globo<sup>51</sup> publicou matéria que descrevia a situação e demonstrava o descaso das autoridades municipais:

“Sem a presença de agentes da prefeitura ou do estado, moradores organizaram quatro postos de cadastramento, cada qual responsável por grupos de favelas. A expectativa dessas pessoas, que alegam não ter dinheiro para pagar aluguéis cobrados nas favelas do Rio, é se beneficiar de programas habitacionais. A maioria diz ganhar um salário mínimo” (O GLOBO, 7 de abril de 2014).

A retirada dos moradores no dia 11 de abril se deu com forte esquema de repressão exercido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com feridos e presos, dentre um público que possuía entre eles, mulheres, crianças e idosos. Numa tentativa de justificar a violência policial esta população foi descrita por alguns veículos da grande mídia como vândalos que atacaram o patrimônio público, conforme sugerido pelo jornal O Globo, em sua edição *on line* do dia 11 de abril<sup>52</sup>:

Depois da reintegração de posse do terreno da Oi, no Engenho Novo, subúrbio do Rio, nesta sexta-feira (11), vândalos promoveram depredações. Não se sabe se eles faziam ou não parte do grupo que ocupava o terreno. Quinze ônibus foram atingidos (quatro deles, queimados), outros três veículos foram incendiados (entre eles um carro da polícia) e pelo menos três agências bancárias foram depredadas. Um supermercado foi invadido e saqueado, e um veículo de uma emissora de televisão também foi atacado (O GLOBO 11 de abril de 2014).

A manifestação do Prefeito sobre o episódio foi rápida e contraditória, tendo em vista seu discurso de igualdade voltado para moradores da cidade. Conforme reportagem do jornal O Dia de 13 de abril de 2014, o prefeito afirmava:

“Espero que o que aconteceu na Telerj sirva de lição para muitas pessoas que queiram se aproveitar do governo pra conseguir sua casa”. Segundo o prefeito, as pessoas que ali moravam "pagavam aluguel e abandonaram suas

---

<sup>50</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/policia-militar-retira-invasores-de-terreno-da-oi-no-rio.html>.

<sup>51</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/barracos-ja-ocupam-toda-area-da-favela-da-oi-no-engenho-novo-12115179>. Acessado em 10 de agosto de 2014.

<sup>52</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/policia-militar-retira-invasores-de-terreno-da-oi-no-rio.html>. Acessado em 10 de agosto de 2014.

residências pra ir pra lá e ganhar uma casa do governo", disse Eduardo Paes"  
<sup>53</sup> (PAES, 13 de abril de 2014).

O Prefeito da cidade “igual” ponderava sobre uma suposta tentativa de pressão exercida pelos moradores da referida comunidade, e uma invasão, algumas semanas antes que teria sido organizada, segundo ele, por grupos políticos a fim de pressionar a prefeitura e, por conseguinte, o próprio mandatário municipal. Neste único exemplo observamos questões importantes para este trabalho, primeiramente esta ação está relacionado com a opressão exercida pelo estado quando este não encontra alternativas para a superação das tensões presentes no território, e o posicionamento da mídia que, em muitos momentos, se revelará uma aliada da classe política, enaltecendo ações e desqualificando movimentos insurgentes, ora os considerando vândalos, ora os relacionando com interesses partidários, atitude que poderá gerar em parte da população, dúvidas sobre a natureza destes movimentos.

Porém, a análise de outra ação de remoção, agora localizada no bairro do Horto, localizada em endereço extremamente valorizado da Zona Sul do Rio de Janeiro, em área da União federal, não sendo, portanto, da alçada da gestão municipal, evidencia um outro comportamento do prefeito. Conforme podemos ler em notícia veiculada pelo jornal O Globo de 24 de maio de 2014<sup>54</sup>, Paes afirma ser contra a remoção de 520 famílias que estão em processo de remoção em virtude de ação de reintegração de posse, já com decisão da Justiça Federal. Neste caso, o prefeito, quase um mês depois de defender a retirada de forma violenta da população da Favela da Oi, se diz indignado com a situação das famílias que podem vir a ser retiradas do Horto, como falou à reportagem:

“Sou contra a postura radical do Jardim Botânico<sup>55</sup> de tirar todo mundo. Há famílias que estão ali há mais de 100 anos. Acho que é uma coisa demofóbica. Não quero que as pessoas tenham que sair apenas porque são pobres. Tirar todo mundo é um certo sectarismo.” (PAES, 24 de maio de 2014)

---

<sup>53</sup> Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-13/eduardo-paes-e-peza0-afirmam-que-va0-mandar-conta-da-desocupacao-a-oi.html>. Acessado em 09 de agosto de 2014.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeito-eduardo-paes-defende-invasores-do-jardim-botanico-12591104>

<sup>55</sup> Instituto de Pesquisas Jardim Botânico. Autarquia Federal. Ministério do Meio Ambiente. <http://www.mma.gov.br/>. Acessado em 26 de agosto de 2014.

Paes não só defendeu a manutenção das famílias ameaçadas, mas foi além. Utilizando-se de ironia, questionava se os reais interesses dos moradores do Jardim Botânico que desejavam esta retirada: “Quem não quiser conviver com pessoas mais humildes na frente de casa tem que se mudar para a Suíça”.

Em outra oportunidade, divulgada com grande destaque pela mídia, Eduardo Paes apresentava um discurso dúbio em relação à comunidade da Vila Autódromo que vem há anos lutando contra a proposta de remoção da gestão municipal. Em matéria divulgada pelo site *O Globo on line*<sup>56</sup>, Eduardo Paes faz um discurso de enfrentamento ao fato de ter que pagar uma indenização ao Centro Esportivo de Ultraleve, vizinho do Parque Olímpico, e também da Vila Autódromo, defendendo inclusive um tratamento diferenciado para os distintos públicos:

“Eu já não gostava da ideia de indenizar em R\$ 12 milhões o clube, porque o termo é um título precário, ou seja, a prefeitura pode retomar o terreno a qualquer tempo. Mesmo assim, começamos as negociações para que a área fosse desocupada. Conseguimos com as Forças Armadas um novo espaço em Guaratiba, e propus que, enquanto este não estivesse pronto, eles utilizassem o Aeroclub de Nova Iguaçu. Mas eles entraram com processo na Justiça utilizando mentiras para tentar anular a transferência. Quem senta com eles agora não é mais o prefeito, e sim a Procuradoria do Município. Afinal, uma coisa é uma Vila Autódromo, onde moram dezenas de famílias, outra é um clube para 200 pessoas voarem — afirmou Paes” (PAES, 04 de julho de 2013).

Em ambos os casos o Prefeito procura demonstrar que possui uma visão igual para todos os moradores da cidade, evidenciando inclusive, um olhar mais fraterno para com as pessoas mais humildes. Porém, se faz necessário examinar cuidadosamente as notícias acima, buscando estabelecer um olhar crítico para que possamos identificar as contradições entre as ações e o discurso da prefeitura municipal. No caso dos moradores do Horto, o discurso de apoio é facilitado por ser esta uma área federal, com uma decisão judicial que atinge seus moradores, o que de certa forma facilitaria uma fala que se contrapõe aos interesses dos moradores de classe média que pleiteiam a saída dessas famílias. Este fato constitui uma oportunidade de

---

<sup>56</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/paes-desiste-de-indenizar-club-de-voe-em-12-milhoes-8910193>. Acessado em 24 de agosto de 2014.

aplicar um discurso de equidade sem ter, de fato, responsabilidade sob esta ação, ou seja, sem ter de assumir ônus sobre esta ação, assim o prefeito pôde “fazer” sua política de uma *cidade para todos*.

No segundo caso, da Vila Autódromo e da desocupação do CEU, a contradição entre discurso e prática é mais evidente, pois desde que ocupava o cargo de subprefeito da Barra da Tijuca, na gestão César Maia (década de 1990), o referido prefeito vem empreendendo uma forte ação no sentido da remoção da população da Vila Autódromo, com argumentos que variaram ao longo dos anos.

A fala do prefeito, em ambos os casos, traz uma forte carga ideológica de tentar demonstrar uma equidade no trato da população. Esta ideia só pode ganhar corpo, ou seja, só pode ser absorvida por parcelas da população, caso ela seja validada por setores da grande mídia, que é identificada, por muitos, como uma instituição democrática, neutra e que apresenta os fatos de forma imparcial. Novamente sobre o papel dos aparelhos ideológicos, Althusser (1996, p. 121) afirma que, sejam quais forem, todos (os aparelhos) contribuem para um mesmo resultado, a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração.

O poder de um discurso legitimado pelos canais de comunicação é enorme e possibilita que grupos políticos possam exercer, de forma mais acentuada, sua dominação sob um determinado território ou sociedade.

Ao lermos Weber (1967, p.57), optando por uma análise distinta da formulação marxista, podemos observar a mesma postulação sobre o papel de liderança política em uma determinada sociedade quando o autor diz que existe uma autoridade que se impõe em razão de uma legalidade. Esta é vital para a manutenção do projeto político de um determinado agrupamento político, pois os indivíduos se colocam em situação de dominação a partir de uma condição imposta pelos seus dominadores.

“O Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência *legítima* (isto é, da violência considerada

como legítima). O estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (WEBER, 1967, p. 57).

A consolidação do projeto do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro só poderia acontecer, portanto, pela legitimação de suas ideias, e estas necessitaram de diversos canais e atores para tanto. Evidentemente, quando este projeto não conseguiu alcançar seus objetivos ou quando resistências se apresentaram, a utilização de forças coercitivas e de medidas mais radicais foi requerida, mesmo que para isso o princípio democrático tivesse sido subjugado. O mais importante é que o projeto aconteça, e por isso diversas vezes observamos movimentos de aparentes recuos na prática governamental, como por exemplo, a postergação do aumento das tarifas de ônibus, em resposta aos movimentos de junho de 2013<sup>57</sup> e a abertura de canais de diálogo com a população de áreas mais populares, como o realizado pela Prefeitura junto aos moradores de Vila Autódromo, no mesmo ano.

Porém, destacamos que se trataram de recursos pontuais, estratégicos para garantir a continuidade do processo, esses recuos significaram mais a frente novas investidas, com ainda mais força, do projeto de cidade preconizado pela referida gestão.

A sociedade está permanentemente em disputa e quando determinados atores se veem impedidos de prosseguir com um determinado projeto, podem optar por recuar, ganhar tempo e reaglutinar forças suficientes para garantir seus interesses.

Após a eleição de Donald Trump para o governo estadunidense, vem sendo apresentado um conceito novo designado *pós-verdade*, uma terminologia disposta a entender a forma de se fazer política contemporânea, onde uma afirmação, pode ser apresentada como uma verdade, sem que ela seja efetivamente comprovada ou sem se importar com a necessidade em

---

<sup>57</sup> As mobilizações de 2013, conhecidos como os *movimentos de junho de 2013* foram organizadas através das redes sociais, tendo como precursores os membros do Movimento Passe Livre (MPL), com o objetivo de conter os aumentos das passagens dos transportes públicos no país. Porém, suas reivindicações extrapolaram os valores das passagens, e ampliaram suas pautas. No dia 17 de junho, o Rio foi palco de uma grande passeata que reuniu mais de 100 mil pessoas que protestaram contra os gastos para a Copa do Mundo, das Confederações e a corrupção.

comprová-la. Para Jaime Rubio Hancock, jornalista do El País, em matéria publicada pelo mesmo jornal em 17 de novembro de 2016<sup>58</sup>, podemos estar vivendo em um mundo onde a verdade talvez não seja mais importante, ou mesmo, relevante. Para o Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mauro Iasi, em artigo publicado no blog da editora Boitempo<sup>59</sup>, de 11 de abril deste ano, a mentira na contemporaneidade não é apenas contingente à ideologia. Ela é até certo ponto constitutiva do fenômeno.

Guardada as devidas proporções entre a eleição do mandatário estadunidense e o prefeito do Rio de Janeiro, poderíamos supor que no caso da gestão de Eduardo Paes também poderíamos inferir sobre o papel da mentira durante seu mandato. Contradições, percebidas em vários momentos, nos sugerem que a prática de Paes, assim como a de muitos outros atores políticos nacionais, muitas vezes se apresentou de forma pouco clara e até mesmo discrepante em relação às respostas dadas à opinião pública sobre as ações do poder público municipal.

Paes é, portanto, para nós um ator concatenado com o seu tempo e função. Sua gestão mostrou-se relacionada aos desdobramentos da globalização nas cidades, apresentando congruência e uniformidade com os procedimentos de regulamentação do território em função dos interesses privados que desejam consolidar sua primazia.

A manipulação das condições técnicas presentes no atual momento e o manejo presente em seu discurso sugerem relações que permeiam o ideário neoliberal e sua referida implantação.

Ao longo deste capítulo buscamos apresentar a gestão Paes como um produto do momento em que vivemos. A necessidade de formas de mediação entre território e interesses privados faz com que a classe política busque formas de convencimento e legitimação de um ideário neoliberal que, pode ser apresentado através de uma perspectiva democrática, com promessas de equidade e modernidade. Porém, sua prática, de forma contraditória, estabeleceu

---

<sup>58</sup> Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638\\_931299.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html)

<sup>59</sup> Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/04/11/a-mentira-e-a-pos-verdade/>



novos patamares de tensão na cidade, pois ao aproveitar-se de condições mais oportunas, como os megaeventos, para a implantação de projetos privados na cidade, acabou por acentuar a dicotomia *concentração- fragmentação*, já presente no momento socioeconômico atual.

A construção de um forte apoio oriundo de setores da grande mídia, através de novas possibilidades de comunicação, tornou a promessa de uma *cidade para todos*, à luz das intervenções realizadas, uma contradição em si mesmo, já que os benefícios, não só são para alguns, como também obstaculizam ainda mais o acesso para a maioria da sua população. Isto remete, ainda mais, o território da capital fluminense aos desígnios do planejamento neoliberal, tão preconizado pelos agentes do mercado privado.

Por entendermos que as realizações dos megaeventos foram condições circunstanciais que apoiaram à implantação de um modelo de cidade privatista, pretendido pela gestão Paes, abordaremos a seguir, seus impactos e desdobramentos na cidade do Rio de Janeiro.

### **3.3- Impactos e desdobramentos dos jogos olímpicos e megaeventos: do legado à cidade negada.**

“Chegou nossa hora. Chegou!”<sup>60</sup> Exclamava Lula, então Presidente do Brasil, para o Comitê Olímpico reunido na cidade de Copenhague, Dinamarca. Horas depois, em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, em especial no bairro de Copacabana, multidões comemoravam a escolha da cidade como sede da XXXI Olimpíada dos Jogos de Verão, comumente conhecida como Rio-2016.

---

<sup>60</sup> Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/esportes/jogos-olimpicos/lula-olimpiadas-serao-oportunidade-unica-para-o-brasil>.



Figura 14: Comemoração da eleição do Rio de Janeiro como sede olímpica.  
Fonte: [www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br)

Durante sua fala, o presidente brasileiro destacava o bom momento econômico do país e ressaltava que os Jogos Olímpicos seriam uma “oportunidade única” para os brasileiros, além de ser uma candidatura que representava o continente sul-americano e seus 400 milhões de habitantes.

Dois anos antes, o Brasil, também em outubro, mas em outra cidade europeia, Berna, capital da Suíça, na sede da FIFA, ganhara o direito de sediar outro grande evento, a Copa do Mundo, que viria a ser realizada no ano de 2014.

Já em 2013, a cidade recebeu a Jornada Mundial da Juventude, evento organizado pela Igreja Católica, que trouxe féis de 175 países, e segundo o Arcebispo da cidade, Dom Orani Tempesta<sup>61</sup>, 3,7 milhões de pessoas compareceram aos atos realizados na cidade no Mês de julho daquele ano.

Havia, portanto, certa euforia no “ar”, o bom momento atravessado pelo país trazia enormes esperanças. Na cidade do Rio de Janeiro, além da escolha para sediar as olimpíadas,

---

<sup>61</sup> Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/07/arcebispo-do-rio-divulga-os-numeros-oficiais-da-jornada-mundial-da>

grandes investimentos em diferentes áreas, em parte decorrente da aproximação política entre as esferas de governo municipal, estadual e federal, garantiam uma economia robusta que via o setor da construção civil ganhar um enorme protagonismo na economia, dado as inúmeras obras que se espalhavam pela cidade e que impunham aos moradores da cidade uma nova rotina.

Com o advento desses grandes eventos mundiais, a cidade teve que se acostumar com os transtornos referentes às obras de preparação dos grandes eventos. Afinal, “*não se faz um omelete sem quebrar os ovos*”<sup>62</sup>, exclamava o prefeito à imprensa, explicando que o Rio deveria entender que o conjunto de obras eram muito importantes e que os transtornos seriam inevitáveis, apesar da prefeitura estar trabalhando para minimizá-los.

Ganha força, nesse momento, entre grandes parcelas da população carioca, o discurso de uma cidade unificada em torno de um projeto que ganha força suficiente para se impor como uma chance única para a capital fluminense. Sánchez e Gutterman (2014, p. 3) observam que foi construída a ideia de um momento único, “a vez do Rio”, uma imagem simbólica de uma nova cidade que, além da beleza, deveria ser segura para turistas e investimentos, demandando, portanto políticas públicas ordenadoras e civilizatórias, dentro de uma lógica mercantil do espetáculo.

É fato que a cidade do Rio de Janeiro sempre imprimiu no imaginário nacional e também internacional, uma forte imagem associada à sua geografia, cultura e modo de viver, garantindo um forte simbolismo de cidade “maravilhosa”, aparentemente capaz de minimizar as contradições brasileiras, apresentando uma possibilidade de harmonia intrínseca ao seu jeito de viver. “Em fevereiro, tem carnaval”<sup>63</sup>, o “Rio de Janeiro continua lindo”<sup>64</sup> e, no mais, do Leme ao Pontal não há nada igual no mundo<sup>65</sup>. Apesar de nos últimos anos esta imagem de cidade harmoniosa estar sendo desconstruída por conta das contradições presentes no interior de seu

---

<sup>62</sup> [www.jb.com.br/esportes](http://www.jb.com.br/esportes). Edição de 08 de novembro de 2011.

<sup>63</sup> País tropical, Jorge Bem.

<sup>64</sup> Aquele Abraço, Gilberto Gil.

<sup>65</sup> Do Leme ao Pontal, Tim Maia.

território, que revelam uma enorme desigualdade entre seus moradores e a discrepância nas oportunidades que os mesmos possuem, ela foi, em parte, capaz de garantir à cidade sua condição de candidata do país para sediar os megaeventos.

Capital do país durante muitos anos, lar do samba e da bossa nova, segunda maior cidade do país, capital do segundo Estado mais rico da Federação, foram alguns atributos que garantiam quase que de forma unanime a candidatura da cidade.

Em artigo apresentado no XVI Enanpur<sup>66</sup> que discute as disputas simbólicas presentes na cidade maravilhosa, Sánchez, Guttermán e Laiber (2015) explicam:

As representações produzidas para a “venda da cidade do Rio” podem ser interpretadas como peças de afirmação da hegemonia local, pelas quais o poder de classe das elites é legitimado e oferecido ao consumo do estrangeiro, onde a cultura popular ressurge pacificada, as misturas sociais são toleradas e as diferenças domesticadas, para valorizá-las como traços da urbanidade carioca. Diversidade e harmonia num sítio de grande beleza paisagística produzem a imagem-síntese que remete ao mito de origem da “Cidade Maravilhosa”, que busca consensos ao mesmo tempo em que dilui conflitos (SÁNCHEZ, GUTTERMAN, LAIBER, 2015, p. 6).

Atrelado a esta condição “natural” está outra análise importante. Nos últimos anos, segundo Sánchez (2014, p.361), as políticas neoliberais vem sendo formuladas no âmbito de uma economia simbólica de visões de mundo, noções e imagens, nos quais estão inseridos grandes projetos urbanos. A autora afirma ainda que o êxito do governo brasileiro, em especial do municipal, para conseguir sediar os grandes eventos, é um exemplo dessa política-espetáculo.

Apesar do desenlace obtido, lembramos que esta não foi a primeira vez que a cidade se candidatara para sediar os jogos olímpicos e também, que a mesma já havia sido sede de outro grande evento, os Jogos Pan-Americanos de 2007. Especificamente neste, estavam presentes elementos que podemos relacionar à realização Copa do Mundo FIFA em 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, como a associação do poder público com o investimento privado, a

---

<sup>66</sup> Artigo apresentado no XVI Encontro Nacional da ANPUR - XVI ENAnpur, 2015, Belo Horizonte.

presença do capital imobiliário e também a ameaça destes empreendimentos junto às populações mais pobres.

Sobre a candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos jogos olímpicos de 2004, Novais (2014, p. 21) explica que, apesar de não ter sido vitoriosa, foi a primeira de uma série de tentativas para desenvolver grandes projetos urbanos.

O projeto de 2004 seguiu a ênfase de intervenção de Barcelona que, já se constituía em um importante modelo desde a realização dos Jogos Olímpicos de 1992, inclusive a equipe de elaboração da candidatura do Rio 2004 contava com representantes da proposta de Barcelona-92. O projeto olímpico do Rio 2004, segundo seus idealizadores, a exemplo de Barcelona, buscava compatibilizar dois tipos de operação: as de reconstruções, voltadas para recuperar ou dinamizar áreas ocupadas, e as de “crescimento” destinadas ao provimento de infraestrutura básica em áreas vazias ou retomadas de outro uso (Novais, 2014, p. 23).

Já estavam presentes nesta proposta, importantes aspectos que possibilitarão nossa análise dos impactos dos jogos da FIFA- 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016, como o protagonismo da iniciativa privada e a construção de uma ideia de unificação da cidade em torno de um projeto “maior”, capaz de garantir desenvolvimento para todos os seus moradores. O projeto que contava com a inspiração catalã deveria garantir desenvolvimento espreado por todo o seu território, garantindo, para isso, a distribuição dos equipamentos olímpicos por toda a cidade. Porém, segundo Novais (2014, p. 23), a decisão da escolha dos locais de instalação do equipamento olímpico foi pragmática, respondendo às dificuldades da Prefeitura, bem como a resistência de outros níveis de governo.

O local escolhido para a maior parte da instalação dos equipamentos olímpicos, foi a Ilha do Fundão, fronteira com as regiões pobres e degradadas da cidade, com populações com baixo índice de desenvolvimento humano. Os jogos poderiam ser, nesta perspectiva, uma possibilidade de desenvolvimento do seu entorno, indo ao encontro de uma diretriz do

planejamento catalão, o de irradiação dos ganhos obtidos através dos jogos com a transformação destas áreas próximas.



Figura 15: Projeto do Parque Olímpico Universitário. Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.200/6390>. Acessado em abril de 2017

Já a realização dos Jogos Pan-americanos (2007), respondeu a outra lógica de localização, a de centrar suas ações no bairro da Barra da Tijuca, apesar de ter outros equipamentos espalhados pela cidade, como o Estádio Olímpico, conhecido popularmente como Engenhão, localizado no bairro do Engenho de Dentro, Zona Norte da cidade.

A exemplo dos jogos de 2016, a maior concentração de equipamentos ficou localizada nesta área da cidade que exhibe um perfil bem diferenciado da proposta de 2004.

Ao discutir o pragmatismo presente na recente prática urbanística, (Novais, 2014, p. 27) explica que César Maia, prefeito da cidade durante a elaboração da proposta e realização dos

Jogos Pan-americanos, fez duras críticas à proposta de 2004, garantindo que a escolha da Barra da Tijuca, como local de maior concentração dos equipamentos olímpicos na proposta de 2007, havia sido condição fundamental para a escolha da cidade para sediar os Jogos Pan-americanos.

[os consultores catalães] tiveram um conceito completamente equivocado de que as olimpíadas serviriam à cidade. Na verdade o esporte é um grande negócio. Se o Comitê Olímpico Internacional olhar para uma cidade e não achar que será possível realizar um grande evento, que mobilize muitos recursos, muitos patrocínios e potencialize as diversas atividades, elas não farão naquela cidade (Cesar Maia, 2003, *Apud* NOVAIS, 2014, p..27).

Acreditamos que a explanação do gestor municipal revela, de forma direta, o caráter empresarial presente nas realizações destes grandes eventos.

Ao analisar a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, Sanchez (2015) ratifica esta análise, ao identificar, presentes no projeto, a concentração de investimentos em áreas do interesse do capital imobiliário.

Em sua dimensão urbanística, as intervenções realizadas mostraram-se pontuais, sem relação mais consistente com a cidade. Estava incorporada, desde o princípio, a lógica da cidade elitista que se manifestou na estratégia de concentrar o evento em áreas nobres, visando, ao mesmo tempo, segurança e conforto aos participantes, e, sobretudo oferecer ao mundo uma imagem urbana supostamente “civilizada” e “moderna”. Longe, portanto, de qualquer preocupação no sentido de utilizar o evento para redistribuir no espaço da cidade as benfeitorias da infraestrutura urbanística (SANCHEZ, 2015, p. 363-364).

A autora prossegue identificando que já neste momento os Jogos Pan-americano representavam riscos aos moradores mais pobres das áreas no entorno dos equipamentos olímpicos, muitos tendo sido inclusive removidos e apontando também que os equipamentos instalados foram, após os jogos, entregues à iniciativa privada e ao capital imobiliário.

A Barra da Tijuca e seu entorno foram eleitas como áreas que centralizaram as intervenções. Foi empreendida nestas áreas uma política de remoção de populações pobres. Mediante uma ideia amesquinhada de cidade, foi mostrado como sinal de superação da crise urbana o sucesso imobiliário do empreendimento da Vila Pan-americana, a chamada Vila do Pan, que abrigou as delegações de atletas durante os jogos, mas foi comercializada como condomínio residencial dentro da lógica comercial dos condomínios daquela região. Ressaltamos, contudo, que essa Vila foi construída com recursos públicos, em terreno turfoso e seu principal efeito urbano foi o de alimentar e acelerar o processo especulativo de valorização das terras em seu entorno (SÁNCHEZ, 2015, p. 364).





Figura 16: Construção da vila pan-americana no bairro da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <http://abr-casa.com.br/customizados/caixa/2007/07/caixa-patrocinadora-oficial-do-pan-2007/>. Acessado em maio de 2017.

A cidade também viria a formular outra proposta para sediar os Jogos Olímpicos de 2012 (realizados em Londres). Novais (2014, p. 24) confirma a manutenção da centralidade da Barra da Tijuca na concentração dos equipamentos olímpicos presentes nesta proposta incluindo, já nessa época, novas alternativas de transportes além da ampliação das linhas do Metrô, propostas estas incorporadas e replanejadas para os Jogos Olímpicos de 2016.

O modelo de desenvolvimento também baseado numa política de atração de investimentos através da realização de grandes eventos, não é uma exclusividade, portanto, do período Paes. Porém, as condições presentes no período de sua gestão, como o bom desempenho da economia do país e também a parceria instituída entre os diferentes níveis de governo garantiram, dentre outros fatores, inclusive externos, a escolha do Rio como a sede da Copa do Mundo Fifa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

É importante destacar o enorme esforço feito pelo Governo Federal para mostrar uma cidade, e até mesmo uma nação, unida para construir os dois maiores eventos mundiais, que iria ao encontro do estabelecimento de uma política de promoção do país a fim de garantir um



novo patamar de influência internacional do governo brasileiro, além de principalmente demonstrar para o mercado mundial, novas possibilidades de investimentos no país.

Os esforços para a realização da Copa do Mundo-2014, e dos Jogos Olímpicos 2016 foram justificadas essencialmente pela ideia de legados destinados às cidades sedes da Copa do Mundo e, especificamente à cidade do Rio de Janeiro que além de sede da final da Copa do Mundo e também de outros jogos, foi sede dos Jogos Olímpicos. Ou seja, toda a sorte de problemas referentes aos preparativos por conta dos megaeventos deveria ser ponderada por conta dos ganhos que a população viria a experimentar após a realização dos mesmos. O legado<sup>67</sup> resultante foi, durante todo o período que antecedeu a Copa e os Jogos Olímpicos, a grande justificativa e a explicação para todas as ações tomadas pelos governos federal, estadual e municipal. Todo brasileiro e a população carioca, em especial, conviveram quase que diariamente com esta ideia, repetida exaustivamente pelo poder público e por setores da grande mídia.

A fim de garantir, o “legado olímpico”<sup>68</sup> e também a coesão entre os níveis de governos, foi criada pela Lei Federal nº 12.396<sup>69</sup>, de 21 de março de 2011, que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado e o Município do Rio de Janeiro, a **Autoridade Pública Olímpica (APO)** (grifo nosso), constituída sob a forma de Consórcio Público. No âmbito estadual, a ratificação foi dada pela Lei nº 5.949, de 13 de abril de 2011 e na esfera municipal, pela Lei nº 5.260, de 13 de abril de 2011.

A APO, segundo o site do Ministério dos Esportes<sup>70</sup> teve por objetivo coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do município do Rio de Janeiro durante a preparação e realização dos Jogos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das

---

<sup>67</sup> Substantivo masculino do latim *legatum* significa o que é passado às gerações que se seguem (Disponível em [www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br)).

<sup>68</sup> Os dados se referem somente ao Jogos Olímpicos, pois este faz parte do trabalho. A Copa do Mundo FIFA, somente será, por uma opção metodológica, abordado de forma teórica.

<sup>69</sup> Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/matriz-de-responsabilidades>

<sup>70</sup> <http://www.esporte.gov.br>

obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paraolímpico Internacional.

Em 28 de janeiro de 2014, no Rio de Janeiro, a APO divulgou a Matriz de Responsabilidades. Documento que engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização dos Jogos do Rio 2016. A Matriz relaciona projetos e responsabilidades pela execução e aporte de recursos. Nela estavam relacionados os valores e prazos dos projetos que já tinham publicados pelo menos o edital de licitação ou o pedido de proposta.

O presente documento informava que os jogos gastariam 24 bilhões de reais na execução de 27 projetos, que foram divididos entre o governo municipal (14 projetos), governo estadual (10) e governo federal (3). Em relação aos custos, 43% (cerca de R\$10,3 bilhões) viriam da iniciativa privada e 57% (cerca de R\$13,8 bilhões) seriam oriundos de recursos públicos. Destes, R\$3,9 bilhões viriam do município, R\$1,3 bilhões viriam dos cofres federais e o maior montante viria dos cofres estaduais, que responderiam por R\$8,55 bilhões.

Como foi dito acima, todos os níveis de governo tinham publicado, na Matriz de Responsabilidade<sup>71</sup>, as suas ações para os jogos, conforme podemos ver nas tabelas abaixo:

#### Município do Rio de Janeiro

	Tema	Projetos	Conclusão	Recursos (em milhões)			
				Gov. municipal	Gov. Federal	Privados	Total
<b>Mobilidade</b>	VLT Porto	VLT Porto	2º tri/16		532,00	656,00	1188,00
	BRT Transolímpica	Via expressa	2º tri/16	1327,55		479,24	1806,79
		Conexão Magalhães Bastos	2º tri/14	106,50			106,50
		Desapropriações BRT Transolímpico	2º tri/15	367,70			367,70
	BRT Transoeste	Trecho Alvorada/shopping Cittá Nova América	1º tri/16	91,55			91,55
Duplicação do Elevado do Joá	Construção do complexo viário	2º tri/ 16	459,98			459,98	

<sup>71</sup> Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/matriz-de-responsabilidades>

	Viário da Barra	Duplicação salvador Alliende e Abelardo Bueno+ terminal rodoviário BRT	2º tri/ 16	514,36			514,36
<b>Meio Ambiente</b>	Reabilitação Ambiental de Jacarepaguá	Macrodrenagem de Jacarepaguá Fase 1 - Lotes 1a, 1b e 1c	2º tri/ 15	46,90	322,28		369,18
	Saneamento da Zona Oeste	Saneamento da AP 5 (Bacia do Marangá)	2º tri/ 16			431,00	431,00
<b>Renovação Urbana</b>	Porto Maravilha	Porto Maravilha fase 2- obras da PPP	2º tri/ 16	592,00		7608,00	8200,00
	Controle de enchentes da Grande Tijuca	Construção dos reservatórios de retenção	2º tri/ 16	279,29	141,72		421,01
		Desvio do Rio Joana	2º tri/15	42,74	143,20		185,94
	Entorno de instalações olímpicas	Requalificação Urbana do entorno do Estádio João Havelange	1º tri/ 16	87,74			87,74
<b>Social</b>	Programas educacionais	Montagem de 4 escolas da arena de handebol	3º tri/ 17		31,20		31,20
<b>Total</b>				<b>3916,31</b>	<b>1170,40</b>	<b>9174,24</b>	<b>14.260,95</b>

Tabela 2: Matriz de recursos da PCRJ. Fonte: O autor, com dados obtidos através da Matriz de Responsabilidade dos Jogos – 2016

### Estado do Rio de Janeiro

	Tema	Projetos	Conclusão	Recursos (em milhões)		
				Estadual	Privado	Total
<b>Mobilidade</b>	Sistema metroviário	Metrô linha 4- obras e acessibilidade	1º tri/ 16	7633,4		7633,4
		Metrô linha 4 - material rodante e sistemas operacionais	2º tri/ 16		1157,48	1157,48
	Renovação e Acessibilidade de Estações Ferroviárias	Reformas das Estações São Cristóvão, Engenho de Dentro, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque				sem valor definido
<b>Meio Ambiente</b>	Programa de Despoluição da Baía da Guanabara	Implantação do Coletor Tronco Cidade Nova	1º tri/ 16	96		96
	Programa Baía Sem Lixo	Eco barreiras	3º tri/ 15	6,48		6,48
		Eco barcos	2º tri/ 14	12		12
	Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá	Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá	2º tri/ 14	673		673
	Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e	Complementação das obras de esgotamento sanitário da Barra da Tijuca – Lagoa da Tijuca	3º tri/ 15	23,05		23,05

	Jacarepaguá – PSBJ	Esgotamento do Eixo Olímpico	2º tri/ 15	57,9		57,9
		Saneamento da Restinga de Itapeba	3º tri/ 15	50,13		50,13
<b>Total</b>				<b>8551,96</b>	<b>1157,48</b>	<b>9709,44</b>

Tabela 3: Matriz de recursos do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Matriz de Responsabilidade dos Jogos – 2016 (Tabela elaborada pelo autor)

**Governo Federal**

	Tema	Projetos	Conclusão	Recursos (em milhões)			
				ME	MEC	UFRJ	Total
Educação, ciência e tecnologia	LABORATÓRIO BRASILEIRO DE CONTROLE DE DOPAGEM (LBCD)	Construção de novas instalações para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem - LBCD / LADETEC - na UFRJ	jan/12	85,07	19,03	6,37	110,47
		Aquisição de novos equipamentos para o laboratório		Sem dados			
Infraestrutura esportiva	LOCAIS OFICIAIS DE TREINAMENTO	Construção/reforma dos locais oficiais de treinamento		Sem dados			

Tabela 4: Matriz de recursos do Governo federal. Fonte: Matriz de Responsabilidade dos Jogos – 2016 (Tabela elaborada pelo autor).

Em publicação destinada a apresentar os Jogos Olímpicos, sua preparação e o legado para a população, a prefeitura lançou a publicação<sup>72</sup>, em 2016, Jogos Olímpicos e Legado. Caderno de políticas públicas.

A publicação afirma que a preparação para os Jogos foi usada pela prefeitura do Rio para acelerar mudanças capazes de melhorar a qualidade de vida dos moradores e tornar a cidade mais integrada, e que, o princípio norteador é de que os Jogos serviriam à cidade, impulsionando assim seu desenvolvimento. Por isso, afirma a publicação, os Jogos Olímpicos Rio 2016 seriam os Jogos do Legado. Para cada R\$1 investido em equipamento olímpico, outros R\$5 são usados em obras de legado, ou seja, os investimentos teriam o objetivo de melhorar o dia a dia de quem vive na cidade. Na mesma publicação, aparece destacado um trecho do dossiê da candidatura da cidade entregue para o COI, onde afirmava que os jogos acelerariam a transformação do Rio em uma verdadeira “cidade internacional”.

<sup>72</sup> Disponível em [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016\\_estudos\\_PORT.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf)

No dia 10 de novembro de 2015, a ex-presidenta da República, Dilma Rousseff, em visita ao Comitê Organizador da Copa anunciou “os dez mandamentos para os jogos olímpicos”. Uma série de orientações que teriam a ver com o interesse público e que deveriam ser seguidos pelos executivos estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

A lista, segundo o site otempo,<sup>73</sup> de 11 de novembro de 2015, teria sido formulada pelo próprio Eduardo Paes, e continha:

- 1) Deixarás legado para a população em toda a cidade;
- 2) Melhoria em toda a cidade mesmo sem relação direta com o evento;
- 3) Priorizarás as áreas mais carentes e a população mais pobre;
- 4) Não gastarás em estádios mais que em obras para a população, principalmente para saúde e educação;
- 5) Entregarás mais do que prometeste;
- 6) Não desperdiçarás dinheiro público;
- 7) Compartilharás a maior parte dos custos com a iniciativa privada;
- 8) Entregarás uma cidade melhor para os cariocas após os Jogos. E eu acrescento para os brasileiros, porque o Rio de Janeiro é para todos;
- 9) Entregarás as obras no prazo;
- 10) Privilegiarás estruturas simples e não deixarás elefantes brancos", listou a presidente.

Como foi visto acima, as palavras integração e melhorias, principalmente para as parcelas mais carentes da população da cidade, eram as justificativas para os investimentos. Além disso, o argumento era de que o legado constituiria uma “alavanca” para que a cidade avançasse socialmente, garantindo assim, uma cidade mais igual com possibilidades para todos e todas, além de se fazer reconhecida internacionalmente. O que significa realmente isso? É o que pretendemos destrinchar a seguir, posto que muitas intervenções e obras privilegiaram somente alguns setores da população.

Novais (2014, p. 22) argumenta que os megaeventos envolvem a realização de inúmeros projetos, além de oportunizar a canalização de recursos de outras esferas de governo, garantindo intervenções de larga escala, reconfigurando assim o espaço urbano a fim de atender as exigências para as suas realizações.

---

<sup>73</sup> Disponível em: <http://www.otempo.com.br/superfc/dilma-rousseff-1%c3%aa-dez-mandamentos-da-olimp%c3%adada-de-2016-1.1163034>

Para Sánchez, o projeto olímpico de cidade deve ser visto, portanto, como um desenlace de toda uma estratégia que, desde o inícios dos anos de 1990, já vinha sendo construída.

O projeto olímpico de cidade e a chamada “conquista” do Rio de Janeiro para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas devem ser interpretados como o desenlace de um processo, ao longo do qual, em duas décadas, vem se afirmando uma concepção de cidade que indica a profunda influência que o pensamento neoliberal teve sobre as políticas urbanas (SANCHEZ, 2015, p. 366).

Para Novais (2014, p. 25), a ideia de legado presente nos discursos promotores dos grandes eventos visa garantir novas possibilidades de reprodução do capital no território, superando problemas de difícil sustentação política. Desta forma, os grandes eventos com toda a sua promessa de desenvolvimento e superação das desigualdades poderiam contornar eventuais obstáculos a determinadas políticas e ações, caso estivessem fora deste contexto.

Criar o suporte físico, isto é, as instalações e a infraestrutura que conecta os diferentes espaços em que um evento acontece, pereniza o que é aceito como efêmero e, assim dá visibilidade a problemas de difícil sustentação política: custo das obras, de manutenção, transtornos para a estrutura urbana, ociosidade, entre outros. Esse é o motivo do surgimento da ideia de legado, da dupla finalidade atribuída às intervenções: operacional, servindo ao evento, e urbanística, atendendo a cidade (NOVAIS, 2014, p. 25).

O autor, porém, sugere que haveria outro lado do legado, outro desafio a ser cumprido a fim de garantir a realização dos eventos, desta vez, identificado com os interesses econômicos presentes.

O termo “legado” sugere, porém, um outro desafio: o “projeto de cidade”, expressão que indica as intenções para a cidade que começam a realizar-se junto com os preparativos para o evento. Inspirado por representações da sociedade estruturada pelo mercado, conduzido por atores interessados em estimular a dinâmica econômica e orientado para produzir espaços de consumo para os estratos mais altos da sociedade, o projeto de cidade termina funcionando como lugar de tradução das desigualdades do espaço social em assimetrias no espaço físico (NOVAIS, 2014, p. 25).

Para Sánchez (2015, p.368), os megaeventos parecem refletir e ao mesmo tempo condensar a crescente globalização. As relações escalares entre os grandes eventos e a globalização nos permitem avalia-los como fenômenos simultaneamente globais, nacionais e urbanos em suas dimensões econômica, política, cultural e urbana.

Sob a dimensão cultural, a autora associa a experiência dos grandes eventos como uma relação entre diferentes pessoas do mundo mediadas pelo consumo de produtos globalizados, o que traz um sentimento de pertencimento e orgulho aos cidadãos, pois afinal, agora fazem parte “oficialmente” da grande rede mundial. Reconhecer que estão inseridos numa trama global pode trazer, portanto, condições de engajamento necessário para suas realizações.

Na dimensão cultural eles evocam uma experiência compartilhadas pelos cidadãos do mundo. A venda e o consumo dos jogos levam junto a venda da imagem de cidades globalizadas. Nestes termos, também evocam pertencimento e orgulho dos cidadãos. O projeto olímpico e sua economia simbólica transmitem um ideário de “inserção competitiva” da cidade. Um “via a ser” de grande desenvolvimento pressionando assim os cidadãos a um engajamento irrestrito (SANCHEZ, 2015, p. 369).

Podemos considerar, a partir das leituras acima, que os grandes eventos podem funcionar como uma espécie de “atalho” para subtrair empecilhos causados por legislações locais que, a fim de garantir a realização dos mesmos, podem ser suplantadas através de um discurso de superação das desigualdades encontradas no território, através dos legados pretensamente ofertados.

Assim, a partir de suas realizações poderíamos nos aproximar de novos patamares de competitividade das cidades que pretendem, segundo o ideário neoliberal, garantir mais investimentos em uma disputa global de mercados. O impacto local, numa perspectiva política, pode garantir, portanto, novas formas de se governar a cidade, garantindo para isso, a aliança entre atores diversos que têm grandes interesses nessas disputas.

Ao trazer uma análise sobre esta competitividade global no livro *A Cidade do Pensamento Único*, Vainer (2010) analisa que a analogia cidade- empresa<sup>74</sup>, denominação dada pelo autor às cidades que passam a competir no mercado global por mais investimentos, não se esgota em uma proposta administrativa.

O que nos parece central... é que a analogia cidades–empresas não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes

---

<sup>74</sup> Vainer, explica que as cidades, com o avanço neoliberal saem de uma forma passiva e assumem uma forma ativa de sujeito, ganhando assim, uma nova identidade, passam a serem geridas, portanto, através de uma lógica de empresas.

pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito econômico... e mais especificamente, num sujeito/ator cuja a natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação indireta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2010, p. 89).

O legado olímpico nos parece antes de tudo, um produto para alguns, que indiretamente ou diretamente possuem maiores capacidades de gerenciar a estrutura necessária para a realização desses grandes eventos.

A própria concentração dos equipamentos olímpicos no bairro da Barra da Tijuca (figura 17) nos sugere uma clara demonstração de garantir melhores condições de reprodução do capital do setor imobiliário.



Figura 17: Parque Olímpico, localizado no bairro da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Mirian Jeske/ Brasil2016.gov.br. Acessado em junho de 2017.

Sánchez (2015, p. 366) percebe que, no conjunto, as grandes operações urbanas continuam a enaltecer a modernidade da Barra da Tijuca, para Novais (2014, p. 25), a ênfase



no bairro constitui um investimento de conservação do desequilíbrio que alimenta os fluxos metropolitanos.

A fim de compreendermos o volume de recursos relacionados com o legado dos grandes eventos nos predispomos a analisar a Matriz de Responsabilidades<sup>75</sup> que, segundo a Autoridade Pública Olímpica<sup>76</sup>, entidade criada para garantir os investimentos para a realização dos jogos olímpicos, além de prever a transparência sobre os recursos utilizados, engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais perante o Comitê Olímpico Internacional (COI) a fim de garantir o legado à população carioca. São projetos associados exclusivamente à organização e à realização dos Jogos Rio 2016.

No próprio site da referida instituição, como podemos ler abaixo, verificamos que o mesmo associa os gastos ao legado deixado posteriormente para a população carioca e brasileira.

A Autoridade Pública Olímpica (APO) divulgou, em 21 de agosto de 2015, a terceira atualização da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A primeira versão foi divulgada em 28 de janeiro de 2014 e a segunda atualização em 28 de janeiro de 2015. O documento reúne os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados (Federal, Estadual e Municipal) exclusivamente à organização e realização do evento. A Matriz relaciona projetos e responsabilidades pela execução e aporte de recursos, e está organizada por obras e serviços relacionados às regiões olímpicas: Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã. É um documento dinâmico, com permanente acompanhamento e atualização, com o objetivo de garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade. Nesta terceira atualização, os valores somam R\$6,67 bilhões. No documento estão incluídos 46 projetos, dos quais 44 (96%) estão com contrato assinado e obras encaminhadas, sendo que 11 foram concluídos. Os projetos de energia temporária e instalações complementares foram agrupados no tema “multirregião”, mantendo o mesmo nível de maturidade. Por esse motivo, os projetos passaram de 56 (listados na segunda atualização) para 46. Com isso, as quatro regiões olímpicas apresentam todos os projetos com valores e prazos definidos. Para balizar a terceira atualização da Matriz, importantes obras foram concluídas, como as redes de água, luz e esgoto e de energia elétrica do Parque Olímpico da Barra, além da linha de alimentação de energia do campo

---

<sup>75</sup> Todas as matrizes de gastos estarão anexadas ao trabalho, fazendo parte da investigação acadêmica sobre o tema.

<sup>76</sup> Autoridade Pública Olímpica é um consórcio público interfederativo formado pelo governo federal, Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro. Criada pela Lei Federal nº 12.396, de 21 de março de 2011, a APO é uma das garantias oferecidas pelo Brasil ao Comitê Olímpico Internacional (COI), durante a candidatura da cidade do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O objetivo da instituição é coordenar as ações governamentais para o planejamento e a entrega das obras e dos serviços necessários à realização dos Jogos. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/historia/>

de golfe. Depois dos Jogos, a subestação de energia do Parque Olímpico, entregue em maio de 2015, será usada para fornecer energia a parte da Barra e arredores, beneficiando cerca de 40 mil habitantes. A maior parte dos investimentos (R\$4,24 bilhões) continua sendo financiada pelo setor privado. Os projetos que ainda não foram licitados são de curto prazo de execução, com licitação programada para data mais próxima ao evento (AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, 2015).

Podemos confirmar, através da leitura do documento acima, que as instalações olímpicas beneficiarão diretamente 40 mil habitantes da Barra da Tijuca e arredores.

Para entender o que isso pode significar, e colaborar com a ideia de “legado” presente neste subcapítulo, faremos uma comparação entre a Barra da Tijuca e o bairro de Realengo, ambos localizados na Zona Oeste da cidade. Para fim deste pequeno exercício de análise utilizaremos apenas duas variáveis: o nível de energia gasto por moradia residencial e o número de responsáveis por domicílio, com renda acima dos 20 salários mínimos, nestes dois bairros, para isso utilizaremos como fonte de dados, informações do Instituto municipal Pereira Passos<sup>77</sup>. A Barra da Tijuca faz parte da Região Administrativa. XXIV<sup>78</sup> e possui um total de 135.924 residentes, englobando mais de 45% de toda a sua Região Administrativa. As residências do bairro, segundo o site oficial da prefeitura, alcançam 374.150 mwh<sup>79</sup> e 17.139 responsáveis por domicílios possuem renda acima de 20 salários mínimos.

Realengo que também faz parte da Zona Oeste, porém localizado na XXXIII Região Administrativa<sup>80</sup>, possui 180.123 moradores, e seus domicílios juntos gastavam 142.904 mwh de energia elétrica, e possuía 600 responsáveis por domicílios com uma renda superior 20 salários mínimos.

---

<sup>77</sup> Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm). Acessado em 12 de janeiro de 2016.

<sup>78</sup> A XXIV RA possui: 300.823 moradores no total e compreende os bairros de Barra da Tijuca , Camorim , Grumari , Itanhangá , Joá , Recreio dos Bandeirantes , Vargem Grande , Vargem Pequena. Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_ra.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm).

<sup>79</sup> Um megawatt significa uma unidade de medida energética, e é representado por 10<sup>6</sup> watts de potência, ou seja 10, seguidos de 6 zeros. Ou seja um milhão de watts. Fonte: [br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080814174033AALjFBd](http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080814174033AALjFBd).

<sup>80</sup> A XXIV RA possui: 243.006 moradores no total e compreende os bairros de Campo dos Afonsos , Deodoro, Jardim Sulacap , Magalhães Bastos , Realengo , Vila Militar . Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_ra.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm).

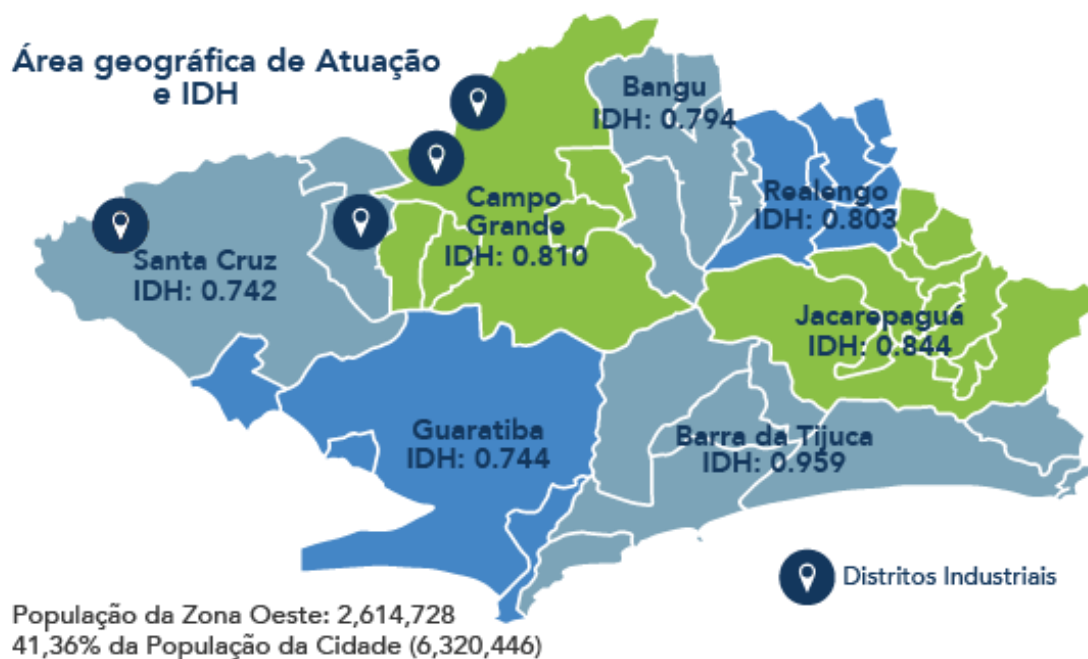


Figura 18: Mapa da Zona Oeste do Rio de Janeiro com seus respectivos IDH. Fonte: [http://www.institutorio.org.br/sobre\\_a\\_zona\\_oeste](http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste). Acessado em abril de 2017.

O resultado desta comparação sugere para quem este legado está sendo deixado, o que é confirmado no próprio site da APO. Este site informa que os investimentos estão concentrados nas áreas próximas ao Parque Olímpico, por concentrar investimento em uma parcela da população que, a princípio, parece ser a que menos precisa destes recursos.

O estabelecimento de todo este conjunto de equipamentos, corresponderão a uma valorização do preço dos imóveis na região. A Barra da Tijuca é um bairro de ocupação relativamente tardia. Foi por volta dos anos 1980 que sua ocupação ganhou folego apoiada por grandes investimentos comerciais, imobiliários e do setor de entretenimento, além de grandes vias, que poderiam vir a ligá-la à Zona Sul e a Grande Tijuca e a áreas mais afastadas da Zona Oeste.

O anúncio dos grandes eventos, precisamente os Jogos Olímpicos de 2016, estabeleceu um novo patamar de investimentos na região, imóveis, hotéis, além de outros estabelecimentos comerciais surgiram de forma avassaladora sobre a localidade.

Sites e propagandas de imóveis<sup>81</sup> já em 2012 previam a valorização em cerca de 50% dos imóveis do bairro. Segundo o site *imovelvip*<sup>82</sup>, que trazia no dia 27 de setembro de 2012, uma fala do presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (**Ademi**), que enfatizava que o “boom” imobiliário em direção à região já era uma tendência natural da cidade e de sua população.

A **Barra da Tijuca** será o grande palco das **Olimpíadas de 2016** no Rio de Janeiro, como você pôde ver no nosso último post. E isso já está traz bons ventos pra região. A expectativa é que até a realização dos Jogos Olímpicos, as vendas de **imóveis** aumente em até 50% no entorno do **Autódromo de Jacarepaguá** (que dará lugar ao **Parque Olímpico do Rio**). Os investimentos público e privado na área somariam R\$ 28,8 bilhões. Para Alexandre Fonseca, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (**Ademi**), essa valorização não é surpresa. Segundo ele, “o Rio é uma cidade bem populosa e geograficamente pequena. E o carioca gosta de morar perto da praia”. As Olimpíadas só estão intensificando uma tendência natural. Já no fim de semana seguinte ao anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede em 2016, foi sensível o aumento no número de clientes buscando **comprar imóvel** na região (ADEMI, 2012, grifos nossos).

Hoje em dia, muitos lançamentos comerciais e residenciais fazem referência aos Jogos Olímpicos como uma forma de promoção do anúncio para vendas e aluguéis.

Gilmar Mascarenhas, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, em entrevista dado ao jornal Estado de São Paulo<sup>83</sup>, argumenta que o modelo de olimpíada utilizado pelo Rio de Janeiro é uma concepção megalômana e que o conceito “Barracêntrico” distorceu as políticas urbanas na cidade.

Necessárias para garantir mobilidade urbana suficiente para a realização dos jogos e que, posteriormente, fariam parte do legado dos jogos para a cidade, as vias de Bus Rapid Transit- BRT<sup>84</sup>, seriam, como podemos ler em (2014, p. 25), mais uma das obras que serviriam ao evento e depois a cidade.

---

<sup>81</sup> Um dos sites pesquisado foi o: <http://imovelvip.com.br/blog/barra-da-tijuca-se-valoriza-com-a-olimpiadas-de-2016/>.

<sup>82</sup> Disponível em: <http://imovelvip.com.br/blog/barra-da-tijuca-se-valoriza-com-a-olimpiadas-de-2016/>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

<sup>83</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,o-rio-insistiu-em-um-modelo-fora-de-moda--diz-gilmar-mascarenhas,10000016145>. Acessado em 22 de fevereiro de 2016.

<sup>84</sup> Significa, em inglês, transporte rápido por ônibus (bus rapid transit). Na prática representa um transporte articulado que trafega em corredor exclusivo e, por isso, é uma alternativa mais rápida de viagem para os passageiros. Na cidade do Rio de

A fim de garantir a mobilidade, necessária para realização dos jogos, a Prefeitura lançou mão da construção de linhas expressas de ônibus (BRTs) que interligam o bairro da Barra da Tijuca, área de concentração dos equipamentos olímpicos, até a Zona Norte da cidade, onde estão localizadas outras instalações olímpicas, como o Parque Radical, Centro Olímpico de Tiro, Centro Aquático, todos no bairro de Deodoro, o Estádio do Maracanã, no bairro do Maracanã e o Engenhão no bairro do Engenho de Dentro, além do Aeroporto Internacional e o Centro da Cidade.

Justificado como parte do legado deixado para a população da Cidade do Rio de Janeiro, a instalação dos BRTs pressupõe um conjunto de mudanças que juntas, pretendiam constituir-se em um novo conceito de mobilidade urbana.

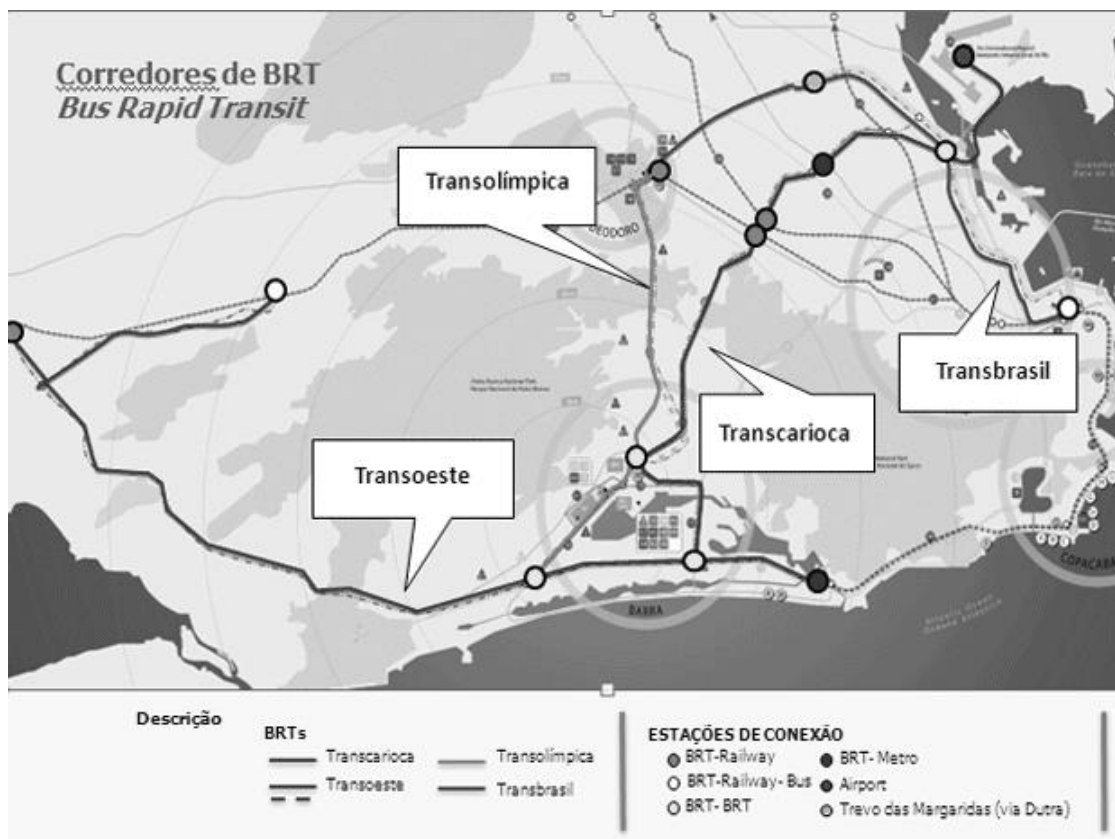


Figura19: Trajeto dos BRTs Fonte: <http://rionwatch.org.br>

Janeiro é administrada por um grupo de empresas privadas, reunidas em consórcio. Nestes corredores 450 mil pessoas serão transportadas por dia. Fonte: <http://www.brtrio.com/conheca>

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através do site Cidade Olímpica que foi dedicado a apresentar as obras relacionadas aos Jogos Olímpicos, informava que as três vias expressas eram a Transcarioca, Transoeste, Transbrasil e Transolímpica. Todas estas ações são apresentadas junto de outras, destinadas a compor o que a Prefeitura chamava de Projeto Legado para a Cidade.

É importante atentar para o fato de que muitas famílias foram removidas por causa dos BRTs e mandadas para longe das antigas moradias, afetando ainda mais a qualidade de vida dessas pessoas.

Ao analisar as desapropriações na cidade do Rio de Janeiro durante o período dos megaeventos, Azevedo e Faulhaber (2015, p. 42), argumentam que estas vias funcionaram como vetores de valorização dos terrenos de suas imediações, favorecendo uma maior margem de lucro para a iniciativa privada.

A reestruturação da área do Porto da cidade, outra intervenção realizada dentro do escopo da realização dos grandes eventos, impactou diretamente na vida de quem ali morava.

A região portuária do Rio de Janeiro compreendida por uma área entre o Centro político econômico da cidade e a baía de Guanabara configura-se como importante ligação da cidade com sua região metropolitana. Ali está localizada a Rodoviária Novo Rio para ônibus intermunicipais e interestaduais e por ali passam importantes vias metropolitanas, como a Avenida Brasil e a Ponte Rio Niterói<sup>85</sup>. Trata-se assim de um eixo articulador para a população do Rio de Janeiro e de sua área metropolitana alcançar seus postos de trabalho e retornar para casa ao final do dia.

---

<sup>85</sup> Por aí passava também o antigo elevado da Perimetral – ainda em fase de desmonte –, que conectava as zonas sul e norte da cidade, contornando o centro.

A referida área é nomeada pela Prefeitura do Rio de Janeiro como Área de Planejamento 1<sup>86</sup> da cidade e compreende os bairros Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, abrangendo 8,40 km<sup>2</sup>, com, segundo dados da Prefeitura em 2010, 48.664 habitantes e 17.368 domicílios<sup>87</sup>.



Figura 20: Localização da área de Planejamento I no município do Rio de Janeiro.  
Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas>

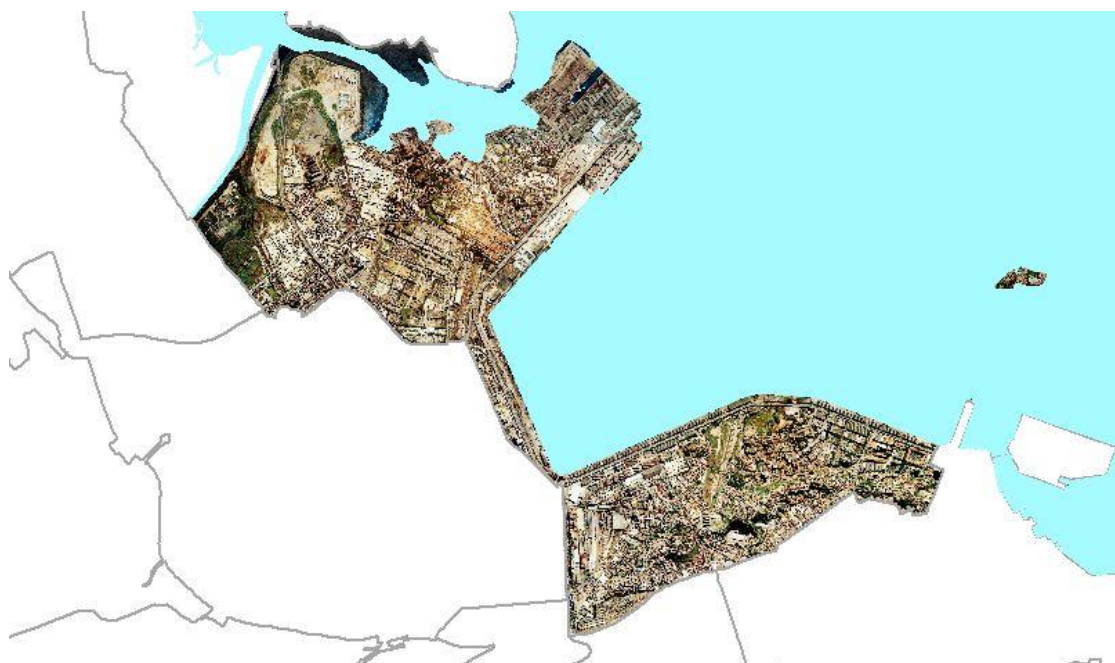


Figura 21: Mapa da área de Planejamento I da cidade do Rio de Janeiro.  
Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas>

<sup>86</sup> Disponível em [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_ra.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm). Acessado em 09.11.2014.

<sup>87</sup> Disponível em [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_ra.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm). Acessado em 09.11.2014.

Também segundo dados da Prefeitura (2000), 17.409 de seus moradores viviam em “aglomerados subnormais”<sup>88</sup> (favelas), ou seja, aproximadamente 35% de toda a sua população, demonstrando assim, um caráter de área popular. Se compararmos estes números com a cidade do Rio de Janeiro<sup>89</sup> observamos que a referida região, proporcionalmente, apresenta mais que o dobro do percentual de seus moradores habitando favelas.

Toda essa realidade constituiu uma forte justificativa para sua recuperação através de um grande projeto urbano, que ganharia condições para sua efetivação a partir da Lei Municipal nº 101/2009<sup>90</sup>, que criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Segundo o site do próprio projeto, que apresenta suas propostas, além de condições e oportunidades de investimento na região, tratava-se de uma ação estratégica e inovadora da Prefeitura do Rio de Janeiro e sua finalidade seria promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, da criação de novas condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer, fomentando o desenvolvimento econômico da região e a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, isto é, a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> Nomenclatura empregada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>89</sup> A cidade do Rio de Janeiro possui uma população de 6.305.279 habitantes, sendo que 1.092.476 deles moram em aglomerados subnormais, isto é, cerca de 17% da população total.

<sup>90</sup> Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/web/projetos/n01/projetoUrbano.aspx>, acessado em 30 de outubro de 2014.

<sup>91</sup> Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/web>. Acessado em 30 de outubro de 2014.





Figura 22: Área de intervenção do Porto Maravilha- Plano urbanístico<sup>92</sup>  
Fonte:<http://www.portomaravilha.com.br/web/projetos/n01/projetoUrbano.aspx>

Além de muitas das propostas não terem saído do papel, os resultados dessas ações criaram e poderão criar, cada vez mais, condições adversas aos seus moradores ao longo do tempo.

Ao dotar toda área de novas possibilidades de expansão do capital (mesmo que inferior ao previsto), a prefeitura criou condições de valorização do solo urbano, o que viria a acarretar em um processo de gentrificação, já que uma parte de sua população poderia não conseguir se manter na região. Outro fato que chama à atenção, é que apesar de ser um projeto público – privado, grande parte dos recursos vieram do setor público.

Para Álvaro Pereira, Doutor em direito pela USP e pesquisador do Porto Maravilha, em entrevista ao site Controvérsia<sup>93</sup> o objetivo do projeto foi o de criar um modelo rentável para o mercado imobiliário privado”.

<sup>92</sup> Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/web/projetos/n01/projetoUrbano.aspx>, acessado em 30 de outubro de 2014.

<sup>93</sup> Disponível em: <http://controversia.com.br/1651>

Além do mais o Plano de habitação de Interesse Popular na região, que poderia se constituir em um legado para sua população, nunca saiu do papel, além de não levar em conta as moradias lá existentes. Para Sanchez<sup>94</sup>, também em depoimento também dado ao site Controvérsia, o projeto acabou por se configurar em uma grande privatização desta parte da cidade.

Ao relacionar o projeto do Porto Maravilha aos jogos olímpicos, Novais (2014) apresenta um discurso crítico que remete aos riscos que a sua população, e a de seu entorno podiam vir a sofrer, além de sustentar que muitas destas intervenções não são fruto de uma necessidade de seus moradores, mas uma imposição para a consolidação de uma nova imagem da cidade como um todo.

“Incluído na carteira dos projetos relacionados aos jogos olímpicos de 2016, o Porto Maravilha é uma Parceria Público-Privada que envolve, entre outras obras, a reconstrução das redes urbanas e a implantação de um sistema de mobilidade que reestrutura a área e modifica a sua articulação com o Centro. A intervenção tem sido criticada por impor o enobrecimento do entorno imediato, forçando inclusive a redução do número de habitantes da Providência, considerada a favela mais antiga do Rio de Janeiro. Um teleférico instalado na comunidade foi criticado pelos moradores em virtude do número de reassentamentos que exigiu e por haver ocupado parte de uma praça. Apesar disso foi mantido como elemento importante para a composição paisagística e para a dinâmica do turismo (NOVAIS, 2014, p.26).”

É importante destacar ainda que os interesses percebidos no contexto do Porto Maravilha estão conectados com a ideia de emergência presente no discurso do governo e voltados para a reprodução de uma ideologia fortemente amparada na construção de uma imagem simbólica que garanta a reprodução do capital através da transferência de solo público para a gestão privada.

O “momento único”, do Rio impactou, segundo Novais (2014, p.15) na própria forma de se observar as favelas da cidade, áreas como vimos no capítulo I deste trabalho, historicamente destinadas a abrigar as porções mais pobres da cidade.

---

<sup>94</sup> Disponível em: <http://controversia.com.br/1651>

Dentro dessa realidade, os espaços de favelas são transformados em cenários da cidade pacificada, ou até mesmo se tornam invisíveis, como no caso da campanha publicitária internacional da empresa Petrobras, onde as favelas, por meio de edições de imagem, simplesmente deixam de aparecer, como podemos ver abaixo na figura 23:

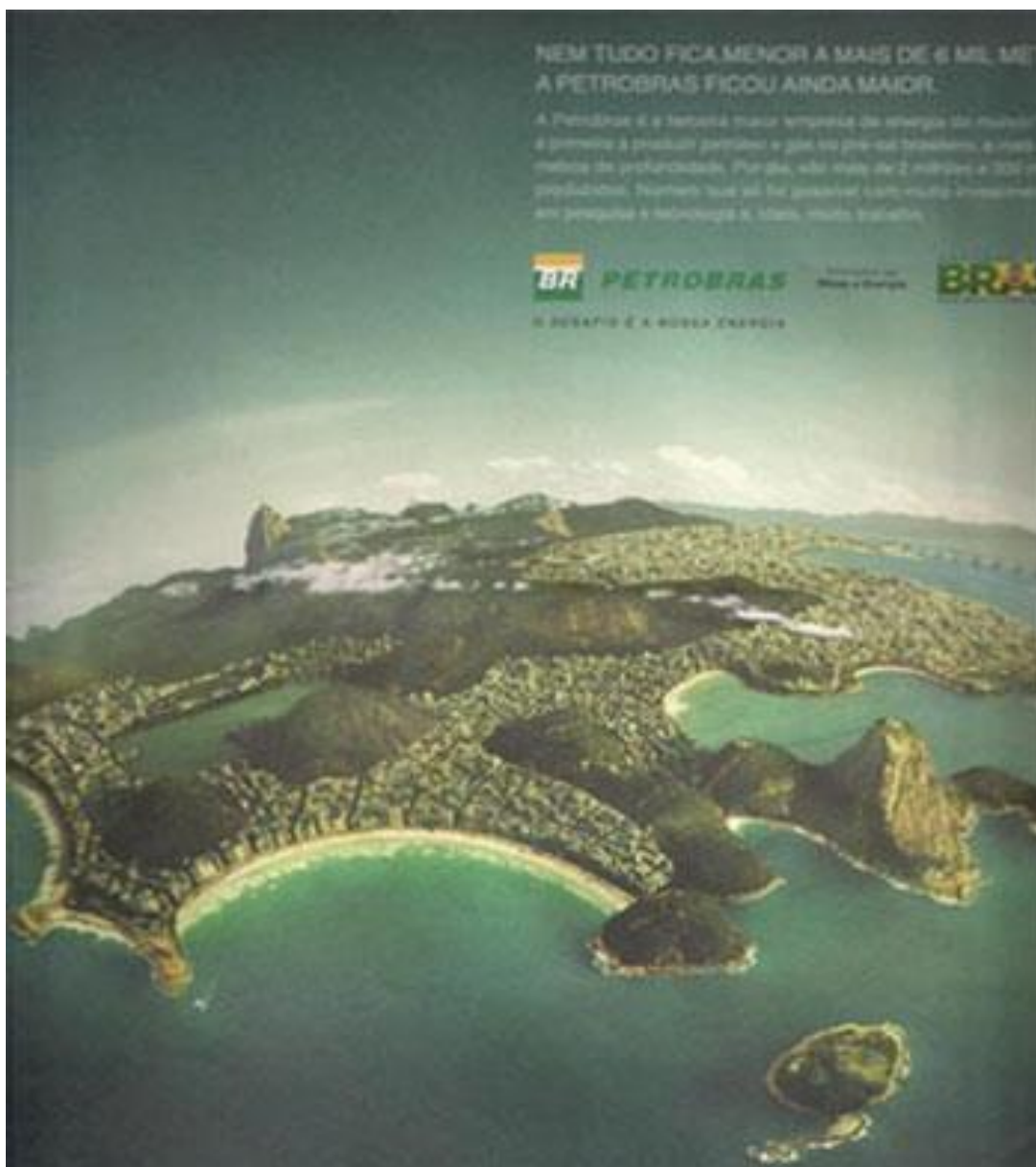


Figura 23: Peça publicitária da Petrobras. Fonte: <http://www.global.org.br/blog/a-invisibilizacao-da-pobreza-e-dos-pobres-no-rio-olimpico/>

Ainda sobre a invisibilização das favelas, em 2011 uma matéria do jornal O Globo<sup>95</sup> informava que a pedido da Prefeitura do Rio o Google iria diminuir a presença das favelas no seu serviço Google Maps (figura 24). Na mesma matéria, podemos ler que Antônio Pedro de Figueira de Melo, secretário especial de turismo e presidente da RIOTUR classificava os mapas do google de “absurdos”, por não diferenciarem bairros de favelas.



Figura 24: Mapa do Google Maps sem favelas. Fonte: <http://www.global.org.br/blog/a-invisibilizacao-da-pobreza-e-dos-pobres-no-rio-olimpico/>

Para Sánchez, Gutterman e Laiber (2015), essas imagens podem garantir um olhar diferenciado dessas áreas, garantindo um novo olhar sobre a própria cidade.

Ao esconder dos olhares internacionais as manifestações da deficiência do capitalismo e projetar a aparência de uma sociedade modelo, de um ethos feliz e “pacificado”, os processos de construção de imagem acabam por distrair a atenção do lado mais sombrio do neoliberalismo, com base em várias exclusões, violência e produção de desigualdades (SANCHEZ, GUTERMAN, LAIBER, 2015, P. 5).

Sobre os impactos dos megaeventos na cidade, Vainer (2013, p.67) considera:

A cidade dos megaeventos precipita, intensifica, generaliza a cidade de exceção e a democracia direta do capital. A Fifa e o COI, verdadeiros cartéis internacionais associados a corporações nacionais e interesses locais, recebem do governo da cidade: isenções de impostos, monopólio dos espaços publicitários, monopólio de equipamentos esportivos resultantes de investimentos públicos (VAINER, 2013, p.67).

<sup>95</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/google-modificara-seus-mapas-sobre-rio-2791639>

De um jeito ou de outro, a população da cidade, em especial, as parcelas mais pobres, seriam atingidas pelo pacote de intervenções destinados aos megaeventos, removidos, desapropriados, vítimas de valorização do solo, e por conseguinte, ameaçados por processos de gentrificação.

A população da cidade, recebeu como legado, uma cidade ainda mais difícil de se viver, segundo Vainer (2013, p.68), a cidade neoliberal neste momento, aprofundou e agudizou problemas que já existiam antes. Para Sanchez (2015, p. 368) os megaeventos acabam por comprometer as receitas públicas e as políticas sociais, favorecendo, contraditoriamente, à multiplicação dos conflitos existentes no território.

Por outro lado, os estratos mais abastados da sociedade ressaltam o sucesso dos jogos a partir de uma visão vinculada da grande mídia. Os eventos foram realizados de forma ordeira, os equipamentos olímpicos não registraram grandes problemas e a grande militarização da cidade transmitiu um clima de segurança. Tal relação deve ser compreendida através de uma perspectiva dialética, onde a garantia de possibilidades de um está associada diretamente à negação destas por tantos outros. O *Legado X Negado*, constitui-se assim numa relação essencial de ser observada para se compreender as disputas de classe da sociedade dentro do território.

As contradições visíveis, percebidas ao longo desta parte do trabalho, nada mais são do que as próprias contradições de uma economia neoliberal, que em momentos de grandes fluxos e movimentações econômicas e financeiras, acabam por agudizar as relações presentes, além de buscarem garantir estruturação permanente para reproduzirem seus capitais. Os megaeventos, inseridos numa perspectiva neoliberal, promovem de forma ainda mais acentuada, essas contradições.

Esta realidade impactará na política de habitação popular na cidade, as exigências relacionadas aos interesses privados irão comprometer ainda mais o oferecimento de serviços públicos de qualidade.

Compreendendo este cenário como determinante para os objetivos a serem alcançados, realizaremos na próxima etapa deste trabalho um aprofundamento sobre a temática da habitação durante a gestão Paes, apresentando nossa pesquisa sobre o Programa Morar Carioca, identificando seus objetivos e explorando a sua implantação.

### **3.4- A produção habitacional e urbanística durante a gestão Paes e o programa Morar Carioca: Por onde andarão?**

Ao assumir a prefeitura do Rio de Janeiro em 2009, Eduardo Paes encontra uma realidade extremamente desafiadora em relação à urbanização e habitação em assentamentos precários, apesar de todas as iniciativas já citadas ao longo do capítulo 2 e das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de urbanização de assentamentos precários, iniciadas antes de seu governo (2007)<sup>96</sup>.

Segundo dados do IBGE<sup>97</sup> referentes ao ano de 2010, a cidade do Rio de Janeiro possuía 763 favelas, com cerca de 1.393.314 moradores, aproximadamente 22% da sua população total. Já em relação ao déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro, em parceria com o Ministério das Cidades<sup>98</sup> apontava, também no ano de 2010, um número de 220.774 moradias populares. Se compararmos este dado em relação ao total do país, 6.490 milhões e do Estado do Rio de Janeiro com 515.067, temos a cidade do Rio de Janeiro sozinha representando quase 4% do

---

<sup>96</sup><http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/urbanizacao-de-assentamentos-precarios/rj>. Acessado em 18 de fevereiro de 2017.

<sup>97</sup> [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 23 de setembro de 2016.

<sup>98</sup> Dados recolhidos do site [www.canalibase.org.br](http://www.canalibase.org.br)



total do déficit habitacional no país e, em relação ao Estado, a cidade apresentava o impressionante percentual de 42% de total do déficit (Figura 25).

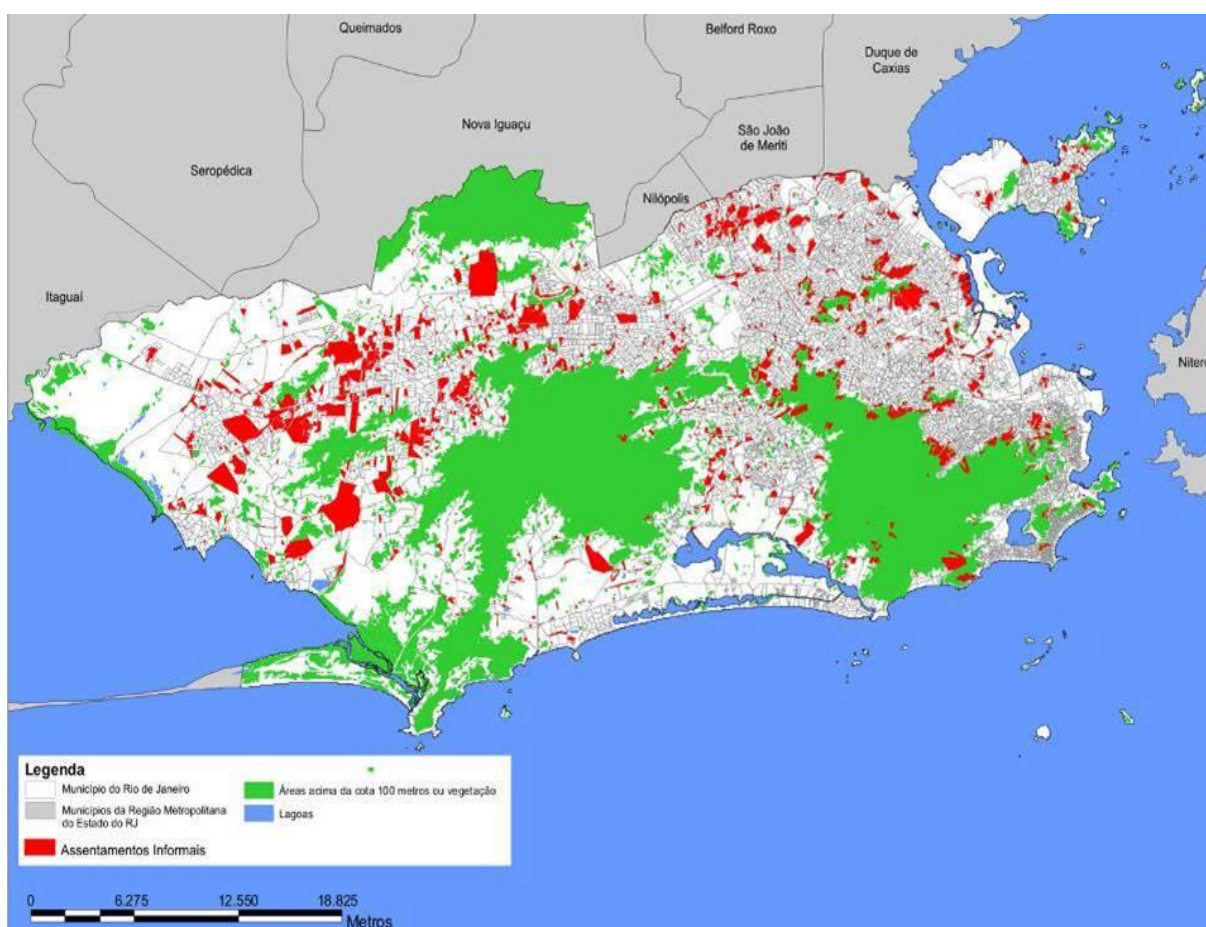


Figura 25 - Mapa de localização de assentamentos informais precários - cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Solange Carvalho, UFRJ.<sup>99</sup>

A fim de lidar com este quadro, o prefeito passa a desenvolver uma gestão urbanística e habitacional marcada por um discurso de ampliação da cobertura do governo nessas áreas, reconhecendo, inclusive, a expertise obtida durante o programa Favela-Bairro como um fator de garantia para suas futuras ações.

Este discurso irá contrastar, como poderemos ver ao longo desta etapa do trabalho, com uma política de remoções, de grande impacto junto à população mais pobre da cidade.

Em relação às favelas e à questão da moradia relacionada aos grupos sociais excluídos, Paes propõe, em 2010, cerca de um ano após a sua eleição, com grande alarde na mídia e nos

<sup>99</sup> O presente mapa é utilizado pela Professora Solange Carvalho em suas aulas na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

espaços referentes a essa temática, o Programa Morar Carioca - Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais, como parte do legado social da cidade referente aos investimentos dos Jogos Olímpicos de 2016. O programa teria, segundo o anúncio oficial, um orçamento de R\$8 bilhões e contaria com a parceria do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) o qual, como no caso do programa antecessor Favela-Bairro, seria responsável por organizar o concurso para a escolha das propostas de melhorias em todas as favelas com mais de 100 casas. Em seu site de apresentação<sup>100</sup>, o referido Programa informava em 2010 que até o ano de 2020, o poder público garantiria a integração urbana e social de **todas** (grifo nosso) as favelas do Rio de Janeiro:

“O programa Morar Carioca foi criado em julho de 2010 pela Prefeitura do Rio com o objetivo de promover a inclusão social, através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020. O programa faz parte do legado da Prefeitura para realização das Olimpíadas e tem como meta investir R\$ 8 bilhões, sendo 2 bilhões até 2012. Resultado da experiência acumulada pela Prefeitura em áreas carentes, o Morar Carioca é um plano municipal de integração de assentamentos precários informais” (PROGRAMA MORAR CARIOCA, 2010).

Segundo o site Rio On Watch<sup>101</sup>, de 15 de maio de 2013, o programa Morar Carioca foi desenhado para aproveitar o aprendizado do programa Favela-Bairro e dar sequência ao seu trabalho. Também, segundo o mesmo site, parte da literatura sobre o empréstimo de \$150 milhões de dólares do BID para o programa chama-o de “Favela Bairro Fase III.”

A publicação ainda cita que a prefeitura estaria comprometida com obras urbanização em larga escala (obras públicas para melhorar os serviços de água e esgoto, sistemas de drenagem, pavimentação, iluminação pública, oferta de áreas verdes, quadras esportivas, áreas de lazer, bem como a construção e instalação de equipamentos em centros de serviços sociais), além de regularização fundiária e de serviços sociais, tais como centros de educação e saúde, e tinha como objetivo final, atingir um total de 586 assentamentos<sup>102</sup>.

---

<sup>100</sup> Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>. Acesso em 26 de setembro de 2012.

<sup>101</sup> [www.rioonwatch.org.br](http://www.rioonwatch.org.br). 15 de maio de 2013. Acessado em março de 2015.

<sup>102</sup> Disponível em: [http://www.iabtj.org.br/morarcarioca/o\\_programa/](http://www.iabtj.org.br/morarcarioca/o_programa/).



Apesar de ter sido anunciado em 2010, somente em 2012 foi publicado o Decreto Municipal Nº. 36.388/2012<sup>103</sup> que instituía o Programa Morar Carioca. O Programa, segundo a Prefeitura, respondia ao Artigo 210 da Lei Complementar Nº. 111/2011, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e o Artigo 429 da Lei Orgânica Municipal. Reconhecia também em seu escopo que a ausência histórica de políticas habitacionais proporcionou a autoconstrução e a produção informal como a única alternativa para a população de baixa renda garantir sua moradia.

A legislação incorporava, portanto, o caráter histórico do crescimento das ocupações informais na cidade, bem como associava o programa à Lei Orgânica e ao Plano Diretor da Cidade. O Decreto também afirmava que a realização dos jogos de 2016 serviria como um catalizador de recursos para a realização de objetivos de inclusão sócio- territorial e de ampliação do direito à cidade, que se constituiriam nos principais legados urbano e ambiental dos Jogos.

CONSIDERANDO que a histórica ausência de políticas habitacionais fez da produção informal e da autoconstrução a alternativa através da qual a população de mais baixa renda atendeu às suas necessidades de moradia e que a informalidade deixou de ser uma exceção e se transformou em regra para a maior parte desta população, resultando em loteamentos irregulares e clandestinos e favelas em áreas em muitos casos impróprias; CONSIDERANDO que todo o território municipal deve ser objeto de conservação e manutenção de mesmo padrão de qualidade, independente de sua condição formal ou informal; CONSIDERANDO que ao longo das últimas décadas, houve um crescimento das ocupações desordenadas na cidade com a construção de habitações precárias e irregulares, as quais no fim de 2008, ocupavam 3,8% do território e que apesar da implantação bem-sucedida de alguns programas de urbanização, a cidade ainda possui muitos assentamentos não urbanizados ou em áreas de risco; CONSIDERANDO que, no período mais recente, entre 1999 e 2008, a cidade continuou a experimentar a expansão horizontal de assentamentos precários, que cresceram mais 3,4 milhões de metros quadrados; CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, II e VI do art. 429 da Lei Orgânica Municipal que determina que a política de desenvolvimento municipal deve prover equipamentos e serviços urbanos para todos os cidadãos, garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e promover a urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda; CONSIDERANDO o disposto no §2º do art. 210 da Lei Complementar 111/2011, Plano Diretor, prevendo que a urbanização de favelas e loteamentos

---

<sup>103</sup> [http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2012/11/decreto\\_36388.29.10.2012\\_morar\\_carioca.pdf](http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2012/11/decreto_36388.29.10.2012_morar_carioca.pdf)

irregulares e clandestinos será realizada mediante intervenção de planejamento e implantação de infraestrutura, com a definição das obras a serem executadas em cada etapa, conforme projeto urbanístico; CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar 111, Plano Diretor, nos art. 200 a 212, que tratam da Política de Habitação e 230 a 243, que tratam da Política de Regularização Urbanística e Fundiária; 1 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CONSIDERANDO que a realização dos Jogos Olímpicos 2016 servirá como catalisador de recursos para a realização de objetivos de inclusão sócio- territorial e ampliação do direito à cidade, que se constituirão no principal Legado Urbano e Ambiental dos Jogos (DECRETO MUNICIPAL 36388/2012, de 29 de outubro de 2012).

O decreto também informa que a coordenação do programa seria feita pela Secretaria Municipal de Habitação-SMH e garantia, em seu Artigo 1º, § 2º, que ficava assegurada a participação da sociedade organizada em todas as suas etapas de execução através de assembleias, reuniões nas comunidades e de apresentações e debates abertos à participação da sociedade civil organizada e também aos cidadãos. Definia que o Morar Carioca deveria ser parte integrante do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, do qual se constituiria como instrumento de urbanização, regularização e provisão de moradias, em consonância com o disposto na Lei Complementar Nº. 111/2011.

No meio acadêmico, nas entidades ligadas à área e nos escritórios de engenharia e arquitetura o Programa gerou grande expectativa. Sua associação direta ao programa Favela-Bairro, aliado a um contexto extremamente promissor, onde recursos e ações federais, estaduais e municipais pareciam convergir para um mesmo objetivo, fizeram com que atores destes níveis demonstrassem grande empolgação com o Morar Carioca, como Isabel Tostes, arquiteta-urbanista que em 2009, estava à frente da Coordenadoria de Inclusão Social e tinha como atribuição o acompanhamento social dos programas e ações habitacionais da Secretaria Municipal de Habitação, como o PAC, Finhis e Morar Carioca. A arquiteta, em edição do IAB<sup>104</sup> de 2013, destacava, como podemos ler na citação abaixo, os avanços do programa, que seriam suficientes para afirmar que a página da remoção teria sido deixada para trás.

---

<sup>104</sup> Cidade Integrada III. Publicação feita em conjunto entre o Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro. 2013.

Hoje, em pleno século 21, às vésperas de a cidade do Rio sediar os Jogos Olímpicos de 2016, e, antes disso receber a Copa de 2014, temos o alinhamento dos três níveis de governo e investimentos consistentes em habitação destinada aos mais pobres. **A página da remoção foi virada.** A urbanização, a desocupação de áreas de risco, seguida do reassentamento em área próxima, e as melhorias habitacionais são linhas mestras de atuação (TOSTES, 2013, p. 12, grifo nosso).

Como resultado da parceria o IAB- RJ organizou um concurso de projetos em 2010, onde mais de oitenta escritórios de arquitetura de todo o mundo apresentaram propostas para a urbanização de favelas. Quarenta empresas vencedoras foram escolhidas e a cada uma foi atribuída um agrupamento de favelas para criação de planos específicos referentes à sua topografia, distribuição e necessidades de serviços sociais. No início de 2011, o Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar<sup>105</sup> disse que o objetivo era que todas essas melhorias (dispostas a atingir 216 favelas) **fossem concluídos até a Copa do Mundo de 2014** (grifo nosso).

Os escritórios vencedores foram anunciados através do site do IAB- RJ<sup>106</sup>, que também informava como seria desenvolvido o programa, suas ações até o momento e a expectativa das obras. Esta apresentação informava em seu início que, “até 2020 seriam urbanizadas 251 unidades que corresponderiam a 586 assentamentos que se classificavam como não urbanizados ou parcialmente urbanizados. E que este conjunto representava mais 232 mil domicílios, correspondendo a 67% do total de domicílios localizados em favelas, que somados aos mais de 97 mil domicílios localizados em favelas já urbanizadas elevaria o percentual de atendimento a 95%”.

Entendemos, decorrente de nossas entrevistas<sup>107</sup> realizadas junto aos escritórios selecionados para a execução do primeiro ciclo que estas unidades se referiam às suas áreas de

---

<sup>105</sup> Retirado da História de urbanização das favelas III, elaborado pelo site Rio OnWatch. Abril de 2013.

<sup>106</sup> [http://www.iabRJ.org.br/morarcarioca/o\\_programa/](http://www.iabRJ.org.br/morarcarioca/o_programa/)

<sup>107</sup> Foram realizados no início do mês de julho de 2017, contatos com os doze escritórios selecionados no concurso do Morar Carioca. Destes, oito retornaram, foram eles, *In Site*, Hector Vigliecca, Arqhos, NAPP, AGRAR, Heitor Derbli, Concremat e FFA, sendo que este último informou que sequer teve seu contrato formalizado, e que, de fato não participou de nenhuma etapa do Programa. Não foram encontrados na web, nem em documentos do programa, referências, telefônica ou digital, para contato com o escritório LVA Estruturação Desenvolvimento de Empreendimento.

atuação, e que poderiam contar com mais de um assentamento precário em seu território, como por exemplo complexos de favelas e bairros. Por isso, observaremos a seguir no cronograma oferecido, um quantitativo de assentamentos precários correspondendo a um determinado número de unidades.

Ciclo 01 – abrangeu o período de 2010 a 2012 (com possibilidade de prorrogação de prazo até 2013). Neste ciclo estavam agrupados 68 assentamentos precários que correspondiam a 23 unidades, cujos projetos e obras já estavam em andamento coordenados pela Secretaria Municipal de Habitação;

Ciclo 02 – abrangeu o período de 2012 a 2016 (projetos entre 2012 e 2013, obras entre 2013 e 2016). Este ciclo contemplaria 218 assentamentos precários que correspondiam a 82 unidades, cujos projetos estavam distribuídos em 40 agrupamentos para contratação. Durante a elaboração dos projetos, a prefeitura trabalharia na captação de recursos e na definição de critérios para priorização das intervenções.

Ciclo 03 – abrangeria o período de 2015 a 2020 (previsão inicial de elaboração de projetos entre 2015 e 2017 e obras entre 2017 e 2020). Neste ciclo estavam agrupados os 300 assentamentos urbanizáveis restantes com mais de 100 domicílios não contemplados nos Ciclos 1 e 2 e que correspondiam a 162 unidades.

Podemos ver a seguir, na tabela 5, os escritórios selecionados para o primeiro ciclo de atendimento e as suas 23 unidades selecionadas (bairros de atuação), logo após, na figura 26, veremos suas distribuições geográficas pela cidade.

Escritórios	Bairros
Heitor Derbli	Caju Vasco da Gama
In Site	Colégio
Atelier Metropolitano	Vigário Geral e Pavuna
Agrar	Santa Teresa Rio Comprido
Hector Vigliecca	Vila Isabel Engenho Novo
LVA	Copacabana Botafogo
Arqhos	Cordovil Brás de Pina
Aucasul	Praça Seca Tanque
Napp	Praça Seca
FFA	Freguesia Jacarepaguá
Corcovado	Curicica Jacarepaguá
Concremat	Bangu Santíssimo Senador Camará

Tabela 5: realizada pelo autor, com dados coletados no site [http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/o\\_programa/](http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/o_programa/)

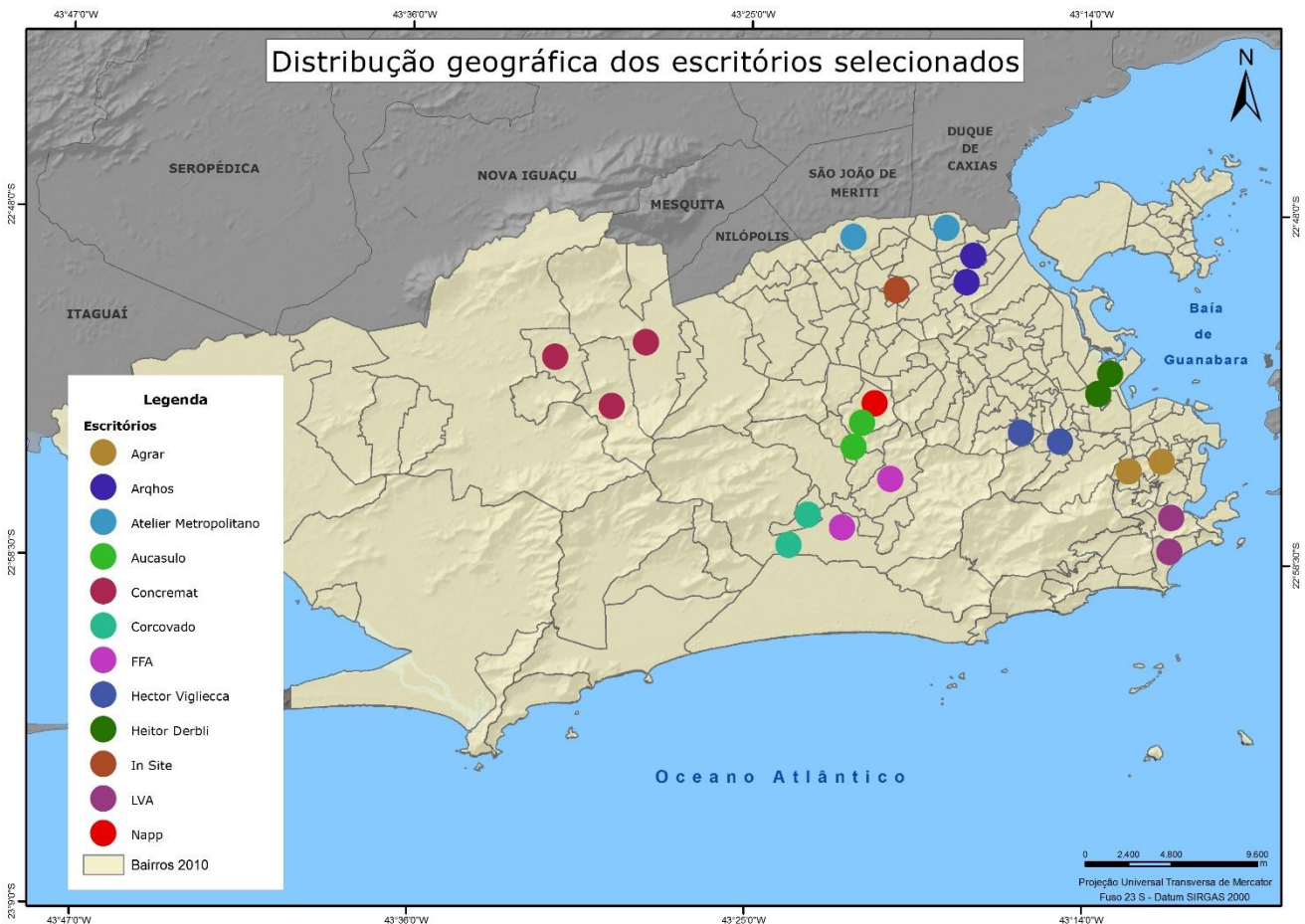


Figura 26: Mapa de distribuição dos escritórios de arquitetura aptos à atender o primeiro ciclo do programa.  
 Fonte: Rafael Drummond, com dados obtidos no IAB-Morar Carioca. Base do mapa: IPLANRIO

A tabela e a representação gráfica acima indicam uma concentração das primeiras áreas de intervenção na Zona Norte da cidade, com dez intervenções (Pavuna, Caju, Brás de Pina, Cordovil, Vasco da Gama, Colégio, Vila Isabel, Engenho Novo, Vigário Geral, Rio Comprido), com a participação de seis escritórios, ou seja, esta área representa cerca de 45% das intervenções do Programa; depois temos a grande região de Jacarepaguá com sete intervenções realizadas por quatro escritórios (Praça Seca, com dois escritórios, Jacarepaguá, com dois escritórios, Tanque e Curicica), representando cerca de 31% das ações do programa; depois temos a Zona Sul/Centro da cidade com três intervenções desenvolvidas por dois escritórios (Santa Teresa, Copacabana, Botafogo) e finalmente a Zona Oeste da cidade, com três intervenções de responsabilidade de apenas um escritório (Bangu, Santíssimo, Senador Camará), representando somente cerca de 13% das obras.

Em um primeiro momento, um fato chama atenção, já que o Plano Diretor da Cidade reconhece à Zona Oeste como uma área que necessita de assistência pública para sua ocupação, porém somente na área da Grande Jacarepaguá (área próxima à maior concentração de eventos durante os Jogos Olímpicos), podemos observar uma concentração de esforços, ao contrário do restante da região, que possui planejamento para somente três bairros, Bangu, Santíssimo e Senador Camará, deixando de fora um extenso território.

Presente em um momento em que a cidade vivia grande euforia por conta de ter sido escolhida para sediar dois grandes eventos mundiais, a apresentação do Morar Carioca foi realizada, inclusive, em âmbito internacional, onde temos como exemplo, a participação de Eduardo Paes em um TED Talk<sup>108</sup> sobre cidade do futuro, realizado no estado da Califórnia, Estados Unidos. Segundo uma publicação do jornal O Globo<sup>109</sup> de 01 de março de 2012, o prefeito no evento ao abordar à habitação, destacou que no Rio 1,4 milhão de pessoas viviam em favelas e que estas, apesar de serem tratadas como problemas, deveriam se tornar solução.

Elas podem se tornar solução, se o poder público investir em urbanização nessas áreas — disse o prefeito, dando o exemplo da Praça do Conhecimento, no Complexo do Alemão, onde moradores podem fazer cursos de capacitação na área de tecnologia (PAES, O Globo, 01 de março de 2012).

A partir de 2012, com os recursos liberados, os escritórios passaram a operacionalizar as ações contratadas. Articulações com lideranças comunitárias e associações de moradores foram realizadas a fim de iniciar a execução do planejamento.

O Escritório In Site<sup>110</sup>, em Vila São Jorge/ Para Pedro<sup>111</sup>, comunidade localizada no bairro de Colégio, por exemplo, chegou a montar um escritório dentro da própria comunidade,

---

<sup>108</sup> Assistido no site: [http://www.ted.com/talks/eduardo\\_paes\\_the\\_4\\_commandments\\_of\\_cities?language=en#t-29317](http://www.ted.com/talks/eduardo_paes_the_4_commandments_of_cities?language=en#t-29317)

<sup>109</sup> Disponível Em: <https://oglobo.globo.com/aniversario/paes-da-sua-receita-de-cidade-do-futuro-em-conferencia-nos-eua-4107674#ixzz1wHvTQVkg>

<sup>110</sup> Durante este período, o autor deste trabalho compôs a equipe social do escritório, que tinha como objetivo levantar informações sobre o território e a sua população a fim de subsidiar os projetos realizados pelo escritório.

<sup>111</sup> A própria comunidade não tem uma definição consolidada acerca do nome, Para Pedro, era um nome mais antigo, muito utilizado pela população de faixa etária mais velha, porém, o nome Vila São Jorge, surgido nos anos 1990, tem muita força junto aos moradores mais novos, e é o nome que a Prefeitura optou por designar o território.

em parceria com a associação de moradores, oferecendo como contrapartida a reforma de sua sede.

Todas as equipes dos escritórios, seguindo a orientação da prefeitura, eram obrigadas a realizar um “plano de diagnóstico social” que teria como objetivo coletar informações sobre os territórios contemplados pelo programa a fim de subsidiar o planejamento das obras a serem planejadas pelos escritórios, e alimentar a base de dados da própria prefeitura que, desta forma, teria informações suficientes para atuar nestas comunidades. Todos os escritórios envolvidos montaram suas equipes sociais que contavam com profissionais de diferentes áreas, como antropólogos, sociólogos, geógrafos, assistentes sociais, dentre outros.

Também para garantir uma melhor escuta e criar espaços de participação para a comunidade, foi contratada logo no início do projeto, a organização não governamental IBASE que promoveu espaços de escuta da comunidade, grupos focais e reuniões dos moradores junto aos escritórios, além de garantir um acervo de filmagens documentais para o programa.





Figura 27: Rodas de conversas do IBASE em Vila São Jorge/ Para Pedro. Fonte: O autor

A partir do início do trabalho das equipes dos escritórios e do IBASE o programa foi apresentado à população, gerando enorme expectativa entre os moradores.

Em Vila São Jorge/Para Pedro, área de responsabilidade do escritório *In Site*, foram reunidas, no dia 18 de junho de 2012, cerca de três mil pessoas<sup>112</sup> no campo de futebol da comunidade. Estavam presentes, além dos moradores da comunidade, autoridades da prefeitura, políticos locais, técnicos do escritório, lideranças da comunidade e de toda a região de seu entorno.

---

<sup>112</sup> Número aferido pela equipe social do escritório *In Site*, junto da Associação de Moradores no dia 16 de junho de 2012.

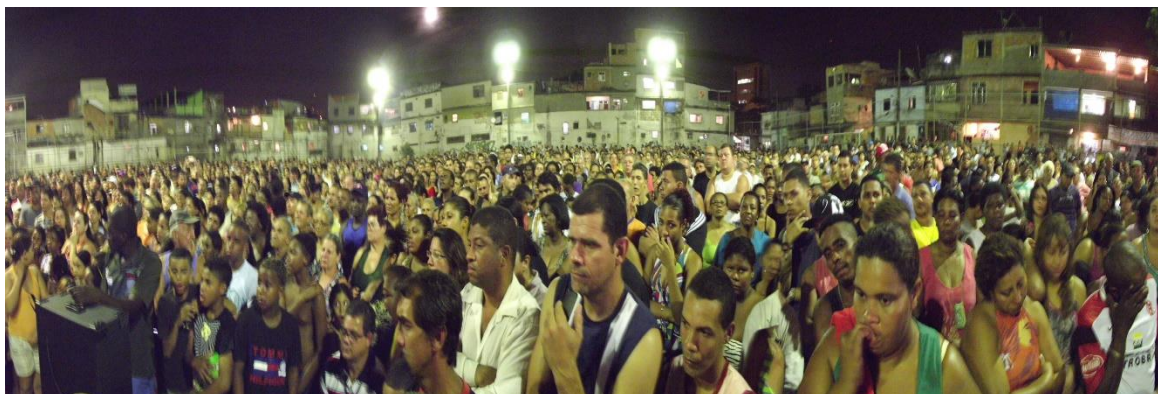


Figura 28: Foto da apresentação do Programa Morar Carioca aos moradores da comunidade de Vila São Jorge/ Para Pedro.

Fonte: O autor. Equipe social do Escritório In Site.

Também aconteceram, neste período, apresentações para diferentes secretarias onde os projetos dos escritórios recebiam sugestões e críticas. Em várias dessas reuniões, estavam presentes técnicos da prefeitura, membros do IAB e acadêmicos.

Segundo o site Rio On Watch<sup>113</sup> de 15 de maio de 2013, este paradigma da prefeitura em trabalhar com moradores para determinar suas prioridades estaria à milhas de distância da política de “recivilização” dos parques proletários de onde moradores foram despejados nos anos 40<sup>114</sup>.

Tamanha movimentação e também a presença dos escritórios *In loco*, além da garantia de diferentes espaços de participação, geraram expectativas e esperanças de melhoras nas comunidades atendidas.

Toda via, em pelo menos uma delas, Vila União Curicica, localizada no bairro de Jacarepaguá, este foi um momento marcado por uma grande contradição, posto que em setembro de 2012, técnicos do IBASE iniciaram seus trabalhos dentro do escopo do Morar Carioca, porém, em novembro de 2012 a associação de moradores local foi informada por

---

<sup>113</sup> Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=5735>. Acessado em março de 2014.

<sup>114</sup> O Código de Obras de 1937 identificava as favelas como um mal a ser extirpado e proibia “a construção de novas moradias, assim como a melhoria das existentes”, propondo a construção de “habitações proletárias”, o que serviria de parâmetro para o projeto de construção dos parques proletários implementados a partir do início da década 1940 (BURGOS, 2006, p. 27). Os três primeiros parques proletários foram construídos nos bairros do Caju, Gávea e Leblon, entre 1941 e 1942, “para onde foram transferidos cerca de quatro mil favelados, de um universo de 130 mil. Fonte: Vinicius Bandeira, 2013.

técnicos da prefeitura que a comunidade seria removida, já que estava no meio de um dos trajetos da Transolímpica. De fato, parte da comunidade foi removida, mas outra parcela permanece até hoje no local.

De acordo com a pesquisa realizada neste trabalho, o período compreendido entre o final do ano de 2012 e início do ano de 2013 marcou uma “virada” no programa. Em janeiro de 2013 a prefeitura abortou de forma abrupta o diálogo com a população e dispensou o trabalho do IBASE, deixando de atender assim a um dos pilares do programa, a garantia de participação popular. Também no final de 2012 o diagnóstico social e os relatórios sociais, responsabilidades dos escritórios contratados, deixaram de ser exigidos, em ambos os casos foram feitos sem nenhuma comunicação anterior.

A partir deste momento, concomitante ao avanço das obras olímpicas e as remoções na cidade do Rio de Janeiro, fica extremamente difícil analisar o verdadeiro impacto do programa junto às populações diretamente afetadas, já que diferentes versões do programa foram apresentadas pela prefeitura a partir do início do ano de 2013.

A fim de averiguarmos a repercussão dos projetos selecionados no concurso, realizamos, através de contatos telefônicos e meio digital, diálogos com os responsáveis pelos escritórios selecionados com o intuito de buscar informações e opiniões a respeito das intervenções por eles planejadas.

Quase todos foram unânimes em afirmar que desconheciam o destino de seus planos básicos entregues à prefeitura. Informações extraoficiais de intervenções realizadas, desconhecimento e a certeza de que nada foi realizado foram as principais respostas coletadas pelo autor. Mônica de Oliveira Santos, coordenadora do projeto pela empresa Concremat, responsável pelo projeto básico de urbanismo do Complexo da Fazenda Coqueiro, localizada nos bairros de bangu, Senador Camará e Santíssimo, afirmou ter certeza de que nenhuma obra prevista por sua equipe havia sido realizada, Já Frederico Paione, arquiteto titular do escritório

*In Site*, declarou em entrevista ao autor que sabia através de informações vindas de fora, que apenas obras de infraestrutura haviam sido realizadas na comunidade de Vila São Jorge/ Para Pedro, localizada no bairro de Colégio.

Em comum, todos os escritórios lamentavam o destino do projeto, Paione (2017), afirmou que apesar do IAB ter feito um bom trabalho na condução do concurso, suas motivações (do programa) foram outras, diferentes dos interesses das comunidades atendidas.

Sem dúvida o IAB fez um trabalho muito bom, conduziu, realmente, da melhor forma que podia. Mas não tem jeito, o concurso foi apenas uma jogada de marketing, para conquistar de alguma forma o apoio do IAB, para que não existissem críticas iniciais e também para criar uma imagem junto à sociedade. (PAIONE, 2017)

Cláudia Cerpa, coordenadora do escritório NAPP, informou que a prefeitura alegou que não haveriam verbas para as intervenções planejadas e que somente as primeiras propostas seriam contempladas de alguma forma. Através de sua direção, o escritório AGRAR informou que ainda estão finalizando o contrato, aguardando aprovações finais da disciplina de infraestrutura em locais do bairro de Santa Teresa, Centro do Rio de Janeiro.

Segundo os escritórios consultados, todos, com exceção da FFA, que não chegou, segundo a empresa, a assinar contrato com a prefeitura, entregaram seus projetos básicos. Porém, como já foi dito acima, nenhuma dessas intervenções se materializou. É fundamental destacar que as equipes destes escritórios estiveram na comunidade, realizaram seus trabalhos, o que, como já vimos gerou grande expectativa das populações atendidas, e também por causa disso um enorme desgaste desses profissionais com a comunidade.

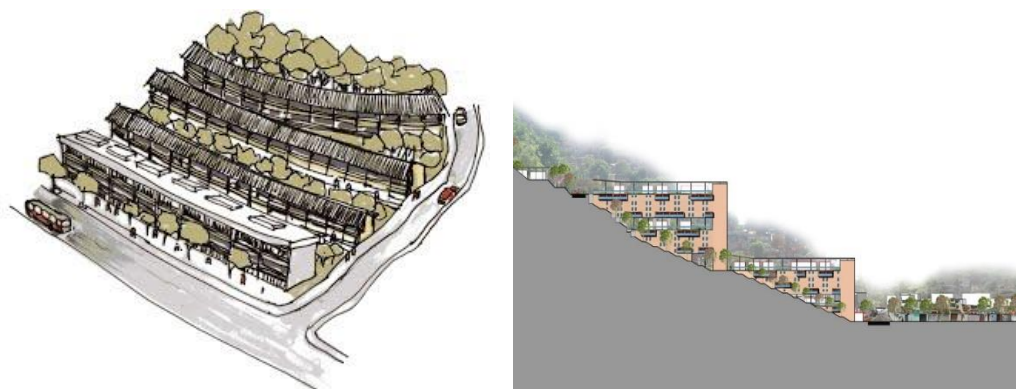


Figura 29: Imagens de etapas dos projetos básicos desenvolvidos pelos escritórios NAPP e Hector Viglieca.

Fonte: Escritórios NAPP e Hector Viglieca.

Outros escritórios, selecionados para os ciclos posteriores previstos, apesar de selecionados, nunca foram chamados, por causa disso um grande desânimo se abateu sobre estes profissionais, como podemos ler no depoimento da arquiteta Jacira Farias para o jornal O Globo de 18 de maio de 2014<sup>115</sup>:

Apresentamos uma proposta que seria usada na área do Saquacu, perto do Cesarão. Soube informalmente que não seria contratado nenhum escritório da AP-5, só os das áreas do Centro e Tijuca e os que ficam perto dos polos de jogos da Copa e das Olimpíadas. Mas oficialmente ninguém nos fala nada desde agosto de 2013, numa das três vezes em que fomos convocados e chamados a apresentar documentos — contou Jacira, que contabiliza já ter gasto R\$ 10 mil com a emissão (e reemissão) de certidões desde que seu escritório foi selecionado. — Até já desmobilizei a equipe — diz ela que, junto com a sócia Juliana Canedo, montou um grupo multidisciplinar para o trabalho (JACIRA FARIAS, O Globo, 18 de maio de 2014)

Em entrevista à Kate Steiker- Ginzberg, para formulação de artigo<sup>116</sup>, parte de sua tese de Graduação na Universidade de Colúmbia, Pedro da Luz Moreira, presidente do IAB- Rio, afirma que o Morar Carioca “saiu da agenda política”, descrevendo um prefeito que abandonou um projeto baseado em suas vontades políticas. Já Antônio Augusto Veríssimo, ex-Coordenador de Planejamento e Projetos da SMH, no mesmo artigo explica, “Nós (SMH) não tomamos a decisão... todas as ordens para suspender (os contratos) vieram de cima para baixo. Foi uma ordem direta do prefeito”. Quando perguntado sobre as empresas de arquitetura

<sup>115</sup> Disponível em [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br) de 18 de maio de 2014.

<sup>116</sup> Este artigo é uma versão revisada de um trabalho apresentado na Reunião Anual da Associação de Geógrafos Americanos (Tampa, FL. Abril 2014). Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=12410>.

restantes, acrescentou: “Nós não tivemos um sinal verde do prefeito para contratar o resto das equipes”, descrevendo uma “desaceleração” do programa e como os recursos previstos foram desviados para outras agendas, como poderemos ver adiante neste trabalho.

Os escritórios contratados também expressam sua decepção com os desdobramentos do programa, Paione (2017), confirma este sentimento quando explicita sua frustração com o andamento observado.

Acredito pessoalmente que os motivos destas alterações quanto aos planos básicos entregues pelos escritórios estão relacionados com uma mudança de conceito ao longo da gestão passada. Do nosso trabalho não ficou nada, é lamentável, um grande desperdício de recursos públicos, além de um enorme desgaste junto à população atendida. (PAIONE, 2017)

Jonas Godinho responsável pelo Morar Carioca pelo escritório Arqhos relatou que até onde sabia o projeto básico apresentado havia sido dividido em três licitações, e lamenta o fato disso ter ocorrido, posto que a força presente em suas propostas residia na integração das intervenções, pensadas, inclusive para fora da área de atuação dos mesmos. Já Mônica de Oliveira Santos da Concremat, ao afirmar que nenhuma proposta deles havia sido licitada, pondera que o conceito apresentado pela prefeitura era até interessante, porém nada foi realizado de acordo com os projetos encaminhados, Heitor Derbli, arquiteto responsável pelo escritório que leva seu nome, responsável por obras do Morar Carioca nos bairros de São Cristóvão e Vasco da Gama, informou que somente obras de infraestrutura foram realizadas em suas áreas de atuação. O mesmo fez críticas contundentes à gestão Paes, caracterizando-a como um engodo, uma falsidade<sup>117</sup>. Segundo o arquiteto o programa constituiu uma verdadeira mentira e também criticou o legado dos megaeventos realizados na cidade que, segundo ele, nada ficou para a população.

Também, segundo o artigo supracitado, “problemas financeiros” prejudicaram o programa, porém, ao que tudo indica em um determinado momento após a reeleição de Eduardo

---

<sup>117</sup> O Arquiteto Heitor Derbli, durante sua entrevista ao autor autorizou o uso das críticas apresentadas neste trabalho.



Paes, o Morar Carioca sai da agenda da prefeitura, que ocupada com os prazos associados aos megaeventos, passa, paulatinamente a esvaziar as ações do Programa, ofertando informações desencontradas e muitas vezes atribuindo a uma série de ações o nome do Programa.

É importante ressaltar que os trabalhos realizados por estes escritórios foram pagos, e apesar da quantidade de recursos aparecer diminuta em um universo de grandes valores, acreditamos que devem ser percebidos, até como forma de se questionar a utilização de recursos públicos. O valor total de suas contratações alcançou o valor de 16.339.926,71, como podemos ver na tabela abaixo que discrimina por escritório, o valor pago pela prefeitura a seus projetos básico.

Fontes de pagamento/ escritórios	Fundo Municipal de Habitação	Secretaria Municipal de Habitação	Fundo Municipal de Habitação	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Secretaria Municipal de Habitação	Fundo Municipal de Habitação	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Total
In site		558308,85			702109,65			R\$ 1.26.0418,5
AGRAR	61104,26	278352,66	380506,33		56878,13	165841,67		R\$ 942.683,05
ARQHOS	305821,76	98998,85	1863419,68		79251,97	571471,43		R\$ 2.918.963,69
Hector vigliecca	422766,59		1173070,32			567050,27		R\$ 2.162.887,18
Atelier Metropolitano	673874,43		1892783,34			897647,31		R\$ 3.464.305,08
Corcovado	142558,34		424411,54					R\$ 566.969,88
NAPP	71872,97		931100,32			493780,88		R\$1.496.754,17
Heitor Derbli		422247,53			594577,16			R\$ 1.016.824,69
LVA		112030,7	273853,24		292745,42	337473,56		R\$ 1.016.102,92
Cocremat				812356,65			509594,34	R\$ 1.321.950,99
Aucasulo						172066,56		R\$ 172.066,56
<b>Total</b>								<b>R\$ 16.339.926,71</b>

Tabela 6: valores discriminados dos pagamentos realizados aos escritórios. Fonte: O autor, com base em dados disponibilizados pela Controladoria Geral do Município<sup>118</sup>.

<sup>118</sup> Disponível em: <http://riotransparente.rio/dados.asp?EXERCICIO=2012&prgPesquisa=MORAR%20CARIOCA>. Acessado em fevereiro de 2017.

Hoje, sob nova gestão, a Secretaria Municipal de Habitação ainda apresenta em seu site<sup>119</sup> resultados alcançados pelas ações do programa. Na mesma página ainda é informado que se trata do **maior projeto de urbanização de favelas da história do país**. (grifos nossos)

Destacamos que desde março deste ano tentamos, através de contatos telefônicos e digitais confirmar tais números, porém, a informação dada por diferentes técnicos é que a atual gestão não tinha muitas informações, ou de que somente algumas intervenções de infraestrutura tinham sido realizadas.

Enfatizamos que as buscas por estes números sempre se constituíram em um desafio para esta pesquisa, já que na gestão passada também encontrávamos dificuldades em buscar informações fidedignas.

A apresentação do programa nos permite visualizar as ações realizadas por regiões da cidade, bem como discrimina os projetos e valores de cada uma delas.

A seguir apresentamos, de acordo com dados da SMH (2017), o número de domicílios referente às ações de regularização fundiária, realizadas pelo Programa em sua área de abrangência (Tabela 7).

<b>Comunidades com domicílios em processo de regularização</b>	<b>Região</b>	<b>Nº de domicílios atendidos</b>
Areal (Guaratiba)	Zona Oeste	1.294
Vila Catiri (Bangu)	Zona Oeste	1.441
Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá) — Entre Rios, Vale do Ipê, Vila Arco Íris, Área Verde, Antiga Creche, Vilas André Rocha, Parque Dois Irmãos e Curicica	Zona Oeste	7.589
Complexo do Alemão (comunidades Morro do Alemão, Joaquim de Queiroz e Nova Brasília)	Zona Norte	10.208
Complexo de Manguinhos — Vila Turismo, CHP2, em parte do Parque João Goulart, Mandela de Pedra, Conjuntos Nelson Mandela e Samora Machel	Zona Norte	7.074
Parque Alegria (Caju)	Centro	2.045
Vila Rica de Irajá (Acari)	Zona Norte	4.028
Vila Esperança (Acari)	Zona Norte	2.297

<sup>119</sup> Disponível em <https://medium.com/morar-carioca>



São Carlos (Estácio)	Zona Norte	2.007
Azevedo Lima / Santos Rodrigues (Rio Comprido)	Zona Norte	1.454
Borda do Mato, Parque JK, Parque João Paulo II (Grajaú)	Zona Norte	1.217
Chapéu Mangueira e Babilônia (Leme)	Zona Sul	1.000
Total de domicílios em processo de regularização fundiária		41.654

Tabela 7: Número de domicílios em processo de regularização  
Fonte: Secretaria Municipal de Habitação-2017 (confeccionada pelo autor)

Segundo os dados da SMH, até março de 2017 foram realizadas 41.654 ações de regularização fundiária na cidade, estando estas distribuídas pelas seguintes regiões: 10.324 na Zona Oeste 30.330, na Zona Norte e 1.000 na Zona Sul da cidade. O mapa abaixo nos ajuda a visualizar estas ações, bem como sua concentração na Zona Norte da Cidade.

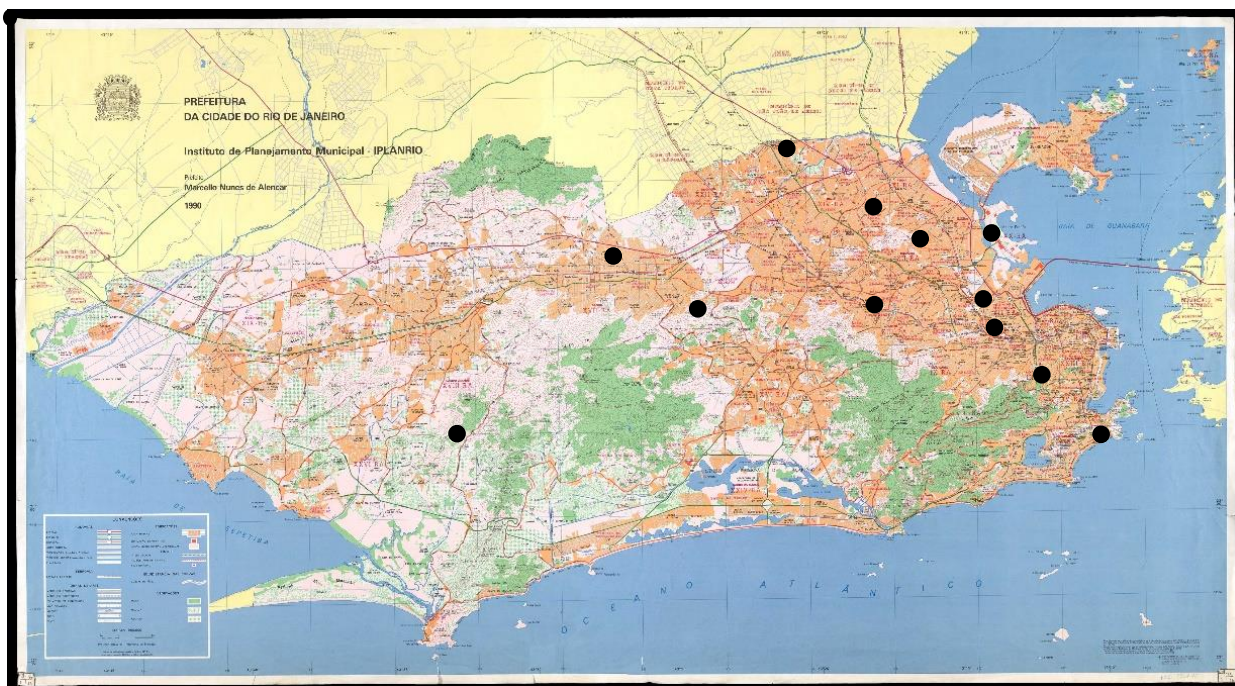


Figura 30: Mapa de localização das ações de regularização fundiária  
Fonte: SMH-2017 (confeccionado pelo autor)

As descrições do Programa referem-se a todas as obras de infraestrutura e instalação de equipamentos públicos por região realizadas pelo programa e também apresenta os valores referentes a cada uma delas.

A fim de facilitar a leitura do Programa Morar Carioca, a Secretaria também disponibiliza em seu site de apresentação, os valores resumidos das ações realizadas pelo Morar Carioca até agora (março de 2017):

- 380 mil metros de extensão de pavimentação (o equivalente a 957.992,20m<sup>2</sup> de pavimentação)
- 284 mil metros de redes de água potável
- 48.309 mil ligações domiciliares de água
- 13 elevatórias de água (8 prontas, 3 em construção e 2 a iniciar)
- 305 mil metros redes de esgoto
- 42.182 ligações domiciliares de esgoto
- 12 elevatórias de esgoto (7 prontas, 3 em construção e 2 a iniciar)
- 190 mil metros de redes de drenagem
- 6.938 pontos de iluminação pública
- 98.676 metros quadrados de contenção de encostas
- 2.567 novos pontos de coleta de lixo
- 40 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs), sendo 38 concluídas e 2 em construção
- 4 creches (3 concluídas e 1 em construção)
- 6 escolas, sendo 4 prontas e 2 em construção
- **833 novas moradias**
- Reservatórios, totalizando 4, 55 milhões de litros de água
- 357 praças e áreas de lazer.
- **Valor gasto até o momento: 2,72 bilhões<sup>120</sup>**

Os dados apresentados pelo órgão público servem para podermos realizar comparações com o que foi apresentado pela prefeitura, além de verificarmos a distribuição das intervenções por áreas da cidade.

Ao somamos itens relacionados à infraestrutura, observamos fatos que devem ser mencionados. O primeiro desses elementos se refere aos valores atribuídos às obras. Nas intervenções realizadas na Zona Norte da cidade, a Secretaria informa que gastou um valor de R\$1.184,10 bilhão, na Zona Oeste o valor é de R\$206,8 milhões, já as intervenções nas Zona Sul, Centro e Grande Tijuca têm um valor de R\$335, 6 milhões. O total deste montante corresponde ao valor de R\$1.726,50 bilhão. Inicialmente, estes números já diferem do valor disponibilizado pela prefeitura para o Morar Carioca que chegaram, segundo a mesma Secretaria, a R\$2,72 bilhões.

---

<sup>120</sup> Disponível em: <https://medium.com/morar-carioca/onde-o-morar-carioca-j%C3%A1-chegou-2cc58c2384da>

Em segundo lugar, destacamos que a Zona Oeste, área preferencial par intervenções, como já foi explicado neste trabalho, foi justamente a que recebeu a menor quantidade de recursos.

Também à guisa de comparação estes investimentos somam algo próximo a 10% dos investimentos da prefeitura destinados para a realização dos Jogos Olímpicos que, segundo a matriz<sup>121</sup> de responsabilidade dos entes federativos, era de R\$14.261,61 bilhões. Cabe lembrar, como será explorado mais a frente por este trabalho, que os valores finais referentes à realização dos jogos ainda não foram apresentados oficialmente. Destacamos também que o Programa Morar Carioca, segundo este documento, não fazia parte dos valores dispendidos ao legado para a cidade.

Outras discrepâncias associadas a estes números podem ser verificadas se compararmos aos valores apresentados resumidamente e por isso, mais fáceis de serem lidos.

Segundo informa o site, o Programa construiu 305 km de rede de esgoto, porém quando este item é somado de acordo com valores discriminados por regiões, encontramos 206 km de rede de esgoto construída. No que se refere à rede de água, os dados resumidos informam um total de 284 km construídos e novamente, quando somamos os valores, encontramos 206 km de rede instalada de água.

Claro está que estes números podem aparecer em outras variáveis presentes nas tabelas disponibilizadas pela Secretaria, não servindo assim para uma análise concreta sobre as ações do Programa. Porém, cálculos mais fáceis de realizar, por conta de sua singularidade, como o número de habitações construídas pelo Programa também apresentam diferenças.

Os dados resumidos apresentados anunciam 833 novas moradias realizadas pelo programa desde o seu início. Porém, quando realizamos a contagem por região da cidade, temos os seguintes números: 116 unidades habitacionais entregues na Zona Oeste, moradias estas,

---

<sup>121</sup> Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/matriz-de-responsabilidades>

concentradas no complexo Juliano Moreira, próximo ao bairro de Jacarepaguá e 120 unidades habitacionais localizadas na Zona Sul, Centro e Tijuca. Novamente, não podemos afirmar que as 833 novas moradias não foram construídas, porém, estes números não aparecem, em sua totalidade, discriminados por regiões pela Secretaria.

Também de acordo com a SMH, de 2010 a junho de 2016, o Morar Carioca já atendeu cerca de 500 mil moradores de 122 mil domicílios de 226 comunidades e loteamentos de toda a cidade e investiu, desde seu início, **R\$ 2,72 bilhões** (grifo nosso), em obras já concluídas e em andamento.

Neste ponto, devemos fazer uma importante análise sobre os números relacionados aos valores gastos informados pelo programa.

Em pesquisa realizada no site Rio Transparente<sup>122</sup>, instrumento de responsabilidade da Controladoria Geral do Município que informa oficialmente as prestações de conta do município ano a ano, através da discriminação de receitas, despesas, por órgão, ações, programas e fundamento de despesas, favorecidos, contratos e prestações, poderemos, através de comparações feitas a partir de agora, observar que os valores informados pela SMH não correspondem aos valores prestados pela CGM.

Para efeito de compreensão das análises a seguir atentamos para o fato dos recursos disponibilizados para o Programa Morar Carioca serem apresentadas, segundo a CGM, através de três rubricas distintas, sendo elas PROAP-III, Programa Minha Casa Minha Vida e Morar Carioca - Urbanização.

---

<sup>122</sup> Disponível em <http://riotransparente.rio/dados.asp?EXERCICIO=2009&prgPesquisa=MORAR%20CARIOCA&numeroPrgPesquisa=&cmd=ExecOrcPrgRespostaI&visao=despesas#>

<b>Código do programa</b>		<b>Ações discriminadas</b>	<b>Valor pago</b>	<b>Valor pago mais restos a pagar</b>
210	<b>2009</b>	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	R\$ 1.664.926,81	R\$ 2.281.673,70
210	<b>2010</b>	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	R\$ 3.265.294,58	R\$ 3.970.795,45
320		MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 1.813.293,43	R\$ 1.813.293,43
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 133.903.353,95	R\$ 133.903.353,95
210	<b>2011</b>	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	R\$ 33.410.393,82	R\$ 36.794.937,13
320		MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 21.274.404,75	R\$ 24.174.162,33
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 295.541.211,81	R\$ 363.977.815,08
210	<b>2012</b>	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	R\$ 13.900.388,81	R\$ 17.928.522,90
320		MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 903.851,07	R\$ 10.345.211,53
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 312.506.517,68	R\$ 421.296.253,84
210	<b>2013</b>	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	R\$ 26.620.848,73	R\$ 32.583.795,24
320		MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 3.904.613,34	R\$ 6.510.211,46
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 235.906.320,97	R\$ 322.795.455,95
320	<b>2014</b>	MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 18.593.710,52	R\$ 18.890.683,40
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 202.071.490,17	R\$ 208.326.644,52
320	<b>2015</b>	MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 35.497.167,28	R\$ 37.038.457,06
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 386.204.054,34	R\$ 513.290.624,68
320	<b>2016</b>	MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 30.220.368,12	R\$ 31.337.757,26
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 91.044.263,76	R\$ 142.827.862,84
		<b>Total do Período Paes</b>	<b>R\$ 1.848.246.473,94</b>	<b>R\$ 2.330.087.511,75</b>
320	<b>2017</b>	MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	R\$ 1.682.730,21	R\$ 1.682.730,21
321		MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 0,00	R\$ 19.177.154,09
		<b>Total com o ano de 2017 (gestão Crivella)</b>	<b>R\$ 1.849.929.204,15</b>	<b>R\$ 2.350.947.396,05</b>

Tabela 8: Recursos destinados ao Programa Morar Carioca.  
Fonte: Controladoria Geral do Município-2017 (tabela elaborada pelo autor)

Os números apresentados apontam um valor até agora gasto de R\$2.350.947.396,05 bilhões (já incorporados os valores realizados na gestão Crivella), diferente das informações da Secretaria Municipal de Habitação que mostram um valor de R\$2.720 bilhões, ou seja, existe uma diferença de R\$369.052.604,00 entre os dados da Secretaria e os dados da Controladoria. Porém, se compararmos esse valor com a promessa de recursos no lançamento do Programa, em 2010, na ordem de R\$8 bilhões, podemos identificar um valor de cerca de R\$5,6 bilhões ainda a se gastar para alcançar o montante prometido. Frente à crise econômica que o país atravessa e considerando o fator tempo, podemos inferir que dificilmente a meta inicial, se cumprida, será atingida no prazo que foi estabelecido.

Em seu lançamento e também em diversas oportunidades foi informado que o Programa se completaria até 2020, informação que continua a ser veiculada pela atual gestão da SMH. Passados 7 anos do anunciado e cinco anos do Decreto que instituiu o Programa, os dados apontam que se levarmos em conta o ano de lançamento, 2010, foi gasto um valor médio de cerca de R\$390 milhões ao ano para a sua execução, e quando consideramos o ano do Decreto (2012), observamos uma média de R\$470 milhões gastos ao ano, o que configura que para alcançar o valor prometido o município teria que gastar nos próximos três anos cerca de R\$1,4 bilhão de reais por ano. Observamos que, devido à crise político econômica que o país atravessa, bem como as dificuldades financeiras relatadas pela atual gestão municipal, o alcance deste montante nos parece inviável.

Outro dado que nos chama a atenção ao observar a tabela é que o Programa, de acordo com a Controladoria, possui três rubricas de despesas, Morar Carioca - PROAP III - programa de urbanização de assentamentos populares, Morar Carioca - Minha Casa Minha Vida, Morar Carioca - urbanização. A primeira se refere aos gastos de obras empenhados ainda à época do programa Favela Bairro, pagamento de restos a pagar, obras iniciadas na gestão anterior, dentre outros. O segundo se relaciona com custos referentes à contrapartida local da contratação do

Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal. Desta forma nos parece que somente o terceiro item, relacionado à urbanização, possui valores discriminados referentes à proposta do Programa contida no Decreto de 2012.

Podemos observar na tabela que o nome “Morar Carioca” surge bem antes do Decreto de 2012. Desde 2009, obras detalhadas como Morar Carioca já eram, àquela altura associadas à gastos com o PROAP- III, restos a pagar do Favela Bairro, bem como ações ainda em curso do antigo programa da gestão anterior César Maia.

Se somarmos os valores, durante os anos de 2009 a 2011, anteriores, portanto, à promulgação do decreto da realização do concurso feito em parceria com o IAB-RJ e, portanto, antes do início das ações dos escritórios, teremos um valor aproximado de R\$567 milhões.

Poderemos ver na tabela a seguir que as ações discriminadas neste período demonstram claramente que parte do que é atribuído ao Morar Carioca faz parte de pagamentos atribuídos à outras políticas públicas, como o PAC, Minha Casa Minha Vida e PROAP- Favela Bairro que por conta de contratos e acordos financeiros e políticos, a Prefeitura não poderia deixar de honra-los.

Ano	Código	Programa	Ação	Desdobramento do elemento de despesa	Unidade Orçamentária	Favorecido	VALOR PAGO + Restos a Pagar (valor total ano)
2009	210	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	AÇÃO SOCIAL NO PROAP- III	APOIO FINANCEIRO A POPULACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$117.900,00
				SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$1.199.200,00
			ADMINISTRA-CAO E PROJETOS DO PROAP III			AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.	R\$126.111,58
						TCDI ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE INFORM	R\$221.715,23
			URBANIZACAO INTEGRADA DO PROAP III			CONSTRUTORA MELLO JUNIOR LTDA	R\$616.746,89



2010	210	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	ACAO SOCIAL NO PROAP III		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	INSTITUTO STIMULU BRASIL	R\$938.666,67	
			ADMINISTRA-CAO E PROJETOS DO PROAP III		SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.	R\$1.563.866,22	
					SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	TCDI ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE INFORM	R\$1.468.262,56	
	320	MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL		FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO E INTERESSE SOCIAL	MAPA CONSTRU-COES LTDA	R\$1.399.617,54	
			PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC MORADIA	EXECUCAO DAS OBRAS E PROJETOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	MAPA CONSTRU-COES LTDA	R\$413.675,89	
	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	ATIVIDADES SOCIAIS COMPLEMENTARES	APOIO FINANCEIRO A POPULACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	R\$ 6.997.450,00	
			ESTUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA URBANA					
	2011	210	MORAR CARIOCA - PROAP III - PROGRAMA DE URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS POPULARES	ADMINISTRACAO E PROJETOS DO PROAP III	SERVICOS DE ENGENHARIA DE CARATER EVENTUAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.	R\$464.023,72
							TCDI ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE INFORMACAO	R\$464.023,71
SERVICOS DE GERENCIAMENTO					SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.	R\$1.864.845,72	
						TCDI ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE INFORM	R\$1.864.845,69	
320		MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	URBANIZACAO INTEGRADA DO PROAP III	EXECUCAO DAS OBRAS E PROJETOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	HECIO GOMES ENGENHARIA LTDA.	R\$21.274.128,22	
						VOLUME CONSTRU-COES E PARTICIPA-COES LTDA	R\$9.603.183,33	
320	MORAR CARIOCA - MINHA CASA MINHA VIDA	ADEQUACAO DA DEMANDA AOS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS	APOIO FINANCEIRO A POPULACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	R\$18.022.690,12		
		HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL		SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E CIDADANIA	MAPA CONSTRU-COES LTDA	R\$221.480,14		



			EXECUCAO DAS OBRAS E PROJETOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E CIDADANIA	VIT CENOGRAFIA E CONSTRU-COES LTDA	R\$5.404.690,66
		PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC MORADIA	EXECUCAO DE OBRAS E PROJETOS DE AMPLIACAO, RECONSTRU-CAO E REFORMAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E CIDADANIA	TECNOSOLO ENGENHARIA S.A.	R\$15.377,35
		PROGRAMA NOVAS ALTERNATIVAS	CONSULTORIAS PARA INVESTIMEN-TOS EM OBRAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E CIDADANIA	DARSA ARQUITETU-RA LTDA	R\$58.164,45
					TECHNISCHE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	R\$85.351,77

Tabela 9: Recursos do Programa Morar Carioca investidos no PROAP e no Minha Casa Minha Vida. Fonte: Controladoria Geral do Município-201 (Tabela elaborada pelo autor)

Dados sobre habitação popular, obtidos na Controladoria Geral do Município, também demonstram que, ao falar de Morar Carioca, podemos estar lidando com dados do Minha Casa Minha Vida no ano de 2014, quando indenizações e restituições foram pagas sob a rubrica Morar Carioca-Minha Casa Minha Vida.

Ano	Código	Ação	Unidade Orçamentária	Elemento de despesa	Desdobramento do elemento de despesa	Favorecido	VALOR PAGO LIQUIDO
2009	3203	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS	OBRAS E INSTALAC OES	EXECUCAO DAS OBRAS E PROJETOS	MAPA CONSTRUCOES LTDA	R\$481.052,45
2010	1080	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS	OBRAS E INSTALAC OES	EXECUCAO DAS OBRAS E PROJETOS	MAPA CONSTRUCOES LTDA	R\$1.946.788,69
2011	Nenhuma informação						
2012	1080	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	SERVICOS DE CONSULTORIA	CONSULTORIAS PARA INVESTIMENT OS EM OBRAS	CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.	R\$295.801,71

			DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS		EXECUCAO DE OBRAS E PROJETOS DE AMPLIACAO, RECONSTRUCAO E REFORMAS	HECIO GOMES ENGENHARIA LTDA.	R\$276.871,65	
					RESTITUICOES DE CONVENIOS	MINISTERIO DAS CIDADES	R\$73.638,21	
<b>2013</b>	<b>Nenhuma informação</b>							
<b>2014</b>	3203	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	INDENIZACOES E RESTITUICOES	DIOMAR CHAVES BRAS	R\$25.000,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						EDUARDO MOREIRA ABREU	R\$76.069,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						ISABEL CRISTINA MOREIRA DO AMARAL	R\$51.563,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						JOSEMILSON PEREIRA DE LIRA	R\$29.555,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						KEYLA CRISTINE ALVES PEREIRA	R\$91.929,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						MARCIA BISPO DOS SANTOS	R\$50.813,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						MARILENE BISPO DOS SANTOS	R\$48.338,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						MARILIA SANTOS DE OLIVEIRA	R\$36.129,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						MICHELE BISPO DOS SANTOS	R\$25.000,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						SARA CAROLINE RODRIGUES SOUSA	R\$31.133,00	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
						INOVARA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	R\$13.653,61	Morar carioca-Minha Casa Minha Vida
<b>2015</b>	<b>Nenhuma informação</b>							
<b>2016</b>	<b>nenhuma informação</b>							
<b>2017</b>	<b>Nenhuma informação</b>							

Tabela 10: Recursos do Morar Carioca para pagamento de indenizações.  
Fonte: Controladoria Geral do Município-2017 (Tabela elaborada pelo autor)

Estes dados vão ao encontro da literatura que critica o Morar Carioca por abrigar diversas ações que possuíam outras naturezas, com o intuito de promover o programa e a própria

gestão, o que garantiria, com a propaganda realizada, capital político o suficiente para garantir a sua reeleição.

Naturalmente não estamos fazendo um juízo de valor se estas ações poderiam ser incorporadas ou não a um determinado programa, porém, com os dados levantados pela pesquisa fica a indagação se a gestão municipal, no período 2009-2016, não se aproveitou de outras iniciativas governamentais, como o Favela Bairro e o Minha Casa Minha Vida para realizar operacionalmente a sua execução, potencializando suas ações e garantindo, assim, maiores ganhos políticos, mas criando uma enorme contradição, entre, o que foi anunciado e o que de fato foi realizado.

Como acreditamos que esta é uma linha de raciocínio válida, experimentamos cruzar de novo os números apresentados na tabela 11, mas agora, trabalhando somente com os valores associados à rubrica do Morar Carioca-Urbanização, por acreditar que, de fato, esta corresponde aos custos associados ao escopo anunciado pela prefeitura, sem a interferência de outros valores, o que geraria a tabela 14.

Ano	Código do Programa	Ação	Valor Pago	Valor Pago Mais Restos a Pagar
2010	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 133.903.353,95	R\$ 133.903.353,95
2011	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 295.541.211,81	R\$ 363.977.815,08
2012	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 312.506.517,68	R\$ 421.296.253,84
2013	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 235.906.320,97	R\$ 322.795.455,95
2014	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 202.071.490,17	R\$ 208.326.644,52
2015	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 386.204.054,34	R\$ 513.290.624,68
2016	321	MORAR CARIOCA - URBANIZACAO	R\$ 91.044.263,76	R\$ 142.827.862,84
Total				R\$ 2.106.418.010,86

Tabela 11: Recursos do Morar Carioca utilizados para urbanização.  
Fonte: Controladoria Geral do Município-2017 (tabela elaborada pelo autor)

O valor encontrado neste caso é de R\$2.106.418.010,86. Se novamente pegarmos o valor informado pela Prefeitura de R\$2.720 bilhões, poderemos ver que a diferença entre o que foi vinculado e o que foi realizado é ainda maior, pois aí teríamos uma diferença na casa de cerca de **R\$620 milhões** (grifo nosso), aumentando assim, ainda mais, a distância para se alcançar os valores prometidos em 2010, ano do lançamento do Programa, o qual, como já foi mostrado teve seu início anteriormente.

Conceituar, de qualquer forma, a política habitacional-urbanística realizada durante a gestão Paes é, pelos motivos apresentados ao longo desta etapa do trabalho, um exercício extremamente difícil, seja por causa da forma de apresentação de informações, truncadas e pouco claras, seja pela falta delas. Parece-nos, ao analisar os dados recolhidos entre fontes oficiais e outras de caráter mais informais como periódicos, artigos, dentre outros, que a produção habitacional no período estudado esteve muito atrelada à produção do Programa Minha Casa Minha Vida, o que garantiu ao prefeito estabelecer outras prioridades em seu mandato.

Porém, isto ocorreu de forma contraditória, para não dizer que em vários momentos sua propaganda faltava com a verdade, já que boa parte das ações promovidas nesta área estavam balizadas dentro de um desenho do Governo Federal, com recursos municipais aquém do prometido e pulverizados em outras ações.

A captação de recursos e as parcerias construídas no período não estabelecem um julgamento *per se* da gestão municipal, o que está em questão e o que tentamos demonstrar através dos dados apresentados é que Eduardo Paes se utilizou de diferentes circunstâncias para promover um programa que muito pouco realizou perto do que foi prometido, além de se apresentar com visíveis contradições em sua execução, mas que mesmo assim ajudou a garantir capital político suficiente, por exemplo, para sua reeleição com cerca de 60% dos votos válidos no primeiro turno no ano de 2012.

Já ao analisarmos o programa através da perspectiva da população atendida a situação é mais delicada. Na verdade milhares de pessoas, como os próprios documentos oficiais reconhecem, ainda vivem em condições inadequadas em uma cidade que inúmeras vezes tem negado a mesma qualidade de vida para toda a sua população, o que acaba por oportunizar expectativas em grandes projetos e programas que não sendo, ou somente realizados parcialmente provocam, inclusive, descrédito com ações governamentais, além de provocar um progressivo movimento de alienação das populações em se envolver com construções de alternativas.

Esta realidade, somada ao fato de que durante este período muitos moradores experimentaram uma aguda política de remoções, como veremos no próximo sub- capítulo, tornou ainda mais difícil a vida da população mais pobre da cidade.

### **3.4.1- Remoções e desapropriações: as feridas das contradições.**

A cidade do “momento único”, que conviveu com obras e intervenções como instalações esportivas, reformas de equipamentos urbanos, obras de infraestrutura de mobilidade urbana, expansão da linha do metrô, construção do VLT, construção de corredores de ônibus, reformas no aeroporto internacional, projetos de reformas urbanas, expansão da rede hoteleira e de entretenimento, todas elas associadas ao legado dos Jogos Olímpicos, assistiu concomitantemente, um retorno às políticas de remoções, violações de direitos humanos, aumento do custo de vida e aumento do valor imobiliário.

Como já vimos anteriormente neste capítulo, o legado olímpico, constituiu um fator de marketing ideológico, com forte apelo para garantir as intervenções realizadas na cidade no período 2009-2016, funcionando como uma espécie de “norte” para as promessas de minimizações das desigualdades presentes no território. Porém, como buscaremos mostrar

nesta etapa do trabalho, os megaeventos trouxeram enormes prejuízos para a população mais pobre da cidade.

Extremamente criticadas por autores e setores da mídia como Rolnik (2012), Maricato (2013), El País (2015), Carta Capital (2016) e Vainer (2014), que chega a falar em 80 mil pessoas removidas<sup>123</sup> por uma política que pode ter sido a maior observada pela cidade.

Ao longo de toda preparação dos megaeventos, tivemos a oportunidade de perceber que seu “farol”, ou seja, sua direção estava “iluminando” muito mais os atores privados que tinham interesses em um rearranjo da cidade que promovesse melhores condições para os seus negócios. “A cidade partida” teve, portanto, no período que antecedeu os megaeventos, seu tecido ainda mais esgarçado, por conta de uma disputa de forças desiguais, onde o poder público consolidou uma parceria com o público e o setor privado, deixando enormes estratos da população de fora do “legado olímpico”.

O Dossiê do *Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*<sup>124</sup> (2015, p. 19) destaca pontos que contradizem o discurso oficial da prefeitura. O primeiro está relacionado com as transformações ocorridas na cidade que atingem diretamente a população mais pobre, violando gravemente os direitos humanos, em especial o direito à moradia. O segundo, que também abordaremos em nosso trabalho, está relacionado à falta de transparência dos dados referentes às ações desenvolvidas pela gestão municipal, bem como à falta de clareza dos números por ela apresentados.

É importante destacar que diversos setores da sociedade e da grande mídia, beneficiados direta ou indiretamente pelos megaeventos, possuem uma visão diferente da apresentada por

---

<sup>123</sup> Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/carlos-vainer-com-pretexto-dos-megaeventos-rio-promove-limpeza-urbana-e-sera-cidade-mais-desigual-em-2016.html>

<sup>124</sup> O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro é uma articulação que reúne organizações populares, sindicais, organizações não governamentais, pesquisadores, estudantes atingidos pelas intervenções da Copa e das Olimpíadas e pessoas diversas comprometidas com a luta pela justiça social e pelo direito à cidade. O Comitê atua desde 2010, promovendo reuniões e debates políticos, produzindo documentos e dossiês de denúncias sobre as violações de direitos humanos, organizando atos públicos e disseminando informações, tendo como perspectiva a construção de uma visão crítica sobre os megaeventos esportivos.

este trabalho. A revista Isto É<sup>125</sup>, por exemplo, um veículo da grande mídia muito identificada com setores e visões mais conservadoras do país, trazia em sua edição de agosto de 2016, uma matéria intitulada “*A olimpíada nos deixa como legado a esperança*”, um texto com grande carga ideológica, que pretendia mostrar o legado positivo dos Jogos Olímpicos e, de certo ponto, se contrapor às críticas à realização dos megaeventos.

Enquanto o BRT, como são chamados no Rio de Janeiro os ônibus com ar condicionado que circulam em vias expressas, avança rapidamente, um grupo de torcedores brasileiros comemora o ouro do boxeador Robson Conceição, conquistado minutos antes. Eles estão felizes, cheios de revigorado orgulho nacional, e cantam a plenos pulmões palavras que reverenciam o País onde nasceram. “Brasil, Brasil, Brasil”, gritam, para espanto – e certa inveja – dos estrangeiros que dividem o coletivo. **A cena traduz os três maiores legados que a Olimpíada deixará. O primeiro diz respeito às melhorias trazidas para a cidade-sede. Símbolo onipresente destes Jogos, os BRTs são um avanço e tanto.** Confortáveis, velozes e eficientes, eles percorrem, graças à Olimpíada, 155 quilômetros de vias, devendo atender, após o término das competições, um contingente de 2,5 milhões de pessoas. **O triunfo de Robson, o primeiro do boxe brasileiro em quase 100 anos de Olimpíadas, é a imagem perfeita do legado esportivo, a prova de que os Jogos no Brasil ajudaram a desenvolver modalidades que andavam esquecidas. O terceiro legado é provavelmente o mais perceptível. Como há muito tempo não se via, os brasileiros estão cheios de esperança, felizes com a Olimpíada que foram capazes de organizar e com a oportunidade rara de desfrutar de um período luminoso de uma das cidades mais iluminadas do mundo.** A Olimpíada reergueu a nossa autoestima e varreu para longe o desânimo político e econômico que paralisou a nação nos últimos dois anos (ISTOÉ, agosto de 2016, grifos nossos).

A matéria ainda continua, em tom de desafio, afirmando que após os jogos a cidade será ainda melhor.

**Se você era contrário à realização do evento no País, preste atenção a este argumento: o Rio de Janeiro se tornará uma cidade melhor depois dos Jogos.** A degradada zona central agora é um lugar com museus, restaurantes e agitada vida noturna. A cidade ganhou um novo polo turístico, especialmente no entorno da outrora decadente Praça Mauá. “A restauração da Zona Portuária é um projeto extraordinário”, diz o urbanista Jaime Lerner. **A valorização de regiões centrais foi um movimento bem-sucedido em cidades como Barcelona, na Espanha, e Berlim, na Alemanha, tendo forte impacto nos negócios turísticos** (ISTOÉ, agosto de 2016, grifos nossos).

---

<sup>125</sup> : <http://istoe.com.br/o-brasil-sonhou-alto-e-atingiu-grandes-metas/>

Sobre a matéria, cabe indagar para quem estão voltadas essas melhorias da cidade e por que elas foram realizadas.

Um fato chama atenção em nosso “legado esportivo”. Ao tomar posse, através de um processo de impedimento da Presidenta eleita, Dilma Roussef (2016-2017), Michel Temer (a partir de 2016), ao anunciar seus planos para a educação brasileira, propunha tornar a educação física, um conteúdo não obrigatório nas escolas brasileiras.

E finalmente, o terceiro legado se refere ao fato de os brasileiros, segundo a matéria supracitada, estarem cheios de esperança por terem ajudado a construir os jogos e, portanto, o Rio de Janeiro ser uma das cidades mais iluminadas do planeta. É importante lembrar que, nem todos os brasileiros foram “convidados para a festa”, e que muitos estavam empenhados em lutar por direitos usurpados durante o período de organização e realização dos jogos. Em *Cidades Rebeldes*, Vainer (2013), ao analisar as condições e os impactos dos megaeventos nas cidades brasileiras expressa:

A Lei Geral da Copa cria uma nova legislação, em violação aberta ao Estatuto do Torcedor. Os monopólios para a concessão de serviços em áreas da cidade ferem os direitos do consumidor. As remoções forçadas de 200 a 250 mil pessoas nas cidades anfitriãs da Copa violam o direito à moradia e à cidade. As populações mais pobres se veem confrontadas a uma gigantesca onda de limpeza étnica e social das áreas que recebem investimentos, equipamentos e projetos de mobilidade. Os indesejáveis são mandados para as periferias distantes, a duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transporte precaríssimas (VAINER, 2013, pp.67-68).

O objetivo em destacar a matéria acima é identificar um discurso que setores da grande mídia, através de textos e imagens, buscavam demonstrar que os megaeventos haviam sido um grande sucesso, não levando em consideração as implicações destes para grande parte da população, em especial a mais pobre.

Em 2014, Pierre Batista, então Secretário Municipal de Habitação, em entrevista<sup>126</sup>, apontava um número de 20.999 famílias removidas até 2014, ou seja, cerca de 67 mil pessoas

---

<sup>126</sup>Disponível em: <http://contario.net/remocoes-etica-ou-cosmetica/>



removidas até aquela data. Porém, segundo ele, ainda na mesma entrevista, somente 1.720 famílias ou cerca de 7.000 pessoas, foram removidas devido às obras relacionadas aos megaeventos.

Em 2013, a Anistia Internacional ao lançar uma campanha contra as remoções promovidas pela prefeitura, divulgou dados dos atingidos, obtidos, segundo a organização, junto à gestão municipal. A publicação<sup>127</sup> apresentava que 8.980 famílias receberam apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, 5.955 receberam aluguel social – ajuda de custo mensal de R\$ 400 e 4.285 aceitaram uma “compra assistida” ou receberam indenizações.

Remoções estas que, segundo Faulhaber e Azevedo (2015), começaram cedo, já na segunda semana de gestão municipal, com a edição do Decreto N°. 30.398/2009, que estabelecia a demolição de edificações e construções com risco de desabamento, considerando inadiável a tomada de providências em relação aos prédios que colocam em risco a vida e segurança dos munícipes. Segundo os autores, começa ali a ofensiva sobre os assentamentos irregulares.

Começa, a partir desse momento, uma ofensiva mais aguda aos assentamentos ditos irregulares e de risco. Primeiramente, a prefeitura se centrou naquelas ocupações, que além de não terem a propriedade do imóvel, cumpriam o papel de contestação política sobre a função social da terra. A investida do estado e seus métodos autoritários começa contra as ocupações urbanas Casarão Azul, Flor do Asfalto, Guerreiros do 234, Guerreiros do 510, Machado de Assis e Zumbi dos Palmares, dentre outras, todas na região central da cidade (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p.63).

Destacamos que muitas dessas ocupações possuíam um alto grau de organização interna, garantindo a divisão dos trabalhos, bem como o estabelecimento de normas para a sua convivência, ou seja, eram populações com maturidade política, capazes de reivindicar seus direitos à moradia.

---

<sup>127</sup> Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/basta-de-remocoes-forçadas/>

Luiza Colombo<sup>128</sup>, ex-moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, localizada na região do Porto, e militante do direito à habitação popular, em entrevista a este autor, ao comentar a organização das tarefas pelos moradores, declara:

Sempre tivemos para nós um sentimento coletivo em relação às divisões das tarefas na ocupação. Todos os moradores participavam de comissões como segurança, limpeza, além de termos regras rígidas em relação ao uso de drogas e entorpecentes dentro do prédio. Sempre soubemos que nossa permanência dependia, e muito, da nossa capacidade de organização (COLOMBO, 2017).



Figura 31: Entrada da ocupação Quilombo das Guerreiras, localizada na área do Porto. Fonte: Tomaz Silva/ Agência Brasil

Para o Dossiê da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015, p. 19), os megaeventos marcaram o retorno da forma mais violenta de desrespeito ao direito à moradia na cidade. Segundo a publicação a coalizão de forças políticas, somada aos interesses de grandes empreiteiras, acelerou a “limpeza social” de áreas valorizadas ou que viriam a se valorizar

<sup>128</sup> Luiza Rabelo Colombo tem 28 anos, é professora de Ensino Básico Fundamental. De origem de classe média, se aproximou, como militante, da ocupação Quilombo das Guerreiras. Em 2011, foi morar na ocupação com sua companheira, uma moradora sem-teto e também militante da causa. De 2011 a 2013 foi moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras, participando, efetivamente, da organização do coletivo que habitava o prédio. Em 15 de março de 2017 ela concedeu a este autor uma entrevista, onde apresentava o modo de organização de sua ocupação, bem como a dinâmica de desapropriação e os resultados da mesma.

dentro do plano da prefeitura, bem como áreas periféricas convertidas em novas frentes lucrativas para os empreendimentos oferecidos para a classe média.

Em 2010, Adilson Pires, na época, vereador pelo Partido dos Trabalhadores, e depois, vice-prefeito de Paes em seu segundo mandato (2013-2016), cunhou um termo simbólico para a política de remoções que estavam acontecendo. Na Câmara dos Vereadores, Pires se referiu a estas como “*remoções democráticas*”. Além dele, Jorge Bittar, então Secretário de Habitação, afirmava que os processos (de remoção) aconteceriam sem traumas e que as famílias poderiam, inclusive, escolher entre imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida ou receber indenizações (MENDES, 2016, 153).

A política de remoções aparece, portanto, como uma contradição na prática. Devemos lembrar que durante este período a Prefeitura propagandeava que a cidade era para todos e anunciava o Morar Carioca que deveria atender a todas as comunidades do Rio de Janeiro.

Muitas vezes as revitalizações de áreas, bem como as remoções de populações em “troca” de um bem maior para a cidade podem incorrer em um grave erro de análise. As propostas muitas vezes aparecem como descoladas da realidade presente no espaço urbano, como se o território fosse uma “tábula rasa”, pronto para ser modificado a partir de ideias que apresentam um caráter positivo de desenvolvimento presente. As decisões vinculadas ao planejamento que corresponde à cidade neoliberal parecem, portanto, fingir não saber da existência de vidas que dão função ao espaço construindo-o cotidianamente.

Os interesses particulares poderão provocar impactos diversos, constituindo dessa forma um aumento da segregação que permeia o território e marginalizando as populações que acabam por se tornar reféns e vítimas das correlações de forças em disputa.

Ao discutir a superação da concepção da cidade como lugar do negócio, para buscar a compreensão de que a cidade se tornou, ela mesma, o principal objeto dos grandes negócios, Santos (2015) analisa como as remoções e os projetos de revitalização são desconectados da

produção social da sociedade, garantindo assim uma visão abstrata do território e confirmando a supremacia do valor de troca em detrimento do valor de uso do espaço urbano.

O campo conceitual da produção do espaço permite operar esse salto como procedimento da análise crítica que avança no desvendamento das estratégias de acumulação para além das conquistas efetuadas sob uma concepção abstrata do espaço, reconhecendo e respondendo essa concepção como elemento estratégico e não mais como instrumental analítico. Se essa concepção se realiza, produzindo o espaço abstrato como “abstração concreta”, isso ocorre com um alto teor de violência, separando na prática aquilo que aparece separado no conceito, a saber: o espaço e o seu conteúdo social. **A remoção de moradias, de elementos da história e da memória, das marcas do tempo e de uma sociabilidade outra que não a mais ajustada aos propósitos da acumulação atual aparece como “revitalização”, ordenamento ou até mesmo como organização do espaço,** quando de fato, representam a aniquilação de espaços pretéritos, revelando força destrutiva das estratégias de acumulação que têm na reprodução do espaço urbano seu material primordial e objeto essencial. **É somente quando se parte de uma concepção de espaço na qual ele não é dado a Priori da existência, que se pode reconhecer o caráter muitas vezes, limitado e estratégico dessa dimensão conceitual abstrata** (SANTOS, 2015, p.33-34, grifos nossos).

Apesar do discurso da “cidade para todos” e menções à “integração da população e seus territórios”, levando também em conta os instrumentos legais que regulamentam o solo urbano, em especial o Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/2001) e a Lei Municipal Complementar Nº 111/2011 que revogou a Lei complementar 16/1992 e que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, a política de remoções e desapropriações ganharam enorme escala durante a gestão Paes e, em especial, estão muitas vezes associadas e justificadas pela realização dos megaeventos. Tal momento, considerando os fatos supracitados, configura-se em uma enorme contradição da gestão municipal, posto que a cidade “para todos” acaba para uma significativa parcela da população, traduzindo-se em uma cidade da “exclusão”.

Azevedo e Faulhaber (2015), ao discutirem os dois métodos da Prefeitura mais frequentes na execução de sua política urbana, destacam:

Os atos que instituem as desapropriações de fato podem ser considerados públicos, uma vez que qualquer ação da prefeitura nesse sentido deve ser publicada no Diário Oficial do Município. Já no que se refere às remoções, o método é menos transparente. O despejo em favelas não atenta ao direito da

propriedade privada, logo, a prefeitura sequer deve dar publicidade as suas ações. Através de uma simples comunicação por ato normativo do órgão executor de uma obra à Secretaria de Habitação, o imóvel referido já estará sujeito à remoção sem direito a contestação por parte dos moradores (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p. 39).

Na Lei Nº 10.257<sup>129</sup>, o Art. 2º que trata da política urbana, em sua Alínea XIV, garante a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

A regularização fundiária também está presente no Plano Diretor da Cidade<sup>130</sup>, no Capítulo III que fala da função social da propriedade urbana, quando cita no §1º, III – a regularização fundiária de assentamentos urbanos, conforme disposto na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, promovendo assim o acesso à propriedade regular e à regularização urbanística e fundiária.

Porém, apesar desses instrumentos existirem, poucas ações governamentais que garantissem tal direito foram observadas, mantendo a população permanentemente em “suspensão” e até mesmo refém de planejamentos e intervenções diversas. É importante questionar a quem isso interessa. Naturalmente, não às pessoas afetadas por estas iniciativas, que teriam muitas vezes o interesse de possuir o seu título de propriedade para assim consolidar sua posição como morador.

O Ex-Prefeito Cesar Maia e agora vereador da cidade do Rio de Janeiro, em entrevista realizada pelo autor em 12 de agosto de 2015, ao abordar o assunto, o considera de difícil realização.

you só pode regularizar quando you sabe de quem é a propriedade do solo, os moradores [das favelas que sofreram ações do PROAP] possuem o direito a posse, não é o direito à propriedade, isso é muito difícil de mexer, o que dizem sobre regularização é mentira, onde não sabíamos de quem era a terra, nós fizemos, foi assim em Fernando Cardim, Caju e Mata Machado, inclusive, nesta comunidade, os moradores depois de receberem o título, passaram a vender as suas propriedades para a classe média (CESAR MAIA, 12 de agosto de 2015).

---

<sup>129</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)

<sup>130</sup> Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/139339/DLFE-229591.pdf/LeiComplementar1112011PlanoDiretor.pdf>

Difícil ou não, favorecendo ou não a especulação imobiliária, o fato é que a fragilidade da propriedade permite ações diretas e indiretas da prefeitura que pode, em um determinado momento político, retirar pessoas de suas localidades.

Destacamos que a propriedade privada não deve ser vista como a única solução para a questão de habitação, porém, em se tratando de um país onde sequer os direitos básicos são atendidos, a regularização fundiária mais do que uma opção de condição à moradia pode se constituir em um instrumento de proteção das populações mais carentes. E isso, quando tratamos da gestão Paes e sua política de retirada das populações carentes, poderia ter significado ao menos uma garantia de diálogo da população junto ao poder público.

Voltando aos comentários de Faulhaber e Azevedo sobre as desapropriações no período supracitado é argumentado que:

Uma vez que o imóvel é considerado e decretado de utilidade pública, o Estado tem todas as condições legais de levar adiante a desapropriação por meio de indenização. Aquele cidadão que sequer pode participar da discussão sobre o projeto de intervenção, que está ameaçado de perder sua identidade sócio territorial, está sujeito ainda a não receber uma adequada compensação financeira, até por desconhecer seus próprios direitos (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p.40).

Novamente podemos observar outra contradição nesta política urbana. Na fala dos autores observamos que os mesmos apontam para uma falta de participação dos cidadãos no planejamento dessas ações, o que vai de encontro às premissas contidas no Estatuto das Cidades, Art. 2º, inciso II que garante a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e também no Art. 2º, inciso V que versa sobre a democracia participativa, como forma de promover ampla participação social.

Os mesmos autores (2015, p.41) apontam ainda para a falta de debate público sobre as ações de desapropriações, o que torna ainda mais difícil compreender as motivações que levaram a elas. Porém, ao espacializar tais desapropriações, podemos fazer algumas inferências.

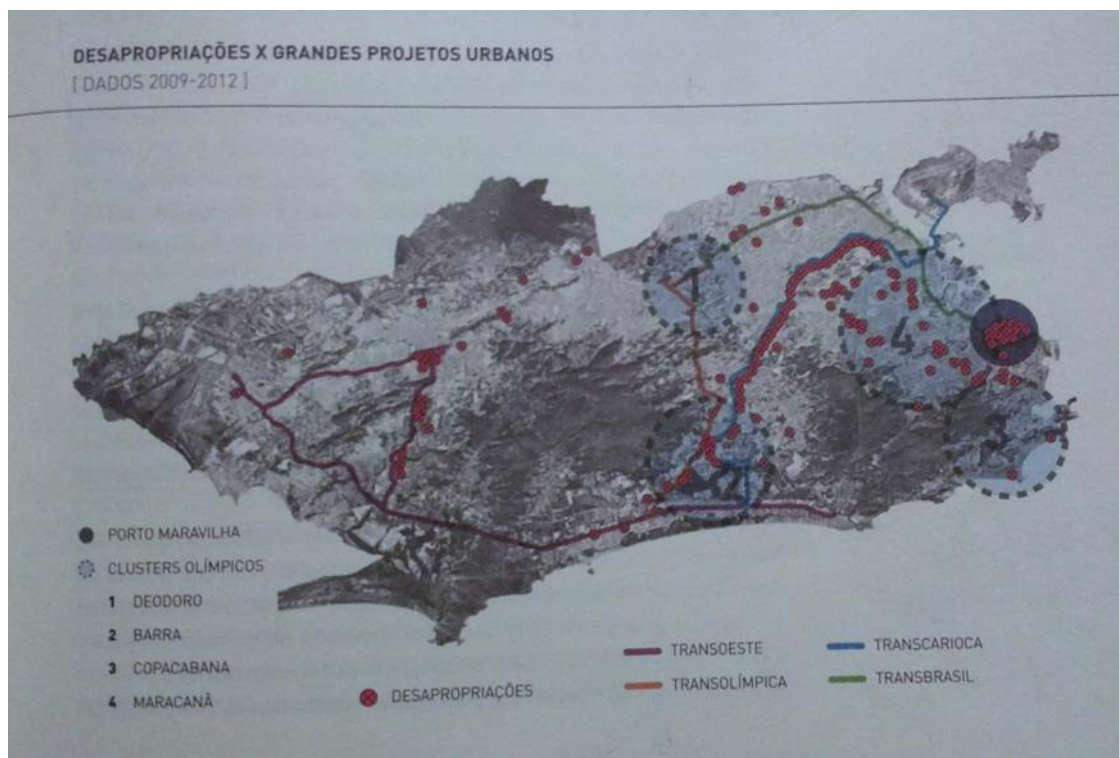


Figura 32: Mapa das desapropriações ocorridas no período 2009- 2012.  
Fonte: Azevedo e Faulhaber (2015, p.41)

Segundo o mapa acima, podemos observar que, apesar das desapropriações estarem espalhadas pelo território do município, existe uma grande concentração localizada próxima às vias de circulação expressas, os BRTs, principalmente, a TransCarioca, no sentido Barra da Tijuca até o Aeroporto Internacional Tom Jobim, e a TransOeste, que liga a Zona Oeste, de Santa Cruz até a Barra da Tijuca

Apesar do caráter legal, a defesa da permanência das populações em seus lugares de moradias sofre ainda outras formas e justificativas para as ameaças de remoção.

Colombo, ainda durante sua entrevista declarou que como uma estratégia de assédio aos moradores do Quilombo das Guerreiras, a Prefeitura promoveu a remoção de duas comunidades da região da Praça XI, Centro do Rio de Janeiro, para os fundos do terreno onde estava localizada a sua ocupação, à Rua Francisco Bicalho, nº 49, região da Leopoldina/Porto.

Os moradores das duas ocupações, segundo a entrevistada, possuíam diferentes níveis de organização, mas por decisão da prefeitura tiveram de conviver no mesmo espaço, o que progressivamente gerou desacordos, e com o passar do tempo, as relações entre as duas populações deterioraram de forma contundente.

Este fato, segundo a entrevistada, colaborou com a negociação para a saída em 2013 dos moradores do prédio ocupado pelo Quilombo das Guerreiras desde 2006. Além disso também destacou outro ponto que demonstra ainda de forma categórica a disposição da prefeitura em enfraquecer e dissuadir a população a permanecer em seu local de moradia.

É muito importante, muito importante mesmo, lembrar, que no ano de 2013, como forma de estimular uma negociação de saída, o fato de que, os órgãos públicos passaram a cortar a luz e o abastecimento de água do prédio... Imagina o terror que nós vivemos... Ficávamos sem luz e sem água, durante semanas, de fato, chegamos a ficar sem abastecimento de água e luz elétrica durante um mês...(COLOMBO, 15 de março de 2017)

Colombo, também confirma que a retirada da ocupação original se deu através de uma negociação com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro- Cedurp,<sup>131</sup> e seus moradores, com pouca margem para permanecer no espaço, optaram por sair.

A Cedurp é uma companhia municipal que tem como função, administrar o contrato com a Concessionária Porto Novo e articular ações com agentes públicos e privados (principalmente para ocupação de áreas e reforma de edificações na região) no desenvolvimento e requalificação do território. A Concessionária Porto Novo<sup>132</sup> é integrada pelas construtoras OAS, Odebrecht e Carioca, e obteve a concessão por 15 anos, em regime de parceria público-privada (PPP) que envolve execução de obras, operação e manutenção do Porto da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>131</sup> A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), instituída pela Lei complementar nº 102, é a gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Cabe à Cedurp a articulação entre os demais órgãos públicos e privados e a Concessionária Porto Novo que executa obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio.

<sup>132</sup> Disponível em [www.revistaoempreiteiro.com.br/Conteudo/Arquivos/Pdf/OE%20533\\_SITE.pdf](http://www.revistaoempreiteiro.com.br/Conteudo/Arquivos/Pdf/OE%20533_SITE.pdf)



A Figura 33, também mostra uma grande concentração de desapropriações na área do Porto da cidade que, de acordo com o site Controversia<sup>133</sup>, tem uma área equivalente à quase um terço do Centro da cidade. De acordo com o Censo de 2010<sup>134</sup>, a maioria dos habitantes da zona portuária é de baixa renda: dos 10.098 domicílios da região, apenas 611 possuem renda maior que três salários mínimos. A publicação ainda informa sobre que Projeto Porto Maravilha previa o oferecimento de 1.500 moradias para famílias de baixa renda. No entanto, segundo o Observatório das Metrôpoles, citado na matéria do site, não há nenhuma linha de ação que contemple esta proposta que, sequer levou em consideração os casarões e cortiços existentes naquela área que poderiam ter sido aproveitadas para moradia de parte a população removida.

A respeito da área do Porto, Azevedo e Faulhaber (2015, p. 58) afirmam que, “apesar das intervenções terem sido feitas em áreas públicas, posto que a grande maioria dos terrenos desta região são bens da União, dezenas de imóveis privados foram desapropriados para serem entregues à iniciativa privada”. Apontam ainda que muitas dessas “moradias abrigavam ocupações de pessoas que não tinham onde morar e se organizavam para ocupar estes imóveis, que muitas vezes não cumpriam com a função social”, designada pela legislação, tanto federal, quanto municipal.

Ainda segundo os autores, pelo menos oito ocupações foram retiradas da área. São elas, além do “Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares, Boa Vista, Flor do Asfalto, Guerreiros do 234, Guerreiros do 510” (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p. 58).

Segundo Colombo, vários moradores foram morar em quartos alugados no Centro da Cidade, em favelas e algumas famílias, inclusive, optaram por retornar para seus locais de nascimento fora do Estado do Rio de Janeiro, já que o aluguel social possui um valor muito baixo de R\$ 400,00<sup>135</sup>. A professora ainda informa que no momento da remoção do Quilombo

---

<sup>133</sup> Disponível em: [img src="http://outraspalavras.net/outrasmidias/wp-content/uploads/2016/08/160818-PortoMaravilha-485x302.jpg" alt="160818-PortoMaravilha"/>](http://outraspalavras.net/outrasmidias/wp-content/uploads/2016/08/160818-PortoMaravilha-485x302.jpg)

<sup>134</sup> Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>135</sup> Valor informado pela SMH em <http://www.prefeitura.rio/web/smh/exibeconteudo?id=5215183>

das Guerreiras e das outras supracitadas, estava em negociação com a CEDURP, a construção de moradias populares para atender esta população através do programa Minha Casa Minha Vida, através da construção de um condomínio denominado Quilombo da Gamboa, no bairro do Gamboa, pertencente a região do Porto.

Segundo o Jornal O Dia<sup>136</sup>, de 11 de julho de 2015, este projeto, que seria lançado neste mesmo ano, faria parte da terceira fase do MCMV e disponibilizaria 116 unidades de moradia. Dele participariam a Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião, a União por Moradia Popular e a Central dos Movimentos Populares. O projeto seguiria, segundo a matéria, os conceitos de inserção da população de baixa renda, de facilitação do acesso à oportunidades de empregos, saúde e cultura. Porém, segundo Colombo, apesar da promessa de que as obras acontecerão a partir do ano que vem, até agora o mesmo não foi executado e seu terreno encontra-se abandonado, servindo como local de moradia de populações sem-teto, além de servir como local de atividades da escola de samba Vizinha Faladeira.

Além das populações das ocupações, moradores dos bairros do entorno também se mostraram adversos à política urbana da prefeitura na região, acusando a gestão municipal de mentir sobre as intervenções que lá aconteceram, como podemos ler na matéria do Jornal O Dia, de 14 de março de 2013<sup>137</sup>, onde estes criticavam a postura da prefeitura e também informavam sobre a prática de colocar números nas paredes das casas, como fizeram em outras comunidades, o que pode ser identificado como um método de intimidação por parte da prefeitura e seus técnicos.

“Fazem reuniões com a gente, mas só falam de teleférico. Ninguém explica o que acontecerá conosco e o que significa essa pichação nas nossas portas. Daqui eu não saio”, avisa Dona Chiquinha, de 70 anos, e há 40 responsável pela preservação da histórica Capela das Almas, erguida por escravos no alto do morro em 1902 (O DIA, 14 de março de 2013).

---

<sup>136</sup> Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-07-11/gamboa-tera-empreendimento-do-minha-casa-minha-vida.html>. Acessado em junho de 2017.

<sup>137</sup> Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/moradores-da-provid%C3%A2ncia-se-queixam-de-remo%C3%A7%C3%A3o-imposta-1.560354>

A mesma matéria informa que somente nos dois primeiros meses deste ano, os valores dos imóveis comerciais cresceram 20% em média, o dobro do registrado no restante da cidade e aponta que, segundo a SMH, 671 famílias seriam removidas da área.

Ao discorrerem sobre os métodos utilizados pela Prefeitura para garantir a remoção de moradores durante o período estudado, Azevedo e Faulhaber (2015) argumentam que esta prática seguiu a mesma lógica das desapropriações.

Em busca da reorganização do espaço urbano do Rio de Janeiro, a prefeitura, através da ação de suas secretarias, aponta como alternativa de remoção das camadas sociais mais pobres como preceito para a valorização do território. O planejamento estratégico é evocado para substanciar este argumento através de suas metas e projetos elencados. Os corredores viários, a construção de parques, as intervenções na área portuária, a instalação e requalificação de equipamentos esportivos e sobretudo, a eliminação de ocupação de áreas de risco são os argumentos mais utilizados pelo Estado para promover essas remoções (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p.48).

#### FAVELAS COM REMOÇÃO E SUAS MOTIVAÇÕES

FONTE: BASEADO EM INFORMAÇÕES DA GERÊNCIA DE TERRAS E REASSENTAMENTOS DA SMH (ABRIL DE 2012)

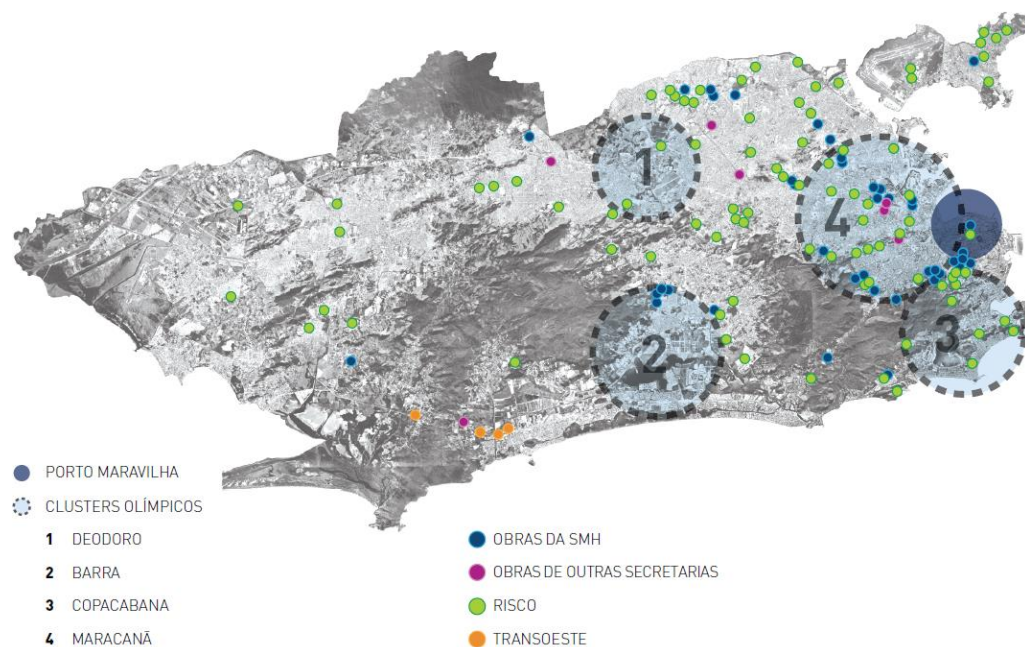


Figura 33: Mapa das Remoções (Elaborado por Azevedo e Faulhaber)  
Fonte: Disponível em [www.https://brasil.estadao.com.br](http://www.https://brasil.estadao.com.br), março de 2016.

Ao contrário das desapropriações, que tiveram na construção das vias expressas o seu maior vetor, exceto na região do Porto, as remoções têm como principal justificativa as áreas

de risco. Naturalmente, é curioso que todas essas áreas de risco estejam concentradas no perímetro dos principais “clusters” olímpicos ou áreas de maior concentração dos equipamentos olímpicos, sugerindo as questões ambientais como ordem de justificação.

Neste ponto destacamos o questionamento do prefeito da cidade em relação à Azevedo e Faulhaber, quando o mesmo, em entrevista ao site UOL<sup>138</sup>, classifica o livro “SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico”<sup>139</sup> como “panfleto da oposição” e “conjunto de asneiras”, ao que a editora respondeu<sup>140</sup>:

Nós, da editora responsável pela publicação do livro, bem como os autores, recebemos com espanto as respostas do alcaide. Eduardo Paes não contesta nenhum dado da publicação, toda baseada em cuidadosa pesquisa a partir de informações da própria prefeitura. Pelo contrário, o prefeito concentra-se em classificar o livro como “panfleto da oposição” e “conjunto de asneiras”. Não vale a pena deter-se nesses argumentos, mas não podemos deixar de ressaltar que “SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico” foi recebido com entusiasmo tanto pelo público especializado (pesquisadores, jornalistas e militantes do direito à moradia), como pela população em geral do Rio de Janeiro. Isso porque, como ressalta a urbanista Raquel Rolnik no prefácio, “um dos pontos mais fortes do estudo é trazer informações precisas e – por serem muito difíceis de encontrar e sistematizar – preciosas sobre as remoções dos pobres urbanos no Rio de Janeiro” (UOL 22.07.2015).

Novamente neste ponto podemos destacar a contradição presente no discurso de Paes. A referida publicação, que também colabora com este trabalho, apresenta dados apresentados pela própria prefeitura, afiançados por outras organizações, como o Dossiê da Copa e das Olimpíadas, Observatório de Favelas, meios de comunicação e mídias, além de autores já citados neste trabalho. A desqualificação realizada pelo gestor, neste momento, explícita uma dificuldade em receber críticas e opiniões diferentes das suas, como demonstrado em diversas ocasiões, como no caso de atendimento das sugestões para a urbanização de Vila Autódromo. Esta reação vai de encontro ao discurso democrático construído ao longo de seus mandatos, especialmente durante o período de preparação dos megaeventos.

---

<sup>138</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/07/22/elite-brasileira-e-muito-demofobica-e-adora-falar-veja-frases-de-paes.htm>.

<sup>139</sup> O Livro *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*, foi lançado em 2015, pela Editora Mórula, Rio de Janeiro.

<sup>140</sup> Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2015/08/05/editora-morula-responde-prefeito-do-rio>.

Ao confirmar o número de 22.059 famílias removidas até o ano de 2015 e a possibilidade de mais pessoas terem sido removidas até 2016, o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2015, p. 20) trazia um importante questionamento sobre as justificativas usadas pela prefeitura para a remoção dessas populações:

Outras dezenas de comunidades permanecem sob ameaça de remoção. Neste universo, não há dados oficiais divulgados que permitam identificar as comunidades e as famílias ameaçadas, nem a relação com as intervenções vinculadas aos megaeventos. Muitas vezes, embora esteja claro que a remoção decorre da obra relacionada ao projeto Rio Cidade Olímpica, o dado é mascarado por outras justificativas, como ser área de risco ou de interesse ambiental, o que muitas vezes não se confirmam (DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLÍMPIADAS, 2015, p. 20).

Segundo Justino (2016, p. 171), em 2010, oito comunidades (Estradinha, Morro dos Urubus, Morro dos Prazeres e Escondidinho, Morro do Fogueteiro, Complexo do Turano, setor Pedacinho do Céu e Rocinha, região do Laboriaux) foram notificadas pela prefeitura de que deveriam ser removidas por riscos ambientais. Para o autor, a prefeitura aplicou, nestes casos, os mesmos métodos já vistos em outras partes deste texto.

A atuação do município seguiu a mesma tônica em todas as comunidades: distribuição de laudos de interdição de casas sem vistoria técnica para os moradores; pressão para que os mesmos aceitassem as ofertas e negociação individual para desmobilizar a comunidade (JUSTINO, 2016, p. 171).

Moradias de classe média localizadas também em áreas de risco ambiental, como no entorno do Vidigal, do Joá, Recreio dos Bandeirantes e outros bairros, tiveram tratamento diferenciado por parte da prefeitura. Além de permanecerem nestes locais, foram beneficiadas em 2009, com o aumento de gabarito<sup>141</sup> nos bairros de Vargem Grande, Camorim, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes.

A fim de garantir melhor compreensão da forma como foram feitas as desapropriações e as remoções, Azevedo e Faulhaber (2015, pp.51-53) organizaram um passo a passo de procedimentos e práticas, frequentemente observado nas experiências vivenciadas pelas

---

<sup>141</sup> Disponível em <https://revista.zapimoveis.com.br/peu-das-vargens-muda-regra-de-construcao>. Acessado em junho de 2017.

populações atingidas. Muitas destas “estratégias” coercitivas voltadas para garantir a saída das pessoas dessas áreas, podem ser verificadas ao longo deste trabalho tais como; (i) comunicação de remoção; (ii) marcação das casas; (iii) negociações individualizadas; (iv) divisão do coletivo e cooptação de pessoas; (v) disputas e ameaças; (vi) demolição e descaracterização; e (vii) uso da força policial. As comunidades removidas, se não sofreram com todo este “pacote” de abordagem, experimentaram, ao menos, uma vez algumas dessas práticas.

Estes métodos de abordagem, cooptação e intimidação contradizem não só os instrumentos jurídico-legais presentes na legislação e referentes ao direito à cidade, como vai de encontro também à posição da Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada das Nações Unidas<sup>142</sup> que, no ano de 2013, publicou um manual específico para populações que sofrem remoções causadas, especificamente, por obras de infraestrutura e urbanização, chamado “*Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?*”<sup>143</sup> O manual que traz uma série de informações sobre como proceder em caso de remoções nessas situações, discute o que se fazer antes, durante e depois das remoções. O material inicialmente alerta para a garantia de compreensão dos motivos que podem levar a uma determinada população a ter que se retirar do lugar onde mora.

Quando se começa a pensar um projeto de infraestrutura e urbanização que vai exigir a remoção de pessoas e comunidades - antes mesmo de começar seu planejamento - deve-se avaliar com muito cuidado sua necessidade e adequação. O projeto é realmente indispensável? Quem será beneficiado? Qual será seu impacto? Existem alternativas? Como atuar em projetos que

---

<sup>142</sup> No ano de 2000, a Comissão de Direitos Humanos - hoje Conselho de Direitos Humanos da ONU - decidiu nomear um Relator Especial para o Direito à Moradia Adequada. O objetivo era que o Relator reunisse informações sobre a situação do direito à moradia em todo o mundo e promovesse assistência aos governos para a implementação deste direito. Nos oito anos que se seguiram, os Relatores desenvolveram diversos estudos e recomendações práticas no âmbito da habitação, abordando temas como o direito das mulheres à moradia, a discriminação no acesso à moradia, os despejos e remoções forçadas e o impacto da crise financeira internacional sobre o direito à moradia.

<sup>143</sup> Este trabalho foi desenvolvido a partir dos “Princípios Básicos e Orientações para Remoções e Despejos Causados por Projetos de Desenvolvimento” (“Basic Principles and Guidelines on Development-Based Evictions and Displacement”), elaborados por Miloon Kothari quando Relator para o Direito à Moradia Adequada, reformuladas com o objetivo de constituir em material de disseminação para usuários sem familiaridade com o sistema e a linguagem de Direitos Humanos. O texto foi produto do trabalho da equipe responsável, elaborado a partir de quatro oficinas e um seminário público com a presença de possíveis futuros usuários deste material. E tinha como equipe responsável: Supervisão Raquel Rolnik, elaboração dos textos Paula Ligia Martins, Marcia Saeko Hirata e Joyce Reis, assessoria para adequação de linguagem de Veronika Paulics, revisão dos textos de Bruno Lupion Gonçalves, projeto gráfico de Elisa von Randow, ilustrações de Joana Lira e apoio administrativo de Paula Zwicker e da estagiária Maria Isabel de Lemos Santos.

envolvem despejos e remoções (Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada das Nações Unidas 2013, p. 13).

Avaliação de impacto, planejamento claro e transparente, garantia de participação dos moradores, estratégias de minimização das consequências, garantia de direitos das pessoas, tempo hábil para a organização da saída das mesmas, retorno ao lugar de origem, oferecimento de habitação e condições dignas para os moradores que não puderem retornar ao seu lugar, além de outras orientações demonstram como uma determinada ação de remoção de um grupo pode ser traumática, cabendo desta forma, por parte dos gestores públicos, organização suficiente para realizar a condução do processo e garantir posteriormente, todas as condições necessárias para os atingidos.

Podemos perceber o quanto as práticas cariocas estão distantes às orientações previstas pela Organização das Nações Unidas. Rolnik (2012), então relatora independente das Nações Unidas sobre o Direito a Moradia, ao analisar as remoções decorrentes das preparações para da Copa e da Olimpíada, esclarecia já naquele ano: “Não sabemos até hoje quantas pessoas serão removidas, para onde elas serão levadas, aonde estão esses projetos. Nada disso existe disponível nem no Rio de Janeiro e em nenhuma das 12 cidades-copa, até porque boa parte dos projetos nem existem”.

Podemos observar diversas práticas que vão em caminho totalmente díspar em relação às orientações acima. Nossa pesquisa e a bibliografia acerca deste período apontam, justamente para práticas coercitivas, falta de planejamento e preocupação com as populações, motivos obscuros ou apresentados de forma não clara para sociedade, grande fragilidade no atendimento às necessidades das pessoas removidas e quase nenhum espaço para participação das populações atendidas ao longo desses processos.

A fim de aprofundar a reflexão sobre este movimento contraditório do poder público e, partindo da premissa de que a mediação do processo seria uma função inerente ao estado o qual, a princípio, deveria responder pelo interesse de todos, não distinguindo a população de acordo

com suas possibilidades econômicas, apresentaremos dois casos que ilustram as contradições até agora apresentadas. Ambas as situações foram acompanhadas pelo autor<sup>144</sup>, em sua função de pesquisador.

A primeira é Vila Autódromo, organizada enquanto comunidade formal em 1987, com a criação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA)<sup>145</sup>. Localizada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, próxima a uma área de crescente valorização imobiliária, “muro com muro” (figura 34) com o antigo autódromo da cidade que, em 2016, foi transformado no Parque Olímpico.



Figura 34: localização de Vila Autódromo ao lado do Parque Olímpico. Fonte: [https://w3.i.uol.com.br/novas-midias/2012/08/22/a-comunidade-de-vila-autodromo-e-uma-regiao-tranquila-a-beira-de-uma-lagoa-da-zona-oeste-carioca-o-local-esta-livre-do-traffic-e-das-milicias-mas-a-area-fica-ao-lado-da-futura-vila-olimpica-1345654104828\\_615x300.jpg](https://w3.i.uol.com.br/novas-midias/2012/08/22/a-comunidade-de-vila-autodromo-e-uma-regiao-tranquila-a-beira-de-uma-lagoa-da-zona-oeste-carioca-o-local-esta-livre-do-traffic-e-das-milicias-mas-a-area-fica-ao-lado-da-futura-vila-olimpica-1345654104828_615x300.jpg)

Por conta desta situação, sua população sofreu ao longo de vários anos diferentes abordagens do poder público, interessado em removê-la compulsoriamente, traduzindo-se em uma série de justificativas acompanhadas do entendimento por parte da Prefeitura que seria impossível urbanizar a área da Vila Autódromo:

---

<sup>144</sup> De 2013 a 2016, o autor deste trabalho participou do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, na categoria de pesquisador associado. Durante este período, colaborou com estudos e pesquisas de Vila União Curicica e as ações realizadas em Vila Autódromo.

<sup>145</sup> Plano Popular da Vila Autódromo, p. 8



[...] Em março de 2010... o Secretário de Habitação alegou que é impossível urbanizar a área da Vila Autódromo, porque está entre dois rios<sup>146</sup> (PLANO POPULAR DE VILA AUTÓDROMO, 2012, p. 8).

É importante destacar que diferentes estratégias para sua saída foram estruturadas ao longo dos doze anos durante a gestão César Maia. Porém, argumenta o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2015, p.27), que as ameaças de remoção ganharam um novo capítulo no projeto de preparação dos Jogos Olímpicos, em 2011. Segundo a publicação, a prefeitura informou que a retirada era uma exigência do Comitê Olímpico Internacional. Porém, a resistência dos moradores fez a prefeitura recuar, mas novamente a gestão municipal voltou a exigir a saída de seus moradores para, naquela área, instalar empreendimento habitacional de alto padrão, fruto de uma parceria público- privada.

Com o objetivo de se contrapor ao discurso da Prefeitura, a comunidade se organizou e em agosto de 2012<sup>147</sup>, apoiada por colaboradores da sociedade civil e da comunidade acadêmica como os Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual- NEPLAC/ Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza/ Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos- NEPHU/ Universidade Federal Fluminense, passou a construir uma alternativa às justificativas da Prefeitura, o Plano Popular da Vila Autódromo, um estudo que apresentava projetos e propostas de urbanização e desenvolvimento econômico e social, contrapondo-se assim ao discurso oficial da Prefeitura.

---

<sup>146</sup> Plano Popular da Vila Autódromo, p.10

<sup>147</sup> Plano Popular da Vila Autódromo, p. 19



Figura 35: Plano Popular da Vila Autódromo, aprovado em 05 de agosto de 2012<sup>148</sup>. Fonte: NEPHU



Figura 36: Imagem de área de lazer projetada para a vila Autódromo. Fonte: Plano Popular de Vila Autódromo.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Retirado do site: [http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=736:apresentacao-plano-popular-da-vila-autodromo-no-iab&catid=91:outros-eventos&Itemid=7](http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=736:apresentacao-plano-popular-da-vila-autodromo-no-iab&catid=91:outros-eventos&Itemid=7). Acessado em 19 de agosto de 2013.

<sup>149</sup> Retirado do site: <http://comitepopulario.wordpress.com/tag/vila-autodromo/>. Acessado em 19 de agosto de 2013

É natural, quando pensamos a cidade, compreender os dilemas e as disputas de interesse presentes em seu território. Ao analisar as cidades contemporâneas, Secchi (2005) afirma:

A cidade é o lugar onde essas agregações, mobilizando discursos específicos, se encontram e disputam entre si, conquistando reconhecimento, hegemonia e poder. A maior parte das políticas urbanas procura construir, pragmaticamente, uma ponte entre as exigências dos diversos grupos em competição entre si (SECCHI, 2005, p.51).

As análises ao longo do trabalho nos fazem caminhar para uma encruzilhada, onde os fatores externos e as articulações internas econômicas e políticas provocarão a criação de uma geografia cada vez mais excludente para as populações que habitam a cidade, em especial a população mais carente. No caso da Vila Autódromo, o problema aparece de forma contundente, já que a referida comunidade<sup>150</sup> está localizada próxima de uma área valorizada de expansão urbana.

Ao apresentar a questão de Vila Autódromo e precisamente o Plano Popular em seu blog<sup>151</sup>, em 20 de agosto de 2012, Raquel Rolnik, argumenta que o Plano Popular apresentado pelos moradores poderia servir de modelo para vários casos semelhantes não apenas no Brasil, mas no mundo. Ele mostraria que, no Brasil, os megaeventos não precisam, necessariamente, atender apenas aos interesses do mercado e de seus patrocinadores, podendo se transformar em oportunidade de enfrentamento de dívidas socioambientais acumuladas há décadas em nossas cidades.

Plano este que, no ano de 2013, recebeu o prêmio internacional *Urban Age Award*. Para Paola Berenstein Jacques, arquiteta e urbanista da Universidade Federal da Bahia, membro do júri, a decisão foi “em favor da resistência e contra as remoções que estão acontecendo no Rio de Janeiro”<sup>152</sup>. *Para seus moradores significou um prêmio por seus vinte anos de luta*<sup>153</sup>.

---

<sup>150</sup> Autodeterminação mais observada nos questionários respondidos pela população local.

<sup>151</sup> Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/vila-autodromo/>

<sup>152</sup> Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=9595>

<sup>153</sup> Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/plano-popular-da-vila-autodromo-ganha-premio-internacional-de-urbanismo/>

Bienestein, G., Bienestein, R., Mendes (2017) afirmam que neste contexto a premiação constituiu um emblemático incentivo para a luta pela permanência, motivando não somente aqueles que ainda resistiam, como também os demais atores envolvidos.

Com o objetivo de verificar a apropriação do Plano por seus moradores, foi organizado pelo autor, com a supervisão da Professora Regina Bienenstein em março de 2013, um questionário (em anexo) aplicado a 104 famílias.

Para alcançar os seus objetivos, o trabalho foi dividido em quatro partes: a primeira com perguntas sobre o Morador, seu sentimento sobre a comunidade e sua condição de proprietário; a segunda parte indagava sobre sua capacidade de aquisição/entendimento do que estava proposto sobre o Plano Popular da Vila Autódromo. Esta parte foi dividida em 12 subitens que buscavam ampliar o entendimento do entrevistado sobre o plano, mas também sobre a sua participação na construção do mesmo, bem como, sua opinião sobre a Associação de Moradores; a terceira parte, dividida em 10 subitens, estava relacionada ao plano de relocação da comunidade, proposto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e finalmente, a quarta parte, dividida em seis subitens, inquiria o entrevistado a responder sobre os seus sentimentos sobre a presença da Vila Autódromo na cidade.

Com o objetivo de conhecer a opinião dos moradores acerca do seu protagonismo na luta para permanecer no lugar onde moravam, identificamos que 93% dos entrevistados conheciam o referido Plano, e 68 % haviam participado de alguma forma de sua construção, número próximo, dos 66% que acreditavam que o referido Plano atendia as necessidades de sua população. Nesta resposta 21% afirmaram que o Plano atendia em parte os interesses da comunidade e somente 1% acreditavam que o plano não atendia as reais necessidades dos moradores.

O grau de informação também pode ser notado com o grande número de pessoas que estavam a par dos planos de remoção de Vila Autódromo, 93% dos entrevistados informaram

que estavam cientes e que 86% se sentiam pressionados com as medidas adotadas pela Prefeitura Municipal, algumas mesmo constrangedoras como marcar as casas das pessoas impingindo um estado permanente de terror nos moradores.

A nítida compreensão dos sentimentos dos moradores em relação a esta realidade estava expressa na pergunta sobre se sua permanência significava ter de lutar pelos seus direitos, aqui, 88% responderam que sim, e que 82% estavam dispostos a permanecer na Vila Autódromo. Ou seja, a grande parte dos entrevistados mostrava-se **interessada em permanecer no lugar onde moravam** (grifo nosso), e mais, estavam convictos que deveriam resistir às inúmeras estratégias de convencimento elaboradas pela prefeitura.

Na quarta parte do questionário, onde os entrevistados eram indagados sob a condição da Vila Autódromo na cidade, apareceram sinais claro que os mesmos se reconhecem moradores da cidade e que sua comunidade está integrada a mesma. Esta foi a opinião de 69% dos entrevistados que eram convidados a expressar seus motivos para responder por que confirmavam este reconhecimento. Em primeiro lugar apareceu a resposta “*por que ela faz parte da cidade*”, mas foi o segundo padrão de resposta que surpreendeu na análise da entrevista, pois cerca de 15% responderam que ela está integrada “*por que ela existe*”, o que nos leva a compreender que é o sentimento conferido pelos indivíduos que garante a própria materialidade da cidade, e que são suas opções que permitem novas possibilidades de vida ao tecido urbano.

Naturalmente, este sentimento de pertencimento ao lugar e o reconhecimento deste enquanto parte integrante da cidade consubstanciará, em diversos momentos, contrapontos aos interesses propagados pelos agentes do capital, especialmente o imobiliário que, ao se confundirem com o poder público, buscarão melhores condições para se reproduzirem.

Harvey (1980, p.132) observa que o conceito social de necessidade e o conceito econômico de demanda são duas coisas bastante diferentes, o que nos leva a crer que esta luta

por parte das populações é uma luta diária, travada no interior das sociedades e que promete ainda vários capítulos e estudos para compreender como este conflito se expressa no espaço. No caso da Vila Autódromo, no dia 09 de agosto de 2013, o Prefeito se reuniu com os moradores e reconheceu que errou com esta comunidade, permitindo a permanência dos moradores e acenando com possibilidade de urbanização.

Esta possibilidade de diálogo foi confirmada pelo prefeito em 20 de setembro de 2013, em entrevista à Juca Kfourri no canal ESPN<sup>154</sup>, onde Paes reconhecia que a negociação junto aos moradores, constituía uma “tortura psicológica” e que, inclusive, os procedimentos adotados por técnicos da prefeitura assemelhavam-se as práticas **“nazistas que marcavam casas como se fossem estrelas de Davi”** (grifo nosso). Todavia, na mesma entrevista, o prefeito reconhecia a necessidade em remover parte da população de Vila Autódromo e que os mesmos contavam ainda com uma bela oportunidade para se mudar (Condomínio Parque Carioca).

Porém, em mais esta oportunidade, discurso e prática estiveram em campos antagônicos, expressada, desta vez de forma contundente quando, após reuniões com a comunidade, novamente foram observadas ações violentas por parte do poder público a fim de coagir a população local. Aliás, este método parece ter sido uma tônica durante a gestão municipal, posto a frequência com que nos deparamos com conversas e reuniões seguidas de alguma forma de agressão.

No dia 03 de junho, um dia após uma audiência pública organizada pela Comissão Permanente de Direitos Humanos na Câmara dos Vereadores, a tropa de choque da Guarda Municipal foi acionada pelo Poder público para garantir a realização de mais despejos. Frente à resistência por parte dos moradores, a Guarda realizou um dos atos mais hostis registrados neste período, agredindo moradores, idosos, mulheres e crianças.

---

<sup>154</sup> Disponível em: [http://www.espn.com.br/video/350252\\_eduardo-paes-reconhece-erro-na-vila-autodromo-e-compara-tecnicos-da-prefeitura-com-soldados-nazistas](http://www.espn.com.br/video/350252_eduardo-paes-reconhece-erro-na-vila-autodromo-e-compara-tecnicos-da-prefeitura-com-soldados-nazistas). Acessado em 20 de agosto de 2013.

A imprensa internacional e setores da mídia brasileira deram espaço para esta ação. O Jornal inglês *The Guardian*<sup>155</sup> classificou o evento como um confronto sangrento entre moradores que resistiam e a “elite” da Guarda Municipal.

Rio de Janeiro’s preparations for next year’s Olympic Games were marred on Wednesday by a bloody confrontation between police and residents who resisted attempts to forcibly remove them from their homes near the stadium construction site. At least six people were wounded in the face-off at Vila Autódromo, a favela community on the edge of the Olympic Park. About 90% of the 600 residents have already moved after being offered financial compensation, but the remaining holdouts are adamant that they do not want to give up their homes of many years for a mega-event that last little longer than a fortnight. Wednesday’s clashes were the first attempt to forcibly relocate them, following a decree in March by Mayor Eduardo Paes that called for their urgent removal so the Olympic host city can complete its preparations on time. Two homes were targeted for demolition, according to the mayor’s office, which claimed residents pelted police, municipal guardsman and city officials with “stones, rocks and bricks” as soon as the work was authorized. It said four guards were injured. Residents give a different story. They say about 50 or 60 of them tried to form a human chain around the homes that were due for demolition and that the police used violence, as well as pepper spray, to try to break them up. Only then, they say, did they throw rocks. In response, the police used rubber bullets and percussion grenades<sup>156</sup> (*THE GUARDIAN*, 03 de junho de 2015).

A anistia Internacional também se posicionou perante o fato, divulgando uma nota<sup>157</sup> de repúdio frente às ações realizadas neste dia:

A Anistia Internacional condena a atuação da Guarda Municipal do Rio de Janeiro durante ação de desapropriação na comunidade Vila Autódromo nesta quarta-feira (03 de junho). A ação foi marcada pela violência contra residentes e membros da Associação de Moradores, com uso desnecessário da força e de armas menos letais, tais como balas de borracha e gás de pimenta. Diversos moradores foram diretamente agredidos com cassetetes, inclusive no rosto. Um dos integrantes da Guarda Municipal portava também uma faca. Os

---

<sup>155</sup> Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/jun/03/forced-evictions-vila-autodromo-rio-olympics-protests#>

<sup>156</sup> Tradução da nota: As preparações do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos do ano próximo foram manchadas nessa quarta-feira por um confronto sangrento entre a polícia e os moradores que resistiram contra a remoção forçada de suas casas, localizadas nas proximidades do estádio em construção. Pelo menos seis pessoas foram feridas no confronto da Vila Autódromo, uma favela no limite do Parque Olímpico. Cerca de 90% dos 600 moradores já se mudaram após aceitarem uma compensação financeira, mas os moradores remanescentes não querem desistir de suas casas de muitos anos por conta de um megaevento que dura menos que uma quinzena. O confronto de quarta-feira foi a primeira tentativa de realocar os moradores através do uso da força, seguindo um decreto feito pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que clamava pela remoção urgente para que a Cidade Olímpica estivesse pronta para a recepção dos participantes a tempo do evento. Conforme a prefeitura, duas casas foram marcadas para a demolição. Segundo o gabinete do prefeito, os moradores enfrentaram a polícia, guarda municipal e oficiais da cidade com “pedras, rochas e tijolos” assim que a demolição foi autorizada. Quatro guardas foram feridos. Os moradores deram uma história diferente. Eles disseram que cerca de 50 ou 60 moradores formaram uma corrente humana em volta de suas casas para evitar a demolição e a polícia usou a violência, assim como o spray de pimenta, para quebrar a corrente. Apenas aí, confirmam os moradores, foram lançadas pedras contra a polícia. Como resposta, a polícia usou balas de borracha e granadas de efeito moral.

<sup>157</sup> Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/anistia-internacional-condena-atuacao-da-guarda-municipal-em-acao-na-vila-autodromo/>. 03 de junho de 2015. Acessado em dezembro de 2015.

moradores estavam mobilizados em protesto contra o cumprimento de ordem judicial em ação de desapropriação referente a uma das casas da comunidade. “É muito grave que a Guarda Municipal tenha agido desta forma, escolhendo o caminho da violência, deixando pessoas feridas. É inaceitável que a cidade do Rio de Janeiro, às vésperas de receber as Olimpíadas, passe por cima dos direitos humanos e viole os direitos dos moradores da Vila Autódromo, bairro vizinho ao futuro Parque Olímpico”, disse Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil (ANISTIA INTERNACIONAL, 03 de junho de 2015).

É interessante notar que, apesar da truculência apresentada pela força policial e a reação de mídias internacionais, o principal veículo de comunicação do país, a tevê Globo, integrante do Grupo Organizações Globo, tenha dado pouco destaque ao ocorrido, oferecendo informações mínimas, além de não veicular nenhuma imagem, apesar das redes sociais estarem repletas delas.

Neste ponto, configura-se, como poderemos ler mais profundamente ao longo deste capítulo, a ação de setores da Sociedade Civil, dentre eles parcelas da grande mídia, que possuem o intuito de colaborar com ações do Estado que possam garantir seus interesses privados (FONTES, 2010).

Após diversas estratégias, a prefeitura obteve a saída de parte dos moradores e novamente destacamos o papel de setores da mídia na legitimação de ações do poder público que privilegiam a construção de uma cidade com espaços segregados. Em 28 de abril de 2014, uma matéria no Jornal O Globo<sup>158</sup> trazia um título emblemático, “Ex-moradores da Vila Autódromo, festejam a vida no Parque Carioca”.

“Remoções são historicamente delicadas e traumáticas na cidade do Rio. Na maioria das vezes, ninguém quer sair de sua casa para morar isolado em algum terreno imposto pelo governo, em conjuntos habitacionais nada atraentes. Tudo caminhava para o mesmo desfecho na Vila Autódromo, até que os moradores se debruçaram sobre a planta do novo condomínio e viram **piscina com toboágua, quadras polivalentes, churrasqueira, salão de festas, segurança e academia para a terceira idade**. No pacote, ainda, itens básicos que acabaram se tornando artigo de luxo no cotidiano de muitas comunidades: saneamento básico e escritura dos apartamentos na mão. Das 280 famílias que precisaram ser removidas, 204 optaram pelo Parque Carioca. As outras 76 preferiram indenizações. Além delas, 172 famílias que não estavam no traçado

---

<sup>158</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ex-moradores-da-vila-autodromo-festejam-vida-no-parque-carioca-12311245>. Acessado em junho de 2015.



da obra pediram reassentamento à prefeitura. Dessas, apenas 32 querem dinheiro. **As 140 restantes almejam um lugar ao sol, à beira da piscina curvilínea do condomínio**” (O GLOBO, 28 de abril de 2014, grifos nossos).

A forma de construção do trecho acima demonstra a falta de compromisso com a realidade e uma opção de viés ideológico que frações da sociedade civil operam a fim garantir seus interesses. Fontes (2010, p. 134), ao apresentar e aprofundar o conceito de Gramsci sobre os aparelhos privados de hegemonia, aponta que jornais e revistas muitas vezes estão diretamente coligados à determinados segmentos de classe e tendem, portanto, a mascarar esse compromisso, apresentando-se a partir de uma neutralidade informativa que na verdade não existe.

Em contrapartida, setores independentes e mais progressistas da mídia permanecem atentos à função de oferecer elementos mais condizentes com a verdade dos fatos. Em junho de 2016, o site Rio on Watch<sup>159</sup> apresentou uma matéria intitulada “A realidade dos moradores do Parque Carioca após o reassentamento da Vila Autódromo”. Durante a publicação várias críticas de moradores a respeito de manutenção do equipamento, da falta de entendimento da proposta, de uso de drogas, entre outros, podem ser verificadas.

“Moradores mostraram-se preocupados com a segurança e bem-estar das pessoas no Parque Carioca. Alguns estão profundamente insatisfeitos com a qualidade dos prédios construídos em 2013. A Prefeitura descreve o Parque Carioca como “um empreendimento com padrão classe média”. Porém moradores nos relataram casos de infiltrações e vazamentos. Também fizeram reclamações sobre altas temperaturas nos prédios já que praticamente não há árvores no complexo e circulação de ar é pouca. Apesar do material promocional do Parque Carioca citar a inexistência de insetos e mosquitos, tubos de drenagem estão abertos próximos dos pátios de alguns prédios, fazendo com que a água parada e os insetos sejam um problema. O Zika vírus já era uma preocupação para os moradores da Vila Autódromo devido às poças de água parada geradas pela demolição de casas e pela construção do Parque Olímpico, e ao que parece eles não foram capazes de escapar do problema após a mudança. **Alguns moradores mostraram-se arrependidos da decisão de mudar-se para o Parque Carioca e dizem que foram pressionados a isso.** O Prefeito Eduardo Paes tem falado continuamente que não forçou ninguém a sair e que qualquer pessoa que quisesse permanecer na comunidade poderia, mas os moradores dizem que foram comunicados por agentes municipais que não teriam escolha e acabariam sendo forçados a sair,

---

<sup>159</sup> Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=20108>.

portanto optaram pela mudança para reduzir o risco de maiores problemas.  
(RIO ON WATCH, junho de 2016, grifos nossos)

A matéria ainda explica que além das histórias individuais dos moradores, a situação no Parque Carioca apresenta um problema muito maior, que é a disparidade contínua entre políticas no papel e na implementação. Os moradores da Vila Autódromo foram tirados de sua comunidade com a promessa de uma melhoria no padrão de vida a partir das moradias providenciadas pela administração de Eduardo Paes. Os numerosos vídeos e imagens promocionais, além de visitas empreendidas pela Prefeitura para atrair os moradores da Vila Autódromo não refletem a atual realidade no Parque Carioca, um complexo habitacional mal executado e com má manutenção que reflete a falha de outras iniciativas políticas como o Morar Carioca. De uma perspectiva política e de planejamento urbano, há inúmeras diferenças na execução do complexo habitacional prometido aos moradores, tais como falta de cobertura vegetal, material utilizado, além de equipamentos ausentes na realidade, como por exemplo espaço infantil de qualidade.

A discrepância observada entre a propaganda do condomínio vendido pela prefeitura e a realidade observada nas imagens 37 e 38 a seguir, onde a piscina do condomínio aparece fechada e segundo a matéria, sem manutenção, o que poderia acarretar em acúmulo de animais vetores de doenças, ajudam a perceber a diferença do que fora prometido e o que de fato se tornou a realidade de muitos moradores que fizeram a opção de se mudar para este espaço.



Figura 37: Propaganda oficial do condomínio Parque Carioca.  
Fonte: <http://rioonwatch.org.br/?p=5453>



Figura 38: Foto atual da área de lazer do condomínio Parque Carioca.  
Fonte: <http://rioonwatch.org.br/?p=12090>

“*Uma comunidade marcada para viver*”<sup>160</sup>, assim começa uma publicação do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas e que apresenta a luta de moradores que se recusaram a sair, até o seu final, enfrentando diferentes estratégias dos agentes municipais, em especial do prefeito da cidade.

Bienenstein, R. *et al* (2016) argumentam que a luta pela permanência dos moradores perdurou até 2016 e que novamente, os mesmos, durante negociação com a prefeitura insistiram em suas convicções, garantindo que as obras para permanecerem, fossem feitas de acordo com o que desejavam.

Após o lançamento desta última versão do Plano Popular, em 2016, e após tentar, sem sucesso, negociar individualmente com a família da principal liderança que, exatamente no dia internacional da mulher, teve sua casa demolida, a Prefeitura acabou anunciando, primeiramente à imprensa, que iniciaria a construção de uma vila para onde seriam transferidas as famílias que ainda resistiam na Vila Autódromo. O estudo apresentado previa inicialmente 30 lotes unifamiliares com 125m<sup>2</sup>, onde seriam distribuídas casas geminadas, duas a duas e a manutenção do prédio da Igreja Católica, além de área de lazer, campo de futebol e duas escolas. Chamados a conhecer o projeto, após avaliação, os moradores encaminharam abaixo-assinado onde demandavam a ampliação dos lotes maiores para, no mínimo 150m<sup>2</sup>, casas não geminadas e a ampliação dos cômodos, especialmente quartos e cozinha, além de local para Associação dos Moradores, horto e Centro Cultural. Essas demandas foram atendidas, inclusive as exigências de permanência das famílias na própria área. (BIENESTEIN, R., *et al* 2016, p. 231).

Essas demandas foram atendidas, inclusive as exigências de permanência das famílias na própria área, e hoje, vinte famílias permanecem moradoras.

---

<sup>160</sup> Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/index.php/manifesto>. Acessado em fevereiro de 2017.



Figura 39: Entrega das chaves aos moradores de Vila Autódromo em 2016.  
Fonte: Daniel Sousa

Apesar da saída majoritária de sua população e da transformação da localidade, a permanência dessas pessoas enfatiza a necessidade da manutenção da luta por direitos. Demonstra também que a unidade entre diferentes atores da sociedade se verifica como condição para a obtenção do direito à cidade.

Para continuar examinando o modo de atuação da prefeitura frente às comunidades mais pobres da cidade, utilizamos outra comunidade da Zona Oeste, também localizada próxima das instalações dos equipamentos olímpicos na Barra da Tijuca. Trata-se da comunidade Vila União Curicica.

O bairro de Curicica, onde está situada a comunidade, é parte da Grande Jacarepaguá, uma das principais áreas de expansão imobiliária da cidade do Rio de Janeiro e principal polo de instalação dos equipamentos destinados aos Jogos Olímpicos de 2016.





Figura 40: Foto da área ocupada pela Vila União Curicica, no bairro de Jacarepaguá. Fonte: Aero foto do Complexo Vila União de Curicica, captada em 2013.  
Fonte: Armazém de Dados IPP-Rio (SABREN).

Em 2012<sup>161</sup>, a referida comunidade foi incluída no Programa Morar Carioca cujo objetivo, conforme já mencionado, era o de urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro até 2020. No entanto, frente ao traçado do BRT TransOlimpica, o projeto de urbanização iniciado foi paralisado em meados de 2013, logo após a conclusão do levantamento de campo e diagnóstico. Inicialmente, o traçado atingia todas as moradias, demandando assim, a remoção das famílias aí residentes.

Para viabilizar tal remoção, foram oferecidas duas alternativas, apartamentos no conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida da Colônia Juliano Moreira, em local relativamente próximo ou indenização. Parte das famílias aceitou uma das alternativas apresentadas, mas uma parcela não desejava sair da comunidade e se organizou como Movimento Independente Popular (MIP), a fim de buscar permanecer em seu local de moradia. O MIP tentou dialogar com a prefeitura e passou a buscar, à exemplo de Vila Autódromo, apoio externo à luta que iniciavam.

Em dezembro de 2014<sup>162</sup>, os moradores foram informados que o traçado do BRT havia sido mudado e que somente seria necessário remover 191 famílias. A intenção era reassentar

<sup>161</sup> Os dados apresentados foram recolhidos junto ao NEPHU/UFF.

<sup>162</sup> <http://rioonwatch.org.br/?p=13198>

essas famílias em outro conjunto habitacional, o Parque Carioca, o mesmo dos moradores removidos de Vila Autódromo, permanecendo também a alternativa de indenização. É importante destacar que esta mudança de planos desagradou parte dos moradores que já haviam aceitado a transferência para o referido condomínio.

Em 2015, uma nova alteração no projeto do BRT foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e agora seria necessária a remoção de 304 famílias, como podemos ler abaixo:

“Com o ajuste do traçado proposto, a implantação do CORREDOR VIÁRIO TRANSOLÍMPICA, deixa de, naquele local, exigir a desapropriação de 881 (oitocentas e oitenta e uma) edificações para realizar a desapropriação de 304 (trezentas e quatro) edificações”<sup>163</sup> (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 23 de março de 2015).



Figura 41: Vista da comunidade após a retirada da primeira parte dos moradores. Fonte: autor.

Os moradores de Vila União Curicica, assim como os de Vila Autódromo, sofreram com os métodos aplicados pela Prefeitura para garantir sua saída. Práticas muito semelhantes, inclusive, negociações em separado entre diferentes atores da comunidade, cooptação das lideranças, ruínas abandonadas da primeira leva de removidos, ou seja, totalmente ao contrário do que preconizam às legislações próprias, bem como as orientações da ONU. Em especial, as

<sup>163</sup> Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 23.03.2015. P. 36, parte 1.  
[https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view\\_pdf.php?ie=MjIwNjcjICAgIA==&ip=MzY=&s=ZmI4YmVhMTYyZDVjOWNmOGZjYzBmMGU4N2VlOTkyMDC](https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=MjIwNjcjICAgIA==&ip=MzY=&s=ZmI4YmVhMTYyZDVjOWNmOGZjYzBmMGU4N2VlOTkyMDC). Acessado em 16 de abril de 2015.

diversas mudanças de planejamento durante todo o processo, o que gerou ainda conflitos entre moradores dispostos a lutar por sua permanência e os que tinham interesse em sair.

Várias outras comunidades na cidade sofreram represálias e abordagens e tiveram suas populações afetadas, algumas de forma parcial, outras removidas totalmente. A fim de melhor apreciarmos este quadro, apresentaremos abaixo uma tabela feita com dados obtido no Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2015, p. 36).

Comunidade	Tempo de ocupação	Total de famílias	Número de famílias removidas	Justificativa
largo do Campinho/ Campinho	1980	65	65	BRT Transcarioca
Rua Domingo Lopes/ madureira	S/I	100	100	BRT Transcarioca
Rua Quaximá/ Madureira	1970	27	27	BRT Transcarioca
Penha Circular/ Penha	S/I	4	40	BRT Transcarioca
largo do tanque/ Jacarepaguá	S/I	66	66	BRT Transcarioca
Arroio Pavuna/ Jacarepaguá	1938	96	68	Acesso à condomínio de luxo/ viaduto para o BRT Transcarioca/ preservação ambiental
Vila das Torres/ Madureira	1960	1017	1017	Construção do Parque Madureira/ legado associado à TransCarioca
Restinga/ Recreio	1994	80	80	BRT TransOeste
Vila Harmonia/ Recreio	1911	120	120	BRT TransOeste
Vila recreio II/ Recreio	1996	235	235	BRT TransOeste
Notredame/ recreio	S/I	52	52	BRT TransOeste
Vila da Amoedo/ recreio	S/I	50	50	BRT TransOeste
Outras remoções			129	BRT TransOeste
Vila União Curicica/ Curicica	Década de 1980		340	BRT TransOlimpica
Metrô Mangueira/ Mangueira	1980	612	566	Estacionamento para o estádio do Maracanã
Vila Autódromo/ Jacarepaguá	1985	500	430	Parque Olímpico/ BRT TransOlimpica/ Preservação ambiental
Favela do Sambódromo	S/I	60	60	Alargamento do Sambódromo
Morro da Providência	1897	832	140	Implantação do teleférico e plano inclinado/ área de risco
Ocupação Machado de Assis	2008	150	150	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	30	



Ocupação Boa Vista	1998	35	35	
Quilombo das Guerreiras	2006	70	70	
Zumbi dos Palmares	S/I	133	133	
Ocupação Carlos Marighela	S/I	47	47	
Ocupação Casarão Azul	S/I	70	70	
<b>Subtotal referente às comunidades removidas diretamente pelos Megaeventos</b>		<b>4451</b>	<b>4120</b>	
<b>Outras comunidades</b>		17939	17939	Áreas de risco/ obras de melhorias na própria comunidade, e que, segundo a prefeitura foram reassentadas nas mesmas
<b>Total geral</b>			<b>22059</b>	

Tabela 12: remoções e suas justificativas. Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e dos Jogos Olímpicos, 2015<sup>164</sup>.

Em 19 de fevereiro de 2014, o Jornal O Dia publicava matéria do jornalista Flavio Araújo, onde o próprio Eduardo Paes admitia, em reunião junto à Anistia Internacional, ter realizado remoções com pouco diálogo, conforme podemos ler abaixo:

Paes se comprometeu junto à Anistia Internacional a rever o número de remoções, aumentar valores de indenizações e tentar manter as famílias que terão que ser reassentadas próximas aos seus bairros. O prefeito recebeu ontem um abaixo-assinado com mais de 5 mil nomes do movimento Basta de Remoções Forçadas. “Recebo a petição com toda a atenção e reconheço que a prefeitura, em alguns episódios, dialogou mal com as comunidades”, afirmou Paes. Segundo a prefeitura, desde 2009, primeiro ano do mandato dele, 19 mil famílias já foram removidas (O DIA, 19 de fevereiro de 2014).

Apesar do reconhecimento e da promessa feita à Anistia Internacional, cabe lembrar que, até 2016, ou seja, dois anos depois, Eduardo Paes ainda tentava, de diferentes formas remover toda a população de Vila Autódromo, ano no qual as vinte famílias remanescentes receberam suas casas.

Ao analisar os manifestos populares ocorridos em 2013, ano da realização Copa das Federações, evento teste/preparatório da FIFA, para a Copa do Mundo de 2014, Vainer (2013) apresenta uma crítica que colabora com as análises até aqui apresentadas.

Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de

<sup>164</sup> Os dados originais trazem ainda as comunidades que, naquele momento estavam ameaçadas de remoção. São elas: Vila Tamboinha/Vargem Grande, Asa Branca/Curicica, Vila Azaleia/Curicica, Colônia Juliano Moreira/Grande Jacarepaguá, Belém-Belém/Pilares, Ocupações da Rua do Livramento.

2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. De um lado, a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. “Porrada neles.” A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais. Mais importante que a repressão, são as transformações que esses megaeventos imprimem em nossas cidades, assim como a própria concepção de cidade que eles expressam e atualizam de forma intensa (VAINER, 2013, p. 65).

Megaeventos, megapromessas, megamentiras e megacontradições. Em um curto, período de tempo parece que vivíamos em um “país do superlativo”. O momento de euforia com a economia e os megaeventos eram traduzidos por inúmeras campanhas publicitárias como o momento em que deixaríamos para trás toda a herança de desigualdades e que caminhávamos a passos do “Gigante que Acordou”<sup>165</sup> para um futuro promissor prometido pelo legado olímpico. Porém, o “santo é de barro”, “nem tudo o que reluz é ouro”, e é mais fácil “sonhar acordado do que viver dormindo”.

A herança de um país extremamente desigual, com uma burguesia muito dependente do capital internacional, ao ponto de Fontes (2015, p.134) se referir a ela como “*burguesia tampão*” que representa, apesar de suas contradições internas, enormemente a ordem burguesa mundial, resulta em uma combinação “fraticida”, materializada neste período por uma gestão municipal que, na forma de seu alcaide, acabou por construir um enorme “*negado*” para a população carioca e fluminense.

As relações verificadas entre a iniciativa privada e o poder público municipal, muitas vezes obscuras do ponto de vista da legalidade dos fatos, contribuíram para um maior esgarçamento do tecido social da cidade, ao aproveitar os megaeventos para agudizar um projeto neoliberal de cidade que, apesar de vir desde os anos 1990, encontra condições mais

---

<sup>165</sup> Alusão ao comercial da Empresa de bebida alcoólica Jhonny Walker. Onde um gigante desperta dos morros do Rio de Janeiro, em alusão ao personagem símbolo desta empresa multinacional.

adequadas para se consolidar durante o período de Eduardo Paes a frente da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Suas práticas materializaram o que, José Paulo Neto<sup>166</sup>, ex-Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro comumente, em suas aulas, chamava de *petit comité*, quando se referia à estreita relação entre o Estado e a burguesia.

Eduardo Paes cumpre, portanto, o papel de garantir que a cidade e seus recursos materiais e imateriais passem a servir a propósitos de acumulação e reprodução do capital.

O período de seu governo está associado, portanto, nos remete ao comprometimento das finanças do estado e do município, e a perdas de direitos da população carioca e fluminense, em especial aos seus estratos mais pobres.

Estabelecer critérios de avaliação dos impactos observados durante um determinado momento histórico constitui um trabalho extremamente difícil, tanto sob a perspectiva do recolhimento de dados, posto que muitos são inclusive, desconhecidos ou de difícil acesso, bem como através de uma perspectiva subjetiva, já que os fatos apresentados ao longo deste capítulo tem relação com a vida de pessoas que, durante este percurso, marcado por inúmeras contradições, continuaram a conviver com uma realidade identificada por desigualdades ainda mais acirradas.

Como um dos objetivos que perpassam este texto é o de desvelar as relações entre os interesses privados e o poder público durante o período estudado, apresentaremos a seguir um panorama das ações de empresas de construção que, durante a gestão Paes, foram contempladas com benefícios e recursos que, muitas vezes sugeriram articulações minimamente suspeitas, como podemos ler diariamente nos meios de comunicação e estão inseridas dentro de um cenário de turbulência política que o país atravessa.

---

<sup>166</sup> José Paulo Neto foi Professor Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde pude assistir a suas aulas durante a realização do meu Mestrado na Faculdade de Educação da mesma Universidade, durante os anos de 2009 a 2010.

Desta forma, o próximo sub- capítulo surgiu como uma necessidade de colaborar com este momento, evidenciando estas questões no território do Rio de Janeiro.

### **3.4.2- Coisa Nossa ou *Cosa Nostra*. As relações entre as construtoras e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.**

O final de 2016 e o início do ano de 2017 vêm provocando, todos os dias, verdadeiros “terremotos” para a classe política brasileira e também, para todo país. Centenas de políticos vêm sendo investigados pela operação “*Lava Jato*” e seus diferentes desdobramentos. Inúmeros esquemas de desvio de recursos públicos e atos de corrupção generalizada estão sendo apresentados cotidianamente, invadindo nossas salas e nossas vidas, através de diferentes meios de comunicação que, muitas vezes, apresentam os fatos de acordo com os seus interesses. No meio desta tempestade, também está presente a relação entre as empreiteiras nacionais e o *status quo* da cena política do país.

Durante sua delação à justiça, por causa de supostos recursos repassados à políticos nacionais, Emílio Odebrecht, sentença<sup>167</sup>:

A aceitação era generalizada e todos se acomodavam por motivos individuais e diversos.....os barões do jornalismo sempre souberam como funcionavam as coisas. Sempre foram coniventes e interesseiros quanto ao que omitir e o que – e quando – divulgar (DIÁRIO CENTRO DO MUNDO, 16 de abril de 2017)

Talvez muitos soubessem, porém, certamente a maioria da população não possui acesso a dados e informações que possam sugerir relações suspeitas entre setores do empresariado nacional e a classe política no Brasil, uma relação marcada pelo obscurantismo e a falta de transparência, de tal modo que evidenciam a formação de um grande esquema marginal às leis do país, com “*ares*” de organização criminosa. Uma organização que irá atuar diretamente nos fundos públicos, na construção das cidades, afetando diretamente a própria vida das pessoas.

---

<sup>167</sup> Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/risada-de-emilio-odebrecht-por-mauro-donato/> 16 de abril de 2017. Acessado em 21 de abril de 2017.

Estes grandes grupos, que aparecem como grandes parceiros de um suspeito esquema de enriquecimento ilícito, realizado à nível nacional e também internacional, participaram efetivamente das obras que compuseram o cenário da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, o que para nós implica, necessariamente em uma pesquisa mais aguda, a fim de compreender os interesses privados por detrás das grandes intervenções e parcerias público privadas construídas com o objetivo de garantir a realização dos eventos. Além disso, muitas delas são acusadas à nível estadual e municipal de construir esquemas de garantias de obtenção de contratos e vantagens através de estratégias ilícitas, durante o período de realização dos megaeventos, o que implica, necessariamente, na investigação de como estes entes privados se comportaram junto ao poder público, e *vice versa*, durante este período.

A construção das relações entre a iniciativa privada e o Estado se expressa de forma contundente no crescimento, nacional e internacional de grupos originalmente ligados à construção civil, principalmente da área de infraestrutura. Hoje, estes grupos que estão no foco das denúncias de corrupção nos noticiários, exibem uma aparência diferenciada dos grupos familiares que surgiram no início do Século XX. Diversificados em suas áreas de atuação, e também geograficamente espalhados pelo planeta. Suas estruturas atuais se constituem em grandes holdings, efetuando, se necessário, muitas vezes cartéis para otimizar sua obtenção de lucro.

Em comum, são empresas que conheceram grande crescimento durante os períodos Juscelino Kubitschek, como governador de Minas Gerais (1951 a 1955), e presidente (1956 a 1961), e o civil- militar (1964- 1984)

Segundo Adriano Belisário, em matéria publicada<sup>168</sup> em 30 de junho de 2014, no site [apublica.org](http://apublica.org), a OAS, criada em 1976, no estado da Bahia, levou apenas oito anos para ficar

---

<sup>168</sup> Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>

entre as dez maiores do Brasil. Em seu site<sup>169</sup>, a OAS se apresenta como empresa com a atuação no setor de engenharia e infraestrutura. Hoje, é um conglomerado multinacional brasileiro, de capital privado, que reúne empresas presentes em território nacional e em mais de 20 países.

Sua atuação vai muito além da construção civil, como podemos ver no organograma da própria empresa (figura 42):

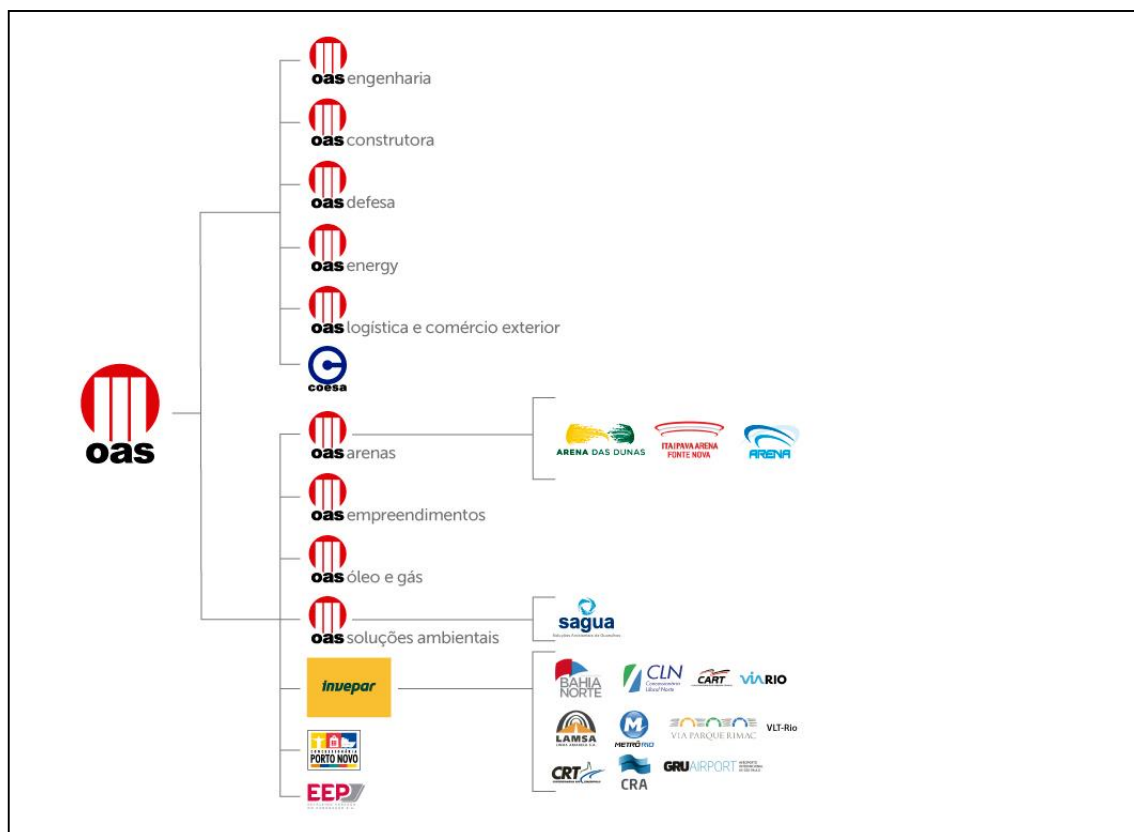


Figura 42: Organograma das empresas controladas à OAS. Fonte: <http://www.oas.com.br/oas-com/oas-s-a/quem-somos/organograma/organograma.htm>

No organograma acima podemos observar operações que vão desde a engenharia até participação em consórcios que envolvem ações de mobilidade, tais como o Metrô-Rio e a Linha Amarela, ambos no estado do Rio de Janeiro. Também podemos observar atuações em áreas de energia, defesa e gerenciamento de equipamentos públicos, como arenas construídas para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014.

<sup>169</sup> Disponível em: <http://www.oas.com.br/oas-com/oas-s-a/quem-somos/quem-somos.htm>

A Camargo Correa nasce em 1936, e segundo apresentação em sua página da internet<sup>170</sup>, obtém em 1940 seu primeiro grande contrato de empreitada: a terraplanagem de um trecho de 12 quilômetros da estrada Banhado Grande–Mina da Pescaria–Mina do Espírito Santo, em Apiaí (SP). Para executar a obra, de março daquele ano a agosto de 1941, a empresa adquire seu primeiro trator. Em 1971, a mesma, participava da construção da BR-230, a Rodovia Transamazônica, uma das maiores obras realizadas no período da ditadura civil- militar. Também neste ano, junto de outras duas empresas, Mendes Júnior e a Construtora Rabello, a empresa participa do consórcio de construção da Ponte Rio-Niterói. Tudo isso, somente 31 anos depois de adquirir seu primeiro trator.

No final da década de 1970, início da década de 1980, a empresa passa a diversificar suas operações, transformando-se no conglomerado internacional que podemos observar abaixo na imagem (figura 43) disponível em seu site:

---

<sup>170</sup> Disponível em: <http://www.camargocorrea.com.br/>

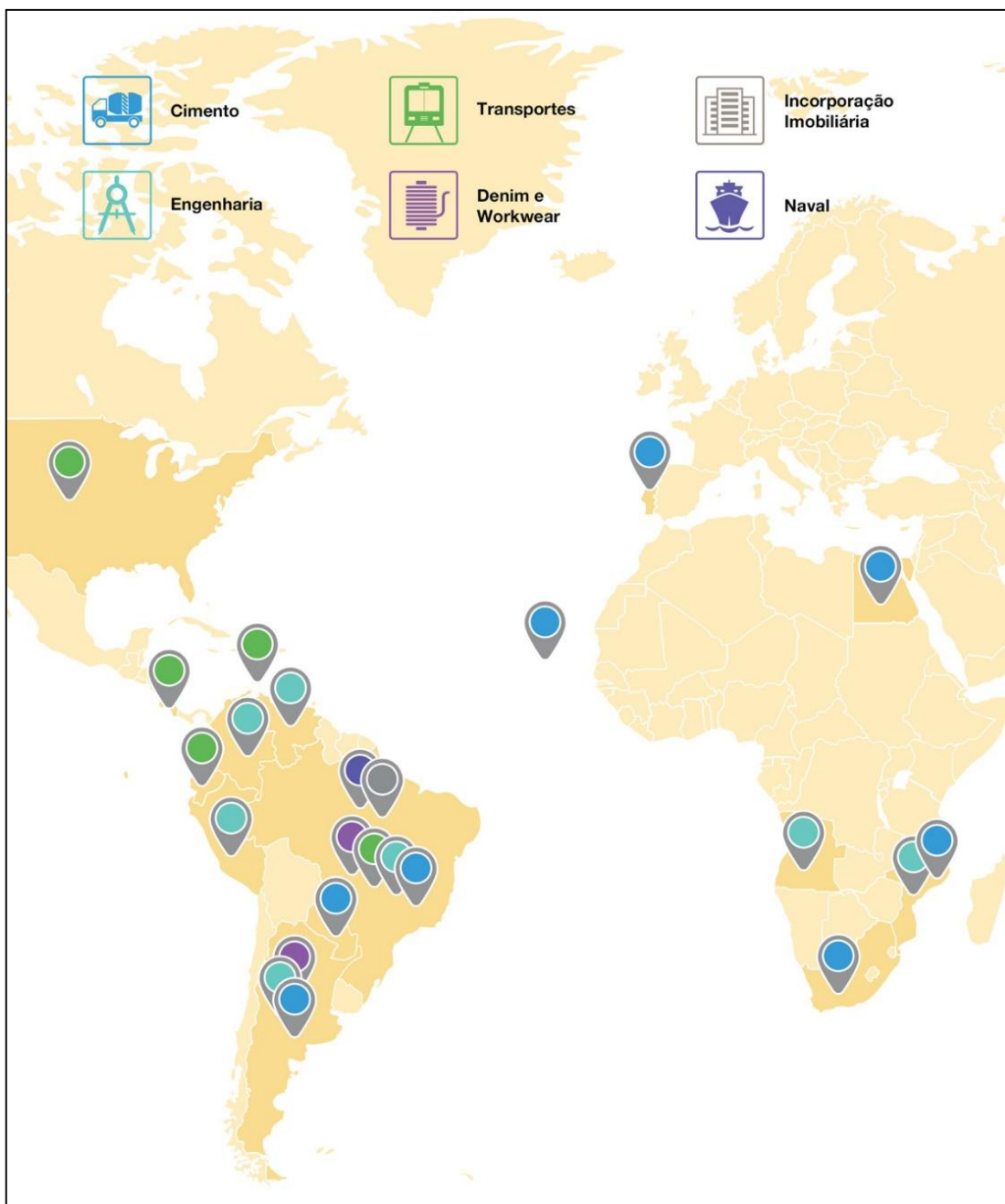


Figura 43: Setores e área geográfica de atuação da Empresa Camargo Correa. Fonte: <http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/grupo/mapa-de-atuacao.html>

Segundo Adriano Belisário<sup>171</sup>, em 2012, pouco mais da metade da receita líquida de R\$ 23,372 bilhões da empresa veio do ramo de cimento (com a InterCement) ou engenharia, o restante vem de áreas como concessões de transporte e energia (CCR, CPFL Energia), indústria naval (Estaleiro Atlântico Sul), incorporação imobiliária e vestuários e calçados (Alpargatas).

<sup>171</sup> Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>



Pertencem a este último grupo, inclusive, as marcas mais conhecidas da empresa, como as Havaianas, Topper, Rainha, Mizuno e Osklen.

Mineira de nascença, fundada em 1948, a Andrade e Gutierrez, hoje é uma multinacional presente em 44 países. O irmão dos fundadores da empresa José Maurício de Andrade foi eleito deputado estadual em Minas Gerais em duas eleições, 1947-1951, 1951-1955, e apoiou Juscelino Kubitschek para Governador no pleito de 1950, no ano seguinte chega à líder do governo na Assembleia Legislativa. Não por acaso, as primeiras rodovias da empresa foram construídas quando JK chega ao governo estadual e sua expansão para o Sudeste é concomitante à chegada do mesmo à Presidência da República.

Segundo informações da empresa<sup>172</sup>, suas ações no Brasil, estão ligadas a projetos industriais, obras de infraestrutura, logística, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, saneamento, saúde, óleo e gás, além de participarem de ações para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos de 2016. Segundo sua apresentação institucional, sua atuação vai muito além da engenharia, sua atividade de origem. Fazem parte dos negócios AG as empresas CCR, Contax, Cemig, BRio, Santo Antônio Energia, TEN, Sanepar, Hospital Novo Metropolitano.

Sobre a internacionalização dos negócios, a empresa afirma que acontece em economias em crescimento, em países em reconstrução e em territórios ricos em recursos naturais, como petróleo, gás e minérios.

Sua estrutura organizacional também apresenta uma enorme diversidade de áreas onde atuam próximas aos negócios realizados pelo Estado.

---

<sup>172</sup> Disponível em: <http://www.andradegutierrez.com.br>

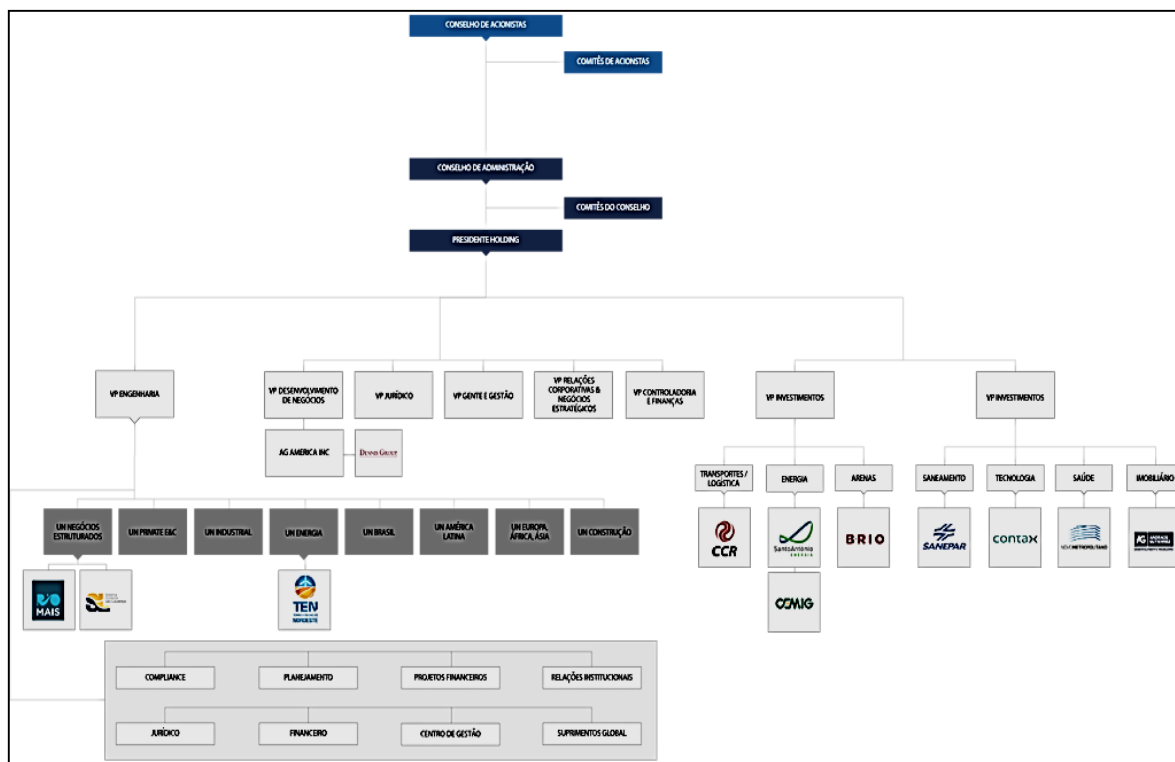


Figura 44: Organograma das áreas de atuação da Empresa Andrade Gutierrez. Fonte: <http://www.andradegutierrez.com.br/ComoFazemos.aspx>

Outra empresa, esta carioca, a Carioca Christiani Nielsen<sup>173</sup> também experimentará um enorme crescimento no período pós 1970. Fundada em 1947, na década de 1960, já estará presente em obras da Ponte Rio-Niterói e também na modernização da Companhia de Docas no Rio de Janeiro. A partir deste momento, experimenta uma expansão nacional, atuando em obras de infraestrutura por todo o país.

No final da década de 80, passa a diversificar seus negócios em direção ao mercado imobiliário. Em 2010, passa a participar do consórcio Porto maravilha, parceria Público-Privada, que iria gerar as obras de do Porto Novo, além de estar, durante este período, início do século XXI, vinculada a obras federais (transposição do Rio São Francisco), estaduais (Arco Metropolitano, expansão da Linha 5 do Metrô de São Paulo) e municipais (Transcarioca). Assim como as outras citadas, a empresa carioca, apresenta suas atividades diversificadas, como podemos ver no organograma oferecido pelo site da empresa.

<sup>173</sup> Dados recolhidos da própria empresa. Disponível em: <http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/>



Figura 45: Organograma de atividades da Carioca Engenharia. Fonte: [http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/?page\\_id=24](http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/?page_id=24)

Terminamos este quadro de introdução com a empresa Odebrecht, da qual, executivos vêm gerando grande apreensão com delações e depoimentos de práticas de corrupção e que, segundo Belisário<sup>174</sup>, é “*A maior de todas*”. Segundo o repórter, a empresa reúne nos dias de hoje mais de R\$100 bilhões em ativos.

Hoje, a Odebrecht possui mais de **R\$ 142,3 bilhões em ativos, de acordo com seu último relatório financeiro**. Ao todo, são mais de 175 mil funcionários trabalhando em 25 países dos cinco continentes, sendo 27% estrangeiros. A companhia atua em diversos setores, como petróleo, agronegócio, meio ambiente, defesa, transporte, finanças, entre outros (BELISÁRIO, 2014, grifo da reportagem).

Segundo dados da empresa<sup>175</sup>, as atividades hoje estão direcionadas à Construtora Norberto Odebrecht, que atua em construção nas áreas de transporte e logística, energia, saneamento, desenvolvimento urbano e edificações; Odebrecht Engenharia & Construção Internacional - Infraestrutura; Odebrecht Engenharia & Construção Internacional - Engenharia Industrial; Odebrecht Realizações Imobiliárias; Odebrecht Ambiental que promove a universalização dos serviços de água e esgoto e do uso racional dos recursos naturais; Odebrecht Latinvest, com ações em investimentos em logística e infraestrutura na América Latina, voltados para a mobilidade urbana; Odebrecht Óleo e Gás; Odebrecht TransPort que desenvolve

<sup>174</sup> Disponível em: Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>

<sup>175</sup> Disponível em: <http://www.odebrecht.com/pt-br/comunicacao/odebrecht-em-resumo>

e opera serviços de mobilidade urbana, rodovias, portos, aeroportos e sistemas integrados de logística no Brasil; Braskem, maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, com 36 unidades no Brasil, EUA e Alemanha; Odebrecht Agroindustrial que produz e comercializa etanol, açúcar e energia elétrica originada da biomassa, para Brasil e exterior; Enseada Indústria Naval que atua na exploração de petróleo em alto-mar e investe na construção e reforma de estaleiros no Brasil. Odebrecht Defesa e Tecnologia, voltada ao desenvolvimento da indústria brasileira de defesa. A estrutura se completa ainda, com empresas auxiliares, Odebrecht Corretora de Seguros e Odebrecht Previdência.

Oriunda do Estado da Bahia e fundada em 1944, a empresa experimenta uma enorme expansão durante o período do Governo Geisel (1974-1979), este que durante seu período como Presidente da Petrobrás, 1969-1973, passa a contratar sistematicamente a empresa para realizar obras para a Estatal. Para Bernardo Galheiros, historiador e técnico de operações da Petrobrás, em depoimento ao site [apublica.org](http://apublica.org) em 30 de junho de 2014, a empresa “dá um salto”, durante este período.

Em 1979, segundo dados da própria empresa<sup>176</sup>, justamente no último ano de mandato de Geisel (seu mandato termina em 15 de março de 1979), a empresa cria a Odebrecht Perfurações Ltda., responsável pela perfuração de poços de petróleo e adquire 1/3 do capital da Companhia Petroquímica Camaçari (CPC), seu primeiro investimento no setor petroquímico. Segundo seu site, a Braskem, subsidiária fundada em 2002 para reunir todos os ativos petroquímicos da organização, em parceria com o BNDES e a Petrobras, consolida o domínio do setor petroquímico no Brasil, passando a controlar o preço de derivados de petróleo no país.

Algumas características destas empresas e seu *modos operandis* são de grande valor para este trabalho, uma vez que garantirá as análises a seguir.

---

<sup>176</sup> Disponível em: <http://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>

Iniciamos este subcapítulo com a enorme proximidade entre estas organizações e o Estado brasileiro, todas cresceram através de alianças entre o poder público e o capital privado em momentos de grande dinamismo da economia, seja em JK, e seu “50 anos em 5”, seja durante o período desenvolvimentista da ditadura civil- militar.

Sobre este último período, Dreiffuss (1981), ao apresentar em sua Tese de Doutorado entidades classistas empresariais que participaram de forma protagonista na promoção da derrubada do Presidente João Goulart (1961-1964), não apresenta o nome destas empresas, porém, a estrutura que permitiria sua expansão, sim.

Construído para reunir os interesses das multinacionais, bem como o fortalecimento da burguesia nacional sob o planejamento Estatal, o Golpe de Estado de 1964, elegeu, segundo Dreiffuss (1981), os seguintes atores protagonistas daquele momento:

Diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesse associados, muitos deles com qualificação profissional; administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia; oficiais militares; interesses multinacionais receberam também o apoio político de seus próprios governos, assim como à assistência, dada às companhias multinacionais e interesses associados no Brasil por organizações políticas das classes dominantes dos países – bases (DREIFFUSS, 1981, p. 71).

Para o autor, o planejamento do desenvolvimento do país como um recurso estatal possibilitaria aplacar críticas de grupos nacionalistas, bem como ocultar do público as relações de interesses entre grupos privados internacionais e nacionais junto ao poder estatal, garantindo assim que o planejamento do país se expressasse através de uma racionalização dos “interesses das classes dominantes”, tendo como expressão maior o alcance dos “objetivos nacionais” (Dreiffuss, 1981, p. 74, 75).

O regime civil- militar poderia, portanto, executar seu projeto de país através de uma repressão militar, contando com o apoio do empresariado nacional e internacional.

Neste contexto, as empresas de construção civil seriam uma ferramenta com várias possibilidades, dentre elas a garantia de obras de infraestrutura que marcariam o período.

Além disso, ávida por criar símbolos de desenvolvimento nacional, o sucesso dessas empresas, bem como a sua internacionalização, poderia também funcionar como marcas de um Brasil moderno e desenvolvido.

Podemos também verificar através das pesquisas realizadas que suas diversificações de atividades surgem próximas ao final do ciclo deste regime. É na década de 1980, que muitas delas passam a investir em outras áreas. Isto se deve, em parte, ao esgotamento do modelo desenvolvimentista que, por conta de crises internacionais e grande pressão de setores da população já não mais conseguem garantir a reprodução de capitais destes entes privados através da garantia somente de grandes obras. Sobre este período, Santos (2015) fornece a seguinte análise:

No rastro da redução das atividades ligadas à expansão territorial do investimento no Brasil, historicamente dependentes do gasto público originado das esferas centrais do Poder de Estado, é ensaiado um redirecionamento dos fluxos de capitais em direção aos centros metropolitanos já consolidados. Esse ensejo de reversão no direcionamento espacial do investimento pode ser bem representado pelo esforço que algumas empresas ligadas à construção de infraestruturas territoriais que cresceram a partir de um contexto de acelerada expansão territorial, fizeram para aproveitar as novas oportunidades em face do enfraquecimento de uma dinâmica geograficamente expansionista. Muitas delas, tais como a Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Odebrecht, CBPO, OAS e Constran, tentam migrar para o setor de edificações a partir de 1985 em razão da redução no ritmo das grandes obras públicas (SANTOS, 2015, p. 34-35).

Ao discutir as diferentes escalas de acumulação na produção das cidades, Sanfelici (2015, p. 130) aponta a importância de se compreender a presença do capital internacional na expansão do mercado imobiliário durante a década de 1990, período onde, segundo o autor, surgiram novas possibilidades de obtenção de lucros por parte das empresas ligadas ao mercado imobiliário.

Favorecido por uma série de regulamentações e reformas, o mercado irá conhecer uma crescente internacionalização que, apesar de já existir, ganhará maiores possibilidades de expansão a partir dos anos de 1990. Este fato irá proporcionar a grupos nacionais maiores ganhos e possibilidades de diversificação, bem como, a transformação da natureza deste capital.

Sanfelici (2015) afirma que estas reformas viabilizaram a transmutação dos ativos imobiliários em ativos financeiros, o que impactou na própria dinâmica setorial e geográfica das empresas.

Para o autor, esta expansão das atividades ligadas ao setor imobiliário, e consequentemente a grupos ligados à construção civil, trouxeram à tona o movimento dialético realizado entre interesses internacionais e locais.

As duas principais vias de entrada desses investidores globais no recente *boom* imobiliário brasileiro foram a compra de participação nas construtoras e incorporadoras brasileiras e a aquisição de cotas nos fundos de investimentos imobiliário (embora, nesse último caso, os dados referentes à identidade dos cotistas sejam sigilosos). Essa injeção de recursos permitiu às incorporadoras implementar planos ambiciosos de ganho de participação no mercado imobiliário, sobretudo através da diversificação, setorial e geográfica, dos investimentos (SANFELICI, 2015, p. 130).

O movimento de expansão destes grandes grupos experimentaria, ainda antes dos megaeventos, uma nova onda de crescimento, sustentada, em parte pela política desenvolvimentista, baseada numa expansão da economia nacional durante a gestão Lula que, diante da crise mundial do capitalismo, surgida no início do século XXI, avança com política anticíclicas entre elas, o Programa de Aceleração do Crescimento, Minha Casa Minha Vida, transposição do Rio São Francisco, dentre outros.

Muitas vezes, para o alcance de seus objetivos, o Estado apoia estas grandes obras, financiando-as através de agências estatais, como o BNDES, outras vezes através de parcerias em obras e intervenções.

Não é de se estranhar, ao analisar a proximidade entre esses atores privados e o poder público, que muitas dessas empresas apareçam como grandes doadoras para campanhas eleitorais, que naturalmente tem o objetivo de garantir a manutenção de seus interesses.

Abaixo, podemos observar, através de um infográfico (gráfico 4), apresentado na matéria publicada pelo site [apublica.org](http://apublica.org), a evolução das doações das empresas Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez à classe política brasileira.



Gráfico 4: Evolução das doações. Fonte: Bruno Fonseca. <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>

A matéria ainda mostra que esta distribuição de recursos era “democrática”, e que a maioria dos partidos políticos receberam altos volumes de recursos, como podemos ver no período compreendido entre 2002- 2012, por empresa doadora.



Doações da Odebrecht:

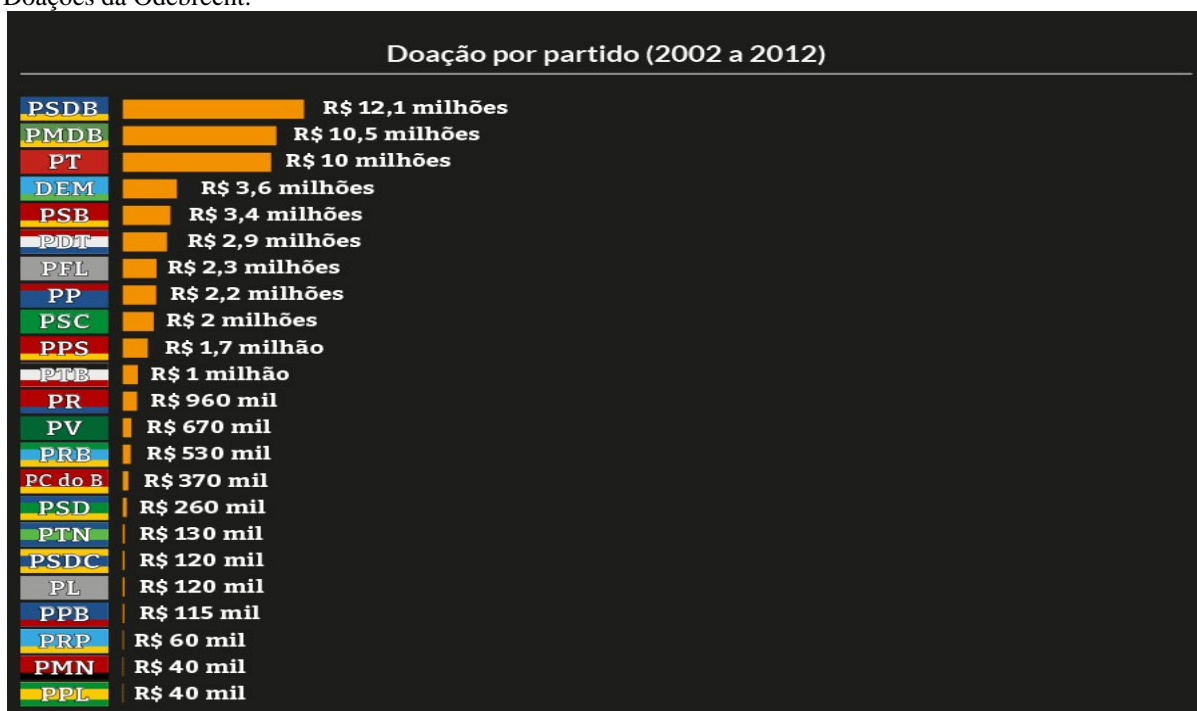


Gráfico 5: Doações da Odebrecht no período 2002-2012. Fonte: Bruno Fonseca. <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas>

Doações da Camargo Correa:

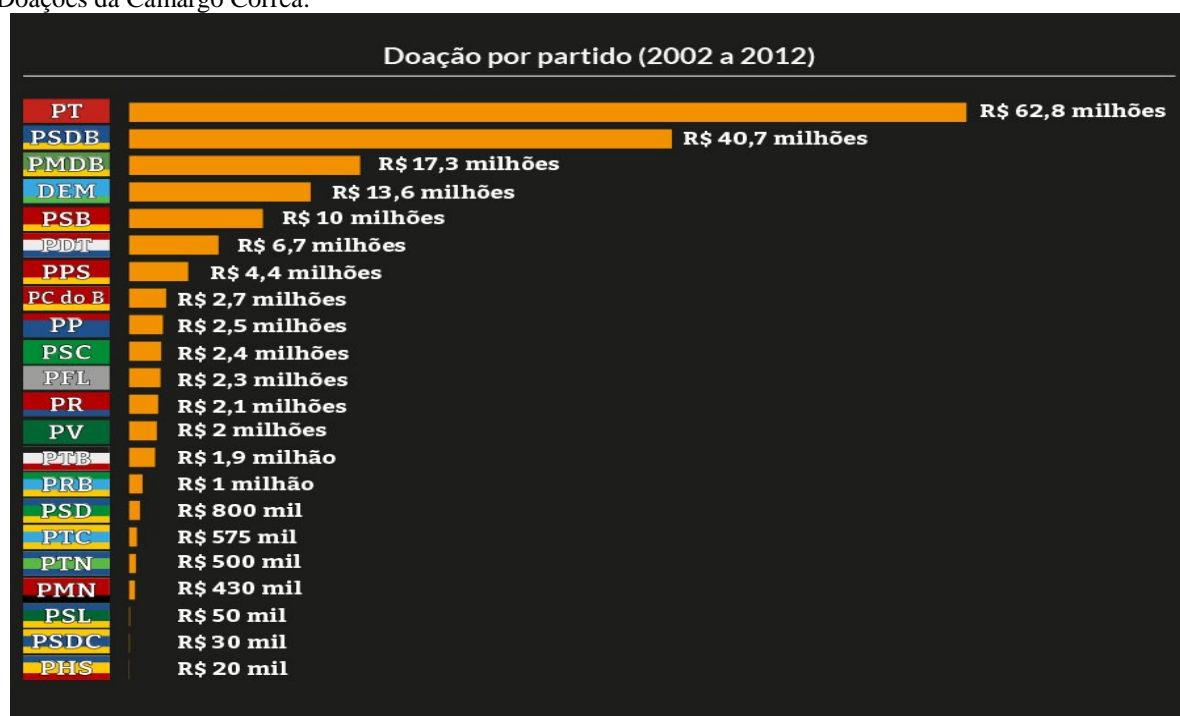


Gráfico 6: Doações da Camargo Correa no período 2002-2012. Fonte: Bruno Fonseca. <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas>

Doações da Andrade Gutierrez

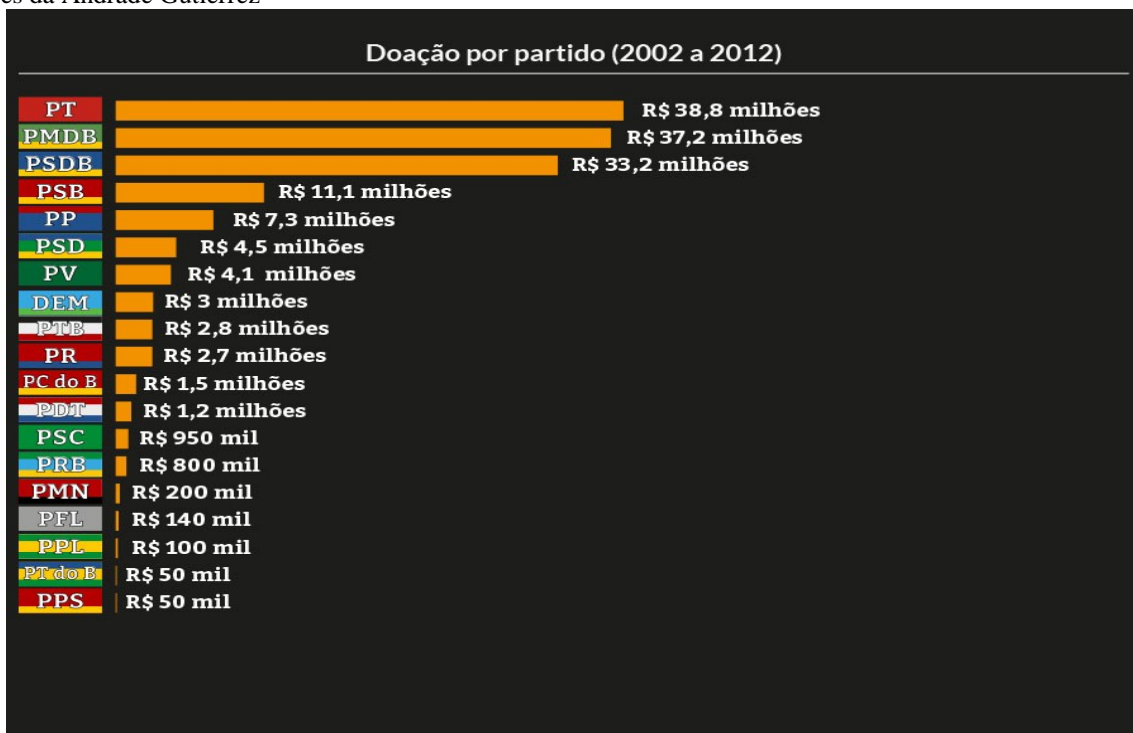


Gráfico 7: Doações da Andrade Gutierrez no período 2002-2012. Infografia: Bruno Fonseca. Fonte: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>

Doações da OAS

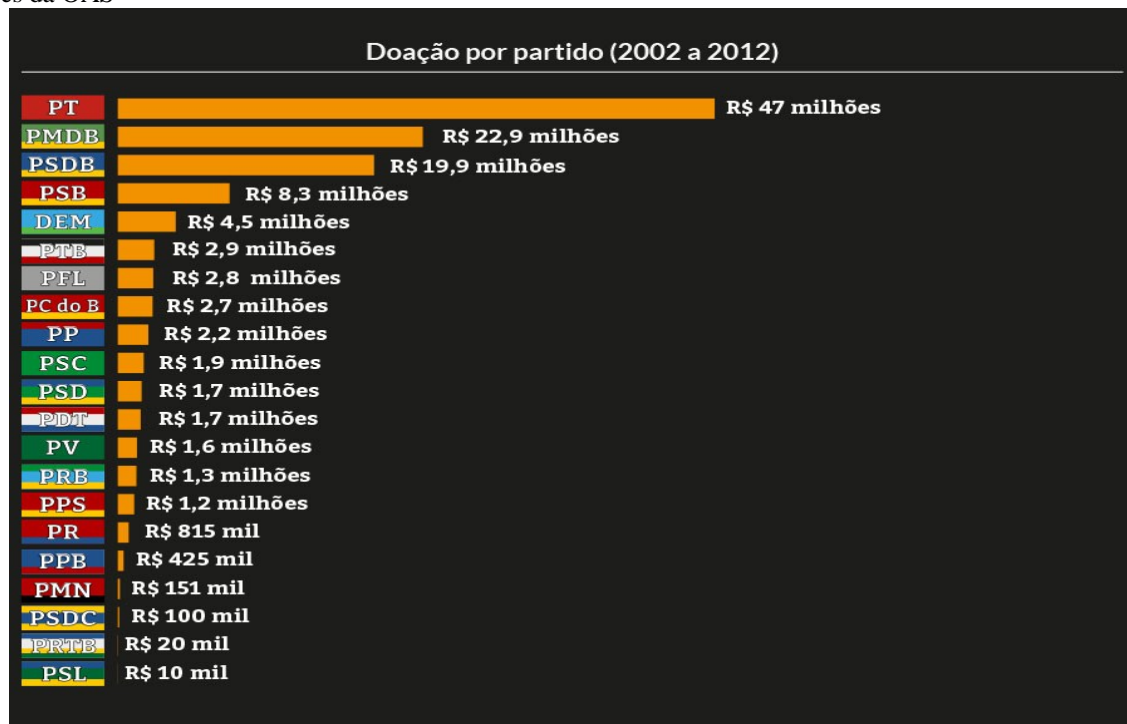


Gráfico 8: Doações da OAS no período 2002-2012. Fonte: Bruno Fonseca. <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>

Quando apresentamos informações como esta, não estamos a priori, fazendo nenhum tipo de julgamento destas doações, mesmo porque, este tipo de financiamento é permitido pela legislação brasileira, não constituindo assim, nenhum tipo de crime. A pergunta que fica é, até

onde existe o limite ético neste tipo de relação, sabendo que muitas vezes, após as eleições, estas empresas poderão ser as beneficiadas por diversos tipos de políticas e investimentos.

Ao pegarmos os valores doados à campanha de Eduardo Paes no primeiro e no segundo mandato, encontraremos uma lista de empresas que foram muito beneficiadas durante as intervenções realizadas durante suas duas gestões.

Azevedo e Faulhaber (2015), ao analisarem as condições políticas para se construir uma cidade de consensos, prometida pelo candidato do PMDB, cuja a campanha exibia o slogan “*Somos um Rio*”, apresentam, além do alinhamento suprapartidário entre os diferentes níveis de governo, fato já analisado ao longo deste trabalho, a presença da iniciativa privada como condição para se consolidar uma atmosfera de investimento na cidade.

Ao analisarmos as doações realizadas para o primeiro e segundo mandato, devemos perguntar como essas relações podem ter sido estruturadas.

Segundo o Jornal Valor, de 24 de setembro de 2008, em matéria<sup>177</sup> escrita por Ana Paula Grabois e Vera Saavedra Durão, Eduardo Paes foi enormemente beneficiado com recursos de doações feitas por empreiteiras e, para o candidato, isso não constituía nenhum tipo de constrangimento, como podemos ler a seguir:

Em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, o candidato Eduardo Paes (PMDB) detém a maior carteira de doações, de R\$ 3,16 milhões, incluindo R\$ 139 mil originados de outros candidatos e comitês. Paes recebeu apoio financeiro generoso de grandes empreiteiras e incorporadoras do setor imobiliário, tradicionais contribuintes de campanhas eleitorais e que vivem um boom de negócios na cidade. "Nunca tive problemas de transparência. Houve um movimento de pressão e quis deixar claro que não tinha problema nenhum. Pode constranger algum doador, mas ninguém reclamou", disse Paes, que divulgou a lista apenas para a imprensa, sem publicá-la na internet (GRABOIS e DURÃO, 24 de setembro de 2008).

Outra matéria<sup>178</sup>, esta do jornal O Globo, de 18 de setembro de 2008, escrita por Fábio Vasconcellos, Maiá Menezes e Sérgio Duran, mostrava a presença da OAS, com um valor

---

<sup>177</sup> Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/valorecon%C3%B4mico/20080924/281852934380495>

<sup>178</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/maior-arrecadador-paes-enfim-divulga-doadores-crivella-fornece- apenas-os-nomes-de-parte-dos-financiadores-5005779>

declarado de R\$ 350 mil, da carioca engenharia, com R\$ 300 mil e também de Eike Batista, maior financiador na primeira campanha de Paes, com um valor de R\$500 mil.

As empresas utilizam uma estratégia de garantia de influência muito interessante e que, apesar de ser legal, demonstra uma perturbação lógica de quem lê as notícias e percebe a contradição no mecanismo de doações para vários partidos e candidatos. Como foi dito acima a OAS, foi uma das maiores financiadoras da campanha de Eduardo Paes em sua primeira eleição, mas ele não foi o único a receber doações da empresa. Segundo a Agência de Notícias do JB<sup>179</sup>, de 5 de outubro de 2008, os seis primeiros colocados desta eleição receberam recursos da empresa.

As doações da OAS este ano aos candidatos contabilizam, pelo menos, R\$ 1,3 milhão. Entre seus beneficiários, os seis primeiros colocados na disputa: Eduardo Paes (R\$ 350 mil), Marcelo Crivella, que não revelou o valor da contribuição, Jandira Feghali (R\$ 400 mil), Fernando Gabeira (R\$ 200 mil), Solange Amaral (R\$ 250 mil) e Alessandro Molon (R\$ 100 mil) (JB, 05 de outubro de 2008).

Em sua segunda eleição, novamente Paes recebe grande volume de recursos das empreiteiras.

Segundo dados obtidos por Azevedo e Faulhaber (2015, p. 31), das vinte maiores doadoras de campanha de Eduardo Paes, onze são ligadas à construção civil e ao mercado imobiliário, inclusive, são deste setor as três maiores doadoras, Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários (R\$500 mil), OAS (R\$500 mil) e finalmente, Carvalho Hosken (R\$650 mil).

Sobre a estranha relação entre doações e prefeitura, os jornalistas Renato Onofre e Luiz Ernesto Magalhães, do jornal O Globo, em matéria<sup>180</sup> do dia 09 de novembro de 2012, apresentavam indícios de favorecimento para as duas das principais doadoras da campanha:

---

<sup>179</sup> Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0,,OI3233233-EI11830,00-Rio+das+receitas+dos+candidatos+sao+de+empresas.html>

<sup>180</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/paes-recebeu-doacoes-de-construtoras-olimpicas-6691264#ixzz4erHCOSZG>

A Carvalho Hosken, que doou R\$ 150 mil para Paes e R\$ 500 mil para o PMDB nestas eleições, é proprietária do terreno da futura Vila Olímpica e integra o consórcio Rio Mais, que construirá o parque olímpico no terreno do autódromo. A Carvalho Hosken também doou para Rodrigo Maia, do DEM (R\$ 75 mil) e Otávio Leite, do PSDB (R\$ 100 mil). Esta semana, Paes encaminhou à Câmara Municipal projeto elevando de 12 para 18 andares o gabarito dos prédios que o consórcio tem direito a construir na área. Em troca, o consórcio assume a responsabilidade de construir o Centro de Transmissões dos Jogos, com custo estimado em R\$ 480 milhões. Já a Cyrela doou R\$ 500 mil ao diretório municipal do PMDB. A empresa está associada ao empreendimento imobiliário do empresário Pasquale Mauro, que construirá o campo de golfe olímpico na APA de Marapendi. Em março, o Comitê Rio 2016 informou à prefeitura que o projeto exigiria a incorporação de uma área extra de 58 mil metros quadrados. Só depois das eleições a mudança foi enviada à Câmara. A Cyrela não se manifestou. Outra medida foi a ampliação do Parque de Marapendi. Os proprietários, entre eles a Carvalho Hosken, doarão áreas para o parque e, em troca, erguerão em outras áreas construções acima do parâmetro legal (ONOFRE e MAGALHÃES, 09 de novembro de 2012).

Porém, novamente o Prefeito, segundo a mesma edição não via absolutamente nada de anormal. Em nota, afirmara que *“nenhum dos doadores causa constrangimento à campanha, por serem empresas constituídas dentro dos parâmetros legais, e que algumas delas também doaram a outras candidaturas”*.

A relação entre o poder público e as empresas de construção, ainda ficaria mais suspeita de indícios de favorecimentos, e também de corrupção durante as obras realizadas durante o período da Copa e dos Jogos Olímpicos.

Um seleto grupo de empresas se revezaram para realizar as grandes obras, criando uma suspeita de ação cartelizada, para que todas pudessem obter lucros.

*Nas maiores intervenções urbanas no Rio de Janeiro em função da Copa e Olimpíadas mudam os objetivos das obras, os valores, os impactos e as suspeitas de ilegalidade na condução dos projetos. Só não mudam as empresas beneficiadas.* De forma irônica, Adriano Belizário abria sua matéria<sup>181</sup>, “Um jogo para poucos”, publicada pelo site [apublica.org](http://apublica.org), de 30 de junho de 2014, denunciando uma ação coordenada a fim de beneficiar estas empresas e outras mais para garantirem maiores possibilidades de lucro durante os eventos. Belizário ainda

---

<sup>181</sup> Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/>

apontava que a prática de cartelização e divisão de ganhos junto ao poder público já está presente em nosso dia-dia quando, ao apontar que empresas controladas por estas maiores, realizavam o revezamento para operar a mobilidade urbana, da cidade e do Estado do Rio de Janeiro.

Nem sempre a participação das “quatro irmãs” se dá diretamente através das construtoras. Participam também empresas controladas por elas como a CCR e a Invepar. Os acionistas da primeira são Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, aliadas ao o Grupo Soares Penido (Serveng-Civilsan), com 17% de ações cada um. No Rio de Janeiro, a CCR detém o monopólio das travessias na Baía de Guanabara, administrando ao mesmo tempo os serviços das barcas e da Ponte Rio-Niterói<sup>182</sup>. (As duas concessões responderam por quase 5% da receita operacional bruta da empresa, em 2013). A Odebrecht, que também era sócia na CCR, vendeu sua participação para criar sua própria empresa no ramo de mobilidade urbana, a Odebrecht Transport, que hoje administra o serviço de trens na região metropolitana do Rio de Janeiro através da Supervia. Já a gestão do metrô carioca fica por conta da Invepar, cujos controladores são a OAS e os fundos de pensão da Caixa Econômica (FUNCEF), Petrobras (PETROS) e o Fundo de Investimento em Ações do Banco do Brasil (BELISÁRIO, 30 de junho de 2014).

Como já foi dito, a diversificação destas empresas, ainda no século passado, está inserida em um contexto de ampliação do mercado mundial devido, entre outros, às possibilidades presentes, política e tecnologicamente, na globalização. Porém, sua forma de operar no Estado brasileiro é que nos faz suspeitar de um “um grande acordo” entre grupos que agem a fim de se apropriar dos recursos públicos.

Abaixo, a partir de dados coletados no site [apublica.org](http://apublica.org)<sup>183</sup>, mostraremos, na tabela os valores e os participantes das grandes obras de intervenção da cidade e do Estado que antecederam os megaeventos.

---

<sup>182</sup> Desde 18 de maio de 2015, a Ponte Rio- Niterói é operada pelo Grupo Ecorodovias, empresa fundada em 1997, pela Primav Construções e Comércio Ltda, do Grupo CR Almeida, empresa com atuação no setor de construção pesada e projetos de infraestrutura no Brasil. A partir de 1998, passou a contar com a parceria da européia Impregilo International N.V., do Grupo Impregilo S.p.A, maior construtora de capital aberto da Itália, primeiramente na Ecovias dos Imigrantes, e, em 2002, na EcoRodovias, por meio de compra de participação acionária. Em 2013, a Impregilo vendeu sua participação acionária na EcoRodovias.

<sup>183</sup> Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/>

Obra	Valor	Fonte de recursos	Responsáveis
Porto maravilha	7,7 bilhões	- Terras da União - Governo Municipal - Iniciativa privada	Primeira etapa: Odebrecht Infraestrutura: OAS, EIT Consórcio Porto Novo: Odebrecht Infraestrutura: OAS, Carioca
Transcarioca	1,9 bilhão	- Governo Municipal - BNDES	Etapa 1: Andrade Gutierrez, Delta Construções Etapa 2: OAS, Carioca, Contern
Transolímpica	1,6 bilhão	- Governo Municipal - Iniciativa privada	Consórcio Rio Olímpico: Invepar, Odebrecht Transporte – Grupo CCR
Transoeste	1 bilhão	- Governo Municipal - BNDES	Odebrecht Infraestrutura
Bacia de Jacarepaguá Despoluição das lagoas da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá	673 milhões	- Banco do Brasil - Fundo Estadual de Conservação Ambiental	Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão
Vila dos Atletas	2,9 bilhões	- Governo Municipal - Iniciativa privada	Consórcio Ilha Pura: Odebrecht e Carvalho Hosken
Parque Olímpico	2,1 bilhões	- Governo Municipal - Iniciativa privada	Consórcio Parque Olímpico Consórcio Rio Mais: Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken
Linha 4 do Metrô	8,7 bilhões	- Governo Estadual - Banco do Brasil - BNDES FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - Iniciativa privada	Linha 4 Sul Odebrecht Infraestrutura, Carioca Engenharia e Queiroz Galvão. Consórcio Construtor Rio Barra Queiroz Galvão, Odebrecht Infraestrutura, Carioca Engenharia, Cowan e Servix.
Maracanã e entorno	1,8 bilhão	- Governo Federal - Governo Estadual - Governo Municipal - Caixa Econômica Federal	Gestão Odebrecht, IMX e AEG 1,2 bi- Reforma do estádio: Andrade

		- BNDES - CAF- Banco de Desenvolvimento da América Latina	Gutierrez e Odebrecht 178 milhões- Reformulação e modernização da estação multimodal do Maracanã: Odebrecht 109 milhões- reurbanização do entorno do estádio do Maracanã e ligação com a Quinta da Boa Vista 292 milhões- Controle de enchentes da Praça da Bandeira: OAS
VLT	1,2 bilhão	- Governo Federal - Governo Municipal - BNDES - Iniciativa privada	Consórcio VLT Carioca Odebrecht Trans Port, Invepar, Grupo CCR, Riopar, RATP, Benito Roggio Transporte (BRT)

Tabela 13: Valores utilizados e responsáveis pelas grandes obras dos megaeventos. Fonte: O autor, através de dados coletados na infografia de Bruno Fonseca.

O *Porto Maravilha*, apresentado por Eduardo Paes com um dos grandes legados dos Jogos Olímpicos, é mais uma operação que está sob o controle das empresas supracitadas. Fruto de uma parceria público-privada, possuía a função de restaurar a área do Porto da cidade e realizar sua manutenção, com custo estimado em cerca de 4 bilhões de reais, segundo o site<sup>184</sup> da concessionária vencedora da licitação. Este consórcio é, formado por Odebrecht Infraestrutura, OAS e Carioca Engenharia, como podemos ver abaixo no organograma de estrutura acionária do Consórcio:

<sup>184</sup> Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/>



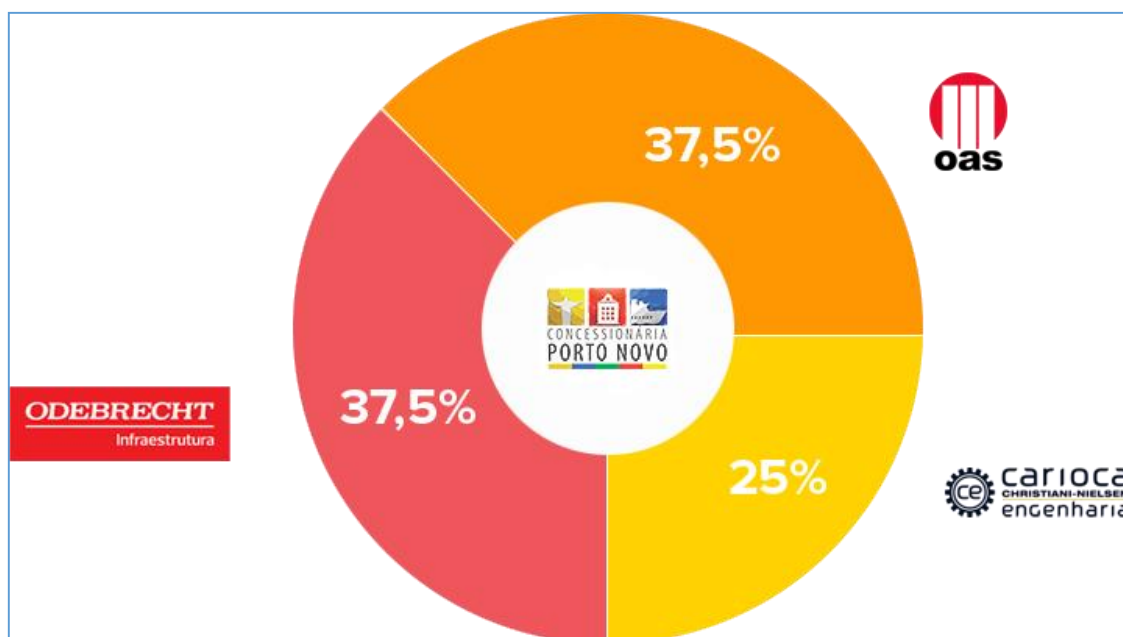


Figura 46: Estrutura acionária da Concessionária Porto Novo. Fonte: <http://www.portonovosa.com/pt-br/estrutura-acionaria>

É importante destacar que os custos totais dos Jogos Olímpicos, ainda não foram divulgados oficialmente na íntegra.

Em março deste ano, o Governo Federal através de medida provisória, alterou a estrutura de autarquia para a prestação de contas, e manutenção do equipamento referente aos Jogos Olímpicos, substituindo a Autoridade Pública Olímpica-APO, pela Autoridade de Governança do Legado Olímpico-AGLO que, segundo a Agência Brasil, de 30 de março de 2017<sup>185</sup>, terá a função de viabilizar a adequação, manutenção e utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, tendo a responsabilidade de conduzir parcerias público privadas para a utilização dos equipamentos olímpicos.

Além desse fato, Paulo Favero, jornalista do Jornal Estado de São Paulo, em matéria<sup>186</sup> publicado dia 31 de março de 2017, intitulada, *Sem dados da Prefeitura do Rio, custo final da Olimpíada não é divulgado*, denuncia que o prazo, também no dia 31 de março de 2017, dado para a apresentação dos custos finais da Olimpíada de 2016 não foi cumprido. O relatório que

<sup>185</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/governo-institui-autarquia-para-administrar-legado-da-rio-2016>

<sup>186</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,sem-dados-da-prefeitura-do-rio-custo-final-da-olimpiada-de-2016-nao-e-divulgado,70001722326>

seria apresentado pela APO (Autoridade Pública Olímpica) não foi divulgado e, segundo Favero, faltam os dados da Prefeitura do Rio de Janeiro sobre o custo das instalações esportivas para fechar a conta. A matéria ainda informa que a Autoridade de Governança do Legado Olímpico, que substituiu a APO, como vimos acima, terá um prazo para existir até 30 de junho de 2019, mas deve ser extinta quando acabar a verba que havia sido destinada à APO. O jornalista, encerra, afirmando não saber, ainda, se será a AGLO que fará a prestação de contas da Olimpíada.

Apesar da falta de dados oficiais, veículos de diferentes mídias e pesquisadores apontam para um valor próximo da casa dos 40 bilhões de reais, gasto somente na preparação dos Jogos Olímpicos.

A atual crise econômica e política brasileira somada à falta de transparência das parcerias entre o poder público e os diferentes atores privados, além de resultados ainda de difícil mensuração, acaba por tornar mais delicado o desafio de analisar todo o leque de relações envolvidas na realização dos megaeventos.

Sabemos que atores do poder público do Estado e da Prefeitura do Rio de Janeiro estão sendo citados permanentemente nas delações de executivos destas empresas à Justiça, além do ex-governador Sérgio Cabral estar preso por corrupção. Já o ex-prefeito Eduardo Paes, segundo matéria<sup>187</sup> do Jornal do Brasil, de 11 de abril de 2017, aparece na lista da Odebrecht, delatado por Benedicto Barbosa da Silva Júnior, por ter recebido a quantia de 15 milhões de reais da empresa. Eduardo Paes que aparece na lista com o codinome “Nervosinho”, encontra-se neste momento fora do Brasil e não exerce nenhum cargo político.

A importância deste subcapítulo no trabalho, como um todo, reside, dentre outros motivos no fato de que o “Legado Olímpico”, principal legitimação de sua realização junto à

---

<sup>187</sup> Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/04/11/eduardo-paes-recebeu-r-15-milhoes-em-propina-pela-olimpiada-segundo-delacao/>

sociedade, pode (e não nos cabe afirmar neste local a veracidade ou não dos fatos) ter sido construída através de um esquema entre o poder público e atores da iniciativa privada, que há muitos anos vem operando, para usufruir de recursos públicos, estes que são imprescindíveis para garantir serviços de qualidade para a população.

É importante neste trabalho demonstrar que a engenharia operacional dos megaeventos, foi construída com a intenção de dificultar a fiscalização dos recursos empregados, permitindo desta forma, toda a sorte de desvios e gerência autoritária.

### **3.5- Verás que um filho teu não foge à luta: desafios de resistência ao modelo privatista de cidade**

*“Nunca se vence uma guerra lutando sozinho,  
cê sabe que a gente precisa entrar em contato”*

*Por quem os Sinos Dobram*

*Raul Seixas*

A presente realidade das metrópoles brasileiras, atravessadas pelos desdobramentos resultantes do processo de globalização, produzirá, como já vimos ao longo deste capítulo, impactos de grandes proporções na vida dos seus moradores.

O “motor” consumista, presente no território das mesmas, buscará ininterruptamente, melhores condições para garantir formas de reprodução do capital, implicando assim em grandes dificuldades de obtenção dos direitos por amplos estratos da sua população, em especial, os setores mais pobres. Seus reflexos podem concretamente ser percebidos no espaço através de intervenções, privatizações de bens públicos, mas também de forma imaterial, observando mudanças de hábitos, conflitos, entre outros.

A presente hegemonia do valor de troca sobre o valor de uso poderá operar, portanto, grandes transformações no espaço e em sua população. Ao discutir o cotidiano e a consciência

espacial das pessoas atingidas por esses efeitos na realidade supracitada, Carlos (2015) afirma que a segregação decorrente do processo de produção dos espaços das cidades como mercadoria, onde o valor de troca irá ganhar centralidade, definirá uma nova hierarquia socioespacial.

A violência com que se realizam as transformações decorrentes da estruturação produtiva reprodutora do espaço metropolitano desdobra-se na vida cotidiana através de novas formas de alienação, lidas pelos mais diversos meios de precarização da vida e da deterioração dos espaços públicos, com o aprofundamento da segregação socioespacial. A segregação como forma da desigualdade evidencia a diferenciação dos acessos ao urbano e à vida em sociedade. Sob o capitalismo, o pressuposto é a desigualdade expressa na concentração da riqueza nas mãos de uma classe e materializa-se no espaço tornado mercadoria, no qual o valor de troca ganha centralidade, definindo o lugar de cada cidadão na hierarquia socioespacial. A metrópole produzida como fonte de produção de mais valia verticaliza a contradição do valor de uso - valor de troca do espaço como condição da extensão do mundo da mercadoria (CARLOS, 2015, p. 59-60).

As inflexões geradas no território, a partir de sua adesão à agenda do capital neoliberal, garantirão uma cidade ainda mais segmentada, onde seus acessos serão definidos através de uma seleção baseada na condição material de cada indivíduo e, portanto, significará o estabelecimento de espaços definidos por e para classes sociais diferenciadas.

A desigualdade presente irá, segundo Carlos (2015), atribuir um cotidiano diferenciado entre seus moradores, causando para muitos uma privação de direitos que passará a orientar as relações sociais.

No plano do cotidiano, a segregação como forma de desigualdade demonstra a diferenciação dos acessos ao urbano e à vida em sociedade. A metrópole se reproduz como exterioridade (estranhamento e reconhecimento que permeiam a prática socioespacial), onde a privação dos direitos funda e orienta as relações sociais atualizando a alienação no mundo moderno, no qual a consciência espacial é o outro desta produção. (CARLOS, 2015, p. 60)

Porém estas desigualdades não são percebidas na abordagem jurídica da sociedade. Afinal, as leis *a priori* deveriam atender a todos, orientando e mediando as relações sociais. Tal condição acarreta profundas contradições entre o que poderia ser e o que é de fato.

Os conflitos inerentes a este paradoxo podem ainda ser negados, posto que, sequer podemos afirmar de forma concreta que existe um conflito entre classes sociais, isto acontece

devido ao fato de que esta figura (classe social) não existe na literatura jurídica. Bobbio (2004, p. 170) sugere que as classes sociais são agrupamentos “cuja existência não só não é reconhecida, como é, em certo sentido, explicitamente negada pelo ordenamento jurídico da sociedade”. Para o autor, o ordenamento jurídico presente na sociedade ainda pode imobilizar a consciência de classe que poderia provocar, “em momentos de tensão, rupturas junto ao sistema no qual a sociedade está inserida”.

Quando se diz que todos os cidadãos são iguais em face da lei, ou que certos direitos são concedidos a todos independentemente de sexo, religião, da raça e das condições econômicas ou sociais, não se quer certamente afirmar que, com isso, desapareceram realmente as desigualdades sociais, mas apenas que elas não gozam de qualquer reconhecimento formal no sistema de normas de uma determinada sociedade (BOBBIO, 2004, p. 170).

Percebida à luz das implicações decorrentes desta etapa de estruturação do capital, a cidade do Rio de Janeiro se apresenta como um plano fértil de análise, onde percebemos as consequências espaciais decorrentes deste período, e também a construção da invisibilidade de grupos que se posicionam contra esta realidade.

A gestão Paes, muitas vezes identificada através de práticas antidemocráticas e legitimada pela realização dos megaeventos, constituiu durante seu governo uma agenda hostil aos setores mais pobres da população, dispondo, para isso, de meios sócio-políticos - econômicos verificados durante a efetivação de seu projeto de cidade. De forma substancial reconhecemos, durante este período, uma série de ataques aos direitos humanos.

As ações imediatas da condição do papel de cidade apta a receber grandes eventos mundiais, atrelada aos interesses privados, ocasionaram uma onda reestruturativa no território, verificada em remoções de diferentes ordens e níveis, utilização da ordem jurídica contra o indivíduo, percepções de hierarquização social, criminalização dos movimentos sociais e garantias para os setores que representam o capital. A cidade “negada” seria, portanto, resultado de um amálgama de interesses de setores da sociedade civil, estatais e de agentes privados, onde

o butim sobre os direitos sociais se justificariam a partir da concretização desse projeto de cidade.

Ao apresentar uma crítica aos despejos ocorridos no período Paes, Müller (2016, p. 82-86) sustenta que para compreender as ações impetradas pelo poder público, seria necessário investigar as violações aos direitos humanos nelas presentes, observando a complexidade das mesmas e também a realidade onde ocorreram. Para isto, o autor elenca seis pontos que considera importantes para entender o fenômeno dos despejos realizados. São eles: (i) a negação dos direitos humanos, onde ocorre a desqualificação da posse, supervalorizando o título de propriedade (p. 82); (ii) o princípio da hierarquização dos direitos humanos, onde direitos individuais como o de propriedade serão garantidos, em prol dos direitos coletivos (p. 83); (iii) a absolutização do formalismo, onde somente através do preceito jurídico se pode enxergar a complexidade do despejo, não levando em conta outros aspectos, como o direito à moradia (p. 84); (iv) a necessidade de recuperação da intermediação política, onde devemos reconhecer que o problema da moradia reside também em falta de políticas públicas adequadas (p. 84); (v) os despejos vistos em sua complexidade, onde o autor argumenta que os despejos vão além da questão jurídica, englobando perspectivas sociais, econômicas e políticas que, muitas vezes, são colocadas de lado (p. 85); e (vi) a prevenção dos despejos, posto que, somente na hora do fato em si, são visualizados os conflitos fundiários urbanos (p. 85).

Apesar da tenacidade apresentada pelo poder público ao buscar garantir seu projeto, tal realidade irá estimular a constituição de focos de resistência. Moradores, setores da sociedade e setores estatais, reconhecendo as ameaças aos direitos da população, passam a se organizar, através de redes e ações que objetivam contestar e até mesmo “frear” intervenções advindas da prefeitura.

Primeiramente, reconhecemos na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em especial nas ações desenvolvidas pelo Núcleo de Terras e Habitação- NUTH, um forte apoio junto às populações afetadas pelas remoções.

Apesar de, em um momento inicial, o órgão mediar as propostas da prefeitura, incentivando a população a aceitar os desígnios da gestão municipal, no decorrer do processo, o órgão, no cumprimento de sua atividade fim, passa a constituir um importante espaço de esclarecimento e suporte constante na defesa dos direitos dos moradores. Entendemos que esta mudança de orientação passa pela hierarquia institucional e o perfil dos técnicos a frente das ações empreendidas, bem como a urgência da crescente demanda de solicitações por parte da população. Mendes (2016, p. 157) afirma que as estratégias da prefeitura de choque de ordem e de atribuir a estas áreas um grau de risco sem sequer discutir com os moradores, fez com que a procura pelo órgão fosse acentuada.

Além de desempenhar sua função jurídica, o órgão passa a estabelecer uma “frente” de possibilidades, onde moradores poderão, efetivamente, se encontrar e se reconhecerem, iniciando assim uma teia de relações que irão garantir novas perspectivas de lutas.

Mendes (2016, p. 157) informa que, logo no começo de 2009, primeiro ano da gestão Paes, dezenas de comunidades e grupos sociais se reuniram na sede do NUTH, para analisar a nova política municipal que incidiria sobre elas e também construir estratégias jurídicas de precaução. Segundo o autor, estiveram presentes neste encontro as comunidades de Serra do Sol, Avenida Venezuela, 53, Comissão Pró-Moradia do Canal do Anil, Vila Joana, Rua do Rezende, Solar da Montanha, Gomes Freire, 511, Gamboa, Vila Autódromo, Chapéu Mangueira/Babilônia e a Pastoral de Favelas. Em comum entre estas comunidades estava a percepção de que a prefeitura estabeleceria um novo patamar de tratamento às comunidades, disponibilizando um diversificado rol de estratégias para garantir a remoção das comunidades que a interessavam.

Já em 2009, segundo Mendes (2016, p. 160-162), ocorreram cinco casos de remoções haviam acontecido. Em comum entre eles estava presente a prática belicosa de agentes da prefeitura que, segundo relatos apresentados pelo autor, sonegavam informações, agiam de forma truculenta, assediavam moralmente os moradores, além de dispor de práticas minimamente duvidosas, como no caso da comunidade do Muzema, Itanhagá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde riscos ambientais foram apresentados para justificar a remoção da comunidade que vivia ali há cerca de cinquenta anos. Porém, através de uma ação do NUTH, foi constatado que o engenheiro responsável pelo parecer de risco, sequer esteve na comunidade.

Além deste caso, Mendes (2016) cita a ocupação Guerreiros Urbanos, localizada na Rua Gomes Freire, 510, bairro da Lapa, região central do Rio de Janeiro, famílias localizadas na Estrada de Jacarepaguá, 5.411, imóvel situado na Avenida Gilka Machado, no Recreio dos Bandeirantes, também na Zona Oeste da cidade e finalmente, o despejo de moradores do Casarão Maracanã, situado na Rua Visconde de Itamarati, 1, 3 e 5.

Observamos que o aumento desta demanda de esforços empreendidos pelo NUTH aconteceu devido à intensificação do avanço do projeto e das forças do poder público. Estas levaram à reações, ratificando assim, a dinâmica analisada no subcapítulo 3.2 deste trabalho, onde averiguamos que propostas com esta natureza muitas vezes não conseguem ser implantadas de uma vez só, pois poderão se confrontar com forças antagônicas que impedirão sua plenitude em um determinado momento.

A natureza do papel do NUTH e seu espaço de escuta das demandas da população frente aos atos e procedimentos dos agentes públicos, conferiu ainda outra perspectiva ao trabalho realizado pelo mesmo, Meireles e Falbo (2016, p. 223) apontam que a prática do NUTH baseava-se em uma natureza dialógica e pedagógica, onde seus agentes e os moradores assistidos participam coletivamente do aprendizado e reconhecimento de direitos a serem



restaurados ou efetivados. Magalhães (2016, p. 209- 210), ao discorrer sobre a atuação do NUTH no embate contra as remoções de favelas operadas pelos agentes públicos, aponta uma articulação circunstancial entre diferentes atores da sociedade que, apesar de suas diferenças, passaram a atuar de forma muito próxima, oferecendo possibilidades complementares aos atingidos pelas intervenções. O autor cita duas delas que, junto com o NUTH, desenvolveram participações protagonistas na articulação de estratégias de lutas e resistência. São elas o Conselho Popular e a Pastoral de Favelas.

Em sua apresentação institucional<sup>188</sup>, o Conselho Popular<sup>189</sup> destaca a centralidade da habitação em sua atuação, lembrando a luta histórica pela terra no Brasil e a importância de uma reforma urbana que tenha a população como protagonista.

O que se pode dizer em conclusão é que, com a implantação do Conselho Popular do Rio de Janeiro, será necessário sua consolidação para iniciar-se uma nova fase democrática de ativação das lutas pela terra e, tratando-se de terra urbana, luta concreta pela moradia, diferenciada pelo protagonismo do povo organizado e falando por si. Uma práxis inovadora de reflexão e ação de caráter emancipatório e, em face da nova subjetividade, capaz de superar, no coletivo, as grandes exclusões históricas e os bolsões de pobreza da cidade, e criar condições para a construção de uma nova sociedade, democrática na participação direta de sua gente, tendo como razão de ser a solidariedade e como fim uma verdadeira e autêntica igualdade (CONSELHO POPULAR, 2015).

Apesar de não possuir um sítio próprio, podemos encontrar informações sobre a atuação da Pastoral de Favelas no site<sup>190</sup> da Arquidiocese do Rio de Janeiro e novamente, lá está destacado, dentre as atuações da instituição, a defesa da moradia, como podemos ler nas palavras de seu coordenador, Monsenhor Luiz Antônio:

De acordo com monsenhor Luiz Antônio, o papel da Igreja nas favelas é debater temas de interesse dos moradores locais. Além disso, a pastoral faz parte da Comissão de Habitação, da Câmara dos Vereadores. Tudo para garantir o direito à moradia. “Como nós que somos Igreja vamos reclamar do Estado se não nos fizermos presentes? Essa é nossa coerência. Temos de estar presentes naqueles que fazem as leis para defender os interesses da

---

<sup>188</sup> Disponível em: <https://conselhpopular.wordpress.com/sobre/>. Acessado em março de 2017.

<sup>189</sup> Segundo Fátima Tardin, participante do Coletivo Técnico de Apoio às comunidades em Luta Pela Terra e Moradia, em depoimento ao autor, existiu durante o período de 2007-2011, um Conselho Popular. Hoje existe o Conselho Popular da Pastoral de Favelas que foi criado em 2015, a partir de proposta de reorganização das Favelas.

<sup>190</sup> Disponível em: <http://arqrio.org/noticias/detalhes/1503/pastoral-de-favelas-promotora-da-justica-e-advogada-dos-pobres>, Acessado em março de 2017.

comunidade”, destacou o coordenador (ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, MONS. LUIZ ANTÔNIO, 2013)

Em artigo postado em 8 de junho de 2010, no blog do Vereador Eliomar Coelho<sup>191</sup>, do Partido Socialismo e Liberdade, Miguel Baldez, advogado ligado a movimentos sociais, critica Adilson Pires, vereador do Partido dos Trabalhadores e líder do prefeito Eduardo Paes na Câmara de Vereadores no período (2009-2012), por defender as “remoções democráticas”, realizadas naquele período. Segundo Baldez, Adilson Pires teria uma relação histórica com a Pastoral, o que justificou a crítica feita ao vereador, e uma defesa desta instituição no artigo, onde o mesmo afirma que as remoções naquele período constituíam uma ilegalidade.

Lamentável, difícil de suportar o artigo recentemente publicado no O GLOBO por Adilson Pires, líder do prefeito Eduardo Paes na Câmara de Vereadores, dele e do PT, partido em que, de cambulhada com a Pastoral de Favelas, se encarreirou politicamente. Estranha e desrespeitosa combinação ente o céu e a terra que sob os auspícios e o conchavo do prefeito, se esbate com dissimulados rancores etnicidas na cabeça do indigitado cidadão. Concretamente trata-se de desastrado e perverso projeto cujo objetivo é simplesmente trazer de volta à prática política o obsceno fantasma das remoções, pois, como poderiam dizer as comunidades, parafraseando Glauber Rocha, se, para você, a terra não é de Deus, também não é do diabo, como lhe pareceu no artigo. O GLOBO, embora tente, não é o inferno... Pois, embora a maior ou menor intensidade da dor, não há diferença moral entre torturar o corpo do homem e da mulher ou expulsá-los de sua moradia e do convívio social, muita vez consolidado em solidário passar do tempo. E como o nobre vereador deixa passar forte ligação com a Pastoral de Favelas, uma verdade mal usada em seu artigo, convém lembrar que Dom Eugênio Salles ao criar as pastorais quis aparelhar e engajar a Igreja e a fé cristã na luta do povo pela vida e pela moradia em seu habitat, cabendo lembrar como testemunho daquele momento histórico o definitivo exemplo de Bento Rubião. Vale lembrar, enfim, que, como resultado destas lutas e sempre com a presença da Pastoral de Favelas nas lutas que se seguiram, a gente sofrida e excluída das áreas destinadas pela especulação imobiliária à produção capitalista da cidade, obteve importante vitória no campo institucional: a proibição das remoções. Pasmem vocês todos, políticos, administradores, prefeito, juízes, delegados, promotores: as remoções hoje são uma ilegalidade! Não acreditam, ou dizem não acreditar? Pois é assim: o art. 429 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, com peso constitucional, ao criar a figura do remanejamento, restrito às áreas de risco, definida em laudo pericial com a participação da comunidade e na área próxima, proíbe a fraude histórica das remoções (BALDEZ, 2010, p. 2).

---

<sup>191</sup> Disponível em: [https://eliomarcoelho.wordpress.com/category/reflexoes-urbanas/Archive for the ‘Reflexões Urbanas’](https://eliomarcoelho.wordpress.com/category/reflexoes-urbanas/Archive%20for%20the%20%27Reflexões%20Urbanas%27) Category. Acessado em abril de 2017.

Ainda sobre a atuação do NUTH, Magalhães (2016, p. 218-219) acentua a suplantação da atuação estrutural do órgão quando evidencia que, em alguns casos, “seus defensores chegam a adquirir uma posição próxima a de uma militância em favor dos direitos de seus assistidos”. Para exemplificar, o autor cita um caso específico ocorrido na comunidade da Ladeira dos Tabajaras, Botafogo, Zona Sul do Rio, onde, “agentes da Defensoria, sem entrar em acordo com funcionários da prefeitura, entraram dentro de uma casa, para interromper uma ação de demolição”.

É importante salientar que métodos de resistência, observados em escalas locais, como no caso da Comunidade do Metrô Mangueira, são de grande importância nesta análise, já que setores da grande mídia buscam esvaziar estes esforços a fim de garantir adesão ao desenho da cidade pretendida pelo empresariado somado ao poder público.

No caso desta comunidade, localizada perto do Maracanã, as remoções foram iniciadas em 2010 e, segundo Nathan Siegel, em publicação do site Rio On Watch<sup>192</sup>, de 22 de fevereiro de 2013, o processo pôde ser descrito como lento e brutal.

A remoção lenta e brutal que a comunidade Metrô-Mangueira tem experimentado ao longo de quase 2 anos e meio se destaca como o exemplo mais extremo em curso de prática de remoções e demolições nas favelas do Rio. Nenhuma consideração é dada ao trauma psicológico ao testemunhar décadas de investimento na parte de famílias inteiras deixadas como entulho, a importância dos laços comunitários e tradições, e as graves ameaças para a saúde e segurança nesta situação (SIEGEL, 2013).

---

<sup>192</sup> Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=5075>



Figura 47: Remoções de casas na comunidade Metrô Mangueira.

Fonte: <https://derechoalaciudadflaco.wordpress.com/2015/06/10/semana-tensa-introduz-nova-politica-de-remocoes-relampago-em-favelas-do-rio/>

Segundo a publicação, das 700 famílias que ali viviam, somente cerca de 60 permanecem no local. Porém neste caso, Meirelles e Falbo (2016, p. 229) apontam para uma vitória dos moradores, já que a primeira parcela de removidos no local foi acintosamente removida para o bairro de Cosmos, Zona Oeste do Rio de Janeiro, local afastado da comunidade e também do Centro da cidade. Porém, com a ajuda de outros parceiros já citados neste texto, como o NUTH e o Conselho Popular, os moradores reunidos garantiram sua realocação no bairro de Triagem, também próximo ao Maracanã.

Já no caso da comunidade de Indiana, localizada no bairro da Tijuca, Zona Norte da cidade, a prefeitura chegou a mentir ao justificar a remoção da comunidade. Segundo Pontes (2016, p. 274), o caso desta comunidade é exemplar para ilustrar o *modus operandis* dos agentes municipais, já que a motivação para a remoção (estar localizada em área de risco) foi rebatida

por um laudo de outro órgão da própria prefeitura, ligado à Secretaria Municipal de Obras, a Geo-Rio, que atestava as condições para a permanência dos moradores.

Outros atores, como as universidades públicas e diversos segmentos da sociedade civil, tais como movimentos sociais, associações de moradores e classistas, dentre outros, podem e devem ser citados no amplo leque de agrupamentos anti-hegemônicos que, protagonizam importantes apoios à luta pelo direito à cidade.

Com atuações que vão desde o apoio aos movimentos de atingidos pela política de remoção, onde temos como exemplo, a participação no desenvolvimento dos projetos para a permanência de Vila Autódromo do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ<sup>193</sup> sob a coordenação do Professor Carlos Vainer, e o NEPHU/UFF<sup>194</sup>, sob a coordenação da Professora Regina Bienenstein, até a construção de alternativas locais para reivindicar espaços públicos.

Júlio César de Freitas Ribeiro,<sup>195</sup> em entrevista ao autor, defende a poesia nas ruas como uma forma de resistência, o que, para o entrevistado já existia no século XVIII na França.

A poesia como forma de comunicação e manifestação de revolta pode ser uma eficaz ferramenta de resistência, como na França de 1749, quando poemas manuscritos e canções eram recitadas nas ruas de Paris. Os poemas eram criação coletiva - mesclas entre vários escritos e escritores - e criavam um campo de impulsos poéticos, transmitindo mensagens pelas ruas de Paris durante um período de descontentamento crescente, formando assim uma complexa rede de comunicação, a qual permitia que a informação circulasse na sociedade. Passam por diversos meios de difusão: copiados em tiras de papel, ditados de uma pessoa para outra, memorizados e declamados para uma plateia. (RIBEIRO, 20 de junho de 2017)

---

<sup>193</sup> Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>194</sup> Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense

<sup>195</sup> Julio César de Freitas Ribeiro, historiador, professor da rede pública estadual, Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é um dos organizadores do evento “Descarrego Literário” de poesia e leitura na rua. Fundador do Instituto ACUSE (Ativação de cidadãos, contribuintes, consumidores e usuários de serviços) que promove o “democracia e as máscaras do poder: saga dos mascarados na terra dos descarados”, uma oficina de confecção de máscaras, com desdobramentos em Barcelona, em Bolonha com o *Livig Theatre Europe*, bem como com o descarrego literário na Praça Tiradentes e no Méier, além das praças do Grajaú. Sua entrevista ocorreu em 20 de junho de 2017.



Figura 48: Anúncio do Evento Descarrego Literário na Praça Verdun, no bairro Grajaú.  
Foto: Julio César Ribeiro

Para o ativista, que promove o evento “Descarrego Literário” (figura 48), que acontece em ruas e praças da cidade, estas ações tem a pretensão de ocupar politicamente espaços públicos, em resistência à privatização ou abandono dos mesmos, buscando assim, a criação de pontos de convergência nos trajetos já viciados entre trabalho, casa, shopping, academia, escola etc. Ribeiro também defende que os movimentos sociais se descolem do poder público, pois, segundo o professor, este ainda executa uma prática clientelista sob os territórios e suas populações e por isso, o grande desafio dos movimentos sociais é o de mobilizar as pessoas e fazê-las acreditar que a autogestão não só é possível, como deve ser desejável.

Opinião próxima à de Luiza Santiago<sup>196</sup>, socióloga e pesquisadora do Núcleo Piratininga de Comunicação, que também em entrevista a este trabalho, considera que os movimentos sociais necessitam disputar a visão de mundo que as pessoas têm e para isso precisam desenvolver meios de comunicação que atendam aos interesses da maioria da população. Para ela, os grandes centros urbanos estão cada vez mais submetidos ao poder do capital, e que o

<sup>196</sup> Luisa Santiago Vieira Souto. Socióloga e pesquisadora do Núcleo Piratininga de comunicação- NPC, que há 23 anos trabalha com comunicação popular, formando núcleos de comunicadores sociais. Sua entrevista foi realizada em 21 de junho de 2017.



desafio para se conquistar o Direito à Cidade passa por “quebrar esta lógica”, através de novas formas de comunicação com a população.

Produzir uma comunicação a partir dos nossos interesses, participar de políticas públicas, ter direito a ocupar a cidade com cultura popular de cada região, valorizar grupos culturais, ter direito de ir de um lugar para o outro. O desafio, portanto, é aumentar o poder de comunicação dos cidadãos na definição do que é a cidade - e do que virá a ser (SANTIAGO, 21 de junho de 2017).



Figura 49: Festival de comunicação Sindical e Popular<sup>197</sup>. Fonte: Núcleo Piratininga de Comunicação.

Para Ribeiro (2017), as redes sociais devem servir para a construção de “teias múltiplas” que se espraiam ocupando ruas e praças, reunindo em espaços públicos atividades culturais diversas, resgatando tais espaços como *locus* de produção, circulação e consumo das artes em suas várias linguagens.

Guimarães (2017), membro da coordenação nacional e estadual do MTST, movimento que, como vimos no capítulo II, tem em sua prática a verificação de brechas na legislação onde

---

<sup>197</sup> No dia 25 de maio, o NPC, junto de outras entidades e movimentos sociais realizaram o festival de comunicação sindical e popular, na Praça da Cinelândia, Rio de Janeiro.

possam atuar na busca de habitação, afirma que suas negociações com o poder público só acontecem em momento de ações diretas com as ocupações de espaços vazios realizadas pelo movimento, pois, para o mesmo, a participação em fóruns oficiais poderia fragilizar o movimento, que poderia, nestes espaços acabarem por serem cooptados pelo poder público.

Para o Conselho Popular, em seu site de apresentação<sup>198</sup>, alternativas para a construção de uma cidade mais democrática somente se dará a partir das iniciativas dos movimentos populares, pois o estado possui um regramento jurídico que não oferece oportunidades para a classe trabalhadora.

Mas fugas outras só serão possíveis e continuadas nos espaços abertos pela ação dos movimentos populares ainda insubmissos ao controle da subjetivação individualizante do regramento jurídico, como são hoje os sindicatos, vitimizados e controlados pela facticidade jurídica do direito burguês, o direito do Estado (CONSELHO POPULAR, 2015).

Em comum os movimentos concordam que é necessário ocupar espaços para garantirem suas agendas. A cidade nesta perspectiva tem de ser construída pelas pessoas que nela moram e compreendem suas realidades. Porém, como já foi visto ao longo deste trabalho, a cidade é um campo de disputas que provoca, em movimento moto- contínuo, contradições de diferentes ordens e escalas.

Ao ponderar sobre essas questões presentes nas cidades, Maricato (2013) aponta que as disputas, fruto do antagonismo entre os diferentes interesses, são uma condição básica intrínseca à esta realidade.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo forma como se realizam fazem a diferença. Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de

---

<sup>198</sup> Disponível em: <https://conselhpopular.wordpress.com/sobre/>



fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos (MARICATO, 2013, p. 33).

As violações descritas nesta etapa do trabalho, somadas a agendas de movimentos sociais diversos levou, em 2013, milhares de pessoas às ruas (figura 50). Inicialmente relacionados a estudantes que protestavam para garantir passes livres em transportes públicos e evitar os aumentos das tarifas de ônibus, os protestos ganharam as ruas das grandes cidades brasileiras e transbordaram em uma série de exigências relacionadas aos direitos dos brasileiros. Saúde, educação e moradia passaram a fazer parte da pauta de reivindicações, além de serem incorporadas críticas contundentes à realização dos megaeventos, demonstrando assim a grande insatisfação da população com os governos em todos os seus níveis.



Figura50: Imagens das jornadas de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/07/rj.jpg>.

Massey (2009) destaca que o espaço não é algo neutro e estático estando intimamente ligado ao tempo, e que as expressões da sociedade e novas conquistas podem sim, alterar o espaço.

Conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugar-lo...se o tempo deve ser aberto para o futuro do novo, o espaço não pode ser equiparado com os fechamentos e horizontalidades da representação. De um modo geral, se o tempo deve ser aberto, então o espaço tem de ser aberto também (MASSEY, 2009, p. 94).

Sobre os protestos de 2013, também denominado de jornadas populares, suas intencionalidades e desdobramentos, Vainer (2013) atenta para as condições para transformar as cidades postas naquele momento em que o desafio estava lançado pelos manifestantes contra as exceções presentes nas cidades, com um “frescor” que ainda não corrompido pela ideologia mercantil.

Desde 2005 estruturou-se no Rio de Janeiro o Fórum Social do Pan. Durante o Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Urbano Mundial, promovido pela agência UN-Habitat, em 2010, começaram as articulações que iriam originar os Comitês Populares da Copa e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop). Em 2011, a Ancop produziu o extenso e substancial dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil entregue a autoridades municipais, estaduais e federais. Por toda parte, comunidades e bairros resistem às remoções e denunciam as violências. Também são longas e consistentes as histórias e trajetórias do Movimento Passe Livre, do Movimento de Trabalhadores Sem Teto, da Central de Movimentos Populares, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e tantos outros movimentos, em tantas cidades. Embora muitas vezes encerrados em suas realidades particulares ou seduzidos pelas comissões oficiais que nada produzem a não ser fumaça e retórica, são eles que trabalham o tecido social de nossas cidades. Tão ou mais importante, a multiplicidade de grupos culturais, em que todas as tribos, através de mil e uma formas de expressão, mais ou menos transgressoras, se insurgem contra um sistema social e uma cidade que lhes negam lugar e passagem. São esses movimentos e dinâmicas que vêm agora à tona. Trazem para nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda não foi contaminado pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social. Desafiados pela cidade de exceção, pela cidade empresa e pela democracia direta do capital, eles agora as desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abre extraordinárias possibilidades de interpelação e transformação. Mas nada ainda está decidido. **O jogo está aberto.** A história nos revisita, nos pisca o olho e nos lembra de que outra cidade é possível (VAINER, 2013, p. 69-70, grifo nosso).

As demandas observadas nos protestos demonstraram que antes de tudo, existiam e existem amplos setores da população insatisfeitos que não aceitam o projeto privatista de cidade e que também não pretendem ser reconhecidos apenas como consumidores, mas principalmente como cidadãos.

Além disso, tais movimento fizeram enxergar a falta de sintonia entre os desejos da população e os projetos de governo que, como procuramos apresentar em nosso trabalho,

buscam, prioritariamente, atender setores privados em detrimento do atendimento de serviços básicos para todos, gerando um axioma que tenciona ainda mais as contradições presentes nas grandes cidades que observam o alargamento das desigualdades sociais presentes em seus territórios.

Ribeiro (2017) reconhece a potência dos movimentos, porém, critica a diversidade de suas pautas, pois os momentos de explosão observados naquele período foram acompanhados de um esvaziamento de potência reivindicatória, tal a miríade de motivos que levaram multidões às ruas.

Em 2013 vimos a utilização das redes sociais para mobilização popular ganhar uma proporção extraordinária. A última mobilização daquela magnitude havia ocorrido em 1984, com o movimento das “diretas já”, que foi o precursor dos “showmícios”. Mas desta vez, contudo, tais manifestações ocorreram de formas multifacetadas e multifocadas, ao contrário daquela época, que queria o imediato retorno à democracia (RIBEIRO, 20 de junho de 2017).

É certo que passado as manifestações de 2013 nos deparamos com uma situação política à nível nacional que beira o caos, onde direitos adquiridos e avanços experimentados nos últimos anos vem sendo abruptamente retirados, realidade esta que impactará nas cidades e em suas populações. Além disso, destacamos a crescente criminalização dos movimentos sociais que, para Mattos (2009), se constituem em criminalização de movimentos da classe trabalhadora, já que somente eles ao se organizarem para reivindicar direitos são duramente reprimidos.

Porém, entre avanços e recuos, reconhecemos nos movimentos de 2013, possibilidades de novos patamares de organização dos movimentos sociais que experimentaram progressos em suas pautas e também em suas composições.

Bobbio (2004, p. 172) avalia que a consciência de classe pode se desenvolver mais facilmente onde forem maiores os obstáculos à penetração das ideias da classe dominante na classe subordinada, portanto, dentre os efeitos da mercantilização das cidades pode-se enxergar um viés não esperado pelos setores conservadores, o da resistência e da tomada de consciência

da realidade que apontam para a urgência de organização e mobilização por parte daqueles que se sentem excluídos. A adesão ao projeto mercantil urbano, como já foi falado neste capítulo, não é algo imediato nem consolidado plenamente, e sim, a disputa sobre as cidades ainda está aberta.

Buscamos apresentar durante este capítulo importantes elementos que constituem este trabalho. Para isso, construímos uma análise que privilegiou a observação da construção de um modelo de cidade mercadoria durante a gestão Paes, que demonstrou através de contradições verificadas entre seu discurso e prática, implementar um projeto inserido em um contexto global e legitimado, em parte, pela circunstância da realização dos megaeventos, segregador sócio-espacialmente, atribuindo às populações mais pobres maiores dificuldades em garantir seus direitos.

No próximo capítulo, a fim de responder as perguntas realizadas estabeleceremos as nossas conclusões levando em consideração todo o material presente em suas etapas anteriores.

#### **Capítulo IV- Conclusões (nada) finais**

Em uma época em que os destinos dos territórios são decididos, cada vez mais, em escritórios de bancos, seguradoras, bolsas de valores, casas de investimentos, frequentemente com a anuência de gestores públicos, cidades e populações observam a progressiva retirada de direitos sociais que culminará com o próprio esvaziamento do direito à cidade.

É importante esclarecer que o direito à cidade não deve ser confundido com o direito de se estar na cidade e fazer parte dela somente através de uma perspectiva mercantil, criando e sendo criado por um sistema que a tudo e todos busca condicionar de acordo com seus interesses.

O direito à cidade, o qual acreditamos, é amplo e democrático, fruto de uma vontade coletiva, em prol da garantia de atendimento somente à interesses particulares.

Harvey (2013, p.47- 48), afirma que a liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe, é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. Arendt (2006, p.47), ao discutir a política na Grécia antiga, nos lembra de que os homens precisavam ser livres para viverem a liberdade, análise oportuna, já que naquele momento histórico a maioria dos homens não poderiam gozar de “liberdade”.

O que podemos chamar de liberdade no início do século XXI? Estar inserido em redes de consumos? Estabelecer vínculos com um espaço cada vez mais planejado por interesses privados, que através de imagens e discursos promovem, em especial nos países semi e periféricos do capitalismo, uma reestruturação espacial cada vez mais segregadora, onde o urbano torna-se uma condição para a reprodução do capital?

O período atual do sistema capitalista, reconhecido como globalização, expandiu, de forma exponencial por todo o planeta uma agenda neoliberal que conferiu ainda maiores dificuldades para a as parcelas mais pobres da população mundial, criando condições para

territórios ainda mais fracionados e segmentados, onde o conflito de classe é expresso através da observação das contradições urbanas.

A disseminação global deste ideário, onde as pessoas e os espaços devem responder às necessidades de reprodução do capital, além de acarretar uma maior fragmentação das cidades, também amplificou os conflitos relacionados às políticas urbanas

No intervalo temporal estudado, o Rio de Janeiro inscreve-se como um modelo adequado para se compreender os impactos empreendidos por uma agenda neoliberal em uma cidade de um país semiperiférico do capitalismo mundial.

O período Paes (2009-2017) viu emergir condições que, para nós, aproxima de forma incontestável o território da cidade aos conceitos de cidade de projetos e também de cidade mercadoria, apresentados ao longo deste trabalho.

À exemplo de tantas outras cidades, o Rio de Janeiro é a imagem da coerência do modelo neoliberal que potencializará contradições e tensões, ao privilegiar frações mais abastadas da população e interesses privados em prol do direito a todos os seus moradores.

Não pretendemos dizer com isso que somente no período deste gestor observamos uma acentuada adesão às necessidades do capital. Para Oliveira (2006, p. 60), a própria expansão do capitalismo no Brasil, ao longo do Século XX, se apresentou de forma dialética, introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo.

Este paradigma, foi vislumbrado mais vigorosamente a partir dos anos 1980, quando novas formas de gerir as cidades são apresentadas sob a égide da modernização, onde novas condições políticas e econômicas, amparadas por uma nova reformulação da técnica permitiram um aperfeiçoamento da expropriação de recursos e potenciais humanos, propiciando instrumentos mais adequados ao atendimento dos interesses dos atores neoliberais.

Catapultados por uma economia favorável, além de um clima político estável, o Brasil conseguiu sediar grandes eventos mundiais no período compreendido entre 2011-2016, tais

como a Jornada da Juventude (2013), Jogos Mundiais Militares (2011), Jogos Paraolímpicos (2016), Copa do Mundo FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos de 2016. Denominados de megaeventos, estes acontecimentos garantiram uma forte “cola” ideológica, apta à oferecer condições de aderência do espaço da cidade ao modelo neoliberal.

Os megaeventos foram abordados durante este trabalho como sendo “atalhos/alavancas” para garantir uma maior facilidade de espraiamento da reprodução do capital por todo o seu território que, ao se adaptar/adequar ao receituário mundial associado à realização destes eventos, acabou por se tornar ainda mais frágil, no sentido de garantir melhores condições de vida para sua população. Isto ocorre principalmente pela constituição de consórcios público-privados que exigiram cada vez mais dos recursos destes lugares.

Agindo como catalizadores/propulsores de um aligeiramento das condições de reprodução do capital, criando, inclusive, novas lógicas de relação do munícipe com o espaço urbano, os megaeventos terão seus componentes corroborados por setores da sociedade civil que conferiram ainda maior legitimidade à este processo, pretendendo que esta ideologia penetrasse em cada casa, como uma verdade inexorável, impermeável, portanto, a qualquer tipo de crítica.

Neste contexto estrutural e circunstancial, a gestão de Eduardo Paes se apresenta como um modelo coerente ao conceito de “cidade global”, onde os recursos materiais das mesmas destinadas a atender interesses do capital local/internacional.

Ao aprofunda-se, tal movimento irá, em um país com grandes níveis de desigualdade, potencializar as tensões e contradições históricas, despertando reações à implantação desta agenda, bem como questionamentos às reais intencionalidades presentes nos planos de transformação das cidades.

O resultado desta construção de modelo irá impactar, como já dissemos no início destas conclusões, diretamente nas parcelas mais pobres da sociedade. Saúde, educação, mobilidade

urbana e habitação serão, dentre outros direitos sociais, cada vez mais direcionados para a responsabilidade privada, onde o estado, conforme preconizado pelas orientações neoliberais terá cada vez menos, a responsabilidade de oferecer estes serviços, passando a ser orientado por uma perspectiva de *mediação* entre o capital e os interesses da população. Uma relação que desde seu início apresentará indícios de autoritarismo e orientações ilegítimas, já que a urgência do lucro não coadunará, muitas vezes, com as condições materiais de grande parte das famílias brasileiras.

Impregnado por uma tradição patrimonialista, com fortes tendências à corrupção, o estado brasileiro e sua forma de fazer política exercem justamente o contrário, se organizam, não para mediar as diferenças entre seus participantes, mas para garantir o controle de uns pelos outros.

O direito à habitação, tema desta tese, está essencialmente ligado ao próprio direito à terra no país. O acesso à mesma, sempre se constituiu como a espinha dorsal do projeto de poder concentrado nas elites brasileiras. A falta deste direito expressou-se por fenômenos relacionados à deterioração das condições de moradias das parcelas mais pobres deste país e materializou-se nas grandes cidades através da constituição de favelas e áreas periféricas, sempre muito carentes da oferta de serviços básicos.

A constituição destes espaços funda uma tradição heterogênea na resolução destes problemas. Falta de disposição política, marginalização, invisibilidade, coação e remoções são alguns dos exemplos que podemos citar, quando nos referimos às práticas utilizadas para abordar a temática da habitação popular ao longo do século XX e início do XXI.

O período da ditadura civil-militar, instituída no período 1964-1984, elegerá uma solução centralizada que coadunará com o *modus operandis* da estrutura pública vigente, o Banco Nacional de Habitação, integrante do Sistema Nacional de Habitação que terá a função de oferecer soluções, porém sem a participação dos envolvidos neste processo.



O fim deste período de cerceamento das liberdades individuais, fez explodir anseios democráticos que repercutiram nos órgãos estatais, fazendo com que a política do BNH passasse um curto espaço de tempo concentrada em oferecer leituras diferenciadas para a operação do banco. Apesar de extinto e de suas operações passarem a ser executadas por um outro órgão estatal, mais pautado no mercado financeiro, a Caixa Econômica Federal, ideias surgidas neste interim colaboraram junto da luta dos movimentos sociais, com o desenvolvimento de ideias que se acumulariam até a constituição do Estatuto da Cidade em 2001<sup>199</sup>. A fundação deste conjunto de orientações e diretrizes estabeleceu um novo marco no planejamento das cidades. Se a Constituição de 1988 avançara em bandeiras como a municipalização das soluções para as áreas mais deterioradas da cidade, o Estatuto garantiria importantes instrumentos que poderiam ser colocados em prática de forma efetiva com a criação do Ministério das Cidades no ano de 2003. A gestão democrática por meio da participação da população, a cooperação entre os governos e a iniciativa privada, o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais, além de outras, estavam presentes em seu escopo, constituindo assim, um novo paradigma para o oferecimento da habitação e a própria garantia ao direito da cidade.

A transferência de escala, da federal para local, constituiria-se inegavelmente em um avanço. A partir da década de 1990, as favelas e áreas excluídas do tecido formal da cidade passaram a constituir um desafio para as políticas públicas municipais e na cidade do Rio de Janeiro, este momento encontra destaque durante o Programa Favela- Bairro que perpassou as gestões de Maia (1993-1997), (2001-2005), (2005-2009) e Conde (1997-2001).

---

<sup>199</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acessado em janeiro de 2017.

Apesar de avanços reconhecidos, o referido programa não constituiu, de fato, uma ruptura com a realidade destes territórios que continuaram a expressar, com contundência, a exclusão de parcelas da sociedade ao direito à cidade.

Em 2009, com a eleição de Eduardo Paes, um novo capítulo da luta pela habitação popular teria início.

O prefeito eleito, ainda em seu primeiro ano de gestão, assumiria publicamente o compromisso de urbanização de todas as favelas da cidade até o ano de 2020, através do programa Morar carioca, que teria orçamento de R\$ 8 bilhões.

Paradoxalmente, sua gestão tem atribuída a si, uma enorme política de desapropriações e remoções, frequentemente caracterizadas por práticas coercitivas e dúbias em relação aos aspectos legais, muitas vezes, com intencionalidades determinadas pelos interesses privados que, ao longo do período, coadunaram com projetos oriundos do poder público.

Inicialmente planejado através de uma parceria entre o IAB e a prefeitura, onde escritórios foram selecionados para executarem intervenções em áreas escolhidas pelo poder municipal, o programa Morar Carioca e seus desdobramentos suscitam dúvidas entre moradores, técnicos e movimentos sociais.

A pesquisa realizada neste trabalho pretendeu mostrar que a disponibilidade de recursos e o alcance de suas ações foram dramaticamente aquém do prometido. Pagamentos de rubricas de projetos anteriores e custos adquiridos com a promoção do programa federal Minha Casa Minha Vida passaram a fazer parte do rol de investimentos relacionados ao programa desviando parte de seus recursos financeiros. Além disso, críticas contundentes à operação e às intervenções realizadas em seu âmbito foram percebidas ao longo do trabalho, inclusive pelos escritórios selecionados que afirmaram, durante a pesquisa realizada, que a maioria de seus planos não foram executados, gerando frustrações nas comunidades que seriam atendidas por suas ações.

Esta opção de gestão pontua um poderoso questionamento feito ao longo deste texto, que está associado à potência da contradição observada entre a *intenção e gesto*, demonstrada pela prefeitura municipal neste período. A distopia verificada entre o discurso e a prática da gestão municipal funciona, desta forma, como um elemento de conexão entre as ideias privatistas e o *modus operandis* da agenda neoliberal em sua nova forma de gerenciar os territórios.

A tenacidade da contradição, consequência das práticas de reprodução do capital nos espaços da cidade, não é, em absoluto, uma exclusividade do território da capital fluminense, nem tampouco a acentuada mudança das práticas preconizadas deste período do capitalismo mundial é conferida somente à experiência carioca, porém, a gestão Paes materializa temores relacionados à expansão desta opção de gerenciamento das metrópoles.

Posto isso, é importante destacar que a grande contradição, é não existir uma contradição *per se* na forma de atuar da prefeitura, já que esta é coerente ao garantir a aderência do território à agenda neo- liberal. Somente quando levamos em consideração perspectivas histórica, geográfica, sociológica e financeira, podemos afirmar a incongruência da gestão junto aos seus moradores.

Paes em nenhum momento se contradiz como um agente político de sua época e espaço. Seu contexto é plenamente respondido, através de uma gerência que priorizará atendimentos privados, através de desvios de recursos e garantias para a implantação destes.

A legitimidade relacionada a este projeto acentuará ainda mais as contradições e segregações percebidas no espaço da cidade. A falta de zelo na implantação de políticas públicas tencionará de forma acentuada o tecido formal da cidade, acarretando desta forma, maiores dificuldades de acesso aos direitos da maioria da população.

À esta realidade somam-se relações suspeitas, desenvolvidas no interior do estado brasileiro, em diferentes níveis junto às empresas privadas, em especial, as do ramo da construção civil.

Destacamos que, as críticas ao modelo empresarial de cidade ganha contornos próprios nos territórios onde ela se faz presente. No caso brasileiro, tais peculiaridades estão associadas a práticas que envolvem atos de corrupção, abuso de poder, além de outros malfeitos da política nacional. No momento atual, o país acompanha a estarrecedora apreciação deste expediente. Ou seja, além dos conflitos inerentes ao modelo de cidade de orientação neoliberal, ainda temos de conviver com esta face obscura de nossa sociedade que, oxalá um dia, ainda possamos ver extirpada das relações públicas e também privadas.

Criador e criatura se apresentam, portanto, como um só através de uma totalidade representada por elementos multifacetados inseridos em um sistema muito maior, pois interesses nacionais e internacionais, em conluio, instaurarão novos paradigmas e acentuarão tantos outros, obstaculizando assim o Direito à cidade por grande parte de suas populações.

As desigualdades expressas no espaço podem fornecer elementos constitutivos para uma nova forma de viver nas cidades, porém, muitas vezes também podem se constituir em maiores dificuldades.

A cidade do Rio de Janeiro é, para fim de conclusão deste trabalho, um espaço ainda mais segregado e fracionado após a realização deste projeto de cidade privatista guiado por orientações neoliberais e inserido em uma lógica global de territórios.

Isso não se confirma somente através de suas expressões materiais exibindo, inclusive, um corte classista. Esta verificação também é atribuída ao caráter subjetivo presente neste período, onde reconhecemos este movimento como um instrumento de alienação, traduzido por imagens que conferem adjetivações positivas à este modelo, oferecendo assim aos seus moradores um falso paradigma de resolução dos problemas estruturais da cidade onde a ilusão

de que grandes projetos urbanos em conluio com a iniciativa privada, neste contexto, podem se apresentar como uma solução das desigualdades verificadas espacialmente.

Desta forma, por uma questão estrutural, a de ser um país semiperiférico do capitalismo mundial, o Direito à cidade não pode ser um benefício concedido, um óbolo pretendido por promessas políticas, ele deve integralmente ser *conquistado* em todos os seus aspectos e possibilidades.

Possuímos, nós brasileiros, mecanismos legais de gestão das cidades, audiências públicas, ferramentas de gestão, taxas de sanções que muitas vezes não correspondem efetivamente à concretude de seus objetivos. Naturalmente devemos nos atentar para as dificuldades em se conseguir implanta-los, porém, acreditamos que atuações contra hegemônicas possuem espaço de ação e devem ser estimuladas.

Parcelas da população, frações da sociedade civil e movimentos e coletivos independentes travam, permanentemente, lutas de resistências pautadas em suas experiências cotidianas que, intermitentemente, objetivam garantir o direito à cidade.

Cabe a nós, cientistas e acadêmicos, construir e oferecer instrumentos e ferramentas teóricas e empíricas, capazes de garantir estofos a estas estratégias.

Sabemos, naturalmente, que a disputa das cidades é e permanecerá sendo uma condição posta, já que diferentes interesses sempre repousarão sobre seus espaços. Porém, não podemos permitir que apenas uma parcela possa subjugar todo o restante da população e que, enfim, possamos construir de fato o Direito à cidade para todas e todos. Para isso devemos sempre manter uma postura que permita o desvelamento das condições atuais, pois como cita Brecht, “apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade”.

*E Édipo tomou o seu caminho para Tebas...*

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Eliana Santos Junqueira de. *Síntese Histórica das Políticas Habitacionais no Brasil (1964 a 2010): Avanços de antigas propostas e retorno a velhas Práticas*. XIV Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro. 2011.

ASCERALD, Henri. *Sentidos de sustentabilidade urbana*. In ASCERALD, Henri (org). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

ABREU, M. de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. INPLANRIO. 2ª ed. Zahar. 1997.

\_\_\_\_\_. *Pensando a cidade no Brasil do passado*  
In: J. Borzacchiello da Silva et al... (Org.). *A cidade e o urbano*.  
**Editora:** UFC, Fortaleza, Ceará **Ano:** 1997. p. 27-52.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado. Um Mapa da Ideologia*. Org. SlavojZizek. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos, e MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori e FIX, Mariana. *Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida*. Disponível em: [http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171](http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171). Acesso: 20.05.2016.

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relumê- Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. *O que é política?* Hannah Arendt; editoria. Ursula Ludz; tradução de Reinaldo Guarany. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 240 p.

ARISTÓTELES. *A política*. Atena Editora. São Paulo.

BALDEZ, Miguel. *Não às remoções*. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <https://eliomarcoelho.wordpress.com/category/reflexoes-urbanas/Archive for the 'Reflexões Urbanas' Category>.

BASTOS, Paulo. *Lei nacional de aprendizagem: uma abordagem crítica dos projetos de formação de aprendizes*. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_ ; BIENENSTEIN, R. *Contradicciones en la ciudad de Rio de Janeiro: los impactos experimentados por la población de Porto Maravilha*. Havana. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

BECK, Ulrich. *O que é globalização?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BELIZÁRIO, Adriano. *Um Jogo para Poucos*. Disponível em <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos>. Acessado em março de 2016.

BENACH, Nuria. *Nuevos Espacios de Consumo Y Construcción de Imagem de la Ciudad en Barcelona*. Estudos Geográficos n. LXI, Madri, 2000.

BIENENSTEIN, Glauco. *Espaços metropolitanos em tempos de globalização: um estudo de caso do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *Globalização e metrópole. As relações entre as escalas global e local: O Rio de Janeiro*. IX Encontro Nacional da ANPUR. 2001. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ ; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mesquita Mendes de. (Org.) *Universidade e luta pela moradia*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência. 1º ed., p.317. 2017

BIENENSTEIN, Regina. *Produção da habitação popular no Brasil: algumas notas*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU USP, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*; Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho – São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOLTANSKI, Luc. *O novo espírito do capitalismo*/ Luc Boltanski e Éve Chiapello; tradução: Ivone C. Benedetti; revisão técnica Brasília Sallum Jr.-São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BORJA, Jordi. *Un Futuro urbano con un corazón antiguo*. I Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. X, nº 584, 20 de mayo de 2005.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local Y Global. *La gestión de las ciudades en la Era de la Información*. Madri: United Nations for Human Settlements/ Taurus/ Pensamiento, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Lei nº10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *D.O. Eletrônico*, Brasília, DF, 11 de julho de 2001. P.1.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. *D.O. Eletrônico, Brasília, DF*, 17 de junho de 2005. P1.

BRUM, Mario Sergio. *Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as 'utilidades' para os favelados (1968-1973)*. XIV Encontro da ANPHU- Rio, Memória e Patrimônio. 2010

BURGOS, Marcelo Bauman. *Dos parques proletários ao Favela Bairro. As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um Século de favela*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 25-60.



BUENO, Leonardo Brasil. *Forma e sentido da resistência na cidade do Rio de Janeiro: a luta da ocupação Quilombo das Guerreiras*. 2008. 114f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CAMPOS, Pedro. *Estranhas Catedrais – As Empreiteiras Brasileiras e a Ditadura Civil-Militar*. Folha de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://fernandorodrigues.blogsfera.uol.com.br/2014/relacao-promiscua-entre-empreiteiras-e-governo-comecou-na-ditadura-militar>. Acessado em março de 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ Isabel Pinto (Org.). *A cidade como negócio*. (Org.)- São Paulo: Contexto, 2015. 279 p. (Metageografia, 2015; vol 2).

\_\_\_\_\_. *La Utopia de la Gestión Democrática de la Ciudad*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005, vol. IX, nº 194.

\_\_\_\_\_. *A representação do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTTELS, Manuel. *The informational city*. 2ed. Cambridge, EUA: Blackweel, 1991.

CHICO Buarque. *As cidades*. [Rio de Janeiro]: RCA, c1998. 1CD (33:19 min)

CIDADES rebeldes [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Recurso digital (Tinta Vermelha).

COLOMBO, Luiza. *A remoção do Quilombo das Guerreiras*. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida a Paulo Bastos em 12 de abril de 2017.

COMPANS, Rose. *Política habitacional e legitimação política no Rio De Janeiro*. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, maio de 2011.

CONSELHO POPULAR. *Apresentação institucional*. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

- CORREA, Fernanda Guimarães. *Breve histórico da questão habitacional na cidade do rio de janeiro*. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/31/fernanda\\_correa\\_31.pdf](http://www.achegas.net/numero/31/fernanda_correa_31.pdf).2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3 ed. São Paulo: Ática,1995.
- \_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. 4 ed. São Paulo: àtica, 1991.
- DAVIDOVICH, Fany. *Programa favela -Bairro e as tendências de reestruturação da metrópole- o caso do Rio de Janeiro*; IN: Anais do 7º encontro Nacional da AMPUR, Recife. 1997.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de janeiro: Contraponto, 2002.
- DELGADO, Manuel. *La ciudad Mentirosa. Fraude y miséria del “Modelo Barcelona”*. Madri: Catarata, 2007.
- DUARTE, Cristiane Rose, SILVA, Osvaldo Luiz, BRASILEIRO, Alice (org.). *Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo, Pró- editores, 1996.184 p.
- DUDA Bastos. *Essa vida não está fácil*. [Rio de Janeiro]: 2013. 1 CD (57min)
- FALHAUBER, Lucas; Azevedo, Lena. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Fotógrafo Luiz Baltar. 1º ed. Rio de Janeiro. Mórula, 2015.
- FERREIRA, Alvaro. *A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de janeiro: ed. Consequência, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2º Ed. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1971.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. – Rio de janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.
- \_\_\_\_\_. “*Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*”. In: Lima, J. e Neves, L. (Orgs.) *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio, Fiocruz, 2006.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: Uma História fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar/ Garamond.1999.

GINZBERG, Kate Steiker-. *Morar Carioca: o desmantelamento do sonhado programa de urbanização para as favelas*. <http://rioonwatch.org.br/?p=12410>. Abril de 2014

GOMBATA, Marsílea. *O poder da milícia nas eleições do Rio de Janeiro*. <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-poder-da-milicia-nas-eleicoes-do-rio-de-janeiro-1597.html>

GOULART, R. *Processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas*. Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto de 2005, volIXn. 194 (44) . <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44>.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUIMARAENS, Cêça; LUZ, Pedro da (org.). *Cidade integrada III: reflexões sobre o diagnóstico social*. Tradução de Otávio Peixoto. – Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro, 2013, 124p.:il.;22 cm.

GUIMARÃENS, Vitor de Lima. *Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida à Paulo Bastos em 7 de junho de 2017.

HARVEY, David. *A condição pós moderna*. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil,1992.

\_\_\_\_\_; *17 contradições e o fim do capitalismo*/ David Harvey; tradução Rogério Bettoni. – 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_; *A liberdade da cidade*. In *Cidades rebeldes*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*.In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 março de 2005 – USP.

\_\_\_\_\_; *Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão*. Geografia: Conceito e Temas/ organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_ ; Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des- ordem mundial*. Ed. UNESP, São Paulo, 2006.

HERCULANO, Selene C. *Ongs e movimentos sociais: A questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade*. Acessado em 12 de março de 2009. <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/ongsemovimentos.htm>

JUSTINO, Diogo. *As Remoções no início da gestão Paes (2009- 2010): Casos emblemáticos*. Organização Alexandre F. Mendes, Giuseppe Cocco. – 1. Ed- Rio de Janeiro: Revan, 2016. pp 165-179.

KLEIMAN, Mauro. *Constituição de uma metodologia de avaliação do impacto das redes de infraestrutura no âmbito do programa "Favela- Bairro" através da construção de indicadores qualitativos*. Convênio FINEP/ Secretaria de Habitação- FUJB- IPPUR/ UFRJ. Relatório Final. Rio de Janeiro, 1996.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*: tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Henri Lefebvre; tradução de Sérgio Martins- Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis. Uma reflexão em busca da autoestima*. 2 ed. Rio de janeiro: Record, 2001.

LIMONAD, Ester. *Desafios ao desenvolvimento local e regional*. GeoInova 12, 2006, pp.361-380.

GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des- ordem mundial*. Ed. UNESP, São Paulo, 2006.

LINCH, Kevin. 1918- *A Imagem da Cidade/ Kevin Lynch*: Tradução Jefferson Luiz Camargo. - São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIA, César. *Impressões sobre o Programa favela Bairro*. Rio de janeiro, 2017. Entrevista concedida a Paulo Bastos em 12 de agosto de 2015.

MAKHLOUF, Muna. *Transformaciones urbanas desde la resistencia: aproximaciones a un movimiento vecinal en la Barceloneta, Barcelona. X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

MANN, Peter H. *Métodos de investigação sociológica*. Tradução Octávio Alves Velho. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora de lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. 2000. *A Cidade do pensamento Único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Reforma urbana: limites e possibilidades. Uma trajetória incompleta*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS, Orlando Alves Júnior (Org.). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 309-319

\_\_\_\_\_. *Globalização e política urbana na periferia do capitalismo*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS, Orlando Alves Júnior (Org.). – Rio de Janeiro: Revan, 2010. P.51-74.

\_\_\_\_\_. *É a questão urbana, estúpido!* In: *Cidades rebeldes*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. *Moradias e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole*. São Paulo: FAUSP/ FAPESP, 2006.

MARX, Karl Heinrich. *Para uma crítica da economia política*. Versão para ebook, ebooksBrasil.com. 1999.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2007

\_\_\_\_\_, ENGELS, Friederich. *O manifesto comunista*. Edição: Ridendo Castigat Mores. Versão para ebook, ebooksBrasil.com. 1999.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009

MELLO, João Baptista Ferreira de. *Explosões e estilhaços de centralidades no Rio de Janeiro*. GeoUerj, nº 2, 1997.

MENDES, F. Alexandre; COCCO, Giuseppe. *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro: instituições do comum e resistências urbanas: A história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007- 2011)* organização Alexandre F. Mendes, Giuseppe Cocco. – 1. Ed- Rio de Janeiro: Revan, 2016. 344 p.: il. ; 23 cm.

MONS. LUIZ ANTÔNIO. *Apresentação dos objetivos da Pastoral das Favelas*. Arquidiocese da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ ,2013. Disponível em: <http://arqrio.org/noticias/detalhes/1503/pastoral-de-favelas-promotora-da-justica-e-advogada-dos-pobres>.

MOREIRA, Ruy. *Os Períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho*. Ciência Geográfica, VI, vol. 2, n. 16, 2000.

MÜLLER, Christiano. *As remoções na cidade do Rio de Janeiro a partir de uma visão crítica dos direitos humanos*. In: MENDES, F. Alexandre; COCCO, Giuseppe. *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro: instituições do comum e resistências urbanas: A história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)* organização Alexandre F. Mendes, Giuseppe Cocco. – 1. Ed- Rio de Janeiro: Revan, 2016. p. 79-89.

NASCIMENTO, Eladir Fátima dos. *S. 237 E por falar em FAFERJ...* Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 – 1993) – memória e história oral / Eladir Fátima Nascimento dos Santos, 2009.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o Neoliberalismo*, pág. 41-43, Publisher Brasil, 1998

NOVAIS, P. *Urbanismo na Cidade Desigual*. O Rio de Janeiro e os megaeventos. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, RBEUR, Associação Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ANPUR, vol. 16.1, junho, 2014. Planejamento Urbano e Regional, ANPUR, Vol. 16.1, junho, 2014.

OSBORN, Catherine. <http://rioonwatch.org.br/?p=5735>. Tradução por Alexandra Leister. 15 de maio de 2013.

PACHECO, Susana Mara Miranda. *Contrapontos da reestruturação urbana no centro da cidade do Rio de Janeiro*. Boletim Geter, ano 2, n.33, pp. 1-3, 1999.

PAES, Eduardo. Eduardo Paes faz um balanço de seu governo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2009. <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/04/04/eduardo-paes-faz-um-balanco-de-seu-governo/>

\_\_\_\_\_ Paes admite à Anistia remoções realizadas com ‘pouco diálogo’. *ODia*. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014. <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-19/paes-admite-a-anistia-remocoes-realizadas-com-pouco-dialogo.html>. Acessado em 06/06/15.

\_\_\_\_\_ Após rompimento, consórcio de obra olímpica irá processar a Prefeitura do Rio de Janeiro. *Terra*. 14 de janeiro de 2016. <http://esportes.terra.com.br/lance/apos-rompimento-consorcio-de-obra-olimpica-ira-processar-a-prefeitura-do-rio-de-janeiro,8f40fd3d15d3f62de451f8461aed27a0v3s5dpii.html>

\_\_\_\_\_ O Samba do Prefeito. O legado e o gingado de Eduardo Paes. *Revista Piauí*. Edição 114/ Março- 2016. <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-samba-do-prefeito/>

\_\_\_\_\_ Hora de balanço: as confissões de Eduardo Paes. *O Globo*. Rio de Janeiro, 01 de maio de 2016. <http://oglobo.globo.com/brasil/hora-de-balanco-as-confissoes-de-eduardo-paes-19206308>.

PAIONE, Frederico. *A situação dos escritórios selecionados para atuar no programa Morar carioca*. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida a Paulo Bastos em 12 de julho de 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro*, RJ, 2 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº36388 DE 29 DE OUTUBRO DE 2012. Institui o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca. *Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro*, RJ, 30 de outubro de 2012.

RAUL seixas. *Por quem os sinos dobram*. [Rio de Janeiro]: WEA. c1979. 1 CD (25:51 min)

RIBEIRO, Julio César de Freitas. *Descarrego Literário*. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida a Paulo Bastos em 20 de junho de 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio. A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROLNIK, Raquel. *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In: Cidades rebeldes. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_ [wordpress.com/tag/vila-autodromo](http://wordpress.com/tag/vila-autodromo). 20 de agosto de 2012.

SANCHEZ, Fernanda Ester Garcia. *O projeto de cidade para os megaeventos: atores, escalas de ação e conflitos no Rio de Janeiro*. In COSTA, M.L.P.M; PEREIRA DA SILVA, M.L. (Org.) Produção e gestão do espaço. 1º ed. Niterói: Faperj; Casa 8, 2014, v.1, p.359-372.

\_\_\_\_\_.; GUTTERMAN, B. *Disputas simbólicas na Cidade Maravilhosa: atores, Instrumentos e gramática territorial na nova cena urbana*. II Conferência Internacional Megaeventos e as Cidades. Rio de Janeiro, 2014.

SANTIAGO, Luisa. *Núcleo Piratininga de Comunicação*. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida a Paulo Bastos em 21 de junho de 2017.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense; EDUFF; São Paulo: Projeto editores, 1988.



SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

Milton Santos- 6ª. Ed- Rio de Janeiro: Record, 2001. 236 p.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. “*O retorno do território*”. In: Santos, Milton; Silveira, Maria Laura e Souza, Maria Adélia (orgs.). *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 pp. 15-20.

\_\_\_\_\_. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial / Milton Santos...* [et al.]. - Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 1. ed.

SANTOS, Reginaldo Souza. *Reestruturação produtiva do Estado Brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal/* Reginaldo Souza Santos, Elizabeth Matos Ribeiro, Mônica Matos Ribeiro, Thiago Chagas Silva Santos, Vinicius Mendes da Costa. RAP, Rio de Janeiro 38 (1):7-32, jan./fev.2004

SECCHI, Bernardo. *A Cidade do Século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade*. São Paulo; Companhia das Letras, 1988. Tradução: Lygia Araújo Watanabe.

SMITH, Neil. *Gentrificação: a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, Saint- Clair Cordeiro. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLHC), Universidade de São Paulo, 1998.

TUAN, Yi Fu, 1930- *Espaço e Lugar a Perspectiva da experiência/ Yi- Fu Tuan*; Tradução de Livia de Oliveira- São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINER, C; LEAL DE OLIVEIRA, F; NOVAIS, P. *Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos*. In: OLIVEIRA et al. *Grandes Projetos Metropolitanos*, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012. (p.11-23).

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um Século de favela*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 372 p.

<http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/>.

<https://bernardocesarcoura.jusbrasil.com.br/noticias/194861188/o-que-e-o-sistema-financeiro-da-habitacao-sfh>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59917-30-dezembro-1966-400520-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2015/03/empreiteiras-roubavam-desde-ditadura.html>.

<http://noticias.uol.com.br/album/2014/04/04/favela-cresce-em-predios-vazios-da-empresa-de-telefonias-no-rio-de-janeiro.htm>.

<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/default.htm>.

<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>.

<http://rioonwatch.org.br/>.

<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>.

<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/cepac-operacao-urbana-consorciada-linha-verde/576>.

<http://www.dicascariocas.rio/rio-2016-o-legado-e-os-negocios-em-torno-do-maior-evento-esportivo-do-mundo/>.

<http://www.iabrij.org.br/q50-o-pos-quitandinha>

<http://www.ibase.br/pt/2012/06/ibase-lanca-morar-carioca-cidadania-ativa/>.

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento\\_urbano/sp\\_urbanismo/operacoes\\_urbanas/faria\\_lima/index.php?p=19591](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/faria_lima/index.php?p=19591)[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento\\_urbano/sp\\_urbanismo/operacoes\\_urbanas/agua\\_espraiada/index.php?p=19590](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/agua_espraiada/index.php?p=19590).

<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>.

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>.

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>.

[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf).

[www.portalpopulardacopa.org.br](http://www.portalpopulardacopa.org.br).

## **ANEXOS**

## Anexo A: Entrevista com moradores de Vila Autódromo



### PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA APLICADA JUNTO AOS MORADORES DA VILA AUTÓDROMO PARA PESQUISA DE DOUTORADO.

#### Objetos de verificação:

- Apropriação do Plano Popular da Vila Autódromo por parte dos moradores
- Conhecimento do projeto desenvolvido pela PCRJ
- Integração do espaço da Vila Autódromo a cidade do Rio de Janeiro e bairros de seu entorno

**Pesquisador: Paulo Bastos**

**Orientador: Regina Bienenstein**

#### 1. Sobre o Morador

1.1. Você é titulado ( ) sim ( ) não

1.2 Tempo de posse: \_\_\_\_\_

1.2. Você mora de aluguel: ( ) sim ( ) não

1.3. Você gosta de morar na Vila Autódromo: ( ) sim ( ) não

1.4. Por quê?

---

---

---

---

#### 2. Sobre o PPVA

2.1. Você conhece a Associação de Moradores da Vila Autódromo: ( ) sim ( ) não

2.2. Alguém da sua família conhece: ( ) sim ( ) não

2.3. Você frequenta a Associação de Moradores: ( ) sim ( ) não

- 2.4. Alguém da sua família frequenta: ( ) sim ( ) não
- 2.5. Você conhece/ já ouviu falar do **Plano Popular da Vila Autódromo** desenvolvido pela Associação de Moradores e parceiros: ( ) sim ( ) não
- 2.6. Alguém da sua família conhece: ( ) sim ( ) não
- 2.7. Você sabe o que está sendo proposto no Plano: ( ) sim ( ) não
- 2.8. Em sua opinião, o **PPVA**: ( ) atende aos interesses dos moradores da Vila Autódromo  
( ) atende em parte aos interesses dos moradores ( ) não atende aos interesses dos moradores
- 2.9. Você participou de alguma reunião de construção do PPVA? ( ) sim ( ) não

2.10. Por quê?

---

---

---

---

2.11. Quais são as suas maiores dúvidas em relação ao PPVA:

---

---

---

---

2.13. Quais as sugestões que você gostaria de dar para enriquecer o PPVA:

---

---

---

---

### 3. Sobre o Plano da Prefeitura desenvolvido para relocação dos moradores:

- 3.1. Você está ciente da intenção da Prefeitura de remover os moradores da Vila Autódromo para outro lugar: ( ) sim ( ) não
- 3.2. Você se sente pressionado pela PCRJ para sair da VA ( ) sim ( ) não
- 3.3. Você conhece o projeto de reassentamento da Prefeitura para as futuras moradias dos moradores da Vila Autódromo: ( ) sim ( ) não

3.4. Qual a sua opinião sobre o Projeto da Prefeitura de reassentamento da população da Vila Autódromo

---

---

---

---

---

3.5. Você conhece o Programa Minha Casa Minha Vida: ( ) sim ( ) não

3.6. Qual a sua opinião sobre o Programa Minha Casa Minha Vida?

---

---

---

---

3.7. Você está disposto a aceitar a saída da Vila Autódromo: ( ) sim ( ) não

3.8. Por quê?

---

---

---

---

3.10. Você reconhece que ficar significa ter de lutar por seus direitos de permanência no local : ( ) sim ( ) não

#### **4. Sobre a Integração do espaço da Vila Autódromo no território da Cidade**

4.1. Como você classifica o lugar onde mora: ( ) bairro ( ) favela ( ) comunidade ( ) bairro de Jacarepaguá ( ) bairro da Barra ( )

Outro: \_\_\_\_\_

4.2. O prefeito da Cidade do Rio de Janeiro se refere à Vila Autódromo como sendo um espaço de Favela. Você concorda com esta opinião: ( ) sim ( ) não

4.3. Em sua opinião a Vila Autódromo está integrada ao espaço da cidade: ( ) sim ( ) não

4.4. Por quê?

---

---

---

---

4.5. Quais as maiores dificuldades que os moradores da Vila Autódromo encontram para poderem utilizar os serviços oferecidos pela cidade.

---

---

---

---

4.8. Alguma opinião / sugestão / ideia que você queira colocar neste questionário?

---

---

---

---

Data: \_\_\_\_\_



## **Anexo B: Entrevista com Julio Cesar de Freitas Ribeiro**

1- Seu nome, idade e ocupação

Sou Julio Cesar de Freitas Ribeiro, artesão, poeta e professor. Graduado em História pela UVA, pós-graduação em arte terapia pela UCAM, mestrado pela COPPE/UFRJ e doutorado pela UERJ. Desde a década de 1980 trabalho com ativação e produção cultural, como varais de poesia; o Primeiro Encontro de Filosofia em Conservatória, Filosofia na Praça (IFCS-UFRJ), dentre outros. Desde 1993 sou professor na rede pública estadual do Rio de Janeiro.

2- Como nasceu o descarrego literário e quem o executa?

Este projeto surgiu em 2013, quando nosso país entrou num processo de ebulição, crise institucional e crise de legitimidade dos poderes executivo, legislativo e judiciário. O descarrego nasceu acompanhado de uma oficina, intitulada “democracia e as máscaras do poder: a saga dos mascarados na terra dos descarados”. De minha parte, foi um gesto nostálgico na tentativa de resgatar a reocupação dos espaços públicos, como fazíamos nas décadas de 70 e 80, apesar da ditadura militar. Em 2013 vimos a utilização das redes sociais para mobilização popular ganhar uma proporção extraordinária. A última mobilização daquela magnitude havia ocorrido em 1984, com o movimento das “diretas já”, que foi o precursor dos “showmícios”. Mas desta vez, contudo, tais manifestações ocorreram de formas multifacetadas e multifocadas, ao contrário daquela época, que queria o imediato retorno à democracia.

A partir de 2013 assistimos a momentos de explosão acompanhados de um esvaziamento de potência reivindicatória, tal a miríade de motivos que levaram multidões às ruas. A apropriação (ou reapropriação) dos espaços públicos levaram a uma situação de conflito entre as leis, onde o direito de ir e vir se sobrepôs ao direito de estar. No estado do Rio de Janeiro foi criada a Lei nº 6.528/2013, regulamentando a utilização dos espaços públicos para reunião, manifestação pacífica em locais abertos ao público e a liberdade de expressão, previstos nas constituições federal e estadual, ao mesmo tempo em que estabelece a criminalização de manifestações, dando início a uma série de arbitrariedades.

Poetar ao léu: levar para as ruas e praças públicas eventos de entretenimento e lazer cultural, tendo o lirismo e a liberdade criativa como base para propor uma reflexão acerca da

socialidade nos dias atuais, de forma lúdico-crítica. A idéia é poetar as ruas, com distribuição de livros em troca de poesia. Para isso, foi criado o Instituto ACUSE (Ativação de cidadãos, contribuintes, consumidores e usuários de serviços), que começou a realizar o Descarrego Literário no Grajaú.

Paralelamente, por conta da proibição do uso de máscaras em manifestações, produzi o evento “democracia e as máscaras do poder: saga dos mascarados na terra dos descarados”, uma oficina de confecção de máscaras, com desdobramentos em Barcelona, em Bolonha com o *Livig Theatre Europe*, bem como com o descarrego literário na Praça Tiradentes e no Méier, além das praças do Grajaú.

### 3- Quais são os objetivos do movimento?

A poesia como forma de comunicação e manifestação de revolta pode ser uma eficaz ferramenta de resistência, como na França de 1749, quando poemas manuscritos e canções eram recitados nas ruas de Paris. Os poemas eram criação coletiva - mesclas entre vários escritos e escritores - e criavam um campo de impulsos poéticos, transmitindo mensagens pelas ruas de Paris durante um período de descontentamento crescente, formando assim uma complexa rede de comunicação, a qual permitia que a informação circulasse na sociedade. Passam por diversos meios de difusão: copiados em tiras de papel, ditados de uma pessoa para outra, memorizados e declamados para uma plateia.

A divulgação mais eficaz se dava por meio da música, quando os versos eram cantados em melodias bem conhecidas. As letras muitas vezes se referiam a fatos recentes ou revelavam atitudes populares e críticas em relação ao poder real, o que culminou com a criminalização de poemas de protesto e críticas ao *status quo* e a prisão de “fornecedores de poesia”. Esses poemas representam uma crônica das questões públicas da França oitocentista, revelando a importância dos intercâmbios orais na história da comunicação e também o poder das redes “virais”, muito antes da era da internet.

O uso político da poesia e da música foi um artifício largamente utilizado como resistência, em vários momentos da História. O Descarrego Literário tem essa pretensão, de ocupar politicamente espaços públicos, em resistência a privatização ou abandono desses espaços, buscando, assim, a criação de pontos de convergência nos trajetos já viciados entre trabalho, casa, shopping, academia, escola etc.

Pretendemos divulgar o trabalho de poetas, consagrados ou não; de músicos, autorais ou não; de atores, dançarinos, artesãos... enfim, de arteiros em geral, além de doar livros, na intenção de difundir o gosto pela leitura. “...Livro livre é livro livre é livro lido...”, esse é nosso lema. Trazer a arte, em geral, e a poesia, em particular, para a praça, a fim de disseminar o gosto por esse tipo de literatura, permitindo a divulgação de trabalhos de diversos atores/autores, a troca de experiências, parcerias etc., tecendo teias a partir de “fios cibernáuticos”. Já dizia o poeta que a “praça é natural do povo como o céu é do condor...”.

A oficina “democracia e as máscaras do poder: a saga dos mascarados na terra dos descarados. ”, da mesma forma, visa integrar as pessoas pelo encontro com seu “duplo”. Tais oficinas consistem na confecção de máscaras em atadura gessada, feitas no rosto das pessoas, divididas duas a duas, o que proporciona uma forte interação entre as duplas, que podem ser escolhidas aleatoriamente ou por qualquer outro critério, permitindo a possibilidade de “criar” alteridades e convivências.

“Oculto pela máscara, o indivíduo dilui-se na coletividade, na sua memória e nos seus sonhos para, dali, extrair novos argumentos e razões. A máscara permite ao homem representar a sua condição de ser e não ser. Permite que ele recorde a temível verdade do simulacro, o recurso da ficção que deve esconder para revelar. Permite o inquietante paradoxo da comédia humana, de toda a cultura que expressa o que diz e o que silencia. ”.

A palavra máscara tem origem no latim *mascus* ou *masca* = fantasma, como no árabe *maskharah* = palhaço, homem disfarçado. "Enquanto estamos vivos, não podemos escapar de máscaras e nomes. Somos inseparáveis de nossas ficções-feições. ”. O termo "*persona*" é derivado da palavra latina equivalente à máscara. As palavras "pessoa" e "personalidade" também estão relacionadas a este termo. Máscaras sociais são as atitudes sociais que precisamos assumir, nos mais diferentes tempos e espaços da sociedade contemporânea.

Bertolt Brecht utilizou a palavra *gestus* para se referir às atitudes sociais nas inter-relações dos personagens. As relações de poder entre os personagens causam o *gestus* brechtiano, ou, a máscara social do personagem. A palavra “*gestus*” vem da *gestalt* (forma).

Nas representações teatrais na Grécia Clássica (tragédia, Atenas, 540 a 480 AC), os atores portavam máscaras, que tinham uma função dramaturgicamente importante: a abertura para a alteridade, para a diferença. Ela introduz a ambiguidade e a tensão entre as diferenças e singularidades. A analogia entre a experiência da tragédia e a prática dos tribunais atenienses,

não se esgotam nos procedimentos ou na forma de argumentação empregada nas narrativas trágicas. O problema de fundo é igualmente relevante.

Se, como se sabe, a operação fundamental no direito é a decisão, também a tragédia propõe dilemas em torno da decidibilidade. Como parte componente da ação trágica está a perplexidade em que se veem os personagens da trama quando confrontados com o problema da decisão. É na sua utilização na tragédia grega que fomos buscar o sentido que as máscaras e seu uso poderiam simbolizar nas manifestações de massa.

A esse respeito, voltando às manifestações a partir de 2013, as máscaras assumiram utilizações diversas, desde equipamento de proteção (contra gases), indumentária, símbolo de identidade, ocultação de identidade, dentre outros. Quando o Estado, no Rio de Janeiro, regulamenta o direito constitucional à reunião pública e a livre expressão, teve como preocupação expressa na letra da lei: é especialmente proibido o uso de máscaras. Só podem-se usar máscaras em manifestações culturais estabelecidas no calendário oficial do Estado, mediante prévio aviso à autoridade policial. Curioso, contudo, observar o reconhecimento, pelo Estado, quanto à utilização da internet como ferramenta, tanto de mobilização como de controle. A Lei Estadual nº 6.528/2013, no § 5º, estabelece: "Considera-se comunicada a autoridade policial quando a convocação para a manifestação de pensamento ocorrer através da internet..."

Sendo assim, temos a máscara e a poesia como elementos cênicos para a criação de uma ambiência para a reflexão crítica em praças públicas e a internet como veículo para a mistura de ações interativas, gerando processos de criação coletiva e agindo na formação de campos de impulsos lúdicos e políticos que se manifestem em espaços públicos. As redes sociais servindo de urdidura para a construção de teias múltiplas, que se espraiam ocupando as ruas e praças, reunindo em espaços públicos atividades culturais diversas, resgatando tais espaços como *locus* de produção, circulação e consumo das artes em suas várias linguagens.

Virtualidades e realidades poéticas: do *facetobook* ao *facetoface*. Poetar as ruas a partir dos encontros para além das redes, criando teias entre pessoas na fiadura tênue dos afetos e dos encontros. Envolver pessoas e suas histórias numa trama "transformática", recriando e redimensionando os espaços públicos como pontos de convergência e convivência, tecendo em contraponto uma socialidade igualitária e livre. Sonho? Utopia?

4- Como vc avalia a participação da prefeitura, de uma forma geral, no apoio à movimentos locais?

A prefeitura e suas instâncias de interlocução com a sociedade não funcionam para atender as necessidades locais. Apenas dificultam as coisas, para depois “venderem” as soluções ou facilidades através de políticos. É a velha política clientelista, de compadrio, da pessoalidade. Nosso gesto é político e de resistência, por isso avesso a qualquer tipo de envolvimento com políticos e suas práticas de zoneamento de áreas de influência. Não queremos vereadores do bairro.

Queremos auto gerir o bairro e ter poder de decisão sobre as coisas que nos são afetadas. Na verdade o que buscamos é uma forma de organização local e horizontal para gerir nossa vizinhança. E, a partir daí, buscar interseções com outras localidades também geridas de forma horizontal e autônoma, de forma a tecermos teias que nos enlacem como pessoas que se auto representam.

5- Quais os desafios para se construir movimentos locais, representativos e democráticos?

Penso que o primeiro desafio seja mobilizar as pessoas e fazê-las acreditar que a autogestão não só é possível, como deve ser desejável. Além da crise de representatividade, a sociedade brasileira padece de uma crise de identidade. O momento político pelo qual estamos passando padece espelhar o caráter de nosso povo, sua inclinação ao jeitinho, ao gatilho, à “lei de Gerson”, ao sabe com quem está falando... Parece que estamos no momento em que cai a máscara de Macunaíma. A mentalidade de que o desonesto é malandro, esperto, e o honesto é bobo, tão difundida em nossa sociedade, parece estar sendo duramente criticada. A sociedade, com sua habitual hipocrisia, condena as atitudes por ela mesma praticadas. Passamos talvez por uma crise de caráter de um povo, de uma cultura preconceituosa em relação ao outro mas permissiva em relação a si mesmo e aos próximos. Crise de confiança, cuja superação será dolorosa...

Parece que as pessoas preferem ainda serem amigas do rei do que cidadãos livres.

## **Anexo B: Entrevista com Luiza Santiago**

Qual o seu nome e a função que ocupa na organização?

Luiza Santiago Vieira Souto, socióloga e pesquisadora, há 3 anos nesse cargo no Núcleo Piratininga de comunicação.

Quais os objetivos da instituição

O Núcleo Piratininga de Comunicação é formado por comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos. Temos realizado esta tarefa principalmente através de cursos, palestras e seminários e produção de materiais de formação e informação.

Quantos anos a instituição atua?

O NPC funciona à 23 anos.

Quais os grandes desafios dos movimentos sociais no período em que vivemos?

Vivemos um período de crise política e de ofensiva tentativa de retirada dos direitos dos trabalhadores. Há também um cenário de acirramento da violência nas favelas e subúrbios da cidade. A comunicação para além dos grandes conglomerados da mídia comercial é o que consideramos um dos grandes desafios dos movimentos que lutam por um mundo mais justo e solidário. Precisamos disputar a visão de mundo que as pessoas tem e para isso precisamos desenvolver meios de comunicação que sirvam aos interesses do povo e que seja feito pelo povo. Que seja capaz de comunicar com a população em geral e, dessa forma, fortalecer a nossa luta.

Quais são, em sua opinião, os grandes desafios para conquistarmos o Direito à Cidade, de forma ampla e democrática?

Os grandes centros urbanos estão cada vez mais submetidos ao poder do capital: seja o político, o midiático, o de transportes, o de entretenimento. O desafio para conquistarmos o direito à cidade é conseguirmos quebrar esta lógica. Produzir uma comunicação a partir dos nossos interesses, participar da formulação das políticas públicas, ter direito de ir de um lugar para o outro. O desafio, portanto, é aumentar o poder de participação dos cidadãos na definição do que é a cidade- e do que virá a ser.

## **Anexo C: Entrevista de Frederico Paione, arquiteto titular do Escritório *IN Site*.**

Concedida dia 12 de julho de 2017

Entregamos sim o projeto básico. Onde constava intervenções planejadas por uma equipe multidisciplinar como previa a Prefeitura, pensamos em novas vias, áreas urbanizadas para uso da população, inclusive áreas próprias para habitação em local contíguo à comunidade de Vila São Jorge.

Porém não temos informações das obras realizadas posteriormente à nossa saída. Até onde sabemos foram realizadas obras de infraestrutura, mas não sabemos nem qual empreiteira foi responsável por isso. Nunca fomos convidados para nada depois que saímos do projeto, tudo o que sabemos é do que ouvimos por aí, inclusive esta questão da infraestrutura.

Sem dúvida tudo isso foi muito decepcionante para nós e para a comunidade. Tínhamos planejado um Espaço de Desenvolvimento Infantil, que seria muito útil para a comunidade. Sem dúvida as obras de infraestrutura são muito importantes para a comunidade, que sofria uma grande necessidade de sistema de esgotamento, apesar de ser toda abastecida de água.

Acredito pessoalmente que os motivos destas alterações quanto aos planos básicos entregues pelos escritórios estão relacionados com uma mudança de conceito ao longo da gestão passada. Do nosso trabalho não ficou nada, é lamentável, um grande desperdício de recursos públicos, além de um enorme desgaste junto à população atendida.

Não se resolve os problemas de uma população apenas com a dotação de obras de infraestrutura, todo o projeto urbanístico está correlacionado, e somente através de planos integrados sob o espaço podemos avançar e conquistar inclusive, o apoio da população.

Sem dúvida o IAB fez um trabalho muito bom, conduziu, realmente, da melhor forma que podia. Mas não tem jeito, o concurso foi apenas uma jogada de marketing para conquistar



de alguma forma o apoio do IAB, para que não existissem críticas iniciais e também para criar uma imagem junto à sociedade.

Lamento como arquiteto e cidadão, e é por isso que as pessoas não acreditam mais nestes governos.

## Anexo D- Lançamento do Morar Carioca pelo IAB



### O Programa

O Programa de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca foi concebido para integrar-se ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do qual será instrumento de regularização urbanística e fundiária, articulado a ações que contribuam para a integração efetiva dos assentamentos atendidos, em consonância com o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.

Até 2020 serão urbanizadas **251** unidades que correspondem a **586** assentamentos que se classificam como não urbanizadas ou parcialmente urbanizadas. Este conjunto representa mais de 232 mil domicílios (IBGE 2000) correspondentes a 67% do total de domicílios em favelas, que somados aos mais de 97 mil domicílios localizados em favelas já urbanizadas eleva o percentual de domicílios atendidos a 95%.

O Programa se desenvolverá em três grandes ciclos:

**Ciclo 01** – abrange o período de 2010 a 2012 (com possibilidade de prorrogação de prazo até 2013). Neste ciclo estão agrupados **68** assentamentos precários, que correspondem a **23** unidades, cujos projetos e obras já estão em andamento coordenados pela Secretaria Municipal de Habitação;

**Ciclo 02** – abrange o período de 2012 a 2016 (projetos entre 2012 e 2013, obras entre 2013 e 2016). Este ciclo contempla **218** assentamentos precários, que correspondem a **82** unidades, cujos projetos estão distribuídos em 40 agrupamentos para contratação, que terão início em 2012 e obras a partir de 2013. Durante a elaboração dos projetos a prefeitura trabalhará na captação de recursos e na definição de critérios para priorização das intervenções.

AGRUP	ESCRITÓRIO	código SABREN	FAVELAS	BAIRRO
-------	------------	------------------	---------	--------

**ETAPA A – Contratados**

<b>01</b>	<b>Heitor Derbli47</b>	<b>1052</b>	* Vila do Mexicano	CAJU
			Barreira do Vasco	VASCO DA GAMA
		<b>200</b>	Vila Sao Jorge (RA – Irajá)	COLÉGIO
<b>19</b>	<b>In Site</b>			
		<b>113</b>	Bairro Proletário do Dique	VIGÁRIO GERAL
		<b>124</b>	Parque Furquim Mendes	VIGÁRIO GERAL
	<b>Atelier</b>	<b>348</b>	Sossego – Alegria	PAVUNA
<b>21</b>	<b>Metropolitano</b>	<b>349</b>	Vila Beira Rio	PAVUNA
			A.M. e Amigos de Santa	
		<b>625</b>	Tereza	SANTA TERESA
		<b>579</b>	A.M.e Amigos do Vale	SANTA TERESA
		<b>353</b>	Baronesa	SANTA TERESA
		<b>440</b>	Fazenda Catete	SANTA TERESA
		<b>454</b>	Luiz Marcelino	SANTA TERESA
		<b>358</b>	Ocidental Fallet	SANTA TERESA
		<b>16</b>	Parque Rebouças	RIO COMPRIDO
		<b>17</b>	Paula Ramos	RIO COMPRIDO
		<b>19</b>	Santa Alexandrina	RIO COMPRIDO
		<b>360</b>	Unidos de Santa Tereza	RIO COMPRIDO
		<b>626</b>	Vila Paraíso	SANTA TERESA
<b>03</b>	<b>AGRAR</b>	<b>22</b>	Vila Santa Alexandrina	RIO COMPRIDO
	<b>Hector</b>	<b>80</b>	Morro dos Macacos	VILA ISABEL
	<b>Vigliecca</b>	<b>176</b>	Morro São João	ENGENHO NOVO
<b>05</b>		<b>83</b>	Parque Vila Isabel	VILA ISABEL
			* Ladeira dos Tabajaras, nº	
		<b>1017</b>	256	COPACABANA
		<b>37</b>	Ladeira dos Tabajaras	BOTAFOGO
			Ladeira dos Tabajaras, nº	
		<b>863</b>	248	COPACABANA
			Mangueira (RA –	
		<b>27</b>	Botafogo)	BOTAFOGO
		<b>825</b>	Morro da Saudade	BOTAFOGO
<b>04</b>	<b>LVA</b>	<b>38</b>	Morro dos Cabritos	COPACABANA
		<b>547</b>	Bom Jardim de Cordovil	CORDOVIL
		<b>114</b>	Brás de Pina	BRÁS DE PINA
		<b>116</b>	Cordovil	CORDOVIL
		<b>493</b>	Parque Chp	CORDOVIL
			Parque Proletário de	
		<b>126</b>	Cordovil	CORDOVIL
			Rua Ponto Chique	
		<b>864</b>	(próxima ao nº 220)	CORDOVIL
<b>16</b>	<b>ARQHOS</b>	<b>133</b>	Serra Pelada	CORDOVIL
		<b>1047</b>	* A.M. São Sebastião	PRAÇA SECA
		<b>960</b>	Amigos da Aerobita	PRAÇA SECA
		<b>644</b>	Bela Vista do Mato Alto	PRAÇA SECA
		<b>242</b>	Caxangá	TANQUE
<b>24</b>	<b>AUCASULO</b>	<b>662</b>	Chácara do Tanque	TANQUE

		435	Fazenda Mato Alto	PRAÇA SECA		
		595	Ladeira da Reunião	TANQUE		
		589	Morro da Reunião	TANQUE		
		1098	Rua Albano, nº 252	PRAÇA SECA		
		1083	Rua José Braga	TANQUE		
		260	Travessa Antonina	PRAÇA SECA		
		261	Vila José de Anchieta	PRAÇA SECA		
25	NAPP	427	Chácara Flora	PRAÇA SECA		
		426	Chacrinha do Mato Alto	PRAÇA SECA		
		425	Comandante Luis Souto	PRAÇA SECA		
		645	Beirada do Rio Comunidade	CIDADE DE DEUS São		
		434	Francisco de Assis	JACAREPAGUÁ FREGUESIA		
		249	Inácio do Amaral	JACAREPAGUA		
		414	Moquiço (RA – Cidade de Deus)	CIDADE DE DEUS		
		255	Outeiro (RA – Jacarepaguá)	– JACAREPAGUÁ FREGUESIA		
		875	Pantanal	JACAREPAGUA		
		768	Pantanal I (RA – Jacarepaguá)	–FREGUESIA JACAREPAGUA		
		767	Praça da Bíblia	CIDADE DE DEUS FREGUESIA		
		23	FFA	766	Rua Daniel	JACAREPAGUA
				471	Santa Efigênia	CIDADE DE DEUS
596	Travessa Efraim			CIDADE DE DEUS		
465	Abadianas			JACAREPAGUÁ		
464	Asa Branca			JACAREPAGUÁ		
661	Curicica II			CURICICA		
466	Santa Maura			JACAREPAGUÁ		
468	Vila Calmete			JACAREPAGUÁ		
433	Vila Pitimbu			JACAREPAGUÁ		
869	Vila União (RA- Jacarepaguá)			CURICICA		
469	Vila União da Curicica			CURICICA		
26	Corcovado			467	Virgolândia	JACAREPAGUÁ
				285	Anes Dias	SANTÍSSIMO
		988	Rua Anes Dias	SANTÍSSIMO		
		818	Vila Aliança (loteamento Rua do Lúcio)	BANGU		
		821	Vila Aliança	BANGU		
		392	Travessa Sta Catarina-Vila dos Minerios	BANGU		
		393	Vila Olímpia	BANGU		
		819	Quinta do Taquaral	BANGU		
		690	Retiro das Mangueiras	BANGU		
Fazenda		519	Vila Moreti	BANGU		
Coqueiro	Concremat	272	Jacaré	SANTÍSSIMO		

<b>270</b>	Fazenda Coqueiro	SENADOR CAMARÁ
<b>268</b>	Coréia (RA – Bangu)	SENADOR CAMARÁ
<b>603</b>	Jardim Clarice	SENADOR CAMARÁ
<b>263</b>	Bairro Nova Aliança	BANGU
<b>267</b>	Caminho do Lúcio	BANGU
<b>504</b>	Minha Deusa (retirada do Complexo 4)	BANGU
<b>1078</b>	* Avenida do Corretor (retirada do Complexo 4)	BANGU

**Ciclo 03** – abrange o período de 2015 a 2020 (previsão inicial de elaboração de projetos entre 2015 e 2017 e obras entre 2017 e 2020). Neste ciclo estão agrupados os **300** assentamentos urbanizáveis restantes com mais de 100 domicílios não contemplados nos Ciclos 1 e 2 e que correspondem a **162** unidades.

## **Anexo E- Discurso de Posse do Segundo Mandato de Eduardo Paes**

- Cumprimento a todos que me honram com sua presença nessa tarde aqui no Palácio da Cidade para minha posse como prefeito da Cidade Maravilhosa.

O Rio vive uma era de entendimento e de integração e essa maneira de governar foi, mais uma vez, submetida ao voto popular e venceu! A maior votação da história dessa cidade representa o reconhecimento de que estamos no caminho certo. Representa uma vitória dos cariocas, de uma cidade maravilhosa que mostra sua força e capacidade de se reinventar. A voz expressiva das urnas significou o apoio forte às mudanças que estamos fazendo no Rio. A cidade disse bem alto, mais alto do que nunca, que deseja ser um Rio de paz, de trabalho, de esperança, de inovação. E Continuaremos trabalhando para unir cada vez mais a cidade.

Não queremos mais viver no passado, nem no futuro utópico. É necessário ousar e conquistar, sem perder a alma, sem perder o sonho. Sonhando alto faremos mudanças. Passo a passo, as implementaremos.

Nossa vitória representou a vitória de todos os cariocas, de todos os cantos da cidade. Queremos integrar, conciliar, reconhecer e valorizar as diferenças. Queremos consolidar a posição de uma cidade que não condena ninguém pelo lugar onde nasceu, onde vive. Ele mora no morro, ela na zona sul, mas são iguais! Ele é negro, ela é branca, mas são iguais! Ele é evangélico, ela é gay, mas são iguais! Quanto mais certos estivermos dessa nossa virtude e vocação, mais o mundo nos verá como referência. Uma mistura tão diversa e harmônica em função de um sentimento comum: o amor pela Cidade Maravilhosa.

O Rio hoje olha para seu futuro com sorriso no rosto e confiança em sua capacidade. Faremos mais nos próximos quatro anos. Vivemos um tempo de oportunidades e mudanças. Tenho a convicção de que muitas dessas oportunidades e mudanças foram conquistadas do nosso primeiro mandato. Mas faço questão de registrar aqui que elas também são fruto das circunstâncias e de homens e mulheres dos mais variados segmentos que permitiram ao Brasil e ao Rio viverem um momento tão especial.

Daqui para frente nosso mantra deve ser sempre – como de certa forma já foi em nosso primeiro mandato – mais com muito mais intensidade: essa é a hora da virada do Rio. Não podemos perder essa chance, essa oportunidade. Temos que tirar o máximo de proveito de tudo que se passa aqui. As oportunidades devem ser traduzidas em melhorias para as pessoas. Os eventos, as obras, os programas, as políticas públicas... Todas elas devem ter um foco só: como mudar para melhor a vida de todos os Cariocas.

Nosso primeiro governo foi marcado por um conjunto que eu chamaria aqui de mandamentos. Se esses mandamentos foram transformadores em nosso primeiro período. Agora, serão muito mais porque a situação que enfrentamos, a conjuntura e as oportunidades são muito maiores agora, do que eram há quatro anos.

Apostamos na boa gestão. Só ela nos permite fazer as entregas que precisamos fazer. Governamos com planejamento estratégico, metas e temos 80% dos servidores do município hoje com “acordos de resultado”. Recuperamos a capacidade de investir, de entregar, e nos utilizamos de ferramentas modernas e inovadoras que permitem hoje a Prefeitura do Rio ser referência da administração pública nacional. Temos um orçamento equilibrado. Gastamos aquilo que podemos e tratamos com respeito o servidor público. Mais do que isso: valorizamos o servidor público. Criamos sistemas sofisticados de atendimento, reduzindo a enorme distância

entre o cidadão e o poder público. Aperfeiçoamos os processos de transparência nas contratações, a eficácia e a eficiência na gestão das finanças públicas. Avançamos muito na gestão dos recursos humanos, e vamos avançar mais. Inovamos nas parcerias com o setor privado. Temos as duas maiores PPPs do Brasil. E já estamos licitando a terceira maior. Temos a maior concessão rodoviária em execução e ainda a maior concessão de saneamento do país. Conseguimos sair de uma situação de quase falência das finanças públicas e, hoje, temos grau de investimento das três principais agências de rating do mundo.

Continuaremos apostando na parceria. O Rio mostrou, lá atrás, que se cansou do permanente conflito e da utilização da cidade como plataforma de lançamento de outras agendas, que não as agendas de interesses dos cariocas. Quando falamos em parceria, não nos referimos tão somente a algo que nos é tão caro: a parceria entre governos. E continuaremos aprofundando essa parceria. Mas também me refiro ao diálogo permanente com a cidade, com as pessoas, com os grupos e segmentos que não pensam igual a nós, mas que tem uma parcela importante de contribuição a dar. O papel de nosso governo será sempre conciliar os interesses da cidade, sem perder a capacidade de decidir. E decidir a partir do diálogo.

Vamos, acima de tudo, continuar apostando na integração da cidade. Pelo fim da cidade partida. Na cidade que não estabelece barreiras. Na cidade em que todos os cidadãos tenham oportunidades e condições dignas de vida. Para isso, estabelecemos metas ousadas: vamos chegar a 70% dos cariocas com serviços de qualidade na “atenção básica na saúde”, construindo mais 70 Clínicas da Família. Vamos continuar nossa aposta no futuro do Rio, cuidando bem de nossas crianças. Saímos do estágio absurdo da aprovação automática e avançamos muito com nosso Ideb. Mas sabemos que isso não é suficiente. Até 2016, 35% de nossos alunos estudarão no chamado turno único de sete horas. Turno único de verdade, dentro da escola. Isso vai significar a construção de 300 novas unidades escolares: o maior desafio já enfrentado pela educação carioca. Uma cidade integrada é uma cidade que permite mobilidade a seus cidadãos. Até 2016, teremos quase 65% de nossa população utilizando transporte de alta capacidade. Criamos um programa republicano e aberto para a redução da pobreza em nossa cidade. O Cartão Família Carioca hoje atende a mais de 100 mil famílias. Desta forma, reduziremos em pelo menos 50% a população carioca abaixo da mais alta linha de pobreza, em sintonia com a primeira meta do milênio da ONU até 2015. Fizemos 50 mil casas populares, faremos mais 50 mil. Até 2016 não teremos mais nenhuma família nessa cidade, vivendo em área de alto risco. Vamos levar urbanização com o programa Morar Carioca a mais 156 mil domicílios até 2016. Como já disse aqui, serão anos de muitas oportunidades. Vamos trabalhar para que os primeiros Jogos Olímpicos da América do Sul signifiquem um momento de virada e transformação para o Rio e seus moradores. Mais do que preparar uma grande celebração, a cidade tem dois desafios. Ao mundo, vamos mostrar nossa capacidade de cumprir prazos, atingir metas e organizar eventos de forma tão ou mais profissional do que as principais metrópoles internacionais. Aos cariocas, deixaremos um legado efetivo que melhore a vida no Rio, principalmente dos mais pobres, com intervenções em infraestrutura, mobilidade e uma visão estratégica para que o desenvolvimento da cidade não se esgote com o fim das competições. O legado não termina ao final dos Jogos de 2016. Simbolizará uma era de renascimento, de uma cidade e um país que vence seus desafios e reencontra o caminho da prosperidade.

Temos condições de fazer um segundo mandato melhor do que o primeiro. Aproveitemos a experiência e conhecimento que adquirimos. Continuaremos evoluindo e buscando resultados. Teremos mais tempo para ampliar o legado. Meu compromisso é continuar a governar para todos, com ênfase nos mais pobres, porque o futuro do Rio depende de que todos tenham oportunidades iguais.

Por fim, vamos continuar ousando, pensando grande!!!! Chega do Rio que se acostumou com suas deficiências e fraquezas como se isso fosse algo aceitável ou natural. Nosso olhar deve ser o de permanente crítica àquilo que estamos fazendo. Onde podemos melhorar, aonde podemos

inovar. Teremos o foco, sempre e permanentemente, na grandeza da nossa gente. Vamos trabalhar para sermos o melhor lugar para se viver, trabalhar e visitar em todo o Hemisfério Sul. Ousadia, ousadia e ousadia!

Esse time tem que entender que tudo o que fizemos no primeiro mandato não deve servir como motivo de acomodação. Ao contrário: deve representar uma permanente inquietude. Podemos ver nesses primeiros quatro anos o quanto podemos fazer, o quanto podemos transformar.

Temos que encarar o desafio de governar o Rio pela segunda vez com enorme orgulho. Acordar todo dia e imaginar a honra e a alegria que temos de estar definindo os rumos dessa cidade. Disse ao longo de todo meu primeiro mandato: pensem em um homem feliz, pensem em Eduardo Paes! Continuarei a ser o prefeito dedicado, presente e apaixonado pelo Rio. Repito para que não restem dúvidas: não deixarei a missão de prefeito que me foi renovada pelos cariocas. Não vou abrir mão de meu mandato um minuto sequer.

Hoje faz exatos 20 anos que iniciei minha trajetória na vida pública. Exatamente no dia primeiro de janeiro de 1993 eu assinava aqui minha posse como subprefeito da Barra e Jacarepaguá. Ao longo desses 20 anos eu tive uma prioridade e ela se chama: Rio! Foram 20 anos em que aprendi a ser servidor público, aos 23 anos de idade (hoje com 43) tinha a certeza de que estava mudando uma série de referências e objetivos que tinha em minha vida. Algumas referências, no entanto, não mudam. Valores que aprendi em casa, como respeito às pessoas e às diferenças, honestidade, palavra, firmeza e integridade que aprendi com meus pais. Foram os valores mais importantes nessa jornada. Foram 20 anos de muita dedicação e renúncias.

Por isso queria registrar aqui o meu primeiro agradecimento: a minha família. A meus pais e meus irmãos com quem convivo desde sempre e que me deram a base para poder chegar aqui. A minha companheira, amiga e amor de quase 15 desses 20 anos e que me permitiu a tranquilidade, a serenidade e a força para seguir com meus objetivos. E que, finalmente, me deu aquilo de mais importante, a família que constituímos há pouco mais de 10 anos e que resultou nas mais fantásticas das experiências da minha vida: Bernardo e Isabela. Certamente eles são os ingredientes mais importantes desse conjunto de motivos que me levam a seguir em frente e viver esse momento tão especial.

Não poderia deixar de registrar também aqui meu agradecimento a um grupo de pessoas que me acompanha há muito tempo e que enfrentou comigo os desafios da vida pública com muita lealdade e força: meu líder de governo na câmara, vereador Guaraná; meu chefe da Casa Civil, deputado Pedro Paulo, e outros 'outrora' jovens nos seus 20 e poucos anos: Ronnie, Guilherme, Alex, David, Duba, Guilherme e alguns amigos que se foram, mas que estiveram, mesmo na ausência, me inspirando, como Tikinho e Marcelo Parente.

Meu agradecimento e meus cumprimentos especiais àqueles que me auxiliaram na tarefa de governar essa cidade nos últimos quatro anos. Alguns deles permanecem na segunda fase dessa caminhada. Outros não estão mais aqui. Mas todos eles foram essenciais em tudo aquilo que fizemos por essa cidade. Esse time que montamos para tocar a prefeitura é formado de quadros políticos, de quadros técnicos e de servidores de carreira. Todos eles foram essenciais em todos os nossos acertos e me permitiram evitar cometer erros.

Meu agradecimento aos partidos políticos que acreditaram em nossas propostas para a cidade. Agradeço especialmente a dois companheiros da política: ao vice-prefeito de meu primeiro mandato, Carlos Alberto Muniz, que com tanta lealdade me acompanhou nesses últimos quatro anos e que felizmente continuará fazendo. E ao meu vice-prefeito Adilson Pires, que em nosso primeiro governo nos liderou na câmara municipal e que me honrou ao aceitar compor chapa comigo nessas eleições. Faremos muito, juntos, nos próximos quatro anos.

Meu agradecimento a uma figura muito especial que divide comigo o sonho de mudar o Rio para melhor: meu amigo, governador Sergio Cabral. Esses seis anos de trabalho conjunto, – dois como seu secretário e quatro como prefeito – não tenho dúvidas de que, nos permitiram transformar muito a vida das pessoas para melhor. É um prazer governar a seu lado.



Finalmente meu agradecimento especial “a gente” dessa cidade que me concedeu uma vitória consagradora e histórica. Uma gente que é incomparável, um povo único. Um povo solidário, alegre, aberto e que encara a vida com toda a força. Gostaria de agradecer especialmente aqueles cariocas (de nascença ou de adoção) que, mesmo sem sentir o impacto de qualquer ação ou benefício criado por nosso governo, acreditaram em nosso trabalho e nossa mensagem. É para eles que vou continuar trabalhando muito. É o sorriso deles, o olhar carinhoso e cheio de esperança que me faz trabalhar mais e mais. É essa crença deles que me conduzirá ao longo dos próximos quatro anos.

Somos um Rio!

Eduardo Paes